#### UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

#### **RONY PRUDENTE CAVALCANTE**

O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DA AMAZÔNIA:

UMA ANÁLISE DO PAPEL DO EXÉRCITO BRASILEIRO

NITERÓI 2014

# UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

#### **RONY PRUDENTE CAVALCANTE**

# O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DA AMAZÔNIA: UMA ANÁLISE DO PAPEL DO EXÉRCITO BRASILEIRO

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) da Universidade Federal Fluminense (UFF), como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Thomas Ferdinand Heye Co-orientador: Prof. Dr. Marcial A. G. Suarez

NITERÓI 2014

#### Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

C376 Cavalcante, Rony Prudente.

O processo de integração da Amazônia: uma análise do papel do exército brasileiro / Rony Prudente Cavalcante. — 2014.

211 f.

Orientador: Thomas Ferdinand Heye.

Coorientador: Marcial A. G. Suarez.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Ciência Política, 2014. Bibliografia: f. 176-201.

1. Amazônia. 2. Exército brasileiro. 3. Programa de Integração Nacional. I. Heye, Thomas Ferdinand. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 355

#### **RONY PRUDENTE CAVALCANTE**

## O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DA AMAZÔNIA: UMA ANÁLISE DO PAPEL DO EXÉRCITO BRASILEIRO

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) da Universidade Federal Fluminense (UFF), como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciência Política.

Aprovada em 18 de agosto de 2014.

#### **BANCA EXAMINADORA:**

Prof. Dr Thomas Ferdinand Heye – UFF Orientador
Prof. Dr Marcial Alecio Garcia Suarez – UFF Co-Orientador
Prof Dr Eurico de Lima Figueiredo – UFF
Prof Dr Guilherme Sandoval – ESG
Prof Dr Francisco Eduardo Alves de Almeida – EGN
Prof Dr Vágner Camilo Alves – UFF (Suplente)

À Tchesca, Paulo Eduardo e João Pedro, fontes inesgotáveis de inspiração, apoio, carinho, amor e compreensão. Agora estou realmente voltando para vocês...

#### **AGRADECIMENTOS**

A Deus, que me deu a saúde e a fé necessárias para a conclusão desta Tese;

Ao Exército Brasileiro, parte indelével da minha existência, que me proporcionou o desafio de viver e trabalhar na Amazônia;

Aos Generais de Exército Sérgio Westphalen ETCHEGOYEN e João Camilo Pires de CAMPOS, meus antigos Comandantes na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), pelo incentivo na realização desta Tese;

Aos Coronéis GERSON, SÁ FERREIRA, CAMPOS, ROGÉRIO e PEDROTTI, todos eles meus chefes em algum momento desta longa jornada, pela amizade, compreensão das servidões impostas e sensibilidade no acolhimento de minhas necessidades, nunca negando o apoio nas mais diversas situações;

Ao Professor Doutor THOMAS FERDINAND HEYE, pela orientação sincera, incentivo e confiança em todos os momentos da realização desta Tese;

Aos meus prezados e inesquecíveis professores do Programa de Pós Graduação em Ciência Política da UFF, em especial os Professores Doutores WALDIMIR PIRRÓ E LONGO, MARCIAL ALÉCIO GARCIA SUAREZ e CARLOS HENRIQUE AGUIAR SERRA, pela riqueza impagável dos conhecimentos compartilhados e pela confiança que depositaram na conclusão desta Tese;

Ao Professor Doutor EURICO DE LIMA FIGUEIREDO pela visão de futuro orientada para a viabilidade do Pró-Defesa e pelas inúmeras manifestações de apoio, amizade, carinho e confiança, sem o quê não teríamos concluído esta Tese.

À Professora Msc LAIZA RODRIGUES LEAL DE OLIVEIRA, da UnB, pelo imprescindível apoio na estruturação metodológica e correção desta Tese;

Aos meus pais, RENATO e MAURA, cuja dedicação e amor ensinaram-me, desde muito cedo, que minha vida estaria inexoravelmente ligada à Amazônia;

À TCHESCA, DU e PEU, respectivamente minha esposa e filhos que, após terem experenciado ao meu lado uma aventura de sete anos na Amazônia, viveram comigo outros tantos de esforço e sacrifício, sem pouparem demonstrações de compreensão, carinho e amor para que este sonho pudesse tornar-se realidade.

"[...] se não te apercebes para integrar a Amazônia na tua civilização, ela, mais cedo ou mais tarde, se distanciará, naturalmente, como se desprega um mundo de uma nebulosa – pela expansão centrífuga de seu próprio movimento." (Euclides da Cunha).

#### **RESUMO**

A Amazônia sempre se constituiu num grande desafio para o Brasil. Apesar de recursos minerais e hídricos em abundância, grande biodiversidade, além de privilegiada posição estratégica na América do Sul, a região encontrava-se numa situação vulnerável nas primeiras décadas do século XX. Isolada dos grandes centros nacionais e com a economia em crescente processo de estagnação, a Amazônia Brasileira despertava forte cobiça internacional em torno da utilização de suas potencialidades para os mais diversos fins. Somente a partir de 1930 verificou-se um gradativo processo de ocupação e valorização daquele espaço, que culminou com a ampla utilização do Exército Brasileiro no esforço de integração do território amazônico. Esta Tese objetiva analisar a participação do Exército, como um instrumento do Estado, no processo de integração da Amazônia, particularmente da sua porção Ocidental, ao restante do País e aos demais países amazônicos, no período compreendido entre o advento do Regime Militar (1964), e os dias atuais. Após a Introdução, que apresenta a caracterização da área amazônica e a estrutura metodológica desta Tese, o segundo capítulo aborda como os conceitos de segurança e desenvolvimento foram associados a partir da Guerra Fria e da geopolítica clássica, e seus reflexos para a Amazônia Brasileira. O terceiro capítulo analisa a contribuição do pensamento geopolítico brasileiro na formulação de políticas de valorização e desenvolvimento da Amazônia, no período compreendido entre o início do primeiro Governo Vargas (1930) e o fim do Governo Juscelino Kubitschek (1961). Ressalta, também, a contribuição da Escola Superior de Guerra na concepção de uma Doutrina de Segurança Nacional, que se refletiu na atuação dos militares naquela área. O quarto capítulo versa sobre a efetiva ação integradora do Exército na Amazônia durante o Regime Militar (1964-1985), apontando as principais realizações e suas consequências para a região e para o Brasil. O quinto capítulo analisa, no pós-Regime Militar, a influência do Programa Calha Norte nas ações do Exército em proveito do esforço de integração da Amazônia. Contempla, ainda, a contribuição dos militares para a viabilização dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento na região. A Conclusão é dedicada às considerações finais, que destacam, na atualidade, os efeitos da ação integradora do Exército na Amazônia.

Palavras-chave: Amazônia. Exército Brasileiro. Integração Nacional.

#### **ABSTRACT**

The Amazonia has always constituted a great challenge for Brazil. Although abundant minerals and water resources, great biodiversity, and privileged strategic position in South America, the region was in a vulnerable situation in the first decades of the 20th century. Isolated from the large national centers and with the economy experiencing a growing process of stagnation, the Brazilian Amazonia aroused strong international greed around the use of its potentiality for different purposes. Only from 1930 there has been a gradual process of occupation and appreciation of its space, culminating in the widespread use of the Brazilian Army in the effort to integrate the Amazon territory. This Thesis aims to analyze the participation of the Army, as an instrument of the State, in the process of integration of the Amazonia, particularly in its western portion, with the rest of the country and other Amazonian countries, in the period between the advent of the Military Regime (1964) and the present days. After the Introduction, which presents the characterization of the Amazonian area and the methodological framework of this Thesis, the second Chapter discusses how the concepts of security and development were associated from the Cold War and classical geopolitics, and its implications for the Brazilian Amazonia. The third Chapter analyzes the contribution of the Brazilian geopolitical thought in the formulation of policies for recovery and development of the Amazonia, in the period between the beginning of the first Vargas Government (1930) and the end of Juscelino Kubitschek Government (1961). It also highlights the contribution of the War College in designing a National Security Doctrine, which was reflected in the actions of the military in that area. The fourth Chapter shows the effective integrative action of the Army in the Amazonia during the Military Regime (1964-1985), pointing out the main achievements and their consequences for the region and Brazil. The fifth Chapter analyzes at post-Military Regime, the influence of the Calha Norte Program in the actions of the Army in favor of the integration effort of the Amazonia. It also examines the contribution of the military to the viability of the National Axes of Integration and Development in the region. The conclusion is devoted to closing remarks, highlighting, at present, the effects of the integrative action of the Army in the Amazonia.

**Keywords: Amazonia. Brazilian Army. National Integration.** 

#### **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – 1º Grupo de Ações	138
Tabela 2 – 2° Grupo de Ações	143
Tabela 3 – Quadro de distâncias	144
Tabela 4 – 3° Grupo de Ações	145
Tabela 5 – 4° Grupo de Ações	146
Tabela 6 – Recursos do PCN – Projetos sob responsabilidade do Exército	
(2003–2012)	211
Tabela 7 – Recursos do PCN – Atividades sob responsabilidade do Exército	
(2003–2012)	211

#### LISTA DE ABREVIATURAS

A - Atividade

**ACISO** – Ação Cívico-Social

**BAvEx –** Batalhão de Aviação do Exército

**BEC** – Batalhão de Engenharia de Construção

**BI** – Boletim Interno

**BID** – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIS - Batalhão de Infantaria de Selva

**CECMA –** Centro de Embarcações do Comando Militar da Amazônia

**CEF** – Comando de Elementos de Fronteira

**CEPRAM –** Centro de Planejamento Rodoviário da Amazônia

Cia E Cnst – Companhia de Engenharia de Construção

CMA - Comando Militar da Amazônia

**CMM** – Colégio Militar de Manaus

**COSIPLAN –** Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento

**CSG** – Curso Superior de Guerra

**DNER –** Departamento Nacional de Estradas de Rodagem

**DSN –** Doutrina de Segurança Nacional

**Dst** - Destacamento

**EB** – Exército Brasileiro

EID - Eixo(s) de Integração e Desenvolvimento

**EM** – Exposição de Motivos

**EMFA** – Estado-Maior das Forças Armadas

**EMBRATEL** – Empresa Brasileira de Telecomunicações

**END** – Estratégia Nacional de Defesa

**ENID** – Eixo(s) Nacional(is) de Integração e Desenvolvimento

ESG - Escola Superior de Guerra

**EUA –** Estados Unidos da América

**FA** – Forças Armadas

FEB – Força Expedicionária Brasileira

**FMI** – Fundo Monetário Internacional

**FUNAI –** Fundação Nacional do Índio

**FUNASA –** Fundação Nacional de Saúde

**GEF** – Grupamento de Elementos de Fronteira

**GT –** Grupo de Trabalho

**GTI –** Grupo de Trabalho Interministerial

GTINAM - Grupo de Trabalho para a Integração da Amazônia

**H Gu Tab –** Hospital da Guarnição de Tabatinga

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais

IIRSA – Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana

**IME –** Instituto Militar de Engenharia

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPASE – Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado

**JK –** Juscelino Kubitschek

**LBDN** – Livro Branco de Defesa Nacional

**LDO** – Lei de Diretrizes Orçamentárias

**LOA –** Lei Orçamentária Anual

MAD - Mutually Assured Destruction

MAP - Militar Assistance Program

**MRE** – Ministério das Relações Exteriores

**OF –** Objetivos Fundamentais

**OM –** Organização(ões) Militar(es)

OMS - Organização Militar de Saúde

**ON** – Objetivo(s) Nacional(is)

**ONG** – Organização(ões) Não-Governamental(is)

**ONP** – Objetivo(s) Nacional(is) Permanente(s)

**ONU –** Organização das Nações Unidas

OPA - Operação Pan-Amaricana

**OPEP –** Organização dos Países Exportadores de Petróleo

**OTCA** – Organização do Tratado de Cooperação Amazônica

**P** – Projeto(s)

PCN - Programa Calha Norte

PCH - Pequena Central Hidrelétrica

**PDN** – Política de Defesa Nacional

**PE –** Projeto(s) Especial(is)

**PEF** – Pelotão Especial de Fronteira

**PIN** – Plano de Integração Nacional

PND - Política Nacional de Defesa

**PPA** – Plano Plurianual

**RDC** – Rubber Development Corporation

**RM** – Região Militar

**SG/CSN –** Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional

SIPAM - Sistema de Proteção da Amazônia

**SISFRON –** Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras

**SIVAM –** Sistema de Vigilância da Amazônia

**SPVEA –** Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

**SUDAM –** Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

**UEG –** Universidade do Estado da Guanabara

**UNASUL –** União de Nações Sul-Americanas

**URSS** – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

**USACE –** *United States Army Corps of Engineers* 

**USAID –** United States Agency for International Development

TCA - Tratado de Cooperação Amazônica

**TG** – Tiro de Guerra

**VSAT –** Very Small Aperture Terminal

### LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A – Acervo de obras dos Batalhões de Engenharia de Constru	ção na
Amazônia Ocidental durante o Regime Militar (1964-1985)	202
APÊNDICE B - Articulação das Organizações Militares do Exército Brasile	eiro na
Amazônia Ocidental, após o advento do Programa Calha Norte	206
APÊNDICE C - Obras de infraestrutura viária financiadas pelo Programa	Calha
Norte sob responsabilidade do Exército	210
APÊNDICE D - Recursos alocados pelo Programa Calha Norte para P	rojetos
e Atividades sob responsabilidade do Exército na Amazônia Oc	identa
(2003-2012)	211

### SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	.17
2	GEOPOLÍTICA, GUERRA FRIA E O BINÔMIO SEGURANÇA E DESENVOLVIMENTO: ANTECEDENTES	25
2.1	PRECURSORES DA GEOPOLÍTICA	25
2.2	GUERRA FRIA E O BINÔMIO SEGURANÇA E DESENVOLVIMENTO	.32
2.3	CONCLUSÃO PARCIAL	43
3	A OCUPAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA AMAZÔNIA BRASILEIRA (1930 – 1964): PENSAMENTO GEOPOLÍTICO E DOUTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL	.47
3.1	O PENSAMENTO GEOPOLÍTICO BRASILEIRO E A INTEGRAÇÃO DA AMAZÔNIA	47
3.2	A OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA: DE VARGAS (1930) A CAFÉ FILHO (1955)	59
3.3	JUSCELINO KUBITSCHEK: BRASÍLIA, PANAMERICANISMO E VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA	.73
3.4	A CRIAÇÃO DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA: DOUTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL E INTEGRAÇÃO NACIONAL	
3.5	CONCLUSÃO PARCIAL	
4	O EXÉRCITO E A GEOPOLÍTICA AMAZÔNICA NO REGIME MILITAR	101
4.1	SEGURANÇA E DESENVOLVIMENTO RUMO À AMAZÔNIA	101
4.2	A AÇÃO INTEGRADORA DO EXÉRCITO NA AMAZÔNIA DURANTE O REGIME MILITAR.	111
4.3	CONCLUSÃO PARCIAL	122
5	O EXÉRCITO E O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DA AMAZÔNIA: PROGRAMA CALHA NORTE E OS EIXOS NACIONAIS DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	.129
5.1	O PROGRAMA CALHA NORTE: A AMAZÔNIA COMO PRIORIDADE DO EXÉRCITO	129
5.2	O EXÉRCITO E OS EIXOS NACIONAIS DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA	.152
5.3	CONCLUSÃO PARCIAL	
6	CONCLUSÃO	168
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	176
	APÊNDICE A – Acervo de obras dos Batalhões de Engenharia de Construção na Amazônia Ocidental durante o Regime Militar (1964-1985)	
	APÊNDICE B – Articulação das Organizações Militares do Exército Brasileiro na Amazônia Ocidental, após o advento do Programa Calha Norte	
	APÊNDICE D – Recursos alocados pelo Programa Calha Norte para Projetos e Atividades sob responsabilidade do Exército na Amazônia Ocidental (2003-2012)	211

#### 1. INTRODUÇÃO

Ao depor em 21 de junho de 2001, na condição de convidado, numa audiência pública proposta pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, para tratar do tema: "Discussão sobre assuntos relacionados à Amazônia; atual estágio do Plano Colômbia; dificuldades do Exército Brasileiro na região; papel das ONGs; presença crescente de estrangeiros; relação com as comunidades indígenas e proximidade do Exército a aldeias indígenas", assim expressou-se o antigo Comandante Militar da Amazônia, General de Exército Alcedir Pereira Lopes:

Com relação à cobiça, sempre gostamos de apresentar esta pergunta: será que é realidade ou fantasia? Será que essa é apenas mania de muitos militares ou de alguns civis que também se preocupam com a Amazônia? Dizemos que ela é realidade, porque lá se encontra o maior banco genético do planeta, a maior concentração de biodiversidade, particularmente do hemisfério sul, um quinto de água doce do planeta, um terço das florestas tropicais [...] Então, tudo isso gera muita cobiça, não há a menor dúvida, numa área ainda muito pouco habitada, com cerca de dois habitantes por quilômetro quadrado. (BRASIL, CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2001)

Ao tratar de questões sensíveis e interconectadas do teatro amazônico tais como cobiça estrangeira, riquezas incomensuráveis mal dimensionadas, biodiversidade pouco conhecida e a existência de grandes vazios demográficos, as palavras do General Alcedir refletem de forma emblemática as preocupações dos militares brasileiros acerca da região. Somam-se aos militares neste mister, a produção científica de um reduzido grupo de intelectuais amazônicos como Reis (1968), Benchimol (1977 e 1999) e Collyer (1992 e 2004).

Se, no passado, a insistência em abordar tais temas parecia soar como objeto de uma "teoria da conspiração" exageradamente alardeada pelo setor militar, pode-se constatar, na atualidade, que a percepção das demandas amazônicas foi crescendo ao longo do tempo, de modo a consubstanciar-se no desafio maior de integrar-se a região ao restante do Brasil. E, de forma complementar, integrar a Amazônia brasileira aos demais países amazônicos, tal como o objetivo terminantemente expresso na Constituição da República Federativa do Brasil (1988), Artigo 4º, Parágrafo único:

"A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações."

Sob o ponto de vista fisiográfico a Amazônia abrange o território de nove países tributários (Brasil, Bolívia, Equador, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa) formando um complexo transnacional, integrado e articulado pela floresta amazônica, que corresponde a 2/5 da América do Sul e a 1/20 da superfície da Terra. O Brasil ocupa 49% desta área e possui um total de, aproximadamente, 11.248 Km de linha de fronteira, com todos os demais países amazônicos à exceção do Equador (CARVALHO, 2000, p. 86).

A maior porção da região é coberta pelas florestas de terra firme, que apresentam matas altas, sendo a maior floresta tropical úmida do planeta. Aproximadamente 10% da área é ocupada por florestas inundadas, quase que permanentemente ou apenas durante os períodos de cheias. Nos solos estéreis e com profunda camada de areia branca, aparece a campinarana ou a "caatinga amazônica", com árvores relativamente baixas (10 a 20m). Há, ainda, os manguezais, no litoral e as matas de transição para o cerrado. De um total de cerca de 3,3 milhões de Km² (1/3 das florestas de todo o mundo), a maior parte da Floresta Amazônica encontra-se localizada no Brasil, o que corresponde a 58,8% do território nacional (FREGAPANI, 2000, p 16-17).

Na região, destacam-se duas grandes unidades do relevo brasileiro: a Planície Amazônica, ao sul, com altitudes que variam de zero a 200 metros e o Planalto das Guianas, mais ao norte, onde se encontram os pontos culminantes do Brasil, o Pico da Neblina, com uma altitude de 3.014 metros e o Pico 31 de Março, com 2.992 metros de altitude, ambos próximos à fronteira com a Venezuela. As planícies são inundáveis, limitadas por partes poucos elevadas.

A principal bacia hidrográfica da região é a bacia Amazônica, a maior do mundo. Segundo Carvalho (2000, p. 86), são 60.000 km de rios navegáveis, que transformam os barcos num privilegiado meio de transporte da região. O rio principal, o Amazonas, com seus 7.025 km de extensão, dos quais 6.437 km no Brasil, é o maior do mundo em volume d'água e possui mais de 1.100 afluentes.

Cortada pela linha do Equador e apresentando relevantes características

de ordem geopolítica, geográfica e econômica a região abriga 1/5 da disponibilidade mundial de água doce, 1/10 da biota universal, além de, comprovadamente, incalculáveis e múltiplos recursos naturais e biodiversos, incluindo o maior banco genético do planeta, fabulosas reservas minerais em seu subsolo e significativo potencial hidrelétrico (CARVALHO, 2000, p. 86).

Essas características não somente ratificam a importância da Amazônia para o Brasil como impõem a necessidade de integrá-la ao restante do País, tornando inegável o fato de que a própria integração continental da América do Sul passa, necessariamente, pela integração da Amazônia.

Entretanto, o processo de integração da região desenvolveu-se num ritmo bastante irregular, com longos períodos de estagnação, alterando-se com breves surtos de prosperidade. Somente no período do Brasil-Império, a região começou a ser vista, de uma forma geral, não mais como um meio inóspito e desinteressante ao homem branco, mas como uma área potencialmente rica e de notável valor estratégico, inclusive para a defesa do território nacional.

Emergiu desse mesmo período, por intermédio do Decreto Nr 1.037, de 30 de agosto de 1852, a criação da Companhia de Navegação Fluvial, sob a liderança do Barão de Mauá, cuja finalidade principal foi multiplicar colônias agrícolas ao longo do Rio Amazonas, fortalecendo e assegurando a presença nacional na Amazônia.

Todavia, sob o ponto de vista econômico, o Império experimentou na extração do látex, a partir da viabilização do processo de vulcanização, a primeira experiência significativa em termos de exploração dos recursos econômicos, contribuindo diretamente para a consolidação da Amazônia como região de inquestionável valor estratégico.

RAMOS (1991, p. 46) afirma que o declínio da produção amazônica a partir de 1912, como conseqüência da expansão da produção de borracha asiática, conduziu a Amazônia a uma nova era de decadência econômica, com rápido esmaecimento de sua importância estratégica na consciência nacional.

Somente a partir do advento do primeiro Governo Vargas (1930-1945), sob a influência dos pensadores geopolíticos da época, verificou-se um gradativo

processo de valorização do espaço amazônico. O advento da Guerra Fria e a participação da Escola Superior de Guerra na concepção de uma Doutrina de Segurança para o Brasil, bem como as ações do Governo Juscelino Kubitschek em prol da ocupação e do desenvolvimento do interior do País, incrementaram a importância da região no cenário nacional, criando as condições para um crescente deslocamento do Exército Brasileiro em direção à Amazônia por razões ligadas prioritariamente à atividade-fim da instituição: ocupação das fronteiras e desenvolvimento de ações voltadas à defesa do Estado. Esse deslocamento, que permitiu ao Exército aumentar seus efetivos e melhorar sua estrutura naquela área (particularmente na sua porção Ocidental), teve grande impulsão durante o Regime Militar e por ocasião da implantação do Programa Calha Norte (PCN), já no Governo Sarney.

A partir das possibilidades e experiências adquiridas em outras partes do território brasileiro, bem como pela existência de circunstâncias favoráveis à sua atuação na Amazônia, o Exército constituiu-se num dos principais instrumentos do Estado na implementação das políticas de integração da região ao restante do País, contribuindo para a diminuição das disparidades sócio-econômicas em relação às demais regiões do Brasil.

Posteriormente, as ações do Exército na viabilização dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (ENID) na Amazônia concorreram para consolidar sua participação não somente no processo de integração da região no âmbito do território nacional, como também no contexto da integração com os demais países amazônicos.

Diante do exposto, pode-se formular o problema a ser pesquisado por meio da seguinte questão: Em que medida deu-se a participação do Exército Brasileiro, como um instrumento do Estado, no processo de integração da Amazônia, particularmente da Amazônia Ocidental, ao restante do País e aos demais países amazônicos? As relações entre o Exército Brasileiro, considerado o ator central desta Tese, o Estado e a Amazônia constituem o eixo temático sobre o qual, o objeto "a participação do Exército no processo de integração da Amazônia" adquire significado e relevância analítica.

Como objetivo principal desta Tese pretende-se analisar como o Exército Brasileiro, uma instituição vocacionada prioritariamente para as ações de defesa do Estado, contribuiu com o esforço de integração da Amazônia ao restante do País e aos demais países amazônicos, no período compreendido entre o advento do Regime Militar (1964) e os dias atuais.

Para se atingir o objetivo geral acima mencionado, foram formulados os seguintes objetivos específicos:

- identificar a influência da Guerra Fria na concepção de políticas de ocupação e defesa da Amazônia;
- identificar a influência da geopolítica, especialmente do pensamento geopolítico brasileiro na formulação de políticas para a Amazônia;
- identificar as ações promovidas no período compreendido entre o primeiro governo Vargas e o governo Juscelino Kubitschek, que favoreceram o processo de ocupação e valorização da Amazônia;
- analisar a participação da Escola Superior de Guerra na concepção da Doutrina de Segurança Nacional para o Brasil e na formulação do conceito de integração nacional como Objetivo Nacional Permanente, identificando como tais aspectos influenciaram o processo de integração da Amazônia;
- identificar a influência do Regime Militar na viabilização do Exército como instrumento estatal para contribuir no processo de integração da Amazônia Ocidental ao restante do País:
- identificar a influência do Programa Calha Norte nas ações do Exército em prol do processo de integração da Amazônia Ocidental;
- identificar como a participação do Exército na viabilização dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento na Amazônia Ocidental contribuiu com o processo de integração da região não somente ao restante do País, como também aos demais países amazônicos.

A nossa hipótese é que o Exército Brasileiro tem contribuído efetiva e regularmente com o processo de integração da Amazônia ao restante do País e aos demais países amazônicos. Em relação à efetividade entende-se que o Exército, por meio de ações ou obras materializadas no terreno amazônico, tem contribuído de forma real e concreta neste processo de integração da região. No

que tange à regularidade, entende-se que esta contribuição do Exército tem sido contínua e incessante, sem se deter apenas a ações pontuais ou isoladas, executadas por militares ao longo do espaço temporal considerado para esta pesquisa.

Nesse contexto Política Nacional de Defesa (PND), a Estratégia Nacional de Defesa (END) e o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), que apresentam os parâmetros e fundamentos emanados pelo Estado, no que se refere à política de defesa no Brasil, são unânimes em declarar a necessidade de se fortalecer o processo de integração regional sul-americana, onde a Amazônia teria um papel primordial.

Além disso, por ocasião da realização entre os dias 9 e 11 de julho de 2013 do seminário "Novas geopolíticas e a Pan-Amazônia", patrocinado pelo Centro de Estudos Estratégicos do Exército Brasileiro (CEEEx), em parceria com o Instituto Pandiá Calógeras do Ministério da Defesa, com a finalidade de se discutir em caráter prospectivo o significado estratégico da Amazônia para o Brasil e seu entorno, o tema da integração da região foi, sem dúvida, um dos mais recorrentes entre os especialistas que por ali passaram.

Como um dos palestrantes daquele evento, o General de Exército Eduardo Dias da Costa Villas Bôas, antigo Comandante Militar da Amazônia, chegou mesmo a afirmar que:

[...] a ocupação, a integração e a incorporação da Amazônia à dinâmica de desenvolvimento nacional constituem-se também numa página de nossa história ainda por ser escrita. Trata-se territorialmente da grande tarefa que a nação brasileira tem ainda por empreender, cabendo ao seu povo definir os parâmetros sob os quais essa empreitada será levada a cabo. (BRASIL, EXÉRCITO BRASILEIRO, ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, 2013)

Considerando-se que os demais palestrantes<sup>1</sup> foram unânimes em concordar com o General Villas Bôas, acerca da necessidade de se dar o devido

-

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Além do General Villas Bôas, participaram do Seminário na condição de palestrantes as seguintes personalidades: Ministra Carla Barroso Carneiro (MRE), Secretário Geral Robby Ramlakhan (OTCA), General Maynard Marques Santa Rosa, General Luiz Eduardo Rocha Paiva, Prof.Lucas Kerr de Oliveira (UNILA), Prof Carlos Eduardo Vidigal (UnB), Prof Pio Penna Filho (NEP e UnB), Prof Severino Cabral (UFRJ e ESG), Prof André Luís Varella Neves (UFF), Prof Wanderley Messias da Costa (USP), Prof Antônio Jorge Ramalho da Rocha (UnB) e Prof Ronaldo Gomes Carmona (USP).

prosseguimento ao processo de integração da Amazônia, pode-se questionar então sobre o exato papel que coube ao Exército, nos últimos 50 anos, nesta empreitada e se suas ações têm sido efetivas e regulares a ponto de contribuírem, de fato, com esse processo de integração da região. É exatamente isso que esta Tese procurará comprovar.

É verdadeiramente intrigante o fato de que, diante do desafio vivido por gerações passadas, no que se refere à integração da Amazônia ao restante do País e aos demais países amazônicos, muitos brasileiros e parte considerável da comunidade acadêmica ainda não tenham a exata dimensão da ação integradora perpetrada pelo Exército Brasileiro ao longo de sua história naquela região. As obras sobre o tema são raras, genéricas ou com valor meramente indicativo, razão pela qual a afirmação de Rebelo (1973, p. 92) continua parecendo deveras atualizada:

Este trabalho do Exército, de pioneirismo em sertões áridos e selvas até então intocadas pelo homem, tem sido inestimável e pouco conhecido do grande público, embora represente um esforço dignificante e extremamente valioso para a penetração e ocupação do território.

O capítulo dois dedica-se a demonstrar como as conexões entre a Guerra Fria e o debate em torno das idéias de alguns representantes da geopolítica clássica influenciaram a formulação de políticas que associaram segurança e desenvolvimento e seus reflexos para a Amazônia brasileira.

O capítulo três apresenta a contribuição do pensamento geopolítico brasileiro na formulação de políticas de valorização e desenvolvimento da Amazônia, no período compreendido entre o primeiro Governo Vargas e o Governo Juscelino Kubitschek. Ao mesmo tempo, destaca a criação da Escola Superior de Guerra e sua relevância na formulação da Integração Nacional como Objetivo Nacional Permanente e na sistematização de uma Doutrina de Segurança Nacional. E exatamente esta doutrina acabou por fundamentar a base ideológica por intermédio da qual o Regime Militar brasileiro, após ascender ao poder em 1964, encontrou instrumentos para governar e atuar decisivamente no processo de integração da Amazônia ao restante do País.

Já o capítulo quatro procura evidenciar de que forma o Regime Militar operacionalizou a utilização do Exército Brasileiro, uma instituição nacional prioritariamente vocacionada para a defesa da Pátria, como um instrumento de Estado para a consecução do objetivo nacional permanente de integrar a Amazônia ao restante do País. O capítulo ainda aponta as principais realizações do Exército nesse sentido e as consequências dessas ações integradoras para a região e para o País.

Contextualizado no período posterior ao fim do Regime Militar, o quinto capítulo versa sobre a influência do Programa Calha Norte nas ações do Exército em proveito do processo de integração da Amazônia. O capítulo também contempla uma abordagem acerca da contribuição do Exército para a viabilização dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento naquela região, de modo a não somente corroborar com a visão governamental de área prioritária para a defesa nacional, como também de busca pela consolidação da integração do espaço amazônico, e consequentemente brasileiro, também com os demais países amazônicos.

A conclusão buscará comprovar a nossa hipótese, verificando-se o impacto positivo advindo das ações efetivas e regulares do Exército Brasileiro em prol do processo de integração da Amazônia ao restante do País e aos demais países amazônicos, ao longo do período analisado,

# 2. GEOPOLÍTICA, GUERRA FRIA E O BINÔMIO SEGURANÇA E DESENVOLVIMENTO: ANTECEDENTES

#### 2.1 PRECURSORES DA GEOPOLÍTICA

Segundo Tosta (1984, p. 1), desde a Antiguidade, soberanos como Dario I, da Pérsia, e Alexandre Magno, da Macedônia, ao estruturarem seus impérios, dedicaram-se ao estudo da geografia local, com enfoque no conhecimento do meio, como elemento fundamental para atingir seus propósitos. De forma similar, diversas idéias que no futuro seriam tituladas como idéias geopolíticas, foram inseridas em trabalhos de autoria de geógrafos e filósofos gregos. Aristóteles (384 a 322 a.C.) costumava observar a estreita dependência da ciência política com a geografia. Ele considerava o Estado como a instituição suprema que deveria promover o bem-estar humano; afirmava, também, que o homem, por natureza, era um animal político e que o Estado não era um produto artificial das ambições de poucos ou desejo de muitos.

A partir do Renascimento, as relações existentes entre o meio e o homem passaram a ser mais valorizadas por ocasião da formulação de políticas estatais e na busca de soluções diplomáticas para conflitos entre nações. Tosta (1984, p. 4) ressalta que a assinatura do Tratado de Tordesilhas pelo Papa Alexandre VI, em 07 de junho de 1494, notabilizou-se, posteriormente, como sendo a maior obra geopolítica de dimensão global até então realizada, ao evidenciar claramente que os interesses do governo português se prendiam a um território-base na América do Sul. Tal notoriedade era reforçada pelo entendimento de que, se o objetivo fosse unicamente o caminho marítimo para as Índias, bastariam as Bulas *Inter Coetera* assinadas em 3 e 4 de maio de 1493.

Pedreti (2007, p. 8) afirma que em 1748, Charles-Louis de Secondat, o Barão de Montesquieu, ao publicar aquela que seria a sua grande obra – O Espírito das Leis – teve como preocupação ultrapassar as posições dos filósofos que apresentavam as suas teorias de forma abstrata, sem considerar as determinantes espaço e tempo, abordando a influência da geografia nas

transformações políticas e na conduta humana e possibilitando aos políticos e historiadores uma nova visão de muitos acontecimentos políticos.

No final do século XIX, iniciaram-se os estudos mais aprofundados acerca da influência de determinados fatores geográficos no desenvolvimento, na estrutura e no destino das nações. Naquele momento, conforme destaca Mafra (2006, p. 36-40), processou-se a divulgação das obras do alemão Friedrich Ratzel, considerado o grande precursor da geopolítica, que partia da premissa de que o Estado e a sociedade comportam-se como organismos vivos e mantêm uma relação simbiótica com o território (espaço), em decorrência de uma ordem natural que liga os seres humanos à Terra que lhes fornece alimento e abrigo.

Bonfim (2005, p. 17) argumenta que essas assertivas forneceram o suporte para a elaboração da teoria do "Lebensraum" (espaço vital), que preconizava a necessidade do Estado, como um organismo vivo, de buscar espaço para o seu desenvolvimento, nem que fosse por meio da guerra. Levandose em conta a visão de poder da época, nota-se que o conceito ratzeliano pressupõe como crescimento do Estado, o crescimento do seu espaço físico em relação ao território original.

De maneira análoga inferia que o desenvolvimento dos Estados era favorecido ou limitado pelas características intrínsecas do solo, ou seja, dependia de determinadas condições naturais do terreno, quais sejam a forma de relevo, as condições de circulação marítima e fluvial, dentre outras. Em especial, caberia ao Estado estreitar os seus laços de coesão e unidade o máximo possível, de modo a atingir toda a extensão do ecúmeno. Esta postura ficou conhecida como "escola determinista", onde os fatores geográficos de qualquer natureza, quer do espaço, quer da posição e situação são determinantes para os destinos de uma nação.

Ratzel interessava-se também pelo desenvolvimento desigual das regiões de um organismo estatal. Segundo ele, apesar de os sistemas econômicos tenderem à organizacidade, estabelece-se, por força do desenvolvimento desigual e da diferença entre as regiões, uma relação de "centro-periferia" no interior do sistema, o centro sempre se referindo ao "centro do poder". Daí, para ele, a estrutura de circulação possuir papel essencial, definindo mesmo os fenômenos de centralidade (COSTA, 2008, p. 37).

Ao defender a idéia de que todo Estado e população devem ter um projeto de política territorial combinado com políticas não-territoriais (econômicas, cultural-nacionais, etc), Costa (2008, p. 37-38) assevera que Ratzel destacava igualmente a importância do processo de colonização, por considerar que estava voltado à valorização territorial, que implicava em integração econômica e política, além de delimitação de fronteiras. Daí sua crença de que um dos maiores desafios dos Estados modernos era reconhecer que mais importante do que a extensão seria a articulação do espaço político, ou organismo estatal-territorial.

Para o Almirante norte-americano Alfred Thayer Mahan, contemporâneo de Ratzel, essa articulação do espaço territorial poderia ocorrer pelas vias navegáveis. Defensor da teoria de que um Estado para ser grande e poderoso, a ponto de poder explorar as riquezas do mundo, deveria possuir um forte poder marítimo, Mahan (1984, p. 37) entendia que "[...] portos numerosos e profundos são fonte de poder e riqueza [...]", ainda mais "[...] se estão na foz de rios navegáveis, que facilitam a convergência do comércio interior do país [...]". Nesse sentido, Mahan (1984, p. 41) afirmava que seria fundamental a "[...] capacidade de escoar bens, a partir do interior do país para esses portos [...]".

Segundo Almeida (2010, p. 157), a importância de Mahan decorre do fato de que a análise dos fatores do poder marítimo demonstra claramente a importância da geografia para a concepção de sua teoria. A convergência de suas idéias, acerca da relevância do espaço geográfico para o futuro de uma nação, com as idéias de Ratzel faz de ambos grandes precursores da geopolítica.

O sociólogo sueco Johan Rudolf Kjellén por sua vez, de acordo com Castro (1999, p. 22-23), foi o primeiro a utilizar o termo "geopolítica", tendo como fonte de inspiração as idéias de Ratzel acerca da definição do Estado como um ser vivo. Assim, o objeto de estudo da geopolítica procurava dar conta da relação da geografia e dos Estados, obtendo dados com vistas à orientação racional para fundamentar os projetos políticos.

Já na Alemanha do início do século XX, o uso da expressão "geopolítica" passou a ser frequente e entendido em seu sentido real, de modo que o órgão oficial do Instituto de Munique veio a público proclamar uma definição bastante expressiva, assim descrita por Silva (2003, p. 24):

A geopolítica é a ciência das relações da terra com os processos políticos. Baseia-se nos amplos fundamentos da geografia, especialmente da geografia política, que é a ciência do organismo político no espaço e, ao mesmo tempo, de sua conjuntura. Ademais, a geopolítica proporciona as armas para a ação política e diretrizes para a vida política em seu conjunto. Assim, a geopolítica se converte numa arte, a arte de guiar a política prática. A geopolítica é a consciência geográfica do Estado.

Ciência da vinculação geográfica dos acontecimentos políticos, a geopolítica tem por objetivo principal o aproveitamento racional de todos os ramos da geografia no planejamento das atividades do Estado, visando a resultados imediatos ou remotos. Em razão disto, a geopolítica pode ser considerada como "[...] um estudo dos precedentes históricos em função dos ambientes geográficos; os resultados deste estudo levam a conclusões práticas aplicáveis ou não à atualidade." (CASTRO, 1999, p. 23).

Em suma, pensa-se no espaço – no território, na disposição dos homens e das coisas, na natureza e suas relações com o social – sob o prisma de um Estado nacional: as suas relações com os demais Estados, a sua ação política sobre o arranjo espacial dos recursos, de contingentes humanos, das cidades, das vias de comunicações e transportes, dentre outros aspectos.

Segundo Vesentini (1996, p. 61), ao assumir a perspectiva do Estado nacional e omitir a divisão do social, considerando o Estado acima dos interesses particulares, a geopolítica, por princípio, mostra-se como instrumento de dominação, como saber e técnica de ação política apropriados ao exercício do poder (via espaço) dos grupos ou da classe que detém a hegemonia no conjunto do Estado.

A partir de então, verificou-se o surgimento de diversas obras abordando o novo termo, havendo significativos progressos nos estudos das ciências sociais e da ciência geográfica. Assim, a geopolítica passou a desvincular-se da área das ciências geográficas e vir a ocupar o seu lugar como um dos ramos da ciência política (MATTOS, 2002, p. 19).

Em 1904, o geógrafo inglês Halford John Mackinder, autor da obra "O Pivô Geográfico da História", deu origem à Teoria do Poder Terrestre, valendo-se para seus estudos e explanações de conceitos que se encaixavam nitidamente no

contexto dos temas geopolíticos mundiais. O entendimento de como Mackinder formulou sua famosa teoria, a partir de uma rivalidade secular entre dois grandes poderes antagônicos que se confrontavam pela conquista da supremacia mundial, é importante para o entendimento de muitas das idéias que nortearam o pensamento geopolítico brasileiro a partir da década de 1920.

De acordo com Mello (1999, p. 41), a ciência geográfica na virada do século postulava pela existência na Terra de quatro oceanos (Atlântico, Pacífico, Índico e Ártico), seis continentes (Europa, Ásia, África, América, Austrália e Antártida), além de numerosos mares e arquipélagos ditos subsidiários. Mackinder seria o primeiro a colocar em xeque esses axiomas do saber geográfico, defendendo a unicidade da superfície líquida do planeta. Segundo o britânico, existiria na verdade apenas o Grande Oceano (*Great Ocean*), cujas águas cobririam três quartos da totalidade do planeta. Do restante um quarto de terras emersas, dois terços corresponderiam aos continentes da Europa, Ásia e África, vistos de forma monolítica por Mackinder como formadores de um único continente.

Com efeito, os montes Urais e o istmo de Suez uniam e interligavam, em vez de separar, as terras da Eurásia-África que, envolvidas por todos os lados pelo oceano único, constituíam uma grande Ilha Mundial: a *World Island*. O restante da superfície sólida englobaria as Américas e a Austrália, que seriam ilhas-continente menores, satelitizadas pela grande ilha basilar. Assim, as Américas do Norte e do Sul, embora ligadas pelo estreito cinturão centro-americano, seriam duas ilhas-continente distintas que, ao lado da Austrália, gravitariam em torno da Ilha do Mundo.

Resumindo, a tradicional e oficialmente aceita divisão do planeta em diversos oceanos e mares, continentes e arquipélagos cedeu lugar a uma arrojada concepção sintética de um oceano único envolvente, com uma grande ilha central e três ilhas periféricas menores. Com efeito, na inovadora visão mackinderiana, a Eurásia possuiria um grande núcleo mediterrâneo – a área pivô ou coração continental – em torno do qual se articulavam quatro penínsulas ou regiões marginais: a Europa, o Oriente Próximo, a Índia e a China. Exatamente esta noção de área-pivô, região-eixo, terra central, coração continental ou,

finalmente *heartland*, como passou a ser definitivamente denominado a partir de 1919, tornou-se o conceito-chave sobre o qual se apóia a Teoria do Poder Terrestre (MELLO, 1999, p. 45).

O conceito de heartland para Mackinder envolvia um vasto espaço geográfico localizado no interior do continente, rico em recursos naturais (terras férteis, recursos hídricos, florestas, madeira, minérios, petróleo), relativamente despovoado, que poderia ser totalmente integrado por uma infraestrutura de logística e de comunicações. Ainda segundo Mello (1999, p. 46-56), Mackinder acreditava que o *heartland* seria um baluarte natural, uma fortaleza inacessível ao assédio do poder marítimo das potências insulares ou marginais da Eurásia, favorecendo o desenvolvimento do poder terrestre da potência continental que possuísse ou viesse a conquistar aquela região. Exatamente por essas razões, ao analisar o desenrolar dos acontecimentos em torno da primeira Grande Guerra, Mackinder concluiu que a Alemanha cometera um sério erro estratégico ao concentrar suas melhores forças na frente ocidental, para somente em seguida investir contra a Rússia na frente oriental. Tivesse ocorrido o contrário, em sua opinião, o mundo ficaria "obscurecido por uma Europa Oriental alemã no comando de todo o heartland" e britânicos e americanos não teriam percebido o perigo estratégico até que fosse tarde demais.

A hipótese desse cenário adverso levou o geógrafo britânico a compreender que seria vital para a Inglaterra isolar a Rússia e a Alemanha, impedindo uma aliança entre ambas ou a conquista de uma pela outra. Conforme Glassner e Blij (1990, p. 212), essa perspectiva sombria foi sintetizada por Mackinder através de um enunciado que se transformaria num axioma do pensamento geopolítico subsequente e demonstraria firmemente que, mais que um conceito geográfico, com limites físicos claramente definidos no mapa da Eurásia, o *heartland* seria um postulado estratégico: "Quem domina a Europa Oriental controla o *heartland*; quem domina o *heartland* controla a *world island*; quem domina a *world island* controla o mundo."

O período entre guerras foi inteiramente marcado por discussões teóricas em torno de palavras como nação, fronteiras, territórios, Estado e sociedade, sendo a Europa, mais especificamente a Alemanha, o centro irradiador desses

questionamentos. Contudo, a perda da hegemonia européia no mundo para a América propiciou continuados estudos que buscavam entender as causas desse declínio. Os traumas da guerra, a dilaceração do território alemão, a crise no sistema partidário e dos valores, o estado de marginalização no qual boa parte da população encontrava-se, os tratados impostos, tudo isso representava motivo para ressentimentos.

Logo após a morte de Kjellén (1922) surgiu na Alemanha uma revista mensal, cujo nome era um título do seu livro — "Zeitschrift für Geopolitik" — editada por vários geógrafos alemães e que contribuiu sobremaneira com a divulgação mundial do movimento geopolítico. O grupo tinha como chefe o major-general bávaro Karl Haushofer, um militar da corte imperial do Kaiser que conviveu com Ratzel (amigo de seu pai) e teve contatos pessoais com Kjellén. Para ele, a derrota na I Guerra Mundial seguida dos vergonhosos termos do Tratado de Versalhes impostos pelas nações vencedoras do conflito foram fruto da ignorância científica da Alemanha nos problemas fundamentais de seu espaço e era preciso esclarecê-los com base na doutrina ratzeliana.

Assim, focou como um dos pontos básicos de seus trabalhos que a autosuficiência nacional, considerada essencial para o desenvolvimento econômico da
população alemã nos campos econômico e cultural, deveria ser buscada por
intermédio da conquista do "espaço vital", outrora concebido por Ratzel. Essa
idéia, que supostamente atribuía ao Estado o direito de ampliar o seu espaço
geográfico, influenciou a criação da "Tese das Pan-Regiões" – uma espécie de
conjugação de espaços vitais, envolvendo uma variada gama de recursos.
Diferentemente do conde austríaco Richard Coudenhove-Kalergi, que concebera
no período entre-guerras a idéia de uma "Pan-Europa" unificada pacificamente,
Haushofer admitia uma hegemonia eventualmente violenta da potência dominante
(a Alemanha), se necessário, para o controle da região que lhe estava adstrita, no
caso, toda a Europa, o Oriente Médio e todo o continente africano (FERNANDES,
2003, p. 230-231).

Além disso, de acordo com Backheuser (1952, p. 61-62), as idéias de Haushofer refletidas pelas escolhas dos temas abordados na sua revista consideraram, como de geopolítica, todos os problemas políticos, levando-o a

ocupar-se, além dos aspectos centrais de espaço e situação, com questões relativas a raça, migrações, camadas sociais, ocupação econômica do solo, densidade demográfica, circulação e comércio. Suas abordagens acerca do "espaço vital" e das "pan-regiões" dominaram o espírito geopolítico alemão de tal forma, que respaldaram muitas ações do Estado nacional-socialista, levando o seu grupo a sofrer boicotes sistemáticos nos círculos intelectuais.

Todavia, segundo Losano (2003, p. 14), com Haushofer, a geopolítica sai do âmbito das reflexões políticas ou acadêmicas, para tornar-se uma teoria que efetivamente guiava ou justificava a ação política, tornando-se, de fato, uma "ciência aplicada": ou seja, aplicada pelos políticos.

#### 2.2 GUERRA FRIA E O BINÔMIO SEGURANÇA E DESENVOLVIMENTO

Após o término da II Guerra Mundial, os Estados Unidos da América (EUA) adotaram uma nova política na questão da economia internacional, pois pretendiam superar e erradicar qualquer possibilidade de uma nova crise, com vistas a um processo de dominação e supremacia mundial. Com a queda político-econômica das principais potências ocuparam um espaço de predomínio mundial. Da mesma maneira, a União Soviética (URSS) também estava em vias de transformação, e passou a então representar um perigo efetivo aos projetos norte-americanos. Desta feita, as áreas de influência nos países "tutelados" deveriam ser mantidas e, na medida do possível, ampliadas.

Os EUA buscaram justificar essa investida utilizando-se da alegação de defesa da América continental a longo prazo, mesmo sem a URSS ameaçar efetivamente o seu território com projetos expansionistas, como outrora haviam feito a Alemanha e o Japão. A própria condução da política externa soviética sob o manto do messianismo universal da doutrina marxista era entendida pelos analistas americanos da época, como uma demonstração de que o objetivo final da Rússia de Stalin seria a revolução universal, seguida da sujeição do mundo inteiro ao comunismo.

Nesse contexto, a segurança nacional dos Estados Unidos assumiu internamente um posto de destaque e o seu processo de preparação começou a ser projetado por civis muito próximos do poder e oriundos das melhores escolas americanas. Estes tecnocratas gozavam de ampla liberdade nos altos escalões do governo e defendiam a idéia de inutilidade da diplomacia nas questões que envolviam a subversão comunista. Por outro lado, passaram a elaborar os conceitos de uma nova ideologia na área de segurança nacional, a ser transmitida aos militares americanos e, posteriormente, aos aliados dos EUA. O contexto estratégico sobre o qual se assentava esta nova ideologia, pode ser melhor caracterizado a partir dos conceitos de Guerra Total, Guerra Nuclear e Guerra Fria.

A Primeira Guerra Mundial produziu, entre outras consequências, a constatação de que as guerras passariam a englobar todas as atividades da sociedade e cada um dos indivíduos das nações envolvidas. A resolução das guerras no campo de batalha e entre exércitos seria coisa do passado e o teatro de operações estaria em todo lugar. Cada ser humano, uniformizado ou não, seria um combatente, na medida em que, independente de seus atos, sofreria a ação do inimigo. A guerra perpassaria e atingiria de forma devastadora todos os campos da sociedade e não apenas o seu braço armado.

O principal expoente da Guerra Total foi o general Erick von Ludendorf, que terminou a I Grande Guerra como chefe do Estado-Maior Geral Alemão. A nova Doutrina de Segurança Nacional que estava sendo gerida como um instrumento destinado a modelar o Estado ideal, não seria outra coisa senão a expressão daquilo que foi outrora concebido na obra de Ludendorf<sup>2</sup>: "Por sua própria essência, a guerra total não poderá ser realizada senão quando a própria essência do povo inteiro se veja ameaçada e o povo se decida a assumir a responsabilidade.".

Tendo-se modificado o caráter da guerra, era conclusão lógica que se modificava a relação entre política e guerra:

\_

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> LUDENDORF apud PEREIRA, Antônio Carlos. Aspectos totalizantes da Doutrina de Segurança Nacional. In. SELCHER, Wayne A. (Org.). **Política e estratégia**. São Paulo: Ed Convívio, v. VI, n. 2, abr./jun. 1988, p. 253.

Obnubilados pelas doutrinas de von Clausewitz, o governo, a burocracia, o povo e, insisto, uma quantidade de oficiais não percebiam antes e durante a guerra, esta verdade indispensável. O governo e os funcionários não compreendiam que a política tinha uma tarefa completamente nova, e o povo não concebia o que a guerra exigiria dele [...] Segundo esta evolução, e sob a influência de fatos imutáveis, o círculo de obrigações da política deveria ter-se ampliado e transformado a própria política. Esta deve, como a guerra, ter caráter total [...] Como a guerra exige a mais alta tensão, a política total deve já em tempo de paz preparar-se para sustentar esta luta vital em tempo de guerra [...] Tendo mudado o caráter da guerra e da política, as relações entre política e a estratégia militar devem modificar-se. Todas as teorias de von Clausewitz devem ser substituídas. A guerra e a política servem à conservação do povo, mas a guerra é a suprema expressão de vontade da vida racial. Por isso é que a política deve servir à guerra.3

Entretanto, percebe-se que seguir literalmente a interpretação ampliada do conceito de Guerra Total implicaria a construção de uma sociedade permanentemente mobilizada para a guerra e a necessidade que teria sempre a "política total" de identificar clara e precisamente os seus inimigos. Inexistindo inimigos entre os países vizinhos, somente restaria o ônus de identificar o inimigo interno. No limite, segundo Diniz (1994, p. 36), qualquer dissensão poderia ser considerada como uma infiltração destinada a promover o caos e a desordem com o objetivo de facilitar a conquista do país por uma potência estrangeira.

Além de total, a guerra pós-1945 passou a dispor de uma capacidade de destruição maciça de grande intensidade, advinda das armas nucleares. A potência de tal armamento gerou uma situação paradoxal, que se traduziu na expressão dissuasão nuclear: a principal função desse artefato passou a ser, com o tempo, evitar que algum país detentor de armas atômicas pudesse utilizá-las contra um adversário com poderio semelhante ou que cada um tentasse fazê-lo em relação aos aliados mais importantes do outro. A essa teoria da dissuasão convencionou-se chamar de *Mutually Assured Destruction* (MAD) ou Destruição Mútua Assegurada. Assim, não obstante o objetivo basicamente dissuasivo do armamento nuclear, ele era uma realidade fundamental que conformava todo o sistema das relações internacionais originado no pós-Segunda Grande Guerra, inclusive porque nada garantia que ele não seria usado

<sup>3</sup> ibid, p. 17-22.

-

A Doutrina formulada pelo Presidente Truman, em 12 de março de 1947, lançou as bases da chamada Guerra Fria, onde a interpretação da política adotada pelos soviéticos levou os norte-americanos a acreditarem que o comunismo (com uma possível proposta expansionista e imperialista) visava à conquista mundial. Era da mesma forma uma guerra, haja vista a possibilidade de uma destruição completa, porém sem confrontos armados diretos e que se travava não somente no plano militar, mas também nos campos econômico, político, social e psicológico. Fazia-se necessário, pois, a formulação de uma estratégia política que impedisse o avanço identificado do comunismo.

Nesse sentido, sob o impulso do espírito de cruzada de John Foster Dulles, Secretário de Estado de Eisenhover, o governo americano deu plena formulação à doutrina da Guerra Fria e ampliou o conceito de segurança nacional, na medida em que os Estados Unidos passaram a responder pela segurança em todos os países ditos "livres". Por meio deste antagonismo, os países que não estivessem de acordo com esta proteção, consequentemente estariam envolvidos com o comunismo soviético.

A bipolaridade nesta "Doutrina de Segurança Nacional" partia dos pressupostos de que o mundo dividia-se em dois blocos rivais de poder e poderio: um representado pelo comunismo e outro encabeçado pelos norte-americanos. Esta situação implicava, necessariamente, que os demais países deveriam buscar um alinhamento com um destes blocos, uma vez que a realização de seus projetos nacionais somente seria possível com estas alianças.

No entanto, os países desenvolvidos do Ocidente cuja democracia estava consolidada não possuíam condições de se defender totalmente do avanço comunista, pois o respeito ao ser humano e à consciência individual impediam uma repressão mais ferrenha. Já nos países subdesenvolvidos a vulnerabilidade era ainda maior devido às condições socioeconômicas precárias, razão pela qual dependiam da ajuda dos países estabilizados para executar uma defesa eficaz. A chamada "estratégia de contenção" utilizada pelos países sul-americanos esteve subordinada à ajuda dos Estados Unidos, que exigiam em troca alinhamento nas deliberações da ONU, compromisso com o fornecimento de material estratégico, apoio geográfico e logístico ao transporte aéreo e marítimo, estruturação de um

sistema de segurança continental e aproveitamento do potencial demográfico em operações fora do continente (OLIVEIRA, 1976, p. 34-35).

Os últimos anos do governo Eisenhower testemunhariam a consolidação de uma nova forma de conflito, "não clássico", não declarado abertamente, caracterizado por não haver agressão direta, pois poderia envolver setores da população: seria a chamada guerra de "subversão interna". Englobou-se aqui a guerra insurrecional, onde parte de uma população busca a derrubada de um determinado governo e a guerra revolucionária, conflito interno que seria estimulado e financiado pelo exterior, inspirado em uma ideologia marxista e que visava a conquista do poder pelo controle progressivo da nação (ALVES, 1985, p. 45). O exemplo da Revolução Cubana parecia emblemático no que concerne à nova estratégia russa de expandir sua área de influência, a partir de movimentos revolucionários simpáticos ao comunismo soviético.

Entretanto, o início da década de 60 marcou o surgimento das primeiras tentativas de apoiar as ações não-militares dos exércitos da América Latina. Conforme Ribeiro (2006, p. 245), em agosto de 1960, por ocasião de uma conferência militar interamericana realizada na zona do canal do Panamá, o Major General Theodore Bogart, comandante geral do *U.S. Caribbean Command*, falou a uma assembléia composta por representantes da maioria dos principais países da região, que os exércitos poderiam ter um papel significativo no desenvolvimento de suas economias nacionais. A nova abordagem atribuía doravante aos militares um duplo papel: "deveriam encontrar, dentro da tradição e das possibilidades materiais, formas de ajudar o desenvolvimento nacional e, por outro lado, conter o suposto crescimento da subversão comunista".

Somente com a chegada do Presidente democrata John Fitzgerald Kennedy ao poder, tais propostas ganhariam efetiva relevância e estabeleceriam não somente uma nova forma de lidar com a ameaça do comunismo, como também lançariam as bases de um novo compromisso com a América Latina.

Em relação aos negócios latino-americanos, Kennedy estava determinado a tomar a iniciativa em relação aos aspectos da Guerra Fria que diziam respeito ao continente, o que significava duas coisas: tratar mais efetivamente com Cuba e tentar uma reforma social e econômica em larga escala.

Em verdade, Kennedy estava convencido de que o comunismo tornara-se mais virulento do que nunca e que a América Latina era um dos mais perigosos teatros da Guerra Fria. Ganhá-la na região era uma de suas principais preocupações e assim ele continuou pensando até o final de seu governo. O embaixador americano no Brasil, Lincoln Gordon, afirmava de forma categórica que:

[...] a doutrina da legitimidade das guerras de libertação nacional monta, em realidade, a uma licença franca para encorajar a participação no levante comunista em todo o mundo. A América Latina está explicitamente incluída. (GORDON, 1962, p. 110).

Embora a região não tivesse sido o principal tema da campanha presidencial, forjou-se a idéia de um vasto programa de ajuda continental e assumiu-se o propósito de auxílio ao desenvolvimento econômico. Kennedy transformou esta decisão na política chave para os assuntos regionais e lutou para que fosse situada em uma base de longo-prazo, com organização permanente e financiamento adequado. Se por um lado, havia o entendimento de uma clara ameaça militar, consubstanciada na ameaça guerrilheira, perigo que exigia um redimensionamento do treinamento e do equipamento dos exércitos da região, por outro, esta ameaça era percebida, de acordo com Eisenhower (1962, p. 54), como tendo dimensões sociais, econômicas e políticas que poderiam ser melhor enquadradas sob o ângulo de propostas de soluções extra-militares.

No dia 13 de março de 1961, durante recepção aos representantes da América Latina, o Presidente Kennedy Iançou a Aliança para o Progresso, por meio de um discurso transmitido ao vivo em cadeia de rádio para todo o hemisfério ocidental. Ele afirmou naquela ocasião que faria um esforço "[...] sem paralelo em sua magnitude e nobreza de propósitos, para satisfazer as necessidades básicas dos povos americanos por casa, trabalho e terra, saúde e escolas." Propunha, por fim, um plano para "[...] para transformar os anos 60 na década do desenvolvimento." (CPDOC/FGV, 1961).

Em novembro daquele ano, foi criada a USAID (*United States Agency for International Development*), na esteira de uma decisão do Senado Americano que separou os programas de assistência externa dos EUA em militares e nãomilitares. Responsável pela coordenação da assistência externa financeira do governo dos EUA e com ênfase na implementação de programas de

desenvolvimento de longo prazo em países aliados com dificuldades sócioeconômicas, a USAID acabou por incorporar naturalmente a burocracia da Aliança. (FICO, 2008, p. 61).

Após o estabelecimento da Aliança como uma das maiores expressões da política externa dos EUA em relação à América Latina na década de 1960, buscou-se conceber uma política militar que fosse compatível com o programa.

Em vista disso, de acordo com Ribeiro (2006, p. 247), a assistência militar passou a ser vista como um instrumento para se atingir os objetivos políticos, sociais e econômicos dos EUA, certamente mutáveis de país para país. Com o intuito de alcançar-se a maior efetividade deste programa, um dos principais caminhos passava pela doutrinação de pessoal militar para prover assistência em atividades do tipo "nation-building", através da construção de obras de infraestrutura e treinamento em habilidades úteis ao mundo civil<sup>4</sup>. Seria proposto, então, uma clara divisão do trabalho securitário: os Estados Unidos assumiriam "a defesa do continente, enquanto as forças armadas das demais nações focariam seus esforços, doravante, na segurança interna e no esforço do desenvolvimento econômico".

No contexto da doutrina do "nation-building", emerge o conceito de "civic action" <sup>5</sup>, considerado por Biltle (2006, p. 304) como o componente militar da Aliança. Assim, segundo lanni (1976, p. 110), com o argumento de utilizar-se a capacidade de liderança e modernização atribuída às organizações militares de países de Terceiro Mundo, o governo americano passou a recomendar aos governantes latino-americanos a condução de programas de ação cívica em apoio a objetivos econômicos e sociais, paralelamente aos programas de contrainsurreição.

<sup>4</sup> USA. State Department. US military aid policy toward non-NATO countries. In **Foreign relations of the United States**, **1961-1963**. Volume IX. Doc 84, 1961.

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> Ação Cívica: qualquer função desempenhada por forças militares, em cooperação com as autoridades civis, agências ou grupos através da utilização de materiais e recursos humanos militares para o bem-estar sócio-econômico e melhoria da comunidade civil, com o objetivo de construir ou reforçar o respeito mútuo e companheirismo entre as comunidades civis e militares. (USA. FM 41-10, 1962, p. 83)

Essa função modernizadora dos militares fica mais clara a partir do entendimento do conceito weberiano de "organização burocrática". Ao afirmar que a dominação é um dos elementos mais importantes da ação social e que se constitui numa forma de exercício do poder, Weber (1999, p. 187-198) formulou os chamados 03 tipos fundamentais "puros" da estrutura de dominação, que seriam o tradicional-patriarcal, o carismático e a burocracia.

No que concerne à burocracia, Weber (1982, p. 249) atestou tratar-se da forma mais racional de exercício de dominação, porque nela se alcança tecnicamente o máximo de rendimento em virtude de algumas características singulares: precisão, continuidade, velocidade, clareza, discrição, unidade, subordinação rigorosa, redução do atrito e dos custos de material e pessoal.

Tais características são próprias da maioria dos exércitos profissionais permanentes, o que levou Weber (1999, p. 217) a destacar a importância das organizações militares no contexto das organizações burocráticas do Estado e a serviço do Estado.

Além disso, Weber (1982, p. 250) assinalou o fato de que a burocracia oferecia uma plataforma ótima para a viabilidade do princípio de especialização das funções administrativas, atribuídas a funcionários treinados e que, "pela prática constante, aprendiam cada vez mais". Weber reconheceu a competência e o potencial intelectual dos funcionários, fossem eles civis ou militares, para lidarem com os assuntos próprios da função que exercem, bem como sua capacidade de mobilizar recursos e apoios em prol da defesa de seus interesses e do cumprimento de suas missões. Seu comentário acerca da superioridade técnica da organização burocrática poderia muito bem ser associado aos méritos que a organização militar apresentava para ser considerada, por parte do Estado, como um instrumento eficaz na consecução de objetivos políticos, como aqueles preconizados pela Aliança para o Progresso:

A razão decisiva para o progresso da organização burocrática foi sempre a superioridade puramente técnica sobre qualquer outra forma de organização. [...] Em comparação com todas as formas colegiadas, honoríficas e avocacionais de administração, a burocracia treinada é superior, em todos esses pontos. (WEBER, 1982, p. 249)

O cientista político Samuel Finer (2009) é outro a destacar as vantagens da corporação militar, ao afirmar que o Exército é a instituição mais organizada do Estado e possuidora de um intenso e permanente sentimento de solidariedade e apoio à nação. Referindo-se aos exércitos como verdadeiros microcosmos do Estado, ele também elenca as possibilidades de contribuição dos militares na promoção do desenvolvimento de países subdesenvolvidos:

[...] eles possuem seus próprios sistemas separados e independentes de abastecimento, suprimento, engenharia, comunicações, até mesmo de educação. Em economias primitivas podem, portanto, ser ainda melhor tecnicamente equipados do que o setor civil, e [...] são usados para promover o desenvolvimento econômico.<sup>6</sup> (FINER, 2009, p. 12-15).

Huntington (1996, p. 29-32) complementa ao declarar que o corpo de oficiais das organizações militares contém muitas variedades de especialistas, incluindo um grande número que possui sua contrapartida no mundo civil. Existem os profissionais da violência, mas também os médicos, engenheiros, pilotos, experts em comunicações, dentre outros. Estes pertencem ao corpo de oficiais, na sua capacidade como uma organização administrativa do Estado, mas não na sua capacidade como um grupo profissional. Com tal afirmação, ele deseja reforçar a idéia de que a principal responsabilidade do militar é para com o Estado:

A profissão militar existe para servir ao Estado. A fim de prestar o mais elevado serviço possível, todos os profissionais das armas e a força militar que comandam devem se constituir em um eficiente instrumento da política estatal. (HUNTINGTON, 1996, p.91).

Brochado e Souto (1992, p. 139-145) citam como exemplo o Corpo de Engenheiros do Exército dos Estados Unidos (*United States Army Corps of Engineers* – USACE), que possui, desde o começo do século XX, a responsabilidade constitucional de conservar, controlar e bem aproveitar os recursos hídricos do país, no que concerne a armazenamento de água, geração hidroelétrica, navegação interior, controle de cheias e preservação do meio ambiente. Além disso, o USACE é responsável por todas as obras militares dentro

\_

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> [...] they possess their own separate and self-contained systems of provisioning, supply, engineering, communications, even of education. In primitive economies they may therefore be even better technically equipped than the civil sector, and [...] are used for promoting economic developments.

ou fora do território dos EUA, bem como por outras missões que demandem a utilização da engenharia do Exército, como instrumento dos interesses da política externa americana.

Já para Janowitz (1967, p. 15), a moderna tecnologia seria a grande responsável por produzir elevados níveis de especialização nas organizações militares. E no que diz respeito à tecnologia e materiais diversos acumulados por forças armadas de países não-industrializados, o autor sugere ainda o uso alternativo desses recursos:

Os militares acumulam uma quantidade considerável de recursos materiais e tecnológicos. Para a maioria das novas nações, o custo de uma força armada representa uma grande despesa, não obstante a ajuda militar. Basicamente, é impossível avaliar as consequências econômicas das atividades militares, sem levantar a questão do uso alternativo que uma nova nação pode fazer desses recursos. Mas determinadas questões podem ser exploradas. Quais são as contribuições diretas e indiretas para o desenvolvimento econômico dos gastos militares?<sup>7</sup> (JANOWITZ, 1965, p. 75).

Nos países onde esta administração torna-se legítima, existe uma tendência para que a função econômica dos militares inclua também a construção de obras públicas como estradas ou ferrovias. Esta associação na tarefa do desenvolvimento é maior ou menor de acordo com a tradição e procedimentos herdados pela instituição. Todavia, o uso de tropas em ações não-militares é mais eficaz e adequado em setores onde a atividade principal está relacionada com as atividades das forças armadas, tais como transportes, saúde pública, educação ou projetos pioneiros e não-convencionais.

Embora Janowitz (1965, p. 75-77) coloque os parâmetros da "ação cívica" como alternativos em relação à missão principal do profissional das armas, é fato que o sentimento de compromisso maior com a instituição e com a pátria acabe por moldar, de alguma forma, a idiossincrasia deste profissional militar, levando-o

\_

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup> The military accumulates a considerable amount of material and technological resources. For most new nations, the cost of an armed force represents a major expenditure, military assistance notwithstanding. Basically, it is impossible to assess the economic consequences of military activities without raising the question of the alternative use which a new nation might make of these resources. But narrow questions can be explored. What are the direct and indirect contributions to economic development of military expenditures?

sem questionamentos a investir totalmente no cumprimento de suas missões, independente do contexto da atividade que for chamado a desempenhar.

Além disso, conforme atesta Rouquié (1984, p. 127), o conhecimento do próprio país superior ao de qualquer outra instituição, conseguido graças à distribuição de guarnições por toda a extensão do território, propicia ao profissional militar um melhor conhecimento dos problemas da nação, em melhores condições do que políticos e outros especialistas.

Por considerar a ação cívica como um elemento chave da Aliança para o Progresso, a própria direção da Organização encarregou-se de construir a argumentação sobre os militares como "modernizadores", ao defender no seu discurso oficial que as habilidades técnicas, disciplina, capacidade de organização, equipamento e liderança das forças armadas deveriam ser usados na tarefa do desenvolvimento econômico e social. (RIBEIRO, 2006, p. 250-251).

A administração Kennedy deu início aos primeiros programas de ação cívica em 1962, ainda de forma incipiente e destinados principalmente à zona caribenha. Mais tarde, o conceito ganharia força e o apoio do governo Johnson, tendo uma relativa importância no Brasil, onde sua expansão encontraria caminhos não usuais dada a tradição da Engenharia Militar brasileira na construção infraestrutural, particularmente no Nordeste e na Amazônia.

Malgrado todos os ganhos proporcionados pela Aliança para o Progresso, percebia-se que a luta hemisférica era ainda vista como elemento fundamental da Guerra Fria e, mesmo os liberais democratas mais progressistas concordavam sobre a questão de que colocar a América Latina no contexto da ameaça soviética era inevitável.

No ano de 1967, durante uma apresentação em Montreal, no Canadá, Robert McNamara – Secretário da Defesa dos Estados Unidos por sete anos – introduziu um novo condicionante à segurança nacional: o desenvolvimento econômico. McNamara defendeu a idéia de que a estagnação econômica estaria diretamente relacionada com a incidência da violência. Esta afirmação poderia ser comprovada com dados aparentemente irrefutáveis. Da segunda metade do século XX em diante, do reduzido grupo de 27 nações que dominava 75% da riqueza mundial, em apenas um destes países ocorreram conflitos internos; por

outro lado, dentre as 38 nações mais pobres, com índices de renda *per capita* inferiores a 100 dólares anuais, ocorreram graves distúrbios em 32 delas, num curto período de oito anos:

Numa sociedade que se está modernizando, segurança significa desenvolvimento. Segurança não é material militar, embora este possa ser incluído no conceito; não é força militar, embora possa ser abrangida; não é atividade militar tradicional, embora possa envolvê-la. É desenvolvimento; e sem desenvolvimento não pode haver segurança. Uma nação em desenvolvimento, que não se desenvolve, não pode, na realidade, permanecer segura, devido à desagradável razão de seus cidadãos não poderem desfazer-se da natureza humana. Se a segurança implica alguma coisa, implica um mínimo de medida de ordem e estabilidade. Sem desenvolvimento interno, pelo menos em grau mínimo, ordem e estabilidade são impossíveis. (MCNAMARA, 1968, p. 173).

Para grande parte da comunidade internacional, esta associação entre segurança e desenvolvimento tornou-se, desde então, a base da Doutrina de Segurança Nacional. Países em que o nível de subdesenvolvimento era elevado não teriam a menor possibilidade de atingir um patamar adequado de segurança, visto que se encontrariam constantemente ameaçados pela invasão comunista, a qual tomaria proveito de suas fragilidades sócio-político-econômicas.

E havendo uma relação diretamente proporcional entre segurança nacional e desenvolvimento econômico, procurar-se-ia potencializar o modelo de acumulação baseado em uma radical interferência do Estado no planejamento econômico, na produção direta e que garantisse investimentos na infraestrutura.

Essa realidade seria prontamente vivenciada no Brasil durante o Regime Militar que, com recursos advindos da Aliança, utilizou-se de especialistas do Exército Brasileiro para aparelhar a Amazônia brasileira por meio de obras de infraestrutura, com a finalidade de efetivar o processo de integração da região ao restante do País, conforme será apreciado no decorrer desta Tese.

## 2.3 CONCLUSÃO PARCIAL

No seu livro "Paz e Guerra entre as Nações", Aron (2002, p. 255) afirma que na medida em que o espaço mundial pode ser concebido como a moldura

esquemática da política internacional, a geopolítica mostra uma "perspectiva original e fascinante da história das relações internacionais".

Dedicada desde sua criação a servir ao Estado, a geopolítica sempre buscou orientar os objetivos estatais no plano das relações internacionais, especialmente sob a perspectiva do Realismo Político, onde a segurança nacional constitui-se na preocupação central. Nesse sentido, tornou as relações internacionais um instrumento de coesão nacional, subordinando a sobrevivência do conjunto da sociedade ao sucesso ou insucesso das ações estatais levadas a cabo. Daí a preocupação de Vesentini (1996, p. 61) em apresentar a geopolítica:

[...] como o discurso indissociável de propostas de ação do poder político, que procura representar o ponto de vista de um Estado nacional sobre a construção do espaço, tanto ao nível dos interesses desse Estado na ordem internacional como ao nível dos arranjos espaciais no interior do país.

Nascimento (2005, p. 124-125) corrobora essa idéia, ao defender que o debate geopolítico gira quase sempre em torno do problema das relações entre população, território e recursos naturais, enquanto categorias capazes de organizar um discurso pretensamente científico, que dê sentido e transforme em princípio fundante as estratégias desenvolvidas por Estados nas relações internacionais. Em suma, discorre sobre os elementos a partir dos quais se ergue o parâmetro das discussões sobre o papel do Estado na determinação estratégica das políticas coercitivas, quando do controle dos espaços vitais.

A complexidade das relações internacionais desenvolvidas nos marcos da Guerra Fria e a emergência das questões de segurança nacional impuseram a superação da visão geopolítica clássica, marcada, fundamentalmente, pela idéia de defesa e expansão de territórios. A interpenetração da geopolítica com as questões de segurança nacional refletia a preocupação com a garantia de sobrevivência dos Estados, bem como em relação à manutenção de sua autonomia diante das vulnerabilidades manifestadas internamente no país ou da manutenção de sua soberania<sup>8</sup> diante das ameaças advindas do exterior,

\_

Soberania é a prerrogativa exclusiva do exercício da capacidade de mando do Estado nacional reconhecido. Em sua vertente interna, diz respeito ao exercício de autogoverno, de poder de polícia e capacidade de organização político-administrativa, enquanto que em sua esfera externa

normalmente também de cunho estatal. Piletti (2008, p. 38) corrobora essa idéia ao afirmar que os assuntos de segurança internacional, notadamente durante a Guerra Fria, foram discutidos utilizando-se a idéia de "segurança nacional", relacionada à manutenção da autonomia dos Estados nacionais modernos e ao enfrentamento das ameaças a esta autonomia.

Cabe salientar, porém, que questões relativas à segurança de Estados soberanos normalmente acabam por envolver o emprego de forças militares. Nesse mister, a defesa do Estado é missão precípua dos militares. Da mesma forma a manutenção da soberania e a ocupação de espaços vazios e áreas fronteiriças constituem-se, igualmente, como alguns dos mais visíveis encargos dos militares.

No entanto, o presente capítulo também abordou que, consoante às orientações emanadas da Aliança para o Progresso do Presidente Kennedy, com os seus conceitos de "nation building" e "civic action", os militares podiam ter uma participação significativa no processo de construção e desenvolvimento de países do Terceiro Mundo, conquanto um desenvolvimento alinhado com a segurança nacional e que dela recebesse as diretrizes para a concepção de suas políticas sócio-econômicas.

Conforme será visto no decorrer dos próximos capítulos, as idéias de pensadores geopolíticos clássicos como Ratzel, Kjellén, Mackinder e Haushofer influenciariam decisivamente a construção de um pensamento geopolítico nacional. Conceitos como "espaço vital", "heartland" e "pan-regiões" seriam abertamente utilizados por geopolíticos brasileiros, quando da formulação de propostas para as políticas de ocupação e integração dos grandes anecúmenos nacionais, especialmente nas regiões de fronteiras, uma vez que são pontes de ligação com outros países.

Ademais, a sociedade brasileira passaria a exigir um controle mais efetivo sobre esses grandes espaços vazios e mais isolados do território nacional, particularmente a Amazônia, diante do temor concreto de tornarem-se alvos de

diz respeito à sua presença reconhecida, à prerrogativa jurídica e à articulação internacional. (CASTRO, 2012, p. 76)

Ч

interesses e ameaças patrocinadas pela comunidade internacional, incluindo a exploração de seus abundantes recursos naturais. Essa necessidade de manutenção do controle do território é especialmente destacada no pensamento ratzeliano:

[...] se o território é desfrutado apenas temporariamente, a propriedade que se mantém aí é também temporária. Quanto mais sólido se torna o vínculo através do qual a alimentação e a moradia prendem a sociedade ao solo, tanto mais se impõe à sociedade a necessidade de manter a propriedade do seu território. Diante deste último, a tarefa do Estado continua sendo em última análise apenas uma: a da proteção. O Estado protege o território contra as violações vindas de fora, que poderiam reduzi-Naqueles países que alcançaram o apogeu desenvolvimento político, servem a este objetivo não só as fronteiras e as disposições para a defesa destas, mas também o tráfico e o desenvolvimento dos recursos do solo, em suma todos os meios que servem para aumentar a potência do Estado, cuja missão última é e continuará sendo sempre a da proteção (RATZEL, 1897 apud MORAES, 1995, p. 75-76).

Por outro lado, o alinhamento do Brasil com o bloco liderado pelos Estados Unidos da América durante a Guerra Fria, acabaria por favorecer a assimilação de uma Doutrina de Segurança Nacional, concebida para fazer frente à ameaça comunista que rondava o mundo ocidental. Essa Doutrina, que tinha como base o binômio segurança/desenvolvimento, envolveria recursos advindos da Aliança para o Progresso em torno da utilização de forças militares brasileiras, especialmente do Exército, como instrumentos do Estado em missões ligadas ao desenvolvimento e à integração nacional.

Assim, essa influência do pensamento geopolítico, bem como os reflexos advindos da concepção desse binômio segurança/desenvolvimento durante a Guerra Fria, acabariam por causar um impacto profundo nas políticas do Estado brasileiro voltadas à integração da Amazônia ao restante do País. E o Exército Brasileiro seria um importante instrumento estatal para a consecução dessas políticas, como será analisado no curso desta Tese.

## 3. A OCUPAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA AMAZÔNIA BRASILEIRA (1930-1964): PENSAMENTO GEOPOLÍTICO E DOUTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL

## 3.1 O PENSAMENTO GEOPOLÍTICO BRASILEIRO E A INTEGRAÇÃO DA AMAZÔNIA

No final da década de 20, o professor Everardo Backheuser, autor de vários livros, colunista dos principais jornais, articulista de revistas especializadas em geografia e história, iniciou a divulgação dos seus estudos, que, devido à relevância, fizeram com que ele passasse a ser considerado como um dos principais precursores dos estudos de geopolítica no País. A geopolítica, cuja divulgação ele iniciou no Brasil, teve um caráter muito particular, qual seja o de promover o projeto mais amplo de consolidação do Estado Nacional brasileiro e o lançamento do País entre as nações progressistas do mundo. Territorialidade e nacionalidade – elementos profundamente imbricados no contexto da formação nacional brasileira – constituíam-se na estrutura significativa que percorria toda a sua visão do mundo.

Segundo Backheuser (1952, p. 262-263), urgia a necessidade de existir no Brasil uma pré-concebida política de fronteiras que centrasse suas ações no que ele denominou "povoamento produtivo", englobando ações de exploração do solo, estabelecimento de núcleos industriais, lançamento e intensificação de vias de comunicação terrestres e fluviais e até incremento da navegação aérea. Desta forma, entendia ser possível reproduzir no século XX o trabalho dos antigos bandeirantes e realizar "a tão decantada marcha para o oeste".

Em função dessa linha de pensamento, Backeuser (1947, p. 35) defendia a transferência da capital federal para o interior do País, como forma de favorecer o processo de integração nacional e dali estender o sistema de comunicações para as mais distantes regiões de fronteira:

<sup>[...]</sup> é indispensável coordenar a mudança da Capital com uma série de obras públicas que a completem. Sempre imaginei a transferência da Capital como seguida (ou mesmo precedida) de um sistema racional de comunicações, fáceis e baratas, para os diversos azimutes do litoral e das fronteiras terrestres. E por quê?

Porque o problema primordial das nações ocupantes de espaços desérticos é povoá-los de modo estável e duradouro. Para fixar a população ao solo cumpre possuir uma rede de comunicações abundantes, para que se dê a exploração econômica efetiva. A mudança da Capital não é, portanto, um ato isolado, como que solto no ar. Cumpre acompanhá-lo de uma política territorial bem estruturada.

Ainda como forma de enfrentar os perigos do abandono das áreas lindeiras do território nacional, apresentou uma concepção de federalização da faixa de fronteira, por meio da criação de territórios de fronteira, a fim de que essas regiões ficassem subordinadas ao poder central e não às autoridades regionais. A vantagem seria deixar sob responsabilidade da União e do Estado-Maior do Exército todos os encargos de defesa e de valorização humana da mesma fronteira. (BACKHEUSER, 1952, p. 266).

Os anos 30 marcaram o surgimento no cenário brasileiro de algumas concepções mais específicas sobre geopolítica, levando em consideração critérios científicos. Foi nesse período que despontou a figura do Capitão do Exército brasileiro Mário Travassos. Conhecedor das teses de Ratzel e influenciado pelo pensamento de Mackinder, o jovem oficial escreveu em 1931 o livro "Aspectos geográficos sul-americanos", republicado em sua segunda edição com o titulo "Projeção continental do Brasil" (1935) – uma das mais importantes obras do pensamento geopolítico brasileiro.

Em seu livro, Travassos expressou sua preocupação com a influência dos portenhos sobre a Bacia Hidrográfica do Prata e com a expansão argentina em direção à Bolívia. Conhecida como "Doutrina Travassos", a sua obra faz uma reflexão do ambiente político interno brasileiro, considerando as consequências da Revolução de 1930 e apontando, principalmente, para as possibilidades de projeção do País, de modo a conduzi-lo a cumprir sua destinação continental.

Travassos (1947, p. 42-49) via as relações geopolíticas da América do Sul em termos de dois antagonismos dominantes. O primeiro era o antagonismo Atlântico/Pacífico, que dividia as costas sul-americanas; o segundo, o antagonismo Amazonas/Prata, que dividia o escoamento das águas da vertente atlântica do continente em duas desembocaduras distintas. Com relação ao primeiro antagonismo, Travassos sugere como auto-evidente a separação das

duas vertentes, a atlântica e a pacífica, pela Cordilheira dos Andes. Ainda assim, examinando-se a Cordilheira em grandes linhas, percebe-se a existência de algumas "vias de transfusão" onde ambas as vertentes se encontram. Tratam-se dos *pasos* e dos *nudos*; os primeiros, passagens naturais de uma para outra vertente, e os segundos, centros comuns de dispersão de águas. Quanto aos *nudos*, o autor diz ocuparem notáveis posições no anfiteatro amazônico, e que ainda teriam a revelar um fantástico papel funcional.

Quanto ao segundo antagonismo, que divide a vertente atlântica em duas bacias hidrográficas distintas, Travassos vê em ambas ótimos escoadouros para o Atlântico. Sob esse aspecto, a bacia amazônica levaria uma vantagem geográfica com relação à bacia do Prata, por situar-se mais próxima dos pólos consumidores do hemisfério norte. Entretanto, fatidicamente, a foz platina estaria levando uma vantagem circunstancial sobre a foz amazônica, pelo fato de contar com uma rede ferroviária (ligando Buenos Aires a La Paz) que atrairia para o Prata o escoamento do interior do continente sul-americano.

Com o propósito de conter a aludida expansão argentina, Travassos defendia que para onde convergisse as influências platina, amazônica e andina, ali residiria a forma de neutralização efetiva da prevalência da bacia do Prata e a subsequente hegemonia argentina sobre Bolívia, Paraguai e Uruguai (FREITAS, 2004, p. 18).

Ele afirmava que a solução natural para reverter a influência econômica e política da Argentina em favor do Brasil, encontrava-se numa ação sobre o triângulo formado pelas cidades de Cochabamba, Santa Cruz de la Sierra e Sucre, todas no planalto boliviano. Assim, devidamente submetido às influências andinas, platinas e amazônicas, esse triângulo estratégico constituir-se-ia no próprio *heartland* sul-americano. Nesse contexto, ele enfatizava, ainda, o potencial "centrípeto" da bacia amazônica, apresentando-a como uma alternativa vantajosa e viável para o escoamento das riquezas sul-americanas:

Em primeiro lugar, exerce (a Amazônia) decisiva atração sobre o rumo das duas grandes instabilidades geográficas continentais — o planalto boliviano e o centro de dispersão colombiano. Representa, nesse particular, verdadeira força homogeneizadora, emprestando à calha imensa do Amazonas o papel de pêndulo regulador das oscilações daqueles territórios. Em segundo lugar, sua influência se faz sentir através das abertas andinas sobre os

próprios vales longitudinais da Cordilheira, ou seja, sobre a vertente do Pacífico. (TRAVASSOS, 1947, p. 143).

Uma vez que toda essa região no planalto boliviano possuía uma excelente circulação viária com os demais países do Pacífico, Travassos (1947, p. 64-66) sugeriu ligar a ferrovia Madeira-Mamoré a Santa Cruz de la Sierra. Daí para frente, a "espontaneidade viatória da Amazônia", isto é, suas infinitas possibilidades em termos de comunicação, aliada a uma melhor posição junto aos mais importantes feixes de circulação mundial, teria enorme potencial para atrair o fluxo das exportações continentais para a região, contribuindo decisivamente com sua integração ao restante do País. Fica claro no pensamento de Travassos, portanto, o papel central da Amazônia nas estratégias de projeção do poder terrestre brasileiro.

No entendimento de Mattos (1984, p. 74), a solução levantada por Travassos consistia, essencialmente, numa proposta de desenvolvimento e implementação de uma política de viação que contemplasse a pluralidade de transportes (ferroviário, rodoviário, hidroviário, marítimo e aéreo), capaz de neutralizar a favor do Brasil, os desequilíbrios potenciais oferecidos pelas forças geográficas antagônicas do continente sul-americano. Desta forma, buscava-se atingir dois grandes objetivos: garantir a unidade territorial do País e a articulação de suas diversas regiões, e, por último, assegurar a projeção política e econômica do Brasil no continente sul americano.

Outra questão identificada por Travassos dizia respeito à penetração norte-americana no continente. Essa possibilidade, segundo ele, poderia ocorrer, de um lado, pelo Pacífico, através do canal do Panamá, aproveitando-se da instabilidade política decorrente dos conflitos mal-resolvidos na região, notadamente as sequelas da Guerra do Pacífico; de outro, pelos vales do Orinoco e do Madalena, vias naturais de penetração na Bacia Amazônica. Um terceiro caminho existente, utilizando o território das Guianas (todas elas colônias de países europeus, naquele momento), demonstrava ser igualmente uma linha de ação viável, embora implicasse em prováveis sérios problemas com as respectivas metrópoles.

Para os norte-americanos seria naturalmente interessante penetrar no continente sul-americano:

Dada a importância avassaladoramente crescente do avião e do automóvel, sem dúvida nenhuma cabem a borracha e ao petróleo as referências que devem balizar o primeiro lanço às influências político-econômicas *yankees* em território sul-americano. A esses imperativos respondem o controle exercido pelos americanos sobre o petróleo da Venezuela, da Colômbia e do Peru e a atuação da Ford na Amazônia. (TRAVASSOS, 1947, p. 115).

No período dos anos 40 e 50 salienta-se o aporte valioso dos estudos geopolíticos do brigadeiro Lysias Rodrigues, condensados no livro "Geopolítica do Brasil" (1947). O autor destaca a importância do papel da aviação para o desenvolvimento das áreas longínquas e despovoadas do território brasileiro, em particular das fronteiras terrestres. Preocupado com o futuro da fronteira norte brasileira, procurou analisá-la detalhadamente, apontando seus pontos críticos, os problemas locais (principalmente o contrabando de ouro, madeiras, óleos vegetais e pedras preciosas) e mencionando a influência advinda dos Estados europeus ocupantes das Guianas. Acreditava, fazendo coro com a opinião de Backeuser, que se impunha com urgência a necessidade de criação de novos territórios federais naquela região. (RODRIGUES, 1947, p.116-120).

Defendeu ainda com entusiasmo a mudança da Capital Federal; a ocupação do interior do País; a integração mais efetiva do espaço nacional; o estabelecimento de uma divisão territorial mais racional do País; a construção de uma rede de transporte densa e eficaz, para facilitar o fluxo de bens e de pessoas; e, finalmente, o tema que incorpora e norteia os demais, que diz respeito à necessidade de estabelecer-se metodicamente um conceito de "segurança nacional" (RODRIGUES, 1947, p. 87-140). Pregando acerca do potencial de irradiação do progresso que viria com a interiorização da Capital Federal, escreveu:

A mudança da Capital Federal para o interior do país daria um novo e poderoso influxo à economia nacional, por um maior incremento à produção, pela melhor distribuição da riqueza e seu melhor aproveitamento. Forçando-se a abertura para todos os quadrantes, de vias e meios de comunicação, no centro geográfico do país, com a criação da nova Capital Federal, provocar-se-ia um maior rendimento econômico do país, uma maior valorização do elemento humano ali localizado, um melhor índice econômico de todo o interior, com um incentivo crescente

aos mais variados setores das atividades nacionais. (RODRIGUES, 1947, p. 108-109).

Fazendo uma associação com as idéias de Mackinder, o brigadeiro assinalava igualmente a existência de uma "terra-coração" no interior do Brasil, destinada a ser o local da nova cidade-capital e até mesmo "em contados anos, a futura *heartland* do mundo, mercê da ação de poderosos fatores geopolíticos que sobre ela atuariam intensa e incessantemente". (RODRIGUES, 1951, p. 138-140).

Cabe ressaltar ainda que Rodrigues (1947, p. 120) acreditava que o Brasil reunia as condições necessárias para tornar-se uma grande potência, devendo dirigir seus passos de acordo com as linhas que fossem fixadas pela geopolítica, como meio de facilitar a concretização desse projeto e evitar "surpresas dolorosas".

Ratificando esse sentimento de grandeza, Fonseca (1940, p. 38) argumentava que nações que tivessem capacidade para emergirem à condição de grande potência, deveriam direcionar a sua política e a sua estrutura econômica de modo a buscar a consecução deste objetivo. Nesse sentido, ele insistia quanto à necessidade de mobilizar-se a população brasileira acerca deste pleito:

Já é tempo de iniciar-se uma grande campanha educacional para incutir nas classes cultas e no povo a convicção da nossa única diretiva: transformar o Brasil numa grande potência. (FONSECA, 1940, p. 87).

Ele acrescentava que a privilegiada situação geopolítica brasileira, reunindo os três aspectos fundamentais para elevar o País à condição de potência – espaço, posição e matérias primas – contrastava com a dura realidade de uma nação desarmada e presa fácil da cobiça pelos insatisfeitos (FONSECA, 1940, p. 82).

Daí a necessidade da criação de um exército moderno, capaz de contribuir com a defesa e integração do Estado possuidor de terras virgens e de riquezas naturais, ou correr o risco de forçosamente vir a desaparecer. (FONSECA, 1940, p. 192).

Merece grande destaque também, de acordo com Dockhorn (2002, p. 42), o pensamento geopolítico e a produção acadêmica do Tenente-Coronel Golbery do Couto e Silva, que, inclusive, vieram a contribuir teoricamente com a questão da Segurança Nacional no Brasil.

Tendo iniciado a escrita de suas concepções geopolíticas quando do exercício das funções de adjunto do Departamento de Estudos da ESG, no período de 1952-1955, Golbery afirmava que a humanidade vivia uma época dramática, onde valores e conceitos estavam sob suspeita. No interior de cada Nação e na relação entre os Estados a insegurança prevalecia, tornando-se cada vez mais um problema que afetava toda a humanidade, condenando-a a um estado de vulnerabilidade.

Como cada Estado procurava atingir seus objetivos, era natural que antagonismos surgissem, cabendo à diplomacia a missão de mediar possíveis oposições. Caso a diplomacia não conseguisse resolver essas divergências e se os objetivos fossem realmente imprescindíveis para ambos os lados, a guerra representava a "instância" final na busca de uma resolução e podia ser determinante para a própria sobrevivência do Estado. Para Golbery seria essencial a essa sobrevivência a manutenção do território, base física do Estado, "[...] uma vez que sua mutilação redundará, em qualquer caso, em prejuízo da integração e em relação do bem-estar, da prosperidade e do prestígio nacionais." (SILVA, 2003, p. 206).

Assim, fundamentando-se em suas concepções de segurança nacional, Golbery elaborou uma teoria geopolítica que não somente associou a proteção do território nacional à ocupação dos espaços vazios que tornavam o País mais vulnerável (MARQUES, 2001, p. 45), mas também contribuiu na formulação de Objetivos Nacionais (ON)<sup>9</sup> condensados em torno da necessidade de segurança (SILVA, 2003, p. 262).

Nesse sentido, embora considerasse o Brasil um País "territorialmente satisfeito", pregava a necessidade de ocupação e exploração do espaço vital

-

<sup>&</sup>lt;sup>9</sup> Objetivos Nacionais (ON) são a cristalização de interesses e aspirações que em determinada fase da evolução da comunidade toda uma nação busca satisfazer (BRASIL – ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS, 1975, p. 55).

brasileiro já conquistado, de modo a contribuir para a superação do profundo desequilíbrio econômico e cultural entre as regiões do País. Referindo-se ao "Brasil de Oeste" com amplos espaços vazios e riquezas praticamente inexploradas, destacava o risco da cobiça estrangeira e a necessidade de incorporá-lo realmente à Nação,

[...] integrando-o na comunidade nacional e valorizando a sua grande expressão física hoje ainda quase completamente passiva. Tarefa sem dúvida gigantesca que está a exigir um planejamento cuidadoso e a longo prazo e que consumirá largos anos para sua realização, além de recursos vultosos de toda ordem. Mas é preciso que não esqueçamos que o vácuo de poder, como centro de baixas pressões, atrai de todos os quadrantes os ventos desenfreados da cobiça. E, portanto, se larga é a empresa e sobremodo difícil, impõe-se pelo menos dispor sem tardança, na cintura dessa imensa área vazia, postos avançados de nossa civilização, convenientemente equipados para que possam testemunhar a posse indiscutível da terra, à espera dos melhores dias de uma integração e valorização contínuas e totais, estejam em condições de opor-se a quaisquer veleidades alienígenas de penetração. (SILVA, 2003 p. 35).

Além disso, sua defesa de uma geopolítica de expansionismo interior, de integração e valorização territoriais, sem demonstrações de interesses expansionistas além-fronteiras (SILVA, 2003, p. 207), encontrava sustentação na constatação do indiferentismo e abandono com que eram tratadas, especialmente, as fronteiras mortas da região amazônica, deixando-as abertas a penetrações dissimuladas oriundas do exterior (SILVA, 2003, p. 45).

Sua visão do território nacional consistia na existência de um núcleo central de desenvolvimento (a região Sudeste), três "penínsulas" (ou "istmos") onde o desenvolvimento estaria presente em menor escala (as regiões Sul, Centro-Oeste e Nordeste), e uma imensa região ilhada das demais, não atingida pelo desenvolvimento (a região amazônica). Sua estratégia de integração para o vasto território nacional consistia no fortalecimento dos laços (ou melhor, das condições viárias gerais) entre o núcleo e as penínsulas, e, então, partir para a incorporação da "ilha" amazônica:

A primeira tarefa, pois, visando à integração e valorização do território nacional, há de ser forçosamente a de vitalizar esses três istmos de circulação, de maneira a, de um lado, articular solidamente de norte a sul nossa atual base ecumênica e, de outro lado, consolidar o avanço já esboçado para noroeste, a partir do núcleo central que, geográfica e historicamente, é a

verdadeira plataforma para penetração e conquista do interior. Somente a seguir, depois de nos havermos debruçado sobre a Hiléia amazônica, poderemos pensar em conquistar a grande ilha brasileira de noroeste por uma manobra concêntrica que combine o avanço do sul para o norte, ao longo dos afluentes da margem direita do grande rio, com a penetração pela embocadura do Amazonas e sucessivamente a montante de seus tributários de uma e outra margem — seguindo os mesmos rumos que, em épocas já distantes, com meios muito rudimentares e propósitos bem diversos, bandeirantes e missionários esboçaram em seu admirável desbravamento daquele deserto verde. (SILVA, 2003, p. 37).

Essa incorporação se daria segundo dois caminhos: a utilização da região Centro-Oeste como base avançada e o aproveitamento do eixo navegável do rio Amazonas, tendo Manaus como o "fulcro do sistema" de articulação da Amazônia com o território nacional, desbancando o triângulo Belém-Amapá-Santarém na Amazônia Oriental (SILVA, 2003, p.167).

Para Tilio Neto (2003, p. 105), com a idéia de união das três áreas ecumênicas atlânticas ao centro e à Amazônia, Golbery esperava criar condições de circulação que possibilitassem a integração e o desenvolvimento do território nacional como um todo. Assim, fortaleceria o País em sua totalidade, livrando-o da contingência de depender quase que exclusivamente dos transportes marítimos periféricos para as comunicações entre seus focos de civilização.

Dessa forma, a incorporação definitiva de todo o amplo domínio, em grande parte ainda vazio do homem e da civilização fecundadora, seria efetivada mediante a viabilização de uma manobra geopolítica definida em três fases, de forma alguma estangues no tempo:

- [...] 1ª articular firmemente a base ecumênica de nossa projeção continental, ligando o nordeste e o sul ao núcleo central do país; ao mesmo passo que garantir a inviolabilidade da vasta extensão despovoada do interior pelo tamponamento eficaz das possíveis vias de penetração;
- 2ª impulsionar o avanço para noroeste da onda colonizadora, a partir da plataforma central, de modo a integrar a península centro-oeste no todo ecumênico brasileiro, para o que se combinarão o processo da mancha de azeite, preconizado por Lyautey, e o dos núcleos avançados atuando como pontos de condensação;
- 3ª inundar a civilização a Hiléia amazônica, a coberto dos nódulos fronteiriços, partindo de uma base avançada constituída no centro-oeste, em ação coordenada com a progressão lesteoeste segundo o eixo do grande rio. (SILVA, 2003, p.167).

Corroborando o pensamento de todos os demais geopolíticos brasileiros tratados anteriormente nesta Tese, Golbery enfatizava a importância de uma base no Centro-Oeste brasileiro para efetivar a conquista da Hiléia amazônica, razão pela qual, ao comentar acerca da fundação de Brasília, demonstrava não ter dúvidas acerca da natureza estratégica deste empreendimento e de suas consequências para o esforço de integração do setentrião brasileiro ao restante do País:

A interiorização da Capital Federal, com tudo que sem dúvida acabará representando, principalmente através da reorientação já esboçada de toda a rede circulatória, virá a ajudar a ocupação da extremidade setentrional do *heartland* central, cujo dinamismo se verá, ao cabo, também multiplicado. [...] Passados quatro séculos e meio de nossa história, somente o *heartland* central [...] vai atingindo, em pleno, o seu desenvolvimento geopolítico de vasta área de concentração ecumênica, centro de propulsão econômica, encruzilhada complexa de caminhos, nó de amarração natural de todo o bloco continental, plataforma essencial ao futuro expansionismo para o interior. (SILVA, 1981, p. 123).

Segundo Costa (2000, p. 65), posteriormente durante o Regime Militar e por ocasião do estabelecimento de políticas territoriais para o País como um todo, Golbery materializaria de forma oficial sua atenção especial para com a região amazônica:

Num documento governamental que antecedeu o Programa Estratégico de Governo, chamado "Diretrizes de Governo" (1967), essa preocupação do Estado com a Amazônia é colocada claramente. Ele previa, em sua página 138, que as políticas de ocupação da região deveriam perseguir um duplo objetivo: "a preservação das fronteiras internacionais" e a "incorporação de sua economia ao todo nacional".

Por fim, vale ressaltar o pensamento de Carlos de Meira Mattos (1975, 21-22) e sua análise das concepções do Brasil como País de vocação continental e marítima, ao mesmo tempo. Segundo ele, se por um lado o Brasil possui duas vezes mais fronteiras terrestres do que litorâneas — o que lhe confere uma vocação continental — também é verdade que o País tem seus núcleos históricos de povoamento e desenvolvimento voltados para o Atlântico, o que revela uma vocação marítima.

No entanto, considerando que a maritimidade brasileira já tinha sido extensamente explorada desde os primeiros tempos da colonização, sugeria a continentalidade como o novo campo a ser explorado e desenvolvido, destacando que o abarcamento do *heartland* central concebido por Golbery representaria um impulso decisivo à concretização da "Marcha para o Oeste" e consequentemente à integração dos grandes espaços vazios, incluindo a região amazônica. (MATTOS, 1975, p. 59)

O grande espaço interno que Meira Mattos via como sendo necessário integrar e fortalecer era justamente a região amazônica. Ele entendia que para se obter sucesso na ocupação e desenvolvimento da região, era necessário considerá-la em sua totalidade, pensando-se no conjunto das diversas Amazônias nacionais (MATTOS, 1980, p. 169).

Vale salientar que Meira Mattos, ao contrário de seus antecessores geopolíticos, mostrava preocupação com a dinamização econômica da Amazônia tanto quanto com sua ocupação; daí sua proposição, baseada na teoria de Haushofer das Pan-Regiões, de uma geopolítica Pan-Amazônica que conjugasse os espaços e recursos dos países amazônicos, de modo a privilegiar um legítimo espírito de cooperação, que criasse condições para uma integração regional. E para Meira Mattos, a integração da Pan-Amazônia coincidia com a própria integração da América do Sul (MATTOS, 1980, p. 175).

Trabalhando a partir desse conceito de Pan-Amazônia, Meira Mattos (1980, p. 152-156) apontou ainda três frentes possíveis de abordagem à região, de onde seria mais fácil promover programas de ocupação e desenvolvimento. A primeira e mais evidente seria pela desembocadura do Amazonas, subindo pelo leito desse rio e de seus numerosos afluentes. Essa era a estratégia adotada desde o século XVII, com a fundação de Belém no lado sul da desembocadura.

A segunda estratégia seria descer para a Planície Amazônica a partir do Planalto Central Brasileiro. Era justamente esta a idéia que comandava os planos de desenvolvimento da Amazônia a partir dos anos 1960. Os presidentes Médici e Geisel, por exemplo, propunham interligar as hidrovias da região e conectá-las ao restante do País por meio de rodovias.

A terceira frente, ainda pouquíssimo desenvolvida, seria a chamada frente fronteiriça, ou seja, o arco que vai de Roraima a Rondônia, e que englobava todos os afluentes da margem norte do Amazonas e parte dos afluentes da margem sul. Essa frente envolveria nossas fronteiras com a Guiana, Venezuela, Colômbia, Peru e norte da Bolívia, e seria fundamental para o desenvolvimento conjunto de uma Pan-Amazônia que possui um altíssimo nível de continentalidade. No entanto, a inexistência imediata de um sistema pronto de estradas devidamente servido por uma rede de pontos de apoio acarretaria a necessidade de utilização dos cursos navegáveis como o principal meio de articulação ao longo desta frente.

Assim, assentado nos pressupostos de respeito à soberania dos países da região e de incitamento à solução comunitária na programação dos projetos de índole integradora, Meira Mattos propôs a criação de centros ou pólos internacionais nessas regiões de fronteira, articulando a Amazônia e, consequentemente, a América do Sul. O autor sugeriu como candidatos três pólos principais: o primeiro centrado em Boa Vista (Roraima), ligando-se a Manaus, à República da Guiana e à Venezuela; o segundo, entre Brasil, Peru e Colômbia, teria lugar às margens do rio Solimões, onde a via fluvial se apoiaria nas pequenas cidades da região fronteiriça para ligar Manaus a Iquitos, no Peru; o terceiro pólo internacional seria estabelecido em torno de Porto Velho (Rondônia) e Rio Branco (Acre), articulando-se com Cuiabá e Manaus e com a Bolívia (MATTOS, 1980, p.155-156).

Ao perceber o desenvolvimento da Amazônia como um projeto comum a todos os países amazônicos, Mattos (1980, p. 138) destacou que a assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), em 1978, tendo como signatários Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, veio a constituir-se num impulso decisivo ao processo de integração daquela região. O general chegou mesmo a citar o ministro Rubens Ricupero, que ao discorrer sobre o TCA, sugeriu que:

<sup>&</sup>quot;[...] a regionalização ou consagração da vocação regional da Amazônia é o melhor antídoto para coibir o aparecimento de modernas reencarnações da desmoralizada mas persistente manobra da internacionalização." (MATTOS, 1980, p. 122-123).

## 3.2 A OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA: DE VARGAS (1930) A CAFÉ FILHO (1955)

A década de 1920, logo após o final da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), representou uma renovação ideológica para o mundo todo. Os países vencidos na guerra pensavam em outras fórmulas para apressar o processo de reconstrução nacional, além do liberalismo democrático que caracterizou o século XIX, com seu pacto social baseado na Constituição, eleições, oposição e debates.

A principal "fórmula" apresentada para agilizar essa reconstrução foi a concepção de um Estado forte, ditatorial, que acelerasse o desenvolvimento, disciplinasse a sociedade, afastasse os descontentes e criasse condições para permitir a recuperação do tempo perdido. A aventura fascista iniciava assim seus primeiros passos com a Itália e a Alemanha abrigando as primeiras experiências totalitárias.

Neste período, vários intelectuais e artistas tentaram primeiro "explicar" o Brasil, para depois formular propostas de soluções. Algumas dessas "explicações" partiam igualmente da idéia de que o liberalismo pouca utilidade possuía para as exigências do desenvolvimento brasileiro, o que sugeriria como solução, a adoção de um Estado forte, todo-poderoso.

As idéias favoráveis ao Estado forte ganharam muitos adeptos. As soluções liberais que sempre estiveram presentes nos discursos dos políticos brasileiros não eram bem recebidas pelas lideranças tenentistas<sup>10</sup>. A partir da década de 1930, após a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, a integração nacional passou a ser considerada fundamental para o desenvolvimento do País, razão pela qual a expansão territorial, assegurada a partir de uma ocupação controlada pelo Poder Central, ganhou novo ímpeto.

O movimento modernista, cujo marco simbólico no Brasil foi a Semana de Arte Moderna realizada em São Paulo em 1922, teve uma participação fundamental ao estimular o espírito crítico e o engajamento quanto aos problemas nacionais. Ao questionar a falta de conhecimento dos brasileiros sobre sua

\_

<sup>&</sup>lt;sup>10</sup> Tenentismo: movimento liderado por jovens oficiais de baixa patente do Exército Brasileiro no início da década de 1920, descontentes com a situação política do Brasil. (KOSHIBA; PEREIRA, 1996, p. 259)

própria terra e partindo dos embates envolvendo os conceitos de industrialização/modernização versus arcaísmo/tradicionalismo, acabou sendo cooptado por Vargas devido à coincidência de propósitos com o Estado recémimplantado. Assim, a intelectualidade foi chamada a participar da consolidação desse Estado "reconstrutor", na criação do sentido de nacionalidade e de uma identidade cultural própria (FERREIRA, 2001, p. 38).

Já o Exército, que havia apoiado militarmente Getúlio Vargas no processo de derrubada da Primeira República, buscava de alguma forma influenciar o novo governo, por acreditar que só a modernização do País e o fortalecimento de suas instituições seriam capazes de transformar o Estado brasileiro. As idéias e a própria ação do General Pedro Aurélio de Góes Monteiro, o chefe militar do Movimento de 1930, foram exemplos marcantes da percepção que o pensamento militar adquiriu quanto a seu papel e função na sociedade.

Como os políticos brasileiros, instrumentalizados pelos seus modelos, já haviam provado sua incapacidade de organização do País, caberia ao Exército e à Marinha a tarefa de fazê-lo. Góes Monteiro explica os motivos da "escolha" dessas instituições:

[...] só à sombra deles é que, segundo nossa capacidade de organização, poderão organizar-se as demais forças da nacionalidade. O Exército e a Marinha são por conseguinte os responsáveis máximos pela segurança interna e externa da Nação, precisando para este fim serem evidentemente tão fortes quanto possível [...] Nestas condições, as forças militares têm de ser, naturalmente, forças construtoras, apoiando governos fortes, capazes de movimentar e dar nova estrutura à existência nacional, porque só com a força é que se pode construir, visto que com a fraqueza só se constroem lágrimas [...] (MONTEIRO, 1932, p. 156-157).

Pela primeira vez um militar estende as funções das Forças Armadas além de suas obrigações normais, dando-lhes a característica de "forças construtoras". Na esteira do processo de renovação nacional ansiado pelo movimento tenentista, Góes Monteiro (1932, p. 133) procurou enfatizar claramente qual seria o papel do Exército ao atribuir-lhe esta função:

O Exército é uma entidade essencialmente política; e virtualmente todos os aspectos da política nacional o interessam, pois é dela que, até certo ponto, emana a doutrina de preparação para a guerra. A política em geral, a política econômica, o sistema de

comunicações, a política internacional e todos os tipos de atividades da coletividade, inclusive de instrução e educação do povo, da produção e do regime político social – tudo, em síntese, afeta a política militar do país [...]

Contudo, para a construção de uma mentalidade nacional produtiva, que sobrepusesse a todos os interesses da Pátria, o discurso de Monteiro (1932, p. 133) acerca dos conceitos de desenvolvimento começou a confundir-se com os de segurança:

A forma mais racional de estabelecer a **segurança nacional** (Grifo nosso) em bases sólidas com o objetivo supremo de disciplinar o povo e obter o máximo de produção é precisamente o de adotar os princípios da organização militar.

Pela primeira vez percebe-se uma abordagem do termo "segurança nacional". Para Trevisan (1987, p. 53) as idéias do general Góes Monteiro seriam, na verdade, uma fórmula para o desenvolvimento do País, e com ele o fortalecimento do seu Exército. Estes conceitos, de fato, formam uma doutrina, através da qual se propõe um tipo de intervenção no desenvolvimento social do País.

A Intentona Comunista de 1935 contribuiu sobremaneira para a fixação da "Doutrina Góes", uma vez que propiciou o surgimento de um inimigo comum e favoreceu a criação daquele espírito de solidariedade que legitima, de fato, o poder de alguém frente ao todo da Instituição. E como liderança incontestável, Góes Monteiro aproveitou-se tanto do medo como da solidariedade, convencendo os oficiais de que suas idéias eram as únicas que efetivamente neutralizariam a ameaça comunista. Na medida em que o Exército ocupasse seus espaços na sociedade, vigiando tudo, da agricultura à indústria, das comunicações à educação, da produção interna à política internacional, seria consolidada aquela "[...] mentalidade que sobrepunha a todos os interesses da Pátria [...]", único antídoto realmente eficaz frente à propaganda comunista (COELHO, 2000, p. 122-123).

De acordo com Trevisan (1987, p. 40-41), os conceitos da nova doutrina desembocaram em uma estrutura de desenvolvimento militarizada e na formação de uma sociedade que perseguia "objetivos nacionais". Porém, ao partir do

conceito do Estado forte, a "Doutrina Góes" tinha um objetivo muito mais amplo: a determinação nacional de alcançar metas pré-estabelecidas, de absoluto interesse militar. O Estado forte era só um meio. O que de fato a Doutrina pretendia era a aplicação sistematizada de uma política coerente, praticada em etapas, visando primeiramente à disciplina do corpo social com vistas ao desenvolvimento econômico. A consequência natural do desenvolvimento econômico seria a construção de uma sólida e eficiente defesa nacional. Esta função privativa, razão de ser do militar, deveria passar a ser também de toda a sociedade e motivo de vida de qualquer brasileiro.

Em 10 de novembro de 1937, o Presidente Getúlio Vargas, com o apoio e incentivo das Forças Armadas, fechou o Congresso, outorgou nova Constituição e estabeleceu uma ditadura batizada com o nome de "Estado Novo". A política do novo regime seguiu as orientações sugeridas por Góes Monteiro, tanto no que se referia à redefinição do papel das Forças Armadas, como no que dizia respeito à política econômica.

O novo plano de reformas punha ênfase na defesa interna e externa, no fortalecimento das Forças Armadas, no desenvolvimento econômico, na promoção das indústrias de base, na exportação. De acordo com Carvalho (2005, p. 110), não há como negar que por trás do autoritarismo do regime, havia um claro projeto de desenvolvimento nacional sob a liderança do Estado e com apoio das Forças Armadas. A própria participação militar no esforço tornara-se mais fácil pelo fato de que oficiais tinham passado, desde 1930, a ocupar posições nos mais diversos campos e setores da administração civil.

Com o acordo em torno do novo regime, os militares assumiram a promoção dos interesses da burguesia industrial emergente, ao enfatizarem a necessidade de industrialização e a importância de integrar ao restante do País, as regiões mais afastadas e desabitadas. Havia um claro interesse do regime forte e centralizador do Estado Novo de incrementar a ação estatal nessas regiões, dinamizando sua economia e melhor aproveitando seus grandes espaços vazios.

Para Ferreira (2001, p. 36), o desconhecimento desses espaços naturais e de suas riquezas favoreceu a intervenção do Estado Novo especialmente na

Amazônia, com vistas a integrar economicamente aquela porção do território ao Brasil e estabelecer uma unidade nacional que priorizasse os interesses do País acima dos interesses dos cidadãos. A exploração adequada e a ocupação efetiva da Amazônia com suas grandes extensões e riquezas de toda ordem tornaramse, então, objetivos que o Estado Novo deveria atingir.

Com base nas idéias firmadas pela primeira geração de pensadores geopolíticos brasileiros, acerca das dificuldades que a exploração da Amazônia exigia e do potencial que a região representava para o Brasil, os militares passaram a considerá-la como área de interesse de segurança nacional e a buscar um melhor conhecimento topográfico da região. Assim, o domínio do território amazônico e de seus recursos naturais tornou-se condicionante à conquista e manutenção dos objetivos nacionais e mesmo um fator essencial à projeção do País no cenário internacional.

A Amazônia ganharia relevância para o Estado Novo, principalmente a partir da "Marcha para o Oeste" (1938), programa do governo Vargas que buscava a integração econômica nacional a partir da colonização de regiões consideradas longínquas e desabitadas. O programa contou com a colaboração intelectual de Cassiano Ricardo, por meio de sua obra "Marcha para Oeste (a influência da bandeira na formação social e política do Brasil)".

A integração seria realizada por meio da conquista e ocupação de fronteiras do País. Para Cassiano Ricardo, a "Marcha para o Oeste" seria a plenitude do imperialismo brasileiro, ou seja, a conquista dos próprios territórios que, de acordo com o discurso oficial, nunca teriam recebido a devida atenção do poder central. Redimensionando e, ao mesmo tempo, recriando a história a partir das inúmeras expedições que se sucederam na conquista dos interiores do País, o autor via o Estado Novo como refundador das antigas bandeiras que desbravaram os sertões brasileiros. Na visão do autor, a conquista e ocupação do próprio espaço nacional a partir de um "espírito unitário" e "anti-federalista" seria o destino final do novo regime, pois só assim o Brasil se veria livre de povos estrangeiros que poderiam se apoderar dos grandes anecúmenos do País (RICARDO, 1942, p. 277-279).

A concepção governamental da "Marcha para o Oeste" continha importantes aspectos simbólicos, pois nenhum presidente até então havia feito o mesmo trajeto de Vargas pelas regiões mais remotas do País. Ao lançar o programa durante visitas a diversas localidades, incluindo os estados constituintes da Amazônia, o próprio líder da nação estaria dando, de forma emblemática, um importante passo para a ocupação efetiva de todo o território brasileiro. (ANDRADE, 2010)

Entre 06 e 14 de outubro de 1940, Getúlio Vargas foi aos estados do Pará e do Amazonas com a estratégia de legitimar o Estado Novo junto às populações locais. A divulgação da excursão foi intensa pela mídia impressa e, durante o mês de outubro, diversos editoriais e reportagens foram escritos relatando as efemérides da visita. Na jornada à capital do Amazonas, o presidente pronunciou um discurso de grande impacto, que ficou conhecido posteriormente como o "Discurso do rio Amazonas". Em suas palavras, Vargas destacou que o grande inimigo do progresso amazonense era o espaço imenso e despovoado, considerado o maior entrave da integração da economia amazônica à nacional. Ao apontar aquele momento como um novo marco histórico, Vargas aludiu que era chegada a hora do País inteiro ter os olhos voltados para a Amazônia:

reconstrução empolgante movimento de consubstanciado no advento do regime de 10 de novembro não podia esquecer-vos, porque sois a terra do futuro, o vale da promissão na vida do Brasil de amanhã. O vosso ingresso definitivo no corpo econômico da nação, como fator de prosperidade e de energia criadora, vai ser feito sem demora. Vim para ver e observar, de perto, as condições de realização do plano de reerguimento da Amazônia. Todo o Brasil tem os olhos voltados para o Norte, com o desejo patriótico de auxiliar o surto de seu desenvolvimento. E não somente os brasileiros; também estrangeiros, técnicos e homens de negócio, virão colaborar nessa obra, aplicando-lhe a sua experiência e os seus capitais, com o objetivo de aumentar o comércio e as indústrias e não, como acontecia antes, visando formar latifúndios e absorver a posse da terra, que legitimamente pertence ao caboclo brasileiro. (VARGAS, 1941a, p. 228).

O caráter internacional da Bacia Amazônica e a sugestão de cooperação com os países ribeirinhos, também foram enfatizados na sua fala:

As águas do Amazonas são continentais. Antes de chegarem ao oceano, arrastam ao seu leito degelos dos Andes, águas quentes da planície central e correntes encachoeiradas das serranias do norte. É, portanto, um rio tipicamente americano, pela extensão

de sua bacia hidrográfica e pela origem das suas nascentes e caudatários, provindos de várias nações vizinhas. E, assim, obedecendo ao seu próprio signo de confraternização, aqui poderemos reunir essas nações irmãs para deliberar e assentar as bases de um convênio em que se ajustem os interesses comuns e se mostre, mais uma vez como dignificante exemplo, o espírito de solidariedade que preside a relação dos povos americanos, sempre prontos à cooperação e ao entendimento pacífico. (VARGAS, 1941a, p. 230).

Percebe-se a reiteração da idéia de um convênio internacional com os países amazônicos, menos focado na segurança e mais voltado para a cooperação.

Em seguida ao discurso, Vargas deu uma entrevista ao *Associated Press*, onde falou mais da conferência entre os países amazônicos e de suas intenções de buscar cada vez mais o entendimento e a integração com os vizinhos sulamericanos:

Quanto à conferência de que falei no discurso de Manaus, devo esclarecer que dela participarão, principalmente, os países vizinhos tributários da bacia amazônica e que precisam fazer escoar seus produtos para o Atlântico. Esses países são a Venezuela, Colômbia, Peru, Equador e Bolívia. Poderão ser convidados os EUA, tendo-se em vista o seu interesse como grande mercado consumidor. Os assuntos a tratar parecem-me da maior importância: intercâmbio comercial, navegação, transportes, tarifas aduaneiras e outros. Devemos chegar a um acordo em que se assegure, praticamente, a expansão das nossas atividades em sentido amplo de solidariedade. A exemplo do recente convênio com a Argentina, esse ajuste de interesses mútuos virá ter salutar reflexo sobre o fortalecimento das relações entre os países americanos. Não devemos cogitar, apenas, de prevenir atritos possíveis, mas, principalmente, de fortalecer os motivos, que nos sobram, para nos unirmos e formarmos uma verdadeira comunidade econômica. É claro que, assim procedendo, aumentaremos nossas reservas de defesa e a nossa capacidade para resistir a qualquer tentativa de absorção. Embora não tenhamos, no momento, felizmente, razões para nos sentirmos ameaçados, cumpre-nos consolidar a obra de solidariedade começada com iniciativas como essas que não visam hostilizar ninguém e só concorrem para desenvolver, entre as nações americanas, o espírito de mútua confiança e a convicção da necessidade de nos prepararmos para enfrentar quaisquer eventualidades. (VARGAS, 1940, p. 89).

O plano de Vargas, de incorporação da Amazônia ao projeto de construção do Estado nacional, foi impulsionado durante a Segunda Guerra Mundial. A entrada dos Estados Unidos no conflito, em 1941, após o ataque japonês à base aeronaval de *Pearl Habour*, motivou a assinatura de acordos com

os países latino-americanos garantindo o livre acesso às matérias-primas dessa região por parte dos aliados. Os Acordos de Washington, firmados entre os governos brasileiro e norte-americano, em março de 1942, comprometiam o Brasil a participar do esforço de guerra ao lado das forças aliadas, suprindo-as de matérias-primas estratégicas, dentre as quais se destacava a borracha amazônica.

Embora o debate político nos Estados Unidos sobre o fornecimento de borracha pela Amazônia frequentemente se apropriasse do discurso da segurança nacional, as divisões também refletiam uma competição entre diferentes pontos de vistas das paisagens e dos povos tropicais. A conflagração global havia suscitado interesse e envolvimento inéditos do governo dos Estados Unidos nos assuntos amazônicos. A recente descoberta do potencial das imensas reservas de borracha da Amazônia para a economia industrial dos Estados Unidos reavivou velhas questões imperiais sobre os trópicos. (GARFIELD, 2009, p. 21).

A operacionalização dos acordos levou os Estados Unidos a criar por meio da *Rubber Development Corporation* (RDC) um fundo de cinco milhões de dólares para melhorar a qualidade da borracha produzida na Amazônia e uma quantia similar para financiar um programa de saúde e saneamento para as áreas produtoras (MOURA, 1980, p.167-168). O acordo previa a venda de todo o superávit exportável de borracha crua do Brasil para os Estados Unidos por um preço fixo, até 31 de dezembro de 1946. Como consequência, procurou-se instalar junto às áreas produtoras toda uma estrutura administrativa responsável por facilitar a concessão desse crédito para os mais diversos fins, incluindo a aquisição de embarcações e o estabelecimento de subsídios para, sob a supervisão geral da Comissão de Controle dos Acordos de Washington, operacionalizar o recrutamento de mão-de-obra para extrair borracha. (MAHAR, 1978, p.12-13).

Nesse sentido, o governo brasileiro incentivou a migração para os seringais amazônicos, principalmente a nordestina, prometendo a descoberta de um "eldorado" capaz de solucionar todos os problemas de sobrevivência daquela população. Assim, centenas de famílias nordestinas se dirigiram para a Amazônia

na busca de melhores condições de vida. Tal política de recrutamento ficou conhecida como a "Batalha da Borracha" e tinha como estratégia formar mão-deobra para as empresas seringalistas da Amazônia e a ocupação permanente do Oeste brasileiro.

Ainda em março de 1942, na esteira da Terceira Reunião de Consulta de Chanceleres Americanos, discutiu-se sobre as terras na bacia amazônica. Esta iniciativa proposta por Getúlio Vargas tinha objetivos claramente de cunho estratégico e econômico, pois mostrava bem as preocupações do governo brasileiro, face à cobiça despertada na Europa em torno da importância geopolítica daquela região. De acordo com Diniz (1994, p. 25), a posição da Amazônia como etapa intermediária de um caminho alternativo para o Norte da África e como retaguarda do saliente nordestino brasileiro, tornaram-na uma área estratégica altamente valorizada.

Outro ponto não menos importante, que representava preocupação para o estadista brasileiro, provinha dos acalorados debates internacionais relativos à questão demográfica mundial e sua distribuição pela terra. Na Europa, alguns setores da sociedade criticavam abertamente os grandes espaços vazios e sua inoperância governamental, em oposição a outros nos quais a superpopulação já alcançava níveis preocupantes. O Brasil, especialmente a Amazônia, fazia parte desse debate; possuidor de enormes espaços vazios, sem uma ocupação planejada e um potencial energético indiscutível, seria incluído como receptor da população mundial das zonas superpovoadas. Tratando deste assunto, Reis (2001, p. 73) alerta para a opinião do sociólogo e demógrafo indiano S. Chandrasekhar que acreditava parecer quase criminoso a manutenção de certas terras pouco habitadas por motivos raciais, políticos ou imperialistas, dentre as quais, o vale amazônico.

Diante de todos esses aspectos e sabedor da importância estratégica que o Brasil desempenhava para as potências de então, Alemanha e Estados Unidos, Getúlio articulou uma nova política para a Amazônia. Esta nova abordagem recomendava o conhecimento das possibilidades de sua colonização, agora sob novas bases de assentamento, e buscava levantar questões de toda ordem como:

a caracterização e disponibilidade dos recursos existentes, a forma de utilizá-los, além do tipo de mão-de-obra e estrutura organizativa (FERREIRA, 2001, p. 37)

Dessa forma, a exploração dos grandes anecúmenos amazônicos com recursos a exigir um manejo adequado, passou a constituir-se num objetivo que o Estado Novo deveria atingir. O projeto de reordenação do Estado brasileiro, como o próprio termo diz, deveria atingir todo o território nacional, não havendo mais diferenças entre o litoral desenvolvido e o interior atrasado, levando-se às regiões esquecidas o desenvolvimento dos grandes centros urbanos.

Essa valorização da Amazônia, contudo, devia ser entendida no contexto das contradições do sistema capitalista, que pregava, por um lado, a existência de centros de inovação e por outro, a existência de áreas periféricas, que proporcionariam o suporte para o funcionamento desses centros. Segundo Ferreira (2001, p. 37), as regiões periféricas até então esquecidas, mas que apresentavam grande valor econômico devido à posição estratégica dos seus territórios e à abundância de recursos naturais, passariam a ser consideradas áreas de interesse de segurança nacional, além de continuarem consumidoras. Seria exatamente o caso da Amazônia brasileira.

A nova política do governo tencionava, pois, transformar em exploração fixa, a exploração nômade realizada na região. O objetivo seria o desenvolvimento do "deserto", fornecendo estímulos aos refugiados das secas, aos marginalizados nas áreas urbanas do Sudeste e aos trabalhadores locais. Por meio de um programa político voltado para a fixação do homem à terra, almejavase criar núcleos de povoamento para ocupar as áreas de fronteira e viabilizar a exploração econômica dos espaços vazios de regiões pouco desenvolvidas no território brasileiro. Como afirmava Getúlio, "o verdadeiro sentido de brasilidade é a Marcha para o Oeste" e o País necessitava de uma reorientação política que efetivasse as facilidades da vida moderna para todos e não somente para a parte da população:

<sup>[...]</sup> Temos a enfrentar, corajosamente, sérios problemas de melhoria das nossas populações, para que o conforto, a educação e a higiene não sejam privilégio de regiões ou de zonas. Os benefícios que conquistastes devem ser ampliados aos operários rurais, aos que, insulados nos sertões, vivem distantes das vantagens da civilização. Não é possível mantermos a anomalia tão perigosa como a de existirem camponeses sem gleba própria,

num país onde os vales férteis como a Amazônia, permanecem incultos e despovoados de rebanhos, extensas pastagens, como as de Goiaz (sic) e Mato Grosso. É necessário à riqueza pública que o nível de prosperidade da população rural aumente para absorver a crescente produção industrial; é imprescindível elevar a capacidade produtiva de todos os brasileiros — o que pode ser feito aumentando-se o rendimento de trabalho agrícola. (VARGAS, 1941b, p. 261).

Todavia, para que fossem viabilizados os objetivos traçados para a Amazônia, somente uma estrutura predominantemente estatal capaz de promover o povoamento e defesa da região, asseguraria a fixação do colono até então nômade, especialmente num momento deveras sensível em que boa parte do mundo ainda estava envolvida na Segunda Grande Guerra. Assim sendo, o governo do Estado Novo resolveu criar os Territórios Federais, atendendo às recomendações dos pensadores geopolíticos já mencionados nesta Tese. As palavras de Vargas referindo-se aos territórios não deixam dúvidas quanto à finalidade desta decisão:

Dispomos de vasto território e não ambicionamos um palmo de terra que não seja nossa. Já o afirmei de outra feita e agora repito: não nos impele outro imperialismo que não seja de crescermos dentro dos nossos limites territoriais para fazer coincidir as fronteiras políticas com as fronteiras econômicas. [...] O escasso povoamento de algumas regiões fronteiriças representa, de longo tempo, motivo de preocupação para os brasileiros. Daí a idéia de Territórios transformá-las em Nacionais, sob administração do Governo Federal. [...] A criação dos territórios fronteiricos nas zonas colidentes e de população esparsa deve ser considerada, por isso, medida elementar de fortalecimento político e econômico. O programa de organização e desenvolvimento desses Territórios resume-se em poucas palavras: sanear, educar, povoar. Eis a finalidade da criação dos Territórios Federais. (VARGAS, 1944, p. 269-271).

Os Territórios Federais tinham uma legislação específica e sua administração estava a cargo de homens de inteira confiança do Presidente da República. O projeto de governo era o de alargar as fronteiras agrícolas para Oeste e Norte do Brasil e garantir a ocupação e a segurança nacional. Em fevereiro de 1942, através do Decreto-Lei Nr 4.102, era criado o Território Federal de Fernando de Noronha e, em setembro de 1943, através do Decreto-Lei Nr 5.812, eram igualmente criados os Territórios Federais do Amapá, Rio Branco, Guaporé, Ponta Porã e do Iguassu.

O Decreto-Lei Nr 5.839, também de setembro de 1943, discorria sobre a administração dos Territórios Federais, propugnando total liberdade aos governadores dos territórios para nomear e demitir prefeitos municipais e comunicar-se diretamente com quaisquer autoridades da esfera federal para tratar de assuntos atinentes à sua gestão. O grau de poderes conferidos a tais governadores representou o ápice da obra centralizadora de Getúlio Vargas para com a Amazônia.

O término da Segunda Guerra Mundial e o restabelecimento do mercado de borracha natural na Ásia, além do desenvolvimento da técnica da produção sintética, mergulharam a economia gomífera amazônica novamente numa crise, agravada pelas dificuldades de estabelecer esquemas modernos de produção (DEAN, 1989, p. 155). Esse processo ocorreu simultaneamente à instauração do regime democrático, com a assunção à presidência da república do general Eurico Gaspar Dutra em 1946 e o início dos trabalhos para a formulação de uma nova constituição.

Nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte de 1946, a Amazônia foi objeto de discussão, especialmente no tocante a uma política de desenvolvimento regional para o País. Numa série de dispositivos, a nova carta constitucional atribuiu ao governo a função de planejar, executar e coordenar políticas públicas de desenvolvimento. Em seu artigo 199, ficava claro que a região amazônica convertera-se em uma preocupação nacional, e que, como tal, deveria ter um tratamento à altura de suas dificuldades e dos esforços do País para promover o seu desenvolvimento:

Na execução do plano de valorização econômica da Amazônia, a União aplicará, durante pelo menos vinte anos consecutivos, quantia não inferior a três por cento de sua renda tributária. Parágrafo único. Os Estados e os Territórios daquela região, bem como os respectivos Municípios, reservarão para o mesmo fim, anualmente, três por cento das suas rendas tributárias. Os recursos de que trata este parágrafo serão aplicados por intermédio do Governo Federal. (BRASIL, CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, 1946).

Como política pública, no entanto, o plano de incorporação da região só teria início durante o segundo governo de Vargas, com o advento da Lei Nr 1.806

de 06 de janeiro de 1953 que criava a Amazônia Legal e a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA).

Em decorrência desse dispositivo, o "Território da Amazônia Legal", foi concebido em critério misto (político, fisiográfico e geográfico), compreendendo os estados do Amazonas e do Pará, os Territórios Federais (hoje estados) do Amapá, do Acre, de Guaporé (hoje Rondônia) e de Rio Branco (hoje Roraima), além de parte dos estados do Mato Grosso ao norte do paralelo 16º, do Maranhão a oeste do meridiano de 44º, e de Goiás (hoje, a parte concernente a Tocantins) ao norte do paralelo 13º, perfazendo um total de cinco milhões e 200 mil km², o equivalente a 61% do território brasileiro. Por outro lado, foi formada na Câmara dos Deputados a Comissão Especial do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, que tinha a missão de elaborar o projeto de lei que deveria regulamentar a aplicação dos recursos financeiros previstos no aludido artigo. Entretanto, a atuação dessa Comissão transcendia uma simples norma procedimental, diante da necessidade de uma definição mais ampla e de alto significado geopolítico, acerca das políticas a serem implementadas no setentrião brasileiro:

Trata-se da maior área contínua do Trópico Úmido do Planeta; portanto, não apenas, o que fazer, mas, sobretudo, como fazer, diante dos países que a cobiçam ostensivamente e do quase total desconhecimento das ciências e tecnologias que deveriam ou poderiam ser aplicadas para utilização de seus recursos naturais. (RIBEIRO, 2005, p. 224).

Somente sete (07) anos após a promulgação da Constituição Federal de 1946, em setembro de 1953, a SPVEA veio a ser efetivamente instalada. Concebida para ser um organismo de planejamento e de execução, sua primeira tarefa foi elaborar um Programa de Emergência para o exercício de 1953. Além disso, deveria elaborar, até junho de 1954, o Primeiro Plano Quinquenal de Valorização Econômica da Amazônia. Do ponto de vista geopolítico, a União, por meio desse Plano e dos que lhe sucederam, nem sempre obedecendo a uma adequada cronologia, assumiu a promoção e o controle do desenvolvimento (ou valorização, na linguagem da época) econômico e social da Amazônia.

Em um período de três meses após a instalação da SPVEA, seus técnicos, reunidos em subcomissões – Agropecuária; Recursos Naturais;

Transportes; Comunicação e Energia; Crédito e Comércio; Saúde; Bens Culturais – apresentaram o primeiro plano de atuação para o órgão, ou seja, o Programa de Emergência, aprovado no Congresso em fevereiro de 1954. O Programa definia a Amazônia como uma área de superlativos em termos de espaço, recursos naturais e propícia a grandes culturas agrícolas. Daí a necessidade de voltar-se a atenção para a região, considerada uma "uma sorte do destino nacional", a despeito da permanente prioridade atribuída às áreas litorâneas constituir uma limitação às possibilidades de desenvolvimento do País e uma ameaça à sua segurança e unidade (BRASIL, SPVEA, 1954, p. 5).

O objetivo era, portanto, levar o progresso para a região, ocupá-la e povoar as fronteiras, com o fim de gerar uma "sociedade estável, progressista e que possa vir a realizar-se e aperfeiçoar-se com seus próprios recursos" (BRASIL, SPVEA, 1954, p. 14). Propunha-se a revisão da economia extrativista, que não produzia formas comunitárias de vida, não fixava o homem ao solo e não desenvolvia a agricultura.

O Primeiro Plano Quinquenal teve sua elaboração concluída logo em seguida, pelos técnicos que dele se ocuparam durante cinco meses. Apesar de mencionar as possibilidades da indústria na região, a idéia motriz era a valorização, com ênfase, mais uma vez, na constituição de uma economia rentável e estável, e com a preocupação de converter a população rural extrativista em uma sociedade assentada em uma economia de base agrícola, concentrada em áreas selecionadas onde houvesse acesso a transportes e a bens naturais.

O Plano foi identificado como um esforço nacional para: a) assegurar a ocupação territorial da Amazônia; b) construir na Amazônia uma sociedade economicamente progressista e que fosse capaz de, com seus próprios recursos, prover a execução de suas tarefas sociais; c) desenvolver a Amazônia num sentido paralelo e complementar ao da economia brasileira (BRASIL, SPVEA, 1954, p. 4). Nesse sentido, a região foi dividida em 27 zonas economicamente recuperáveis (BRASIL, SPVEA, 1954, p. 30), que ao mesmo tempo representavam zonas politicamente estratégicas para a defesa de fronteira e para a unidade nacional.

Com ambos os documentos enfatizando, mais uma vez, a importância e a necessidade de ocupação dos territórios amazônicos, em especial da região lindeira, o governo Café Filho achou por bem reativar em outros termos, uma política bastante antiga e atuante em varias regiões do Brasil desde o século XIX. Com potencial para contribuir com a vitalização da faixa de fronteira e com o estreitamento dos laços com as nações vizinhas, a criação de colônias militares, regulada pela Lei Nr 2.597, de 12 de setembro de 1955, preconizava, no seu artigo 5°, que:

[...] cabe ao Poder Executivo a criação de colônias agrícolas e núcleos rurais de recuperação do elemento humano nacional onde se tornar necessário bem como estabelecer, por proposta e nos locais indicados pelo Conselho de Segurança Nacional, colônias militares com o mesmo objetivo.

Embora a aprovação definitiva do regulamento de implantação das colônias militares de fronteira fosse postergada por mais 04 anos (seria efetivada apenas no governo Juscelino Kubitschek, em 1959), vale ressaltar que após a criação da SPVEA, a Amazônia nunca mais seria a mesma do ponto de vista dos interesses nacionais sobre a região. A entidade tornou-se, com várias limitações e até restrições quanto às estratégias aplicadas, um instrumento de ação da União sobre a Amazônia. Aos olhos do mundo, em especial dos países que ambicionavam suas riquezas ou questionavam a soberania brasileira sobre a região, ela não mais parecia e nunca mais seria tida como uma área abandonada à própria sorte (RIBEIRO, 2005, p. 225).

# 3.3 JUSCELINO KUBITSCHEK: BRASÍLIA, PANAMERICANISMO E VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

As eleições de Juscelino Kubitscheck (JK) e João Goulart processaramse em um clima de instabilidade político-institucional, enquanto a sociedade brasileira ainda estava ressentida com o suicídio de Getúlio Vargas. A posse do presidente e vice-presidente da República assegurou-se via golpe preventivo do General Lott, a 11 de novembro de 1955, demonstrando a ameaça à legalidade constitucional e a instabilidade da democracia no Brasil, cuja preservação dependera momentaneamente da ação intervencionista dos militares.

O presidente Juscelino Kubitschek assumiu o governo estruturando o seu projeto econômico por meio do Plano Nacional de Desenvolvimento, ou Plano de Metas<sup>11</sup>, que previa o desenvolvimento de uma política de atração e ampla participação do capital estrangeiro. A temática do discurso de JK concentrava-se em torno do desenvolvimento, com vistas a superar a pobreza nacional e ocupar efetivamente os imensos espaços vazios no interior do Brasil.

O seu projeto econômico baseava-se numa estratégia diferente da de Vargas, pois privilegiava os bens de consumo sofisticados e apoiava-se em metas físicas de produção. A ideologia nacional-desenvolvimentista expressa em seu discurso reproduzia intensamente as preocupações e anseios do empresariado nacional. JK pensava numa ampliação do processo de industrialização como o melhor caminho para o País alcançar sua independência econômica e superar o subdesenvolvimento.

No entanto, para Vesentini (1996, p. 130), o conceito central da ideologia desenvolvimentista, a soberania nacional, ligava-se à ordem e ao desenvolvimento. Assim, sem deixar de considerar a lógica da Guerra Fria, imersa numa conjuntura internacional onde surgiam ambições expansionistas do comunismo, o Brasil deveria definir-se como parte integrante do mundo ocidental, capitalista e cristão, ao mesmo tempo em que buscaria manter o alinhamento político-ideológico-militar com os EUA, visto como natural e fundamental para a política externa brasileira. Somente com prosperidade, o presidente entendia ser possível atingir um verdadeiro estado de segurança nacional que garantisse superar dificuldades na relação com outras nações:

Estou certo de que somente através do desenvolvimento econômico conseguiremos abrandar a insatisfação que estimula a luta de classes, criar condições de uma vida digna para todos os brasileiros, eliminar preconceitos que perturbam nossas relações com outros povos e atingir a segurança nacional em seu mais amplo sentido. (BRASIL, DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 1956).

\_

<sup>&</sup>lt;sup>11</sup> 30 metas agrupadas em 05 setores, por ordem de prioridade: energia, transporte, indústrias de base, educação e alimentos. (SILVA, 2002)

Com base nas idéias expressas no binômio segurança/desenvolvimento, JK decidiu encampar, definitivamente, um dos temas mais reiterados pelo discurso geopolítico brasileiro desde a década de 1920 (conforme visto anteriormente) e cuja origem remontava aos inconfidentes: o da necessidade de se interiorizar a capital federal, transferindo-a para o Planalto Central.

Apesar de constar como proposta já no texto da Constituição de 1891 e de ser amplamente enfatizada no seio do pensamento geopolítico brasileiro (como demonstrado anteriormente), apenas a partir de 1946 a idéia passou a tomar corpo, vindo a tornar-se uma possibilidade bastante viável na primeira metade da década de 1950. Como consequência, dificilmente o governo que assumisse o poder em janeiro de 1956 seria capaz de ignorar a força de tal demanda nacional. Em que pese não ter dado o devido destaque à construção de Brasília por ocasião de sua campanha como candidato à presidência, Juscelino Kubitschek fez dessa obra a meta síntese de seu governo, tendo procurado agilizar ao máximo a edificação da cidade a partir de novembro de 1956, com o intuito de inaugurar a nova capital durante o seu mandato.

Por outro lado, a partir de meados de 1958, a conjugação de fatores internos e externos levou o governo JK a retomar uma ativa política externa de barganha face aos EUA, bem como um discurso diplomático de tom nacionalista. Dentre os vários fatores apontados por Vizentini (2004, p. 98) para explicar esta mudança de atitude, cabe destacar aqui o fim do "milagre" desenvolvimentista do biênio 1956-1957, a transformação da sociedade brasileira, os crescentes antagonismos sociopolíticos latino-americanos, a Revolução Cubana, a emergência do campo socialista na cena internacional, o incremento da descolonização e a criação da Comunidade Econômica Européia.

Além disso, o momento na América Latina era de exacerbação do nacionalismo, do antiamericanismo e da denúncia do imperialismo. Marcadas por crescentes divergências, principalmente no terreno econômico, as relações entre os EUA e a América Latina caminhavam para um processo de deterioração. De um lado, os países latino-americanos alimentavam esperanças de que os EUA assumissem algum tipo de compromisso que implicasse na disponibilização de recursos destinados a amenizar suas mazelas e acelerar seu desenvolvimento

econômico. De outro, Washington insistia que o desenvolvimento econômico latino-americano era um problema interno do continente, que deveria ser resolvido através da adoção de políticas econômicas responsáveis e da criação de um ambiente favorável ao investimento privado, nacional e estrangeiro.

Essas divergências chegaram a um ponto crítico em 1958, quando o vicepresidente norte-americano Richard Nixon realizou uma série de visitas a países latino-americanos, com o intuito de imprimir um caráter de "missão de boa vontade", mas que acabaram transformando-se num verdadeiro fiasco, mercê das fortíssimas manifestações populares no Peru e, sobretudo, na Venezuela.

Segundo Cervo e Bueno (1992, p. 258-259), em maio de 1958, logo após a viagem de Nixon, o presidente Juscelino Kubitschek enviou uma famosa carta ao presidente norte-americano Dwight Eisenhower, em que lamentava o grau de deterioração das relações hemisféricas e propunha, como solução, uma revisão do pan-americanismo. A retórica do presidente não disfarçava sua preocupação ou anseios de que os EUA proporcionassem uma contribuição maior ao desenvolvimento da região. O enfoque pan-americano no combate ao comunismo deveria sofrer uma reviravolta.

Juscelino tinha suas atenções dirigidas para o crescimento econômico brasileiro e na conjuntura de então, estava a lidar com uma crise econômica que havia levado o Brasil a um acordo recente com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Ele via, naquele momento, uma janela de oportunidade para mobilizar forças externas na direção de um novo sentimento de pan-americanismo. Ademais, havia o objetivo de conduzir o Brasil a uma liderança regional, o que interessava pessoalmente a JK (BANDEIRA, 1973, p. 381-382).

Nascia, assim, a Operação Pan-Americana (OPA), principal iniciativa diplomática do governo Kubitschek, baseada na proposta de que os EUA assumiriam um compromisso político com a erradicação do subdesenvolvimento latino-americano, alocando recursos para investimentos públicos. JK insistia na tese de que o desenvolvimento e o fim da miséria eram eficazes para evitar a penetração de ideologias "exógenas" e antidemocráticas, que se apresentavam como soluções para os problemas econômicos nacionais. Um bom exemplo do conteúdo da doutrina pode ser encontrado nas respostas apresentadas pelo

presidente, durante entrevista concedida ao jornal americano *The New York Times*, em 06 de julho de 1958:

Nossa idéia é de propor que se imprima novo ímpeto e novo alento aos programas de cooperação interamericana mediante uma melhor adequação de órgãos e entidades às necessidades da luta contra o subdesenvolvimento. [...] A América Latina é o elo mais fraco e mais vulnerável de toda a grande coligação ocidental e não está em condições de prestar uma ajuda efetiva ao Ocidente. (BRASIL, MNISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2007, p. 221-222).

Mais notável, por ser totalmente coerente com as novas doutrinas que emergiam então nos EUA é o seguinte trecho de discurso:

No quadro da OPA, a luta pela democracia identifica-se com a luta contra a estagnação e o subdesenvolvimento. O subdesenvolvimento reinante neste Hemisfério compromete moral e materialmente a causa que defendemos. Zonas subdesenvolvidas são zonas abertas à penetração de ideologia antidemocrática. A batalha do Ocidente é, sob muitos aspectos e em todas as suas implicações, a luta pelo desenvolvimento [...] Onde houver miséria a nossa causa estará em perigo. (OLIVEIRA, 1959, p. 418).

O conceito de segurança seria ampliado para além da defesa militar da nação, das questões de fronteira e ameaças de guerra, e também passaria a estar relacionado ao desenvolvimento da América Latina. A democracia ocidental dependia do desenvolvimento dos países pobres, ou seja, a segurança teria como base de sustentação o desenvolvimento (NOLLI e CESÁRIO, 2004, p.200).

Esta foi a estratégia que JK colocou em prática para tentar convencer o governo americano quanto à necessidade de investir recursos para a superação do subdesenvolvimento, uma vez que a indiferença americana ao Programa de Metas era evidente e que, conforme destaca Benevides (1979, p. 237), os EUA estavam muito mais preocupados com o combate à "subversão comunista" do que com o desenvolvimento da América Latina. Aliar desenvolvimento à segurança foi a opção que melhor se adequou ao contexto.

Quanto às Forças Armadas, o importante para JK era conseguir o comprometimento dos militares com o desenvolvimento econômico. Ele reconhecia que não conseguiria governar sem um aparato militar bem estruturado

e tinha convicção de que a manutenção da ordem política no Brasil dependia das instituições castrenses.

Outro fator relevante é que os militares constituíam uma força social organizada nacionalmente, com acesso direto ao aparelho do Estado e tendo sob controle os meios de coerção legal. Poderiam, portanto, garantir a ordem pública (tranquilidade social, disciplina militar) e a ordem política (manutenção do regime, do sistema, pelo combate à subversão), indispensáveis para a implementação de qualquer plano de desenvolvimento. Para Nolli e Cesário (2004, p. 201), tais considerações indicavam que a política de desenvolvimento não se estabeleceria sem o apoio militar.

A ameaça comunista com a possibilidade de infiltração de ideologias extremistas era um forte argumento usado por JK para chamar a atenção dos EUA e dos dirigentes da América Latina, inclusive das Forças Armadas brasileiras (instituições predominantemente anticomunistas) para a questão do subdesenvolvimento. Assim, no seu governo, o desenvolvimento passa a ser encarado como condição necessária para a segurança, já que zonas subdesenvolvidas são zonas potencialmente ocupadas pelo inimigo. As próprias palavras de JK no discurso às Forças Armadas (CPDOC/FGV, 1958) confirmam como desenvolvimento e segurança imbricam-se e como estas questões devem ser do interesse de todos:

[...] Nações economicamente poderosas e subdesenvolvidas convivem no globo. Trata-se de um fenômeno que decorre de causas múltiplas e complexas, que demandam análise cuidadosa. Quero apenas deixar assinalado um aspecto dos mais importantes e que muito deve preocupar-nos: para os países do Ocidente, a solução do problema do subdesenvolvimento interessa vitalmente à segurança coletiva.

Além disso, havia o desejo do Presidente em tornar conhecida para as Forças Armadas a obra continental que estava promovendo e persuadi-las acerca da necessidade de não se limitarem aos objetivos próprios de defesa do País, confirmando a ampliação do conceito de segurança.

Num mundo ainda conturbado pelo pós-guerra e sob o signo do gigantesco conflito ideológico, político e econômico, seria necessário que as Forças Armadas atentassem para uma revitalização do sentimento pan-

americano que garantisse a ordem, impedindo o surgimento e a infiltração de idéias subversivas, particularmente de cunho comunista.

De acordo com Cardoso (1978, p. 259), este sentimento envolvia o modo de vida, as crenças cristãs e as instituições democráticas. As ideologias opostas seriam uma ofensa a todos estes elementos. Portanto, se a fundamentação do esforço para o desenvolvimento residia na segurança nacional, caberia às Forças Armadas, como instituições do aparelho estatal, defender não somente a Pátria, mas todo o Ocidente desta ofensa. As Forças Armadas, nas próprias palavras de JK, constituíam o "cimento da unidade nacional" e o seu esforço é direcionado para diversos objetivos em proveito da nação:

[...] dirige-se, também, aos estudos dos nossos grandes problemas e à valorização do homem brasileiro, mercê de uma ação formadora e educativa que se difunde proveitosamente por todo o nosso território [...] No desenvolvimento dos temas ligados à Operação Pan-Americana, como em todos os assuntos que interessem à segurança nacional, dispondo da valiosa contribuição das Forças Armadas, através de seus órgãos especializados. (CPDOC/FGV, 1958).

A tímida receptividade inicial de Washington à idéia lançada por JK não desanimou o Presidente. Logo depois, ele conseguiu que a embaixada em Washington produzisse um plano geral da OPA, fazendo com que Eisenhower verificasse que ele recebia apoios na região e se constituía em núcleo político com potencial de aglutinação.

Mas segundo Cardoso (2011), com o avanço da luta nacionalista e antiimperialista em Cuba ameaçando a posição estratégica da América Latina, os EUA reforçavam a sua visão de que os problemas do continente resumiam-se às questões de natureza policial, frustrando os objetivos de desenvolvimento econômico proposto pela OPA, sob a liderança do governo brasileiro.

O clima inicial de otimismo presente no Comitê dos 21 – organização formada em novembro de 1958 pelos países que aderiram à OPA – logo se viu substituído por um sentimento de frustração das delegações latino-americanas, diante do pouco interesse demonstrado pelos EUA em empreender um programa de assistência ao resto do continente. Tal posicionamento acabaria por revelar a

inviabilidade da OPA, confirmando a divergência de propósitos entre Estados Unidos e Brasil (BANDEIRA, 1973, p. 390).

Entretanto, a idéia de erradicação do subdesenvolvimento latinoamericano como forma de barrar o avanço comunista no subcontinente seria igualmente sustentada, num futuro próximo, pelos "policy-makers" do presidente Kennedy, ao conceberem a "Aliança para o Progresso" como alternativa para alavancar o desenvolvimento latino-americano. Tal política teria uma importância fundamental na ação integradora do Exército Brasileiro na Amazônia, como será visto em capítulo posterior desta Tese.

Em que pese o fracasso dessa tentativa de soerguimento do panamericanismo, Colby e Dennett (1998, p. 358) apontam que na esteira desta iniciativa, Eisenhower autorizou em 1958, a concessão de linhas de crédito no valor de 400 milhões de dólares para o desenvolvimento da Amazônia, dobrando as pretensões brasileiras formuladas no ano anterior.

Nesse contexto, Campos (2007, p. 203) explica que Juscelino defendia um estudo do real potencial da região para, dentre outras razões, estreitar as relações com os países da fronteira amazônica, por intermédio da melhoria do sistema de transportes, a fim de permitir um maior fluxo de bens e produtos.

Como ação concreta no campo da política externa, o chanceler José Carlos de Macedo Soares buscou, à frente do Ministério das Relações Exteriores (1955-1958), sob liderança do Brasil, iniciar um processo de aproximação com os vizinhos amazônicos que fosse proveitoso para todas as partes:

Relanceando um olhar ao mapa, verificaremos que a Amazônia, que nos pertence em três quartas partes, também interessa à Colômbia, ao Peru e à Bolívia, países vizinhos e amigos. Por conseguinte, é evidente existir um "destino comum" na Amazônia, que interessa a quatro nações, três das quais são ribeirinhas de montante. Valeria, pois, ter presente essa circunstância geográfica, já devidamente assinalada pelo presidente Vargas em seu discurso de Manaus, em 1940. Assim, sendo o Brasil o sócio mais rico em extensão territorial e em haveres financeiros, nada impediria que nossa experiência no assunto, em termos de realização de um vasto plano de aproveitamento econômico da região, fosse comunicada aos países vizinhos, partícipes pela própria geografia da zona banhada pelo riomar. (SOARES, 1960, p. 28).

A respeito desta iniciativa, Reis (1971, p. 375) chega a afirmar que ele próprio teria recebido do Ministro Macedo Soares a incumbência de formar, no Itamaraty, um grupo de trabalho que o assessorasse no desafio de propor "a condução de uma política de integração das seis amazônias, além da brasileira, a boliviana, a peruana, a equatoriana a colombiana e a venezuelana". Reis conclui, assegurando que para Macedo Soares, a grande preocupação sul-americana já não estaria mais centrada na região do Prata, fonte de tantos conflitos no passado:

Agora, ao invés de inquietações e desarmonias, a nossa política teria de ser a da mão estendida lealmente, para uma ação conjugada, visando ao bem comum e ao progresso de todos. E o campo para essa política estava na Amazônia. (REIS, 1971, p. 375).

Já com vistas ao melhoramento do sistema de transportes, parte dos recursos advindos do empréstimo junto ao governo Eisenhower foi empregada na abertura de uma nova rodovia (BR-010), ligando Belém à futura capital a ser implantada no Planalto Central. Tratou-se, ao contrário dos fracassos rodoviários de outrora, do primeiro empreendimento bem-sucedido de interligação da Amazônia com as demais regiões do País, sem, no entanto, ter sido totalmente consolidado (RIBEIRO, 2005, p. 232).

Velho (1979, p. 148) traduziu a importância desta rodovia para o esforço de ocupação dos grandes espaços amazônicos da seguinte maneira:

Tal como no caso da transferência da capital, a ocupação da Amazônia era falada há muitos anos. Mas somente na década de 60, após a abertura da Belém-Brasília, é que parece terem surgido condições reais para que essa ocupação definitiva e em grande escala começasse a se materializar.

A implantação dessa artéria rodoviária, bem como da rodovia Brasília-Cuiabá-Porto Velho (BR-364, cujas obras começaram em fevereiro de 1960) demonstrava que a idéia de interiorizar a Capital Federal, no bojo da "marcha para Oeste", estava associada ao discurso geopolítico de integrar o centro do poder político nacional às regiões mais distantes do País.

Vale enfatizar ainda o sentimento de JK em relação às peculiaridades da Amazônia brasileira, o que exigiria, segundo suas próprias palavras, a adoção de

"soluções próprias e novas" para fazer frente aos grandes desafios daquela porção do território brasileiro (OLIVEIRA, 2009, p. 12). O reconhecimento da necessidade de considerar-se as questões específicas da região foi importante para o aproveitamento de uma política já iniciada no governo anterior e que agora encontrava condições de ser efetivada: a criação de colônias militares (já mencionada anteriormente).

Quase quatro anos depois da promulgação da Lei Nr 2.597, de 12 de setembro de 1955, que regulava a criação de colônias militares, o Decreto Nr 45.479, de 26 de fevereiro de 1959, aprovava o Regulamento das Colônias Militares de Fronteira na Amazônia. Deveriam ser implantadas junto às unidades de fronteira então existentes, que demandariam algumas modificações estruturais para se transformarem em centros de produção e subsistência para a população local, sem perderem sua missão de prover "segurança". No artigo que trata das finalidades das colônias militares, fica clara a preocupação com os núcleos geográficos dos países vizinhos e com as vias de acesso ao território nacional:

[...] criar e fixar núcleos de população nacional nos trechos das fronteiras, situadas defronte das zonas ou localidades prósperas do país vizinho, bem como nos daqueles onde haja vias ou facilidades de comunicações (rios navegáveis, estradas ou campos) que dêem franco acesso ao território nacional. (BRASIL, DECRETO NR 45.479, 1959).

A estratégia de implantação dos núcleos transparece no regulamento, pois teriam que ser atribuídos meios e condições que assegurassem sua permanência e sobrevivência na fronteira. Para tanto, seria necessário um esforço voltado:

[...] ao desenvolvimento adequado demográfico, social e econômico das imensas áreas que medeiam entre os centros de maior expressão da região amazônica e a linha de fronteira, particularmente nos vales dos rios navegáveis de penetração e a cavaleiro de penetrantes. (BRASIL, DECRETO NR 45.479, 1959).

Criava-se assim, pelo menos no plano teórico, dois tipos de colônias: tipo A, quando instalada na própria linha de fronteira ou nas suas proximidades imediatas; tipo B, quando localizada dentro da faixa de fronteira, mas não sobre a linha de fronteira ou suas proximidades. As condições dos sítios em que seriam instaladas foram minuciosamente descritas no regulamento: área, ângulos, frente

em relação à fronteira, seca ou úmida, bem como áreas a serem desmatadas e conservadas, as normas de exploração agrícolas das colônias a serem instaladas na planície sedimentar e fora dela, nos solos cristalinos. Em todo o regulamento transparecia uma noção bastante clara das dificuldades que o meio oferecia, embora muitos prefeitos da região parecessem ou preferissem ignorar:

Na elaboração dos quadros de organização de material deverão ser altamente consideradas as condições climáticas gerais reinantes na Amazônia, de calor e umidade excessivos e a absoluta dependência de qualquer atividade humana aos cursos d'água naquela região onde, exceção da fronteira do território de Rio Branco, os rios substituem as estradas e as colônias militares constituirão pequenas clareiras na selva exuberante e contínua. (BRASIL, DECRETO NR 45.479, 1959).

Também se encontravam discriminados a quantidade e a qualidade do contingente militar e civil das colônias militares. Assim, enquanto na linha de fronteira, isto é, nas colônias do tipo A, não seriam aceitos colonos estrangeiros em hipótese alguma, nas do tipo B eles eram permitidos em até 10% da população brasileira da colônia. O recrutamento do colono, seu ingresso e seu comportamento dentro da colônia eram atribuições de seu comandante. Outras atribuições dele diziam respeito ao controle da presença de elementos estranhos e à fiscalização do comércio de "regatões" com o pessoal da colônia, proibindo a presença dos julgados indesejáveis.

As colônias de tipo A inicialmente previstas no regulamento foram: Clevelândia (AP), Cucuí (AM), Japurá (AM), Ipiranga (AM), Tabatinga (AM), Estirão do Equador (AM), Palmeira (posteriormente Palmeiras do Javari, AM), Thaumaturgo (posteriormente Marechal Thaumaturgo, AC) Brasiléia (AC), Príncipe da Beira (RO), e as demais a serem localizadas nas regiões do Marco BV8 (posteriormente Pacaraima, RR), Normandia (RR) e Abunã (RO). Seriam colônias de tipo B aquelas localizadas nas regiões de Caracaraí (RR), Uapés (posteriormente São Gabriel da Cachoeira, AM) e Santo Antonio do Içá (AM).

Apesar de na prática apenas duas colônias militares terem sido criadas – Oiapoque (1964-1980), no Amapá, e Tabatinga (1967-1984), no Amazonas – a visão geopolítica do projeto seria plenamente observada no futuro, quando da

-

<sup>&</sup>lt;sup>12</sup> Pessoas que usam barcos para percorrer uma determinada região e vender suas mercadorias.

ação integradora do Exército na região, conforme será demonstrado mais adiante nesta Tese.

## 3.4 A CRIAÇÃO DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA: DOUTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL E INTEGRAÇÃO NACIONAL

A experiência de tropas brasileiras na Segunda Guerra Mundial teve múltiplos e contraditórios efeitos sobre o aparelho militar brasileiro, notadamente sobre o Exército. Os oficiais brasileiros passaram por várias adversidades durante a campanha da Força Expedicionária Brasileira (FEB), como a falta de equipamentos e treinamentos adequados para o novo tipo de combate que estava sendo travado na Europa. Antes restritos aos teatros de guerra, os conflitos militares passaram a envolver todos os aspectos dos países beligerantes, corroborando a aplicação dos conceitos de Guerra Total, conforme preconizados por Ludendorf e já abordados em capítulo anterior.

As precariedades materiais do Exército Brasileiro, sua defasagem estratégica e doutrinária, a pouca experiência em engajamentos diretos (a última significativa havia ocorrido na Guerra do Paraguai) ficaram patentes, principalmente se comparadas ao poderio militar norte-americano. Isso fez com que muitos oficiais regressassem ao Brasil defendendo a necessidade de se acelerar o desenvolvimento econômico, visto como condição precípua do chamado "esforço de guerra".

Tal preparo fazia-se necessário, na visão dessas lideranças militares, porque a nova configuração do poder mundial após a vitória dos aliados sobre o Eixo, dividindo o mundo em dois blocos principais (o bloco soviético e o bloco ocidental, dominado pelos EUA), prenunciava um inevitável confronto entre o mundo comunista e o Ocidente.

A par disso tudo, como nova e envolvente realidade, importantes fenômenos de origem e sentido político, econômico e social, ganhavam amplitude na vida das nações, como condicionantes de extrema repercussão nas suas

estruturas institucionais, robustecendo a concepção de Guerra Total, conforme a abordagem de Myiamoto (1995, p. 216-217):

O conflito futuro, afirmam todos, terá mais do que o último, características de guerra integral. Todas as forças morais, econômicas, diplomáticas e militares nele serão lançadas com a maior intensidade e a maior extensão. Daí a complexidade de sua preparação que, como afirmamos, deve ser obra do governo, em seu conjunto. [...] Só com uma organização apropriada de governo será possível uma política de segurança nacional, cuja realização em tempo de paz é uma necessidade premente e permanente — pois a preparação da guerra comanda e domina sua execução.

Observava-se, então, que aspectos puramente militares já se somavam a múltiplos fatores que necessariamente despontavam como de vigorosa influência no encaminhamento dos esforços nacionais, na eventualidade de novos conflitos. Em suma, constatava-se o advento de uma nova fenomenologia que representava uma ameaça em potencial às nações que dela descurassem.

Sensível a esse quadro, Fragoso (1971, p. 4 e 7) explica que a França, já em 1936 – antes mesmo, portanto, da II Guerra Mundial – fundara o *Institute de Hautes Études de la Défense Nationale*, uma instituição voltada ao estudo dessa complexa problemática, onde altos funcionários do Estado e militares da mais elevada hierarquia pudessem analisar, juntos, os problemas de coordenação de todas as atividades que interessassem à Defesa Nacional. Iguais preocupações levaram os Estados Unidos, em 1946, à criação do *National War College*, com nítida orientação para o problema da preparação para a guerra, atendendo às condicionantes da conjuntura mundial que assinalavam a existência de sérios antagonismos entre o Ocidente e o Oriente.

No Brasil, seguindo um entendimento aproximado, a Escola Superior de Guerra (ESG) acabou por tornar-se o ponto central da mudança de variadas concepções político-estratégicas no cenário nacional, tendo recebido influência e contribuição dos EUA em sua implantação. Com a interveniência direta do General César Obino, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), o Brasil firmou um acordo com os EUA, estabelecendo as bases para a vinda de uma missão militar americana oriunda do *National War College*, com o objetivo de reorganizar o Curso de Altos Estudos, com foco em "Segurança Nacional":

A consciência de que era mister criar uma elite preparada para a missão de interpretar as legítimas aspirações e autênticos interesses nacionais, de formular através de um método científico a política e estratégia nacionais, com um critério que transbordasse dos limites da defesa nacional, cujo sentido era restritivo, levou o nosso Governo a pensar, inicialmente, na criação de um curso de altos estudos [...] Tal critério logo evoluiu para o da criação de um "instituto de altos estudos voltado para o planejamento e a direção da segurança nacional." (SILVA, 1976, p. 465).

Segundo Svartman (2006, p. 179-180), "[...] a influência norte-americana na ESG era forte e foi longa, permanecendo ali pelo menos um oficial de ligação até o início da década de 1970 [...]", e grande parte do material didático produzido nos primeiros anos do instituto brasileiro compreendia resumos de conferências de generais norte-americanos, ou textos sobre segurança nacional e geopolítica produzidos por organismos militares dos EUA.

Todavia, apesar da aproximação com os norte-americanos, os militares idealizadores da ESG, como herdeiros que eram de uma geração influenciada pelo Tenentismo, pelas teorias geopolíticas e pelas idéias do general Góes Monteiro (já relatadas em capítulo anterior), tinham a convicção de que se fazia premente criar novos horizontes para o Brasil. Assim, ao expressarem de imediato uma motivação "nacionalista", ou que pelo menos se debruçasse sobre o que entendiam ser a realidade nacional, buscaram uma organização institucional diferenciada, com personalidade e característica próprias. Cordeiro de Farias, primeiro comandante da ESG, apresentou sua opinião acerca desse aspecto em entrevista concedida a Camargo e Góes (1981, p. 417):

Eu sempre digo: nós somos filhos do War College, admitimos com orgulho esta paternidade, mas não existe nada mais diferente do War College do que a Escola Superior de Guerra. Para mim, foi um grande prêmio organizá-la e dirigi-la em seus primeiros três anos de vida. Em 1951, com a ESG já em pleno funcionamento, os americanos me convidaram para ir aos Estados Unidos visitar o War College. Eu lhes disse que preferia receber, no Brasil, a visita do comandante do War College, a fim de que conhecesse a ESG e verificasse como ela estava dando seus primeiros passos. Ele veio e ao voltar, na plataforma da Escola, disse em público: "Não conheço nada mais diferente do War College do que a Escola Superior de Guerra do Brasil. Mas se vocês me perguntarem qual das duas é a melhor, não tenho condições de responder. Deixo o Brasil impressionado, principalmente com essa junção civil-militar que vocês estão fazendo e com a maneira descontraída de construir essa ligação.

Sobre a opinião de Cordeiro de Farias quanto a esta questão, Stepan (1975, p. 129) apontou para os aspectos fundamentais das diferenças de desenvolvimento entre o Brasil e os EUA, colocando a questão da seguinte forma:

Os Estados Unidos, ele argumentava, era um país desenvolvido; assim, sua preocupação fundamental residia na mobilização dos recursos para a guerra. Esta tarefa era atribuída à Escola Industrial das Forças Armadas. Quanto à Escola Nacional de Guerra dos Estados Unidos, sua principal tarefa dizia respeito à política externa. No entanto, na opinião do general Cordeiro de Farias, a questão de uma Força Armada forte, num país em desenvolvimento como o Brasil, não podia separar-se do problema do desenvolvimento econômico, nem a questão da segurança nacional separar-se da educação, indústria ou agricultura. Adivinhou, portanto, que na nova Escola de Guerra brasileira, as funções da Escola Industrial das Forças dos Estados Unidos e da Escola Nacional de Guerra fossem combinadas e, além disso, que a ênfase sobre os aspectos internos do desenvolvimento e da segurança fosse maior que na escola similar dos Estados Unidos.

Dessa forma, a ESG abriu-se para a composição de uma doutrina de expansão da nação em seu potencial geral, e não apenas militar, ao ter no conceito de "Segurança Nacional" a sua principal ênfase e dedicação teórica. Segundo Myiamoto (1995, p. 232), o principal documento usado na orientação da redação do regulamento da ESG, com o título "Princípios Fundamentais da Escola Superior de Guerra", lavrado pelo tenente-coronel Idálio Sardenberg em janeiro de 1949, já apontava para esse caminho.

Conforme Hayes (1991, p. 194), a criação da ESG, em 1949, traria grandes resultados, segundo esperavam seus fundadores. Os oficiais brasileiros associavam o método de raciocínio cartesiano e a técnica de solução de problemas que tinham aprendido da Missão Militar Francesa com as normas práticas para a execução de planos que tinham assimilado dos americanos durante e depois da II Guerra Mundial.

Além disso, a escola inovaria em dois outros pontos principais. Primeiramente, não se ateve apenas à questão da política externa dedicando-se à inter-relação do projeto de desenvolvimento econômico, segurança nacional, educação, indústria e agricultura. Um segundo ponto específico estaria exatamente no fato da inclusão de civis especialistas como alunos da escola, envolvendo todas as áreas da sociedade e promovendo uma conjunção de

interesses civis e militares, como ficou bem caracterizado na visão do próprio general Cordeiro de Farias, acerca do principal objetivo da instituição:

Criar lideranças entre civis e militares para enfrentar a eventualidade de um novo estilo de guerra não mais circunscrita à frente de batalha e ao palco de lutas, mas transformada em fato total, que afeta a sociedade por inteiro e toda a estrutura de uma nação. Dentro dessa orientação, os civis das mais diversas profissões precisarão estar prontos para exercer papéis talvez até mesmo decisivos do que o dos militares na guerra. (CAMARGO e GÓES, 1981, p. 413).

Hayes (1991, p. 195) chegou mesmo a considerar que a ESG seria um poderoso instrumento para estreitar as distâncias que existiam entre militares e civis, e que dificultavam a busca pela solução dos grandes problemas nacionais:

Um dos maiores objetivos da ESG era conseguir a fusão entre civis e militares. Os civis do alto escalão da administração pública poderiam associar-se aos militares e receber noções de estratégia, objetivos nacionais e métodos de trabalho com a finalidade de promover uma revolução na cultura nacional e chegar à solução dos problemas nacionais. Esperava-se até mesmo que a ESG iria afastar a "tradicional falta de entendimento entre civis e militares."

Os primeiros três anos de atividades da Escola foram aplicados na seleção e trato de problemas internos e externos, ao mesmo tempo em que se procedia a coleta de subsídios para o esboço doutrinário a ser elaborado. Farias (1950) destaca a necessidade de aproveitar-se do neófito Curso Superior de Guerra (CSG) para, no âmbito de um largo e profundo planejamento, propor soluções aos problemas brasileiros.

Nesse sentido, foram procurados os elementos indispensáveis à formulação de um Conceito Estratégico para o Brasil, buscando-se visualizar o seu potencial econômico e militar. Destacavam-se as desigualdades sócio-econômicas e as disparidades entre as regiões Norte e Sul do País, além do perigo da infiltração comunista e o propósito de manter as vinculações com o bloco ocidental.

A Guerra da Coréia contribuiu para uma nova reflexão acerca do conceito de segurança nacional, na medida em que o inimigo passava a internalizar-se. O comunismo não se mostrava apenas como um perigo fora das barreiras territoriais, mas também se encontrava infiltrado e estimulando conflitos sociais.

anarquias e desordem, aproveitando-se do estágio de subdesenvolvimento que o País atravessava. Segundo Oliveira (1976, p. 22-23), na visão "esguiana" as possíveis causas de atuação comunista na manipulação e potencialização das tensões sociais naquele momento da vida nacional, seriam:

a) o despreparo e ineficiência das elites políticas; b) a inadequação das estruturas políticas e instituições governamentais ao encaminhamento das questões de desenvolvimento econômico e segurança nacional; c) a ingenuidade política e as características culturais do povo brasileiro, que o tornam "presa fácil" da ação comunista; d) infiltração do movimento comunista internacional em todas as áreas, setores e instituições sociais, numa ação que caracteriza uma agressão interna.

O conflito não sendo mais convencional exigiria mudanças na formulação da segurança nacional, a começar pela atuação das Forças Armadas que não ficaria restrita à defesa das fronteiras, uma vez que a sociedade tornou-se suscetível a várias ideologias desconexas de um mínimo de segurança e paz. Se o Nazismo servira como um infeliz exemplo do passado, o comunismo projetava-se para o mesmo caminho de tiranias que acuariam os cidadãos de bem, levando-os a alternativas que acabariam por destruir qualquer possibilidade de se alcançar o tão almejado estado de segurança nacional.

Como a segurança nacional era, em grande parte, "[...] função de maximização racional do produto da economia e minimização de todas as fontes de cisão e desunião dentro do país [...]" (STEPAN, 1975, p. 132), o planejamento e a construção teórica passaram a ser a nova ênfase da ESG. Uma vez discutidos os elementos essenciais de um Conceito Estratégico e as diretrizes governamentais para o seu atendimento, prevendo em bases práticas a mobilização total do País para a guerra, o passo seguinte seria o desenvolvimento de uma técnica de planejamento para a segurança nacional, que se consubstanciaria na formulação objetiva de uma Política de Segurança Nacional.

O antigo conceito de "Segurança Nacional" em vigor desde a Constituição de 1937<sup>13</sup> e limitado somente a ações no âmbito da esfera militar, não seria adequado às novas determinações da doutrina da ESG, e deveria ser

<sup>&</sup>lt;sup>13</sup> BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**, de 10 de Novembro de 1937. Artigo 162

reformulado. Segundo Mundim (2007, p. 55), a mudança deveria partir da própria definição de segurança nacional que, para além do campo militar, passaria a englobar todas as esferas da vida política, econômica e social da nação, base imprescindível para se manter a ordem e o *status quo*.

Um trabalho completo oferecido pelo general Juarez Távora quando do desempenho das funções de comandante da ESG (de dezembro de 1952 a agosto de 1954), revelou-se uma significativa contribuição à concepção básica da Escola, influenciando significativamente a formulação doutrinária a cargo das gerações futuras.

Já na conferência inaugural para o curso da ESG, em 1953, Távora buscou evidenciar a necessidade de envolver os outros campos do poder, além do militar, na construção de um projeto de segurança nacional para o País, ao citar o conceito do Comandante Ralph E. William, da Marinha norte-americana, de que "A Segurança Nacional é o produto de uma política nacional vitoriosa". Távora (1976, p. 228) explicou em seguida que, como objetivo maior do Curso Superior de Guerra e por sua complexidade e dependência política, a segurança nacional deveria interessar a todas as frações da elite brasileira, que, direta ou indiretamente, participariam das atividades de governo e haveriam de contribuir na condução e realização daquela "política vitoriosa."

Na perspectiva de Távora (1953), a "Nação" seria uma comunidade humana com vínculos tradicionais e morais, tendo a mesma origem, as mesmas tradições, os mesmos costumes e os mesmos ideais. Enquanto o Estado seria corporificado por meio de laços político-jurídicos, uma nação deveria alimentar interesses e aspirações de modo a traduzi-los em Objetivos Nacionais. E já que o Estado é apresentado pelo autor como o instrumento essencial de concretização destes Objetivos Nacionais, a falta de uma mentalidade nacional e nacionalista, apontada por Vianna (1974, p. 315-316) como séria característica do povo brasileiro, seria gradativamente superada diante da concepção de um projeto de nação.

O instrumento dessa realização seria o Poder Nacional, definido como a "[...] expressão integrada dos meios de toda ordem de que a nação efetivamente dispõe, no momento considerado, para promover, no campo internacional e no

âmbito interno, a consecução e salvaguarda dos Objetivos Nacionais." (TÁVORA, 1953).

Como ponto de apoio desse Poder Nacional, Távora (1953) elegeu, primordialmente, os recursos naturais do País representados na base geográfica, "[...] já que as condições favoráveis de clima, posição, população, matérias-primas e outros fatores geográficos, condicionam o desenvolvimento adequado do Poder Nacional." Por outro lado, não deixou de acentuar que o mesmo Poder assentavase em fatores políticos, psicossociais, econômicos e militares, nem todos necessariamente derivados da base geográfica.

Em seguida, ao examinar a expressão "Segurança Nacional", ele admitiu que o conceito tornou-se naturalmente dinâmico, condicionado pela evolução dos meios de destruição desta segurança. Levando em consideração os processos de guerra que ao longo dos séculos pautaram a segurança das nações, lembrou o caráter totalizante da guerra e que o conceito de "Segurança Nacional" assumiu novas e complexas características. Tal fato levou-o a cunhar a seguinte conceituação acerca de "Segurança Nacional", que a despeito de alterações subsequentes, haveria de sobreviver no seu conteúdo fundamental:

[...] maior ou menor grau de garantia que, por meio de ações políticas econômicas, psicossociais e militares, um Estado proporciona à coletividade nacional, para a consecução e salvaguarda de seus Objetivos Nacionais, contra a ação adversa de fatores internos e externos. (TÁVORA, 1953).

Acerca de política e estratégia, Távora (1953) complementou seu trabalho recorrendo à opinião de que política (ou política nacional), em sentido mais geral, é "a arte do Governo, em seu conjunto" ou a "arte do estadista", enquanto estratégia nacional, outrora um conceito eminentemente militar, poderia ser agora entendida como o "[...] emprego dos recursos da nação, a fim de alcançar os objetivos nacionais – sem guerra, se possível, mas pela guerra, se necessário". Na sua visão, tais conceitos confundiam-se de tal forma, que nenhum plano de desenvolvimento econômico, cultural ou social do País, poderia ser traçado independentemente das múltiplas e por vezes rigorosas servidões impostas pelos imperativos da segurança nacional.

Um Estado só teria condições de determinar com inteligência seus "Objetivos Nacionais" e de preparar-se para sua realização, se previamente estabelecer os fundamentos de sua Política de Segurança Nacional. Seria igualmente importante a prudente avaliação do potencial e natureza dos obstáculos internos e externos que se opunham ou poderiam opor-se à realização dos referidos Objetivos, bem como a extensão de suas próprias potencialidades e o grau em que poderia transformá-las num tempo útil. Ressaltou também, nesse contexto, a relevância do estudo das conjunturas nacional e internacional, uma adequada sistemática para a formulação de um Conceito Estratégico Nacional e para o planejamento ligado à Segurança Nacional.

Ao fim de sua abordagem, Juarez Távora buscou exatamente ligar as idéias estruturais de uma Doutrina de Segurança e passaria a ter um papel central na orientação das atividades da ESG.

Em 1954, na conferência "A Segurança Nacional e a ESG", Távora redefiniu, com poucas mudanças, o conceito de "Segurança Nacional" a ser incorporado pela Escola em suas atividades curriculares e, definitivamente, pelos manuais básicos ao longo da década de 1970:

[...] grau relativo de garantia que, por meio de ações políticas (internas e externas), econômicas, psicossociais (inclusive atividades técnico-científicas), e militares — um Estado proporciona à coletividade que jurisdiciona, para a consecução e salvaguarda de seus objetivos nacionais, a despeito dos antagonismos existentes.

Considerada, pois, como fator de permanente preocupação no curso de qualquer projeto ou planejamento, quer em tempos de guerras ou crises, quer na paz, a segurança nacional implicaria a própria sobrevivência da nação, como produto de uma política nacional vitoriosa. Por isso ela seria contínua, em face dos antagonismos e pressões, que sempre existiriam e atuariam nos cenários nacional e internacional.

Com isso, os estudiosos da ESG ratificavam a idéia de que o conceito de segurança vigente naquele momento deveria necessariamente perpassar as grandes decisões estratégicas e os mais variados domínios do Estado. E o instrumento difundido pela ESG para a viabilização desse novo estado de

segurança nacional seria a "Doutrina de Segurança Nacional" (DSN), assim definida por Urán (1987, p. 180):

Esta doutrina se apresenta como uma síntese total de todas as ciências humanas, capaz de oferecer um programa completo para a ação. É uma síntese política, econômica, social e de estratégia militar. Ela cobre todas as áreas de ação, desde o desenvolvimento econômico até a educação ou a religião e nelas determina os critérios fundamentais que devem ser levados em conta.

Através da Doutrina de Segurança Nacional, a ESG pregava a associação de uma sociedade em harmonia com este Estado fortalecido, preconizando a união de todos os interesses ou a inexistência de interesses classistas/particulares na condução do Estado. Por outro lado, acatando a idéia de que o Estado era o intérprete autorizado e paladino dos anseios dos variados grupos sociais que o compõe, defendia a tese de que todos os conflitos em que este Estado se envolvesse eram, na verdade, legitimados pela vontade da nação. Esta vontade da nação nada mais poderia ser do que a consolidação de objetivos nacionais, sensibilizando, cooptando, coagindo e atraindo todas as parcelas da população para a concretização do interesse nacional. Os objetivos nacionais, ao lado da segurança nacional, do poder nacional e da estratégia nacional, formariam os elementos por meio dos quais a Doutrina de Segurança Nacional viria a processar-se (DOCKHORN, 2002, p. 43).

Planejamento estatal, industrialização e investimentos em infraestrutura seriam considerados partes integrantes na elaboração de estratégias para vencer os antagonismos e aplicar coordenadamente os recursos da nação. Só assim, a nação evitaria colocar em perigo as instituições, a lei e a ordem, de modo a alcançar seus objetivos nacionais e fortalecer o Estado. Dreifuss e Dulci (1983, p. 91-92) ratificam a idéia de que, para garantir a paz social, a ordem tornou-se imperativa na condução do País:

O reforço da autoridade pública, a centralização política e administrativa, a capacidade do Estado de controlar a vida social eram objetivos salientados pelos militares, sobretudo em face da mobilização sociopolítica que cresceu desde o fim dos anos 50. As reservas em relação à política tinham como contrapartida a ênfase no econômico, por sua importância crucial para o desenvolvimento e portanto para a segurança nacional. O lema "Ordem e Progresso", caro aos positivistas que ajudaram a fundar

a República, atualizava-se na idéia de Segurança e Desenvolvimento. Ao Estado fortalecido caberia levá-la à prática.

Ao longo de toda a década de 50, a ESG protagonizou, de uma forma geral, uma dura crítica às instituições do Estado apresentando-as como incapazes de fomentar o desenvolvimento econômico e promover a segurança nacional. Por outro lado, de acordo com Mendes (2006, p. 116), a Escola desempenhou igualmente uma função importantíssima ao projetar (e difundir) a Doutrina de Segurança Nacional. Geopolíticos militares como Golbery do Couto e Silva (já mencionado em capítulo anterior) não exitavam em afirmar que um Estado moderno deveria ser capaz de promover a total mobilização de seus recursos em pessoal e material, a fim de a possibilitar, inclusive, o preenchimento dos "espaços vazios" deixados pelos esforços infrutíferos do empresariado brasileiro (HAYES, 1991, p.223).

Com o acirramento da crise sócio-político-econômica no período de Jânio Quadros e João Goulart na Presidência, as discussões começaram a tomar corpo dentro da instituição. Se por um lado falavam que o modelo seria exequível dentro do regime democrático estabelecido, por outro, os teóricos da ESG, até 1964, foram pouco explícitos quanto à forma de Estado chamado a por em ação a Doutrina de Segurança Nacional. Ianni comenta acerca dessa questão, destacando que a verdadeira mudança viria a partir de 1964:

[...] o modelo segurança e desenvolvimento não nasceu pronto. Ele foi ganhando desdobramentos, armaduras e aperfeiçoamentos ao longo dos debates, da crescente articulação entre militares e civis, razões econômicas e políticas, do Estado e da empresa privada. Mas talvez se possa dizer que nos anos 1949-64 o que predominou nos escritos e debates da ESG foi a questão da segurança. Foi nesses anos que amadureceu uma metamorfose fundamental na ideologia militar: a doutrina da defesa nacional foi substituída (ou melhor, absorvida) pela doutrina da segurança nacional, entendendo-se esta como segurança interna e externa. (IANNI, 1985, p. 64-65).

As articulações entre civis e militares que resultaram na intervenção de 1964, tiveram como formulações teóricas as designações propostas pela DSN. Esta doutrina proporcionaria a base, por intermédio da qual o Regime Militar brasileiro implantaria políticas de segurança e desenvolvimento que teriam reflexos diretos nos objetivos nacionais, especialmente na integração nacional.

Neste ponto da Tese, torna-se essencial entender o real significado da expressão "integração nacional", enquanto Objetivo Nacional Permanente (ONP)<sup>14</sup>. Já as primeiras iniciativas doutrinárias da Escola Superior de Guerra associavam a integração nacional ao ato de:

Consolidar a inteireza da comunidade nacional (língua, ascensão moral, miscigenação e supressão de desníveis sociais, regionais e setoriais) mediante crescente espírito de solidariedade entre seus membros, sem preconceitos de qualquer natureza, com sua participação consciente e ativa no esforço comum para preservar os valores que caracterizam a personalidade cultural brasileira tradicionalmente cristã. (BRASIL, ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS, 1975, p. 55).

Entretanto, este objetivo de suprimir os desníveis existentes entre as regiões brasileiras não pode desconsiderar as idéias de integração física e integração sócio-econômica, que também estavam presentes na gênese da concepção da "Integração Nacional" como ONP a ser atingido (BRASIL, ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS, 1975, p. 51).

Ao longo de toda a sua história, a ESG sempre privilegiou o entendimento de que não poderia haver integração nacional sem que houvesse uma real incorporação de todo o território brasileiro ao contexto sócio-político-econômico da nação. Tanto que, atualmente, a ESG insere a definição de integração nacional no contexto dos Objetivos Fundamentais (OF)<sup>15</sup>, de modo a abordar o aspecto acima observado:

Consolidação da comunidade nacional, com solidariedade entre seus membros, sem preconceitos ou disparidades de qualquer natureza, visando à sua participação consciente e crescente em todos os setores da vida nacional e no esforço comum para preservar os valores da nacionalidade e reduzir desequilíbrios regionais e sociais. Incorporação de todo o território ao contexto político e socioeconômico da Nação. (Grifo nosso) (BRASIL, ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 2009, p. 23).

Objetivos Fundamentais (OF) – são Objetivos Nacionais (ON) que, voltados para o atingimento dos mais elevados interesses da Nação e preservação de sua identidade, subsistem por longo tempo. (BRASIL, ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 2009, p. 22)

.

<sup>&</sup>lt;sup>14</sup> Em 1959 Golbery definiu Objetivo Nacional Permanente (ONP) como sendo aquele Objetivo Nacional que deve inspirar toda a ação geopolítica, tanto no âmbito interno, como no campo internacional (SILVA, 1981, p. 74). Já a ESG definia ONP como aquele que representa interesses e aspirações vitais e que, por isso mesmo, subsiste durante longo período de tempo (BRASIL, ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS, 1975, p. 36).

Cabe destacar, por fim, que este princípio que rege a Integração Nacional como ONP, provocou dois efeitos que tiveram consequências profundas na ação integradora do Exército na Amazônia: primeiramente o fato de ter servido aos propósitos do Regime Militar, que privilegiou a participação do Exército quando da formulação de políticas de ocupação e desenvolvimento dos grandes espaços vazios do País; em segundo lugar, ressalta-se que este entendimento de Integração Nacional ficou de tal forma estigmatizado no seio do espectro militar brasileiro, que continua sendo uma referência no âmbito das escolas castrenses e estimula a liderança militar a pensar numa Amazônia cada vez mais inserida no "corpo nacional" 16.

Não se pode analisar a ação integradora do Exército nos grandes anecúmenos brasileiros, sem esse entendimento. E isso teria repercussões profundas no esforço de integração da Amazônia ao restante do País, como será visto nos próximos capítulos.

#### 3.5 CONCLUSÃO PARCIAL

O projeto de modernidade do Estado Novo (1937-1945) para a Amazônia foi elaborado com base nas discrepâncias do binômio litoral-sertão, ao mesmo tempo em que os gestores varguistas alardearam a modernidade e a brasilidade como elementos fundamentais na elaboração da relação de pertencimento nacional que deveria congregar todos os brasileiros. Nesse projeto, as regiões brasileiras até então esquecidas - os espaços vazios em geral e o espaço amazônico em particular - deveriam ser alinhadas ao projeto de unidade nacional que se criara, buscando-se, a partir da influência do pensamento geopolítico brasileiro, o conhecimento topográfico daquela região como condição essencial para a projeção do Brasil no cenário internacional.

Com a eclosão da Segunda Grande Guerra, o Brasil passou a desempenhar, pela primeira vez na sua história, uma ação de maior envergadura

<sup>16</sup> Conforme pode ser comprovado no Manual Básico da Escola Superior de Guerra (BRASIL, ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 2009, p. 18-29).

no cenário mundial, colaborando com o esforço aliado contra os países do Eixo. Essa participação no teatro de operações europeu permitiu não somente o incremento da exploração econômica de matérias-primas regionais, com destaque para a borracha, como também propiciou o surgimento de preocupações cada vez maiores relativas à segurança e interferência externa na região

Ao final da década de 1940, o ecúmeno brasileiro era delimitado por pouco mais de um terço da área total do País, e, de acordo com Silva (2003, p. 35), restava "[...] a oeste, o simples domínio, o Brasil marginal, inexplorado em sua maior parte, desvitalizado pela falta de gente e de energia criadora." Eram nítidas e significativas as discrepâncias regionais no seio da comunidade brasileira, com a faixa litorânea, particularmente no eixo Sul-Sudeste, densamente ocupada e vivendo um surto de industrialização, em contraste com um interior vazio e sem perspectivas imediatas de desenvolvimento. De acordo com Corbisier (1976, p. 158-159), havia um considerável e perigoso desequilíbrio instalado no País:

Se contemplarmos o mapa do Brasil, é realmente chocante o contraste entre o litoral, onde se concentram quase toda a população e os centros produtores do País, e o interior, que se desdobra em infindáveis extensões desertas, nos chapadões, alagadiços e pântanos da região central e na impenetrável floresta equatorial do Mato Grosso e da região amazônica [...]. É chocante, dizíamos, o contraste entre o litoral e o Interior, que ainda permanece vazio e deserto.

Esta situação contribuía para comprometer a identidade nacional, definida por Torres (1982a, p. 61) como "[...] o fundamento para a elaboração de uma política nacional." Onde tal identidade não existisse – e era o caso do Brasil – cabia ao Estado construí-la de alguma forma:

Um país só possui integridade e união quando cobre a sua terra, e envolve os seus habitantes, um forte tecido de relações pessoais e interesses práticos; se esses interesses e essas relações não resultam espontaneamente da natureza da terra e do caráter do povo, é indispensável criá-los [...] (TORRES, 1982b, p. 70).

O pensamento geopolítico brasileiro, impactado pelas idéias das escolas geopolíticas européias, acabaria por justificar a formulação de muitas das políticas

de ocupação e de integração do território nacional. Cervo (2007, p. 120) confirma esse posicionamento ao afirmar que é inegável a influência que esse pensamento geopolítico teve sobre muitas das decisões governamentais acerca da gerência dos espaços nacional e regional, particularmente para esta Tese, no que tange a fronteiras, segurança, Amazônia e integração nacional.

Nesse sentido, conforme demonstrado no curso deste capítulo, observase claramente a convergência de determinados pontos no discurso desse pensamento geopolítico nacional acerca da Amazônia:

- 1 A existência dos mais variados riscos advindos da cobiça internacional;
- 2 A necessidade de criação de territórios federais para vivificar as áreas de fronteiras mais abandonadas, grande parte delas em território amazônico;
- 3 A necessidade de transferência da capital federal para o planalto central, na esteira do conceito de "marcha para o Oeste", de modo a criar condições para a consolidação de um "heartland" brasileiro que abarcasse a Amazônia e ao mesmo tempo favorecesse a ocupação daquela região;
- 4 A necessidade de integrar-se definitivamente a região ao restante do País e aos demais países amazônicos, utilizando-se, para este intento, das vias de circulação física possíveis.

Posteriormente, o alinhamento brasileiro ao bloco capitalista capitaneado pelos Estados Unidos, no ambiente de orientação eminentemente realista da Guerra Fria, acabou por favorecer a criação da Escola Superior de Guerra, responsável pela formulação de uma Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Tal atitude impactou a concepção de políticas de ocupação e integração da Amazônia, ao preconizar que diante dos riscos de infiltração comunista em partes do território brasileiro, o predomínio da vontade nacional deveria ser consubstanciado, no projeto maior de ocupação e de domínio desse espaço (COMBLIN, 1978, p. 28).

A Geopolítica nessa perspectiva, emblematicamente, tornava os espaços vazios do Brasil (especialmente a Amazônia), regiões que necessitavam ser povoadas e integradas a qualquer custo ao restante do País, a fim de legitimar a sobre o seu patrimônio natural:

A segurança, como elemento do conceito de "desenvolvimento com segurança", implica a necessidade de controlar o meio político e social, de modo a garantir um clima atraente para o investimento multinacional. A paz social também é necessária para a obtenção de taxas máximas de acumulação de capital, permitindo que o rápido crescimento econômico forje uma "arrancada" desenvolvimentista. Finalmente, o elemento de "segurança" do modelo impõe a ocupação das planícies centrais dos Estados que margeiam os rios Araguaia, São Francisco e Amazonas, para garantir a defesa das fronteiras e "tamponar" vias de penetração que podem ser vulneráveis à agressão comunista. (ALVES, 1985, p. 50).

A criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) representou um marco significativo no processo de mudança da paisagem amazônica, ao tratar de forma planificada as demandas mais sensíveis e urgentes da região.

Entretanto, em 1960, após perpassar o segundo governo Vargas e os governos Café Filho e Juscelino Kubitscheck, a própria SPVEA, ao final de seu Primeiro Plano Quinquenal, efetuou um balanço de sua atuação e reconheceu, através de dados, o fracasso de suas metas em quase todos os níveis:

Esse estudo revelou que, de 1948 a 1958, ocorreu uma queda da participação da região na renda nacional. Não houvera aumentos significativos na produção agrícola, praticamente nada fora realizado com referência à colonização, e fora nula a ação para fixar as colônias agrícolas existentes. [...] As pesquisas sobre solos, climas, recursos naturais e vegetação eram também insatisfatórias [...] No setor não-produtivo, nem mesmo o programa mínimo de saúde e saneamento havia sido cumprido, bem como uma adequada política de ensino sequer foi iniciada. (D'ARAUJO, 2008).

As experiências advindas da criação de colônias militares, bem como os apelos varguistas na direção de uma suposta cooperação sul-americana e de uma nova revisão do pan-americanismo proposta por JK, também não foram bem sucedidas e expuseram uma particularidade comum aos governantes daquele período: suas propostas para a Amazônia ficaram mais marcadas pelos discursos do que pela implementação das respectivas políticas propriamente ditas.

Por outro lado, tais políticas não tiveram suas possibilidades esgotadas. Para Mattos (1977, p. 107), o passo decisivo dado pelo presidente Juscelino Kubitschek quando resolveu transferir a capital do País para Brasília, representou muito mais do que um simples processo de interiorização do Brasil. Após

conquistar o Planalto Central onde se localiza o divisor de águas das três maiores bacias brasileiras – a do Prata, a do Amazonas e a do São Francisco – seria possível "baixar à planície amazônica", o que representaria, em sua opinião, a grande estratégia de conquista daquela região.

Diniz (2006, p. 75) acrescenta que a construção da nova capital delineou as rotas dinâmicas da economia brasileira, transformando Brasília num ponto nodal do sistema Rodoviário nacional, permitindo a integração de expressiva parcela dos territórios das regiões Centro-Oeste e Norte ao restante do País. Além disso, não menos importante foi a articulação gerada pelos sistemas de energia elétrica e de telecomunicações, com reflexos também voltados na direção do setentrião brasileiro.

Um último aspecto que merece ser enfatizado neste capítulo, diz respeito ao fato de que a Amazônia vai crescendo de importância no pensamento geopolítico nacional. De simples região com fronteiras abertas a serem guarnecidas, vindo a desempenhar um relevante papel na II Guerra Mundial e finalmente surgindo como alternativa viária para a abertura de novas possibilidades comerciais junto aos demais estados brasileiros e vizinhos sulamericanos, a Amazônia passaria, gradativamente, à condição de área a ser defendida, ocupada, dinamizada economicamente e efetivamente integrada ao restante do País.

Tendo por base esse pensamento geopolítico genuinamente nacional, aliado ao binômio segurança/desenvolvimento, o regime militar acabaria por fazer do Exército Brasileiro, um instrumento governamental decisivo para contribuir no esforço da integração da Amazônia ao restante do País e ao concerto dos demais países amazônicos, conforme será abordado nos capítulos a seguir.

### 4. O EXÉRCITO E A GEOPOLÍTICA AMAZÔNICA NO REGIME MILITAR

## 4.1 SEGURANÇA E DESENVOLVIMENTO RUMO À AMAZÔNIA

A ascensão dos militares ao poder, em março de 1964, teria repercussões geopolíticas profundas sobre a Amazônia. A integração física da região ao restante do Brasil era a idéia dominante da resposta geopolítica que o País deveria oferecer às ameaças que se apresentavam latentes ou ostensivas naquele momento. A ocupação efetiva da Amazônia em contraposição aos postulados estrangeiros de que o Brasil "egoisticamente" mantinha inexplorados os grandes espaços vazios da região, constituía-se num esforço que necessitava ser urgentemente concretizado (RIBEIRO, 2005, p. 231).

Tão fortes eram essas preocupações por parte do Governo, que o entendimento dos dois grandes objetivos, defesa e integração, tornaram-se indissociáveis e consubstanciaram-se em um lema que passou a ser consignado no discurso oficial: "INTEGRAR PARA NÃO ENTREGAR". A respeito disso, Rebelo (1973, p. 57) enfatiza que:

O reconhecimento das reais características da Amazônia, reforçado pelo sentimento pátrio de integração e pela afirmação de soberania e segurança nacional, levou o Governo a reunir esforços nos níveis Federal e Estadual, a fim de realizar programas, com a finalidade específica de eliminar os desequilíbrios regionais das diversas regiões do país.

A participação governamental na concepção da nova estratégia de ação para a Amazônia caracterizou-se por um protagonismo absoluto do Poder Executivo e teve o seu ponto de partida em dois discursos pronunciados pelo próprio Presidente Castelo Branco em Macapá e Boa Vista, em setembro de 1966, com grande repercussão no cenário nacional.

Entretanto, o ideal de uma nova atitude do Brasil para com o espaço amazônico alcançou o seu maior impacto com o lançamento da "Operação Amazônia", que nada mais era do que um conjunto de leis e decretos que tinham

por finalidade promover a implantação desse novo sistema institucional de ação para a região (RIBEIRO, 2005, p. 235).

Segundo Mahar (1978, p. 21-22), a pedra angular da "Operação Amazônia" foi a Lei Nr 5.173, de 27 de outubro de 1966, que extinguia a SPVEA, criava a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e relacionava, no seu artigo 4°, 13 objetivos da ação governamental para a região, estabelecendo assim a orientação básica da nova política. Dentre esses objetivos específicos distinguia-se claramente a preocupação implícita com o aspecto geopolítico, no tocante à efetiva ocupação da Amazônia através da imigração, com aproveitamento de excedentes populacionais internos e contingentes selecionados externos ou no que se referia à formação de assentamentos permanentes e auto-suficientes nas áreas de fronteira.

O advento do Regime Militar também marcaria o início de uma nova fase nas relações diplomáticas entre o Brasil e a América Latina. Em janeiro de 1967 (ainda no governo de Castelo Branco), ocorreu em Manaus a primeira reunião dos Chefes de Missão Diplomática do Brasil nos países amazônicos, cujas discussões centraram-se na necessidade de integração física entre os países que compartilhavam o vasto território amazônico (VALENTE, 1971, p. 346-364).

A posse do general Costa e Silva incrementou ainda mais o processo de ocupação do território amazônico e a intervenção estatal na região durante o seu governo chegou a níveis nunca antes observados.

No campo da política interna, a partir de uma proposta do então Ministro do Interior, General Afonso Augusto de Albuquerque Lima, foi instituído o Grupo de Trabalho para a Integração da Amazônia - GTINAM, por meio do Decreto Nr 61.330, de 11 de setembro de 1967, com a finalidade de definir e traçar normas de execução da política objetiva do Governo federal, no tocante à ocupação e povoamento orientado da Região Amazônica, notadamente quanto aos espaços vazios e zonas de fronteira.

A respeito da criação deste Grupo de Trabalho (GT) o Ministro (LIMA, 1971, p. 26-27) comentou, quando da condução de qualquer estudo sobre a região, a necessidade de considerar-se a existência de duas Amazônias: a primeira – a Oriental – voltada para o oceano Atlântico e com fulcro em Belém no

estuário do Rio Amazonas; a segunda – a Ocidental – face ao Norte, Oeste e Sudoeste, gravitando em torno de Manaus e compreendendo os estados do Amazonas e Acre e os Territórios de Roraima e Rondônia.

Por considerar que a segunda estava intimamente ligada ao problema da segurança nacional, o Ministro acrescentou que ao traçar as diretrizes que nortearam as ações desse GT interministerial acima mencionado, procurou fazêlo com base no entendimento de que a efetiva ocupação do território e a consequente melhoria do padrão de vida das populações locais somente seria possível com o aporte de uma infraestrutura capaz de sustentar o processo de desenvolvimento. Nesse sentido, o general Albuquerque Lima defendia que a utilização de meios militares disponíveis em pontos estrategicamente escolhidos, demonstraria a presença nacional na imensidão amazônica, com efeitos internos e externos altamente eficazes (LIMA, 1971, p. 26).

Portanto, o foco nas ações governamentais sobre a Amazônia Ocidental haveria de determinar de forma contundente a participação do Exército Brasileiro naquela porção do território amazônico, razão porque este conceito de duas Amazônias defendido pelo Ministro Albuquerque Lima seja fundamental para a compreensão desta Tese.

Os resultados dos estudos e sugestões do GT para a integração da Amazônia foram consubstanciados no Decreto Nr 63.104, de 15 de agosto de 1968, o qual dispunha sobre a política do Governo Federal relativa à efetiva ocupação e povoamento orientados da Região Amazônica, notadamente quanto aos espaços vazios e zonas de fronteiras. Foram definidas no decreto as áreas a serem prioritariamente atendidas, bem como a forma de aplicação dos recursos técnicos, financeiros, orçamentários e extra-orçamentários, para efeito de quaisquer iniciativas (empreendimentos, obras e serviços) a cargo dos Órgãos do Serviço Publico da União Federal na Amazônia.

No que concernia aos Ministérios Militares, registrava-se que deveriam criar e estabelecer Unidades da Aeronáutica, Exército e Marinha, nas Áreas e Zonas selecionadas, com as designações e efetivos considerados convenientes e conforme seus próprios planos. Esta consideração mostrou-se deveras importante, pois permitiu que os militares tivessem a devida liberdade de ação

para viabilizar seus planos de implantação de novas instalações e aumento de efetivos na Amazônia, consoante às necessidades geopolíticas prementes de segurança e desenvolvimento.

Por outro lado e paralelamente às medidas em curso no Ministério do Interior, o Ministério do Planejamento concebeu, sob a coordenação do Ministro Hélio Beltrão, um documento oficial denominado "Ação Coordenada do Governo Federal na Amazônia", que preconizava a estratégia a ser desenvolvida para executar as ações propostas no Decreto Nr 63.104. Notam-se claramente as preocupações com a Segurança Nacional e a alusão ao papel das Forças Armadas na região:

[...] o problema amazônico transcende o quadro sócio-econômico de retardamento e defasagem em relação ao restante do país. Assume aqui tão grande, ou maior importância o aspecto da segurança nacional e soberania. [...] Grandes vazios geográficos, desembocando em faixas de fronteiras impõem uma estratégia ao mesmo tempo de integração econômica e ocupação territorial [...] A estratégia deve materializar-se em: 1) instrumentos econômicos para a aceleração do desenvolvimento; 2) rede física de transporte e comunicações; 3) ação de apoio logístico e desbravamento pioneiro a cargo das FA. (BRASIL, MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 1968).

O documento propugnava a necessidade de implantação de uma nova infraestrutura das Forças Armadas na região, que lhes permitisse intensificar a relevante missão de desbravamento e pioneirismo que secularmente vinham desempenhando na hinterlândia amazônica:

A ação das FA's na região, tem significado não somente estratégico, mas, sobretudo de apoio à penetração humana e econômica, assegurando a abertura e sustentação de fontes pioneiras, condições de segurança às populações, apoio logístico ao sistema regional de transportes fluviais, terrestres e aéreos. (BRASIL, MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 1968).

Nesse contexto, vale ressaltar o fértil ambiente que o discurso geopolítico da segurança nacional, desdobrado no binômio segurança-desenvolvimento, encontrou dentro do Ministério de Transportes e Obras Públicas, em razão da origem esguiana do Ministro Juarez Távora e de um de seus principais colaboradores à época, o General Rodrigo Octávio Jordão Ramos.

Conforme atesta Ribeiro (2005, p. 232), alguns projetos já haviam sido concebidos nas duas décadas que se seguiram ao término da 2ª Guerra Mundial, como as rodovias Belém-Brasília (BR-010) e Cuiabá-Porto Velho (BR-364). Refletindo as motivações econômicas da época ao buscarem articular a borda da região com o centro vital do País, ambas as estradas não foram totalmente consolidadas. Atravessando milhares de quilômetros de floresta do Trópico Úmido, tais rodovias não só tornaram-se intransitáveis, devido à alta incidência das chuvas na região, como também foram abertas sem corretos levantamentos topográficos, tendo-se verificado que seus trajetos não eram os mais adequados.

Em contrapartida, segundo Ribeiro (1999, p. 118), o setor de transportes, especialmente a engenharia militar que a ele viria agregar-se, representaria mais um modelo de ação estatal, capaz de desenvolver e impulsionar políticas públicas fortemente marcadas pela doutrina de segurança nacional. As diretrizes básicas do texto de apresentação do novo Plano Nacional de Viação tinham como orientação principal atender às necessidades sócio-econômicas e político-estratégicas estimadas para os próximos 25 anos e acrescentavam que, com a interiorização da Capital Federal, novas necessidades de ligações surgiriam, inclusive com as regiões fronteiriças de maior sensibilidade estratégica.

Essa necessidade de conexão com os rincões da fronteira norte por meio da expansão da infraestrutura de transporte, foi abordada por Resende (1970, p. 254) em termos mais amplos, de modo a associá-la com a idéia de desenvolvimento regional:

Qualquer programa de desenvolvimento regional deve considerar a criação ou a expansão da infra-estrutura (sic) do transporte que terá de suportar o crescimento de outras atividades econômicas. Encontram-se mesmo opiniões no sentido de que a própria criação da infra-estrutura (sic) de transporte, de per si, é condição suficiente para a promoção do desenvolvimento regional.

Esta possibilidade de estender o sistema viário nacional aos demais países amazônicos, influenciou decisivamente a condução das políticas de segurança e desenvolvimento naquela região, com o seu auge na promulgação do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), também chamado de Pacto Amazônico. Moldado no cenário dos anos 70 como uma iniciativa do governo brasileiro para o estabelecimento de um marco formal, o TCA surgiu inspirado por

alguns fatores, que concorreram decisivamente para fomentar a integração política entre os países amazônicos, com vistas à cooperação e ao desenvolvimento dos recursos regionais, bem como para salvaguardar a soberania dos Estados sobre seus territórios (ARAÚJO, 2008, p. 74).

O primeiro fator diz respeito ao incremento, no plano internacional, do discurso sócio-ambiental. A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano em Estocolmo, em 1972, inseriu a emergência das questões ecológicas na agenda global, estabelecendo uma nítida divisão entre os países mais e menos desenvolvidos. O argumento do bloco mais rico baseava-se na idéia de que os benefícios nacionais e de curto prazo da exploração dos recursos naturais não podiam ignorar os custos globais de longo prazo dessa mesma atividade. Por sua vez, as nações mais pobres reivindicaram o reconhecimento do direito ao desenvolvimento, além de alegarem que a pobreza é uma das principais causas da degradação ambiental. Assim, os países amazônicos defenderam a hipótese de que o discurso da preservação ambiental era uma forma de impedir o crescimento econômico dos países menos desenvolvidos, mantendo a estrutura econômica global. O Brasil teve um papel fundamental nesse debate, já que seus programas de desenvolvimento regional sofriam fortes críticas pelos impactos ecológicos acarretados ao meio ambiente (ANTIQUERA, 2006, p. 54).

Por outro lado, vale salientar a sustentação por parte dos países mais desenvolvidos de novas idéias atinentes à flexibilização da soberania nacional em detrimento de controles internacionais, no caso de políticas internas que supostamente viessem a comprometer o equilíbrio ecológico. Calderón (2007, p. 61-62) comenta estas considerações, apresentando como exemplo as mudanças climáticas advindas de supostos riscos e ameaças à floresta amazônica. Ele também discorre sobre a impossibilidade do Estado de afirmar a sua presença efetiva em tão extensa região, o que teria provocado uma explosão do número de Organizações Não-Governamentais (ONG) internacionais que assumiam funções estatais.

O segundo fator refere-se à crise do petróleo de 1973. A decisão da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) de aumentar o preço deste insumo implicou na escassez do crédito internacional e na diminuição dos

investimentos internacionais em países em desenvolvimento, com reflexos negativos para toda a economia global e para o projeto brasileiro de desenvolvimento (VIZENTINI, 1998, p. 198-203).

Uma vez que os reflexos desse quadro estenderam-se ao longo de toda a década de 1970, o governo brasileiro voltou sua atenção aos vizinhos que tivessem capacidade de fornecer recursos energéticos como petróleo (Venezuela), carvão (Colômbia) e gás (Bolívia), de modo a prover parte das necessidades brasileiras neste setor:

No plano diplomático, o Itamaraty aportará sua contribuição à tarefa de buscar superar essa conjuntura desfavorável e o seu consequente impacto sobre nosso processo de desenvolvimento. Dentro de sua área de competência, a diplomacia brasileira redobrará seus esforços com vistas a contribuir, sobretudo para:

- [...] b) intensificar relações com países que nos têm assegurado o suprimento em momentos críticos do mercado internacional;
- c) assegurar garantia continuada de suprimento, de forma a evitar a necessidade de recurso ao mercado livre;
- d) criar receptividade política para a utilização das mais variadas fontes de suprimento dos países produtores da América Latina, África, Ásia e Oriente Médio, preservadas as características comerciais das operações de compra de óleo [...] (GUERREIRO, 1984, p. 12).

O terceiro fator é entendido no âmbito da política externa do governo Geisel. O chamado "Pragmatismo Responsável" consolidou o paradigma de atuação externa, baseado na busca por autonomia no sistema internacional, (particularmente com relação aos EUA), motivando a aproximação com os demais Estados latino-americanos, seja por razões econômicas (diversificação de mercados e parceiros), seja pelas pretensões do Brasil de afirmar-se como liderança regional. Além disso, o desenvolvimento econômico e industrial a que o País chegou ao final dos anos 70, proporcionava uma base material que permitia projetar a integração da Amazônia ao resto do País e conectar o mercado brasileiro a de seus vizinhos amazônicos. Naquele contexto histórico, de acordo com Vidigal (2007, p. 10), foi marcante a visita oficial do Presidente Geisel à Bolívia, em 1976, a primeira de seu governo e a primeira de um mandatário brasileiro a um país amazônico.

O anteprojeto formulado pelo Brasil e apresentado em março de 1977 aos sete países convidados a integrarem o Pacto (Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela), salientava de modo singular a integração física da região, como a essência da proposta original brasileira:

[...] as partes contratantes reconhecem que a integração física da região Amazônica, mediante o estabelecimento de uma infraestrutura adequada de transportes e comunicações, constitui uma condição indispensável para o processo de desenvolvimento da região. (MARCHI, 1978, p. 5).

O embaixador Rubens Ricupero, principal negociador brasileiro do TCA, ao compará-lo com o Pacto Andino em palestra dada à câmara dos deputados, em outubro de 1977, voltou a mencionar a relevância da integração física:

[...] enquanto o Pacto Andino é de caráter econômico e comercial, o amazônico tem natureza geográfica e jurídica. O primeiro visa integrar as cinco economias nacionais mediante a unificação tarifária e, sobretudo, a programação industrial e setorial, ao passo que o segundo busca a integração física dos sistemas de comunicação e transportes, sem tocar nas barreiras econômicas. (RICÚPERO, 1978, p. 199).

Em discurso na abertura da primeira reunião preparatória do Pacto Amazônico, Azeredo da Silveira afirmou: "[...] o que se deseja é preencher as lacunas e mobilizar a cooperação numa área até agora sem aproveitamento: a da integração física" (SILVEIRA, 1977a, p. 54).

O ministro considerava que diante das dificuldades que a região teria para desenvolver-se economicamente, devido à ausência de uma infraestrutura adequada, o Pacto Amazônico, como instrumento de cooperação multilateral e com foco na integração física, seria a base para criar esta infraestrutura. Embora não tivesse um perfil econômico/comercial, por não fazer qualquer referência à diminuição de barreiras ou alteração das regras de comércio, o TCA teria, indiretamente, como garantir as condições para a atividade econômica. No entanto, esse perfil poderia vir a ser alterado posteriormente, uma vez que a especialização do Pacto não implicaria numa limitação rígida e seria válido admitir que a integração física prosseguiria até formas mais abrangentes de integração (SILVEIRA, 1977b, p. 58-59).

Segundo Castro (1994, p. 311), o Tratado procurou, antes de tudo, "[...] estabelecer uma programação através das nações signatárias, a fim de que cada país venha a incorporar às respectivas economias nacionais suas áreas amazônicas". Para essa autora, se o Pan-Amazonismo viesse a tornar-se um fato, deixaria de subsistir, como área geopolítica neutra, uma considerável zona do continente sul-americano, transformando-se no elo de comunicação entre as costas do Atlântico e Pacífico.

Todavia, devido à resistência na segunda rodada de negociações, já em 1978, o Brasil retirou a expressão "integração física", substituindo-a pela expressão "desenvolvimento harmônico" das partes como um dos objetivos do TCA. Outra referência da proposta original a ficar fora do texto final foi a menção a uma possível cooperação na área de defesa, que caiu já na primeira rodada de negociações (CRUZ, 1993, p. 35-36).

Lamentavelmente, 02 anos depois de ter sido assinado (em 03 de julho de 1978) e após o último país tê-lo ratificado (a Venezuela), a entrada em vigor do TCA evidenciou uma drástica redução do seu alcance, inclusive naquilo que talvez fosse a essência da idéia brasileira: a implantação de uma melhor infraestrutura na região.

A evolução dos acontecimentos mostraria que a integração física originalmente idealizada no TCA para o incremento das relações entre o Brasil e os demais países amazônicos, não ficaria apenas no âmbito das idéias e contaria com a participação do Exército Brasileiro na viabilização da proposta maior de construção de uma Amazônia sul-americana integrada fisicamente, soberana e livre de conflitos, como será visto mais adiante.

Outro relevante aspecto advindo da mudança do regime de governo brasileiro e que influenciou decisivamente a ação do Exército na Amazônia, diz respeito ao maior estreitamento das relações Brasil/EUA, a partir da estrutura da Aliança para o Progresso. A visita do embaixador americano Lincoln Gordon a Castelo Branco, poucos dias após a sua posse como Presidente, marcaria o primeiro contato do novo Governo com as propostas de desenvolvimento econômico de cunho "aliancista".

Explorados em capítulo anterior desta Tese, conceitos como "nation-building" e "civic action" encontraram profundo eco nos governos militares, por meio da conexão criada com o modelo segurança/desenvolvimento. Essa aproximação com os EUA propiciou condições para transformar o Brasil, até o final da década de 60 (RIBEIRO, 2006, p. 263-279), no principal beneficiário da Aliança para o Progresso em todo o hemisfério Sul, com destacado e substancial aporte de recursos para a Engenharia Militar na Amazônia.

O governo americano e toda a burocracia do Departamento de Defesa encaravam a assistência militar e o programa da Aliança de uma forma única e profundamente relacionada. As forças armadas recebiam fundos da ajuda militar americana (*Militar Assistance Program-MAP*), onde se incluíam os recursos oriundos da rubrica "ação cívica", e ainda recursos da assistência da USAID, através de uma série de convênios com diversos ministérios, trabalhando todos estes programas de forma inter-relacionada e complementar.

Além disso, conforme abordado anteriormente, os americanos difundiam a idéia de que, frequentemente, as organizações militares com suas estruturas burocráticas representavam nas áreas mais remotas e inacessíveis de muitos países, a única agência do governo equipada e preparada para trabalhar no campo do desenvolvimento econômico e social (RIBEIRO, 2006, p. 250).

Nesse contexto, o estamento militar brasileiro presente em todo o território e transcendendo interesses econômicos regionais e a política paroquial também foi chamado a cooperar ativamente e de modo pioneiro na consecução das políticas de desenvolvimento.

O Exército Brasileiro, de modo específico, buscou adotar as mais modernas técnicas disponíveis ou possíveis, tendo como exemplo os exércitos permanentes das sociedades ocidentais industrializadas. Assim, questões como a especialização dos diversos ramos ou "Armas" do Exército, bem como o avanço da profissionalização militar, permitiram o desenvolvimento estrutural de setores militares especializados em engenharia, comunicações, saúde e educação, de modo a colaborar efetivamente com o aparelhamento do Estado, mormente em suas regiões mais carentes. Esta consideração leva a crer que, estruturalmente, o avanço da especialização desses setores no Exército Brasileiro expandiu as

possibilidades de uso dos conhecimentos técnicos da corporação fora de seu âmbito exclusivamente bélico.

Assim, o Exército Brasileiro, embora uma instituição nacional prioritariamente vocacionada para a defesa do Estado, acabou por tornar-se um instrumento fundamental para a consecução desses objetivos geopolíticos, passando a ser então largamente empregado no processo de ocupação e integração do setentrião nacional, conforme será detalhado a seguir.

## 4.2 A AÇÃO INTEGRADORA DO EXÉRCITO NA AMAZÔNIA DURANTE O REGIME MILITAR

Embora a presença militar na Amazônia tenha suas origens no início do século XVII (REIS, 2001), quando os portugueses efetivamente passaram a desbravá-la e a consolidar sua posse, o embrião do Exército Brasileiro como organização constituída remonta, na região, ao ano de 1920, com o então 27º Batalhão de Caçadores que viera transferido de Nioaque/MT para Manaus/AM, com a finalidade de mobiliar com pessoal os chamados Destacamentos de Fronteira.

O aumento crescente das populações das sedes dos Destacamentos originaram graves problemas de assistência e sobrevivência, o que exigiu a criação de um comando específico com flexibilidade suficiente para atender as especificidades das tropas de fronteira amazônica. Em 02 de abril de 1949, foi criado o Comando de Elementos de Fronteira (CEF), posteriormente transformado, em 1956, em Grupamento de Elementos de Fronteira (GEF) e transferido para Belém/PA. (PINTO, 1966, p. 7-8) em 1956.

Pelo Decreto Nr 40.179, de 27 de outubro de 1956, o GEF mudou a sua denominação para Comando Militar da Amazônia (CMA), que permanece até os dias atuais. Cabe assinalar que o próprio dispositivo legal de criação do CMA já fazia menção a questões relativas à segurança nacional, ao mencionar a necessidade de aumentar-se a proteção da fronteira amazônica contra os ataques

periódicos de elementos estrangeiros aos seringais, bem como reprimir o problema crescente do contrabando na região.

No final de 1964, uma nova idéia começava a germinar no âmbito dos centros decisórios do governo federal em relação à atuação do Exército na Amazônia: a possibilidade de utilização da engenharia militar, como instrumento para favorecer a penetração em direção ao setentrião brasileiro, aumentar a presença de tropas na área e buscar melhores condições para efetivar a integração da região.

A própria engenharia militar, no passado, já fora empregada na implantação de obras de infraestrutura necessárias ao Estado brasileiro. Ainda durante o Império, a Lei Nr 2.991, de 21 de setembro de 1880, já atribuía aos militares brasileiros responsabilidades dessa natureza:

Art. 3º O batalhão de engenheiros [...] será empregado tambem (sic) em construcção (sic) de estradas de ferro, de linhas telegraphicas (sic), estrategicas (sic), e outros trabalhos de engenharia militar pertencentes ao Estado [...]

No que se refere ao início do período republicano, McCANN (2004) aponta igualmente a participação fundamental do Exército Brasileiro na construção de um Brasil moderno: mapeamento do País, demarcação de fronteiras, presença em locais estratégicos, construção de estradas, ferrovias e linhas telegráficas, dentre outras ações.

No que se referia à Amazônia, o ponto de partida para viabilizar o emprego da engenharia militar na região, foi a constatação da grave situação em que se encontrava a Cuiabá-Porto Velho, inaugurada apressadamente por Juscelino Kubitschek em 1961. Em sua maior extensão estava reduzida a uma simples trilha, devido à forte erosão dos aterros e da agressão da floresta em trechos poucos protegidos. Neste caso a solução seria diferente. Considerando a necessidade de reconstrução da estrada, o Exército resolveu, em sintonia com o Ministério dos Transportes e Obras Públicas, instalar uma nova unidade de engenharia de construção na Amazônia, que resolvesse definitivamente o problema da BR-364 e assumisse concomitantemente outras atribuições na área.

A nova unidade foi criada em 30 de julho de 1965 e denominou-se 5º Batalhão de Engenharia de Construção (5º BEC). As missões da nova organização eram extensas e quase todas num contexto de pioneirismo. A principal era finalizar a construção da rodovia Cuiabá-Porto Velho-Rio Branco. Além disso, cabia à Unidade construir a ligação rodoviária com a fronteira da Bolívia partindo de Abunã, a meio caminho entre Porto Velho e Rio Branco, até Guajará Mirim. Deveria também ligar Rio Branco à fronteira peruana na altura de Cruzeiro do Sul, no norte do Acre. Como missão ferroviária recebeu o encargo de erradicar os trilhos da antiga Madeira-Mamoré que agora seria substituída pela BR-319 (Abunã-Guajará Mirim). Eram, no total, 3.073 km, uma atribuição acima de qualquer padrão civil ou militar verificado no País até então.

A construção de todas essas obras levou o governo federal a apresentar um pedido de financiamento ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), dentro da estrutura da Aliança para o Progresso, no montante de US\$ 100 milhões. A visita de técnicos do BID a Porto Velho, em maio de 66, para conhecer a região e o canteiro de obras que se formava, recebeu críticas contundentes de parte da imprensa nacional que, na época, condenou o fato de que o organismo financeiro tivesse incluído no contrato, os serviços de consultoria da firma norteamericana Berkelley & Wibberley, uma exigência do Congresso americano para os projetos do programa. Concomitantemente, a ajuda militar também se fez presente.

Em setembro de 66, o 5º BEC foi visitado pelo adido militar americano, General Vernon Walters, cujas responsabilidades incluíam o controle e o gerenciamento do acordo militar Brasil-EUA e da ajuda do MAP (já abordado no capítulo anterior). O general, remanescente da equipe de Kennedy no Brasil e amigo do presidente Castello Branco desde a Segunda Guerra, quando servira como oficial de ligação do Exército norte-americano com a Força Expedicionária Brasileira, era um defensor do programa de "ação cívica". Partiu dele e de sua equipe, a decisão de distribuir equipamento rodoviário para todos os batalhões de engenharia de construção envolvidos em obras que, de alguma forma, recebiam financiamento da Aliança. A visita foi coroada de êxito, uma vez que o 5º BEC

representava, para todos os efeitos, um sucesso nesta nova linha de penetração amazônica.

O próprio ministro do Exército, o General Lira Tavares, atuou decisivamente nos problemas referentes à ação estatal na Amazônia, respaldando inteiramente os novos planos de integração, a partir da participação do Exército no enfrentamento dos grandes desafios geopolíticos de segurança e desenvolvimento na região:

[...] o Exército não tem metas próprias na Amazônia. As missões que tem lhe cabido se inserem no quadro do programa global do governo. Nesse programa o Exército concorre, com sua presença em numerosas localidades, para a ocupação efetiva do território, o que constitui condição básica para qualquer programa de desenvolvimento. E quando se diz desenvolvimento, diz-se, também, segurança. (TAVARES, 1968).

Ao lançar as bases do novo plano diretor do Exército, o ministro deu um passo fundamental para associar as prioridades do Exército à política geral do governo. Segundo Tavares (1967), com a inclusão da Amazônia nas chamadas "áreas prioritárias" ficou evidente que o governo concentrou suas atenções e boa parte dos seus recursos disponíveis na região, num esforço conjunto entre ministérios para criar uma infraestrutura de ocupação efetiva para o desenvolvimento, de modo a privilegiar "[...] a crescente presença do Exército, em efetivos, em realizações de base, em ação social e em empreendimentos de pioneirismo".

Formava-se assim um grande esquema de ação estatal, no qual a engenharia militar de construção teve um espaço privilegiado dentro dos ministérios do Interior e do Exército, órgãos chefiados por oficiais da engenharia (os generais Albuquerque Lima e Lira Tavares, respectivamente) e agindo em consonância de propósitos e ação.

De acordo com Malan (1967, p. 02), a criação de novos batalhões de engenharia na Amazônia passou a ser uma opção fortemente considerada, com a finalidade de realizar obras públicas programadas pelo Governo Federal, nessa que era considerada a área mais necessitada dessa ação pioneira e cuja importância sócio-econômica e político-estratégica era por demais notória. Assim sendo, o planejamento inicial previa basicamente que a BR-174 comportaria 01

BEC no trecho Manaus-Caracaraí-Boa Vista (a partir de 1968), a BR-319 comportaria 01 BEC no trecho Porto Velho-Manaus (a partir de 1969) e a BR- 364 comportaria 02 BEC (a partir de 1970).

Na esteira da formulação dessa proposta, a primeira Unidade a ser criada foi o 6º Batalhão de Engenharia de Construção, em 1968, designado para Boa Vista, capital do Território de Roraima e área prioritária definida no Decreto Nr 63.104, de 15 de agosto de 1968. Sua missão prioritária era romper o isolamento daquele setentrião brasileiro considerado "a maior clareira da floresta amazônica", por meio da implantação da BR-174, ligando Manaus à Fronteira com a Venezuela (970 km) e da BR-401, ligando Boa Vista a Bonfim e à Normandia, fronteira com a Guiana.

Em seguida, o Exército constatou a necessidade de proceder a uma melhor distribuição das tarefas alocadas ao 5º BEC, haja vista o acúmulo de missões de conservação da Cuiabá-Porto Velho, (já totalmente construída em 1969) e de implantação da rodovia Abunã-Rio Branco, que iria ligar Porto-Velho à capital do Acre. Além disso, as diretrizes do GTINAM definiam a região de Cruzeiro do Sul-AC, como um dos pólos de fronteira a serem desenvolvidos dentro da área amazônica.

Portanto, neste mesmo ano de 1969, o 7º Batalhão de Engenharia de Construção foi criado em Cruzeiro do Sul, com a responsabilidade de prover a ligação rodoviária entre aquela cidade e Rio Branco, prolongando posteriormente a estrada até a fronteira peruana, onde deveria encontrar-se com uma rodovia patrocinada pelo governo daquele país. A criação do 7º BEC, também estaria ligada ao fato do 5º BEC receber a missão de trabalhar na BR-319 (Porto Velho-Manaus), obra que justificava, pelos valores envolvidos, o engajamento de toda a força de trabalho de uma Unidade, havendo pois a necessidade de que um outro batalhão assumisse a continuação da BR-364.

A ida do General Rodrigo Otávio para assumir o comando do CMA, em 1968, representou uma mudança significativa na forma de atuação do Exército na região. Pelo Decreto Nr 64.366, de 17 de abril de 1969, o Presidente Costa e Silva determinou a transferência da sede do CMA, de Belém para Manaus, o que significou, do ponto de vista militar, conforme opinião de Mattos (1980, p. 98),

deslocar o pólo de irradiação da ação governamental castrense para a Amazônia Ocidental.

No afã de implantar uma reforma completa no dispositivo militar na região que privilegiasse a Amazônia Ocidental, o General Rodrigo Otávio promoveu, no mesmo ano de 1969, a criação da 12ª Região Militar (Grande Comando Logístico), bem como do 1º Batalhão de Infantaria de Selva (Manaus/AM) e dos Comandos de Fronteira do Solimões (Tabatinga/AM), do Acre/Rondônia (Porto Velho/RO) e de Roraima (Boa Vista/RR), onde lançou o embrião do futuro Projeto Calha Norte (objeto de estudo no próximo capítulo), instalando nas fronteiras com a Venezuela e a Guiana os pelotões de Surumu, Marco BV-8 e Normandia. Foi também sob o seu comando, que a engenharia militar experimentou uma expansão estratégica de sua atuação na Amazônia Ocidental.

Ainda em 1968 havia começado os primeiros estudos, no âmbito do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) visando a construção de uma grande rodovia transversal, que ligasse a Amazônia à Região Nordeste. O próprio Diretor-Geral do DNER, engenheiro Eliseu Resende, declarou que:

Esta rodovia, a que chamamos Transamazônica, deverá promover a integração da região amazônica ao Nordeste, além de propiciar a conexão rodoviária dos portos fluviais que servem os rios por ela atravessados. (RESENDE, 1970, p. 257).

Ao servir de ponte entre o litoral do Nordeste e a fronteira Brasil-Peru, no Acre, realizando simultaneamente a conexão da rede rodoviária nordestina com a malha de estradas da Amazônia Ocidental, a Transamazônica, com seus 5.619,3 km, teria a função de enlaçar regiões extremas no sentido Leste-Oeste e de servir de suporte para a Ligação Sul-Norte (REBELO, 1973, p. 79).

Mas a Transamazônica não era um projeto isolado, como se pode pensar a partir de toda a força propagandística do regime da qual ela foi protagonista. O governo decidira a sua construção dentro de um plano mais vasto, que foi denominado de Plano de Integração Nacional (PIN), como o Ministro dos Transportes Mário Andreazza já defendia em 1967 (REBELO, 1973, p. 72).

O Decreto-Lei Nr 1.106, de junho de 1970, afirmava no seu artigo 2º que a primeira etapa do PIN seria constituída pela construção imediata das rodovias

Transamazônica e Cuiabá-Santarém, que iriam propiciar a ocupação das áreas definidas no projeto. Conforme o plano as rodovias deveriam se constituir na espinha dorsal de um vasto programa de deslocamento de trabalhadores rurais da região semi-árida nordestina, para áreas pretensamente mais férteis, onde lhes era prometida toda espécie de ajuda governamental. A condução do processo obedecia, então, ao slogan emanado do governo federal: "Homens sem terra para uma terra sem homens".

Discorrendo sobre este tema, Becker destaca a necessidade de estender a soberania nacional aos limites do território, por intermédio da absorção dos excedentes demográficos do Nordeste e a obtenção de força de trabalho:

A periferia da fronteira assume, assim, na década de 1970, a prioridade para a ação governamental nos setores econômico, social e de segurança. É para a Amazônia que deverão ser redistribuídos os excedentes demográficos nordestinos, permitindo simultaneamente aliviar as tensões da periferia deprimida, conter a migração para o "centro", que já mostra indícios de saturação, criar condições para novos investimentos do "centro" e garantir a soberania nacional na área. (BECKER, 1982, p. 29).

Para Carvalho (1987, p. 176), a construção da Transamazônica foi inspirada basicamente por motivos de ordem geopolítica e militar, relacionados com a ocupação e controle da região amazônica, com atenção especial para as ameaças externas:

As preocupações tradicionais do Estado com o "vazio demográfico" e com a defesa e o aproveitamento do potencial econômico daquela área cresceram bastante no final dos anos sessenta, não apenas pelo novo caráter do Estado, como pelo seu temor de alguns fatos que ocorreram naquela ocasião. Mais exatamente, pela vizinhança de um regime nacionalista no Peru e de guerrilhas na Bolívia e pela existência e possibilidades de expansão de núcleos guerrilheiros no sul do Pará, conflagrado por conflito de terras, pelo isolamento de populações que captavam transmissões radiofônicas de Havana e Moscou [...], fatos esses percebidos como sérias ameaças à integridade, à ordem, e à segurança da nação.

Os trechos Humaitá-Lábrea e Humaitá-Sena Madureira-Feijó, este sobrepondo-se à BR-364 (na época já em implantação), foram entregues ao 5° BEC, enquanto o restante do segmento até a fronteira peruana, coube ao 7° BEC.

Como consequência da decisão acerca da implantação das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, o Exército criou duas novas unidades de engenharia de construção na Amazônia, por meio do Decreto Presidencial Nr 66.976, de 28 de julho de 1970. Na verdade, tratava-se da transferência, para a Amazônia, dos últimos dois batalhões rodoviários do Exército, agora sob denominação de 8º BEC e 9º BEC, com sede respectivamente em Santarém/PA e Cuiabá/MT, os quais estavam subutilizados desde o término das obras do Tronco Principal Sul, em meados da década de 60. Como tais Unidades não tiveram atuação na área da Amazônia Ocidental, não serão objeto de maior detalhamento por parte desta Tese, muito embora o 9º BEC tenha assumido as missões de conservação da BR-364 no estado de Mato Grosso, desafogando o 5º BEC para o seu esforço principal na Transamazônica.

O mesmo decreto que criou os dois batalhões, também criou o 2º Grupamento de Engenharia de Construção com sede em Manaus, ponto equidistante das unidades que deveriam ficar sob seu controle. O novo Grupamento teve como atribuições a coordenação técnica e administrativa e a fiscalização de todos os trabalhos e missões afetas aos Batalhões de Engenharia de Construção que operavam na região amazônica época.

Por fim, houve uma mudança que daria contornos definitivos ao 2º Grupamento. Em 1970, de acordo com Rebelo (1973, p. 123-124), o Centro de Planejamento Rodoviário da Amazônia (CEPRAM), órgão anexo ao 1º Distrito Rodoviário do DNER, em Manaus, iniciou os estudos preliminares de implantação da rodovia Perimetral Norte, descrita pelo autor como uma espécie de "réplica setentrional da Transamazônica". Em 1973, após a estrada ter sido inserida no PIN, que teve dotação orçamentária elevada e o seu prazo de vigência ampliado por mais quatro anos (até 1978), o presidente Médici aprovou a exposição de motivos assinada pelos ministros dos Transportes, Planejamento e Fazenda destacando que a execução deste projeto seria indispensável à continuidade do esforço que vinha sendo desenvolvido pelo Governo para a ocupação e integração da Amazônia brasileira, agora ao norte da calha dos rios Solimões e Amazonas.

Com 4.197 km de extensão, a Perimetral Norte podia ser dividida em 02 subtrechos: o primeiro com início em Macapá, no Território do Amapá e término em Mitu, no Amazonas, na fronteira com a Colômbia, numa extensão de 2.568

km, correndo numa direção geral de leste para oeste; e o segundo, com aproximadamente 1.629 km, prolongando-se da cidade acreana de Cruzeiro do Sul até a localidade amazonense de Cucuí na tríplice fronteira de Brasil-Colômbia-Venezuela. Ficou estabelecido que este segundo trecho seria executado por administração direta da engenharia militar na Amazônia.

Diante destes novos encargos, o Exército resolveu empregar na obra o 7º BEC e o 1º BEC<sup>17</sup>, transferido de Caicó/RN para São Gabriel da Cachoeira, antiga Uapés/AM, mantendo a sua antiga denominação. Responsável pelo trecho Cucuí-Rio Solimões com 819,6 km, o 1º BEC representou o esforço final de expansão da engenharia militar na Amazônia.

A criação dos Batalhões de Engenharia de Construção na Amazônia Ocidental impactou significativamente o desenvolvimento dos seus estados de origem (Rondônia, Roraima e Acre) bem como a própria concepção do emprego da Engenharia Militar, uma vez que estas Unidades foram responsáveis pela introdução de uma série de novidades tecnológicas aplicadas pela primeira vez na região, além de avanços doutrinários ao próprio sistema Exército Brasileiro.

O aspecto doutrinário tem sua importância no contexto deste estudo pelo entendimento de sua contribuição direta na consecução dos objetivos do Exército Brasileiro na Amazônia, via Engenharia Militar. Desta forma, vale destacar a aquisição e utilização de aeronaves de asa fixa pelos batalhões de Rondônia e Roraima, dadas as grandes distâncias em que se encontravam as principais fontes de suprimento no teatro amazônico. Incorporadas ao acervo daquelas organizações militares e pilotadas ora por profissionais contratados, ora por oficiais da Força Aérea Brasileira em sistema de rodízio, conforme Macedo (2003, p. 185), essas aeronaves tiveram participação especial nos reconhecimentos, inspeções, transporte de pessoal e material entre a sede e as frentes de trabalho, ajuda humanitária e mesmo na própria forma de relacionamento entre os militares do Exército e da Aeronáutica que conviveram juntos naquele período. Ressalte-se que tal iniciativa — a aquisição direta e utilização de aviões sob controle do

CONSTRUÇÃO, 21. 2005. 1 CD-ROM)

-

Desde a sua transferência de Caicó para São Gabriel da Cachoeira, em 1973, o 1º BEC mudaria de nome sucessivamente para 1ª Companhia de Engenharia de Construção em 1982 e posteriormente para 21ª Companhia de Engenharia de Construção (21ª Cia E Cnst) em 2003, sua atual denominação. (BRASIL, EXÉRCITO BRASILEIRO. COMPANHIA DE ENGENHARIA DE

Exército – só recentemente passou a ser reconsiderada no contexto do esforço logístico no teatro amazônico, mesmo diante da existência histórica de posicionamentos contrários por parte de ambas as Forças.

Ao longo de todo o período do Regime Militar, os Batalhões de Engenharia de Construção consolidaram um destacado acervo de obras e realizações na Amazônia Ocidental, conforme se pode constatar no Anexo "A".

No que concerne à área de saúde ressalte-se, segundo Pinto (1971, p. 308-309), que a carência geral de recursos era generalizada em toda a Amazônia, com a disponibilização de apenas três leitos para cada mil habitantes. Nesse contexto, o Exército manteve em todas as suas organizações militares da região, particularmente naquelas situadas junto à faixa de fronteira, um fluxo constante de atendimentos médicos, dentários e farmacêuticos, extensivos aos civis, independente de serem habitantes das respectivas comunidades adjacentes ou mesmo forasteiros que a elas aportassem.

O caso do Hospital de Guarnição de Tabatinga (H Gu Tab), criado pelo Decreto Nr 66.510, de 28 de abril de 1970, no município de Benjamin Constant e transferido posteriormente para a cidade de Tabatinga-AM, em 10 de julho de 1982, tornou-se emblemático no que se refere ao apoio de saúde prestado pelo Exército na Amazônia. Como Organização Militar de Saúde (OMS) integrante do convênio 700.600/1982 CMA/SUS, passou a atender a população civil em geral, vindo posteriormente a constituir-se numa Unidade Hospitalar de referência para todo o Alto Solimões, região da Tríplice Fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia. Destacam-se neste contexto as cidades de Tabatinga, sua sede, e Letícia, na Colômbia, ambas com características semelhantes e cuja convivência amistosa e simbiótica entre seus habitantes é reconhecidamente influenciada pelas ações daquele hospital do Exército Brasileiro.

Também no campo educacional verificou-se um incremento substancial da ação militar na Amazônia, naquele período. Somente em junho de 1971, Pinto (1971, p. 313-314) mencionava que o Exército tomava para si a responsabilidade de manter, em pleno funcionamento, dois ginásios e nove escolas de nível primário em localidades da faixa de fronteira, perfazendo um total superior a 50 professores e 1500 alunos. Estabelecendo a proporção entre o número de

soldados incorporados aos Pelotões de fronteira e o de crianças matriculadas em suas escolas, inclusive adultos, constatava-se que, para cada soldado na caserna havia três estudantes na escola.

No que diz respeito à educação de crianças, uma menção especial devese fazer ao Colégio Militar de Manaus (CMM). Criado no governo do Presidente Emílio Garrastazu Médici, pelo Decreto-Lei Nr 68.996, de 02 de agosto de 1971, o CMM inaugurou suas atividades em 07 de abril de 1972, sendo o único estabelecimento de ensino deste gênero na Amazônia e destacando-se como uma das mais tradicionais e bem equipadas escolas da região. Sempre em conformidade com a legislação federal da educação, obedecendo às leis e aos regulamentos em vigor, e consoante os valores, costumes e tradições do Exército Brasileiro, o CMM não somente assegurou a formação de inúmeras gerações de jovens estudantes, como contribuiu para despertar vocações para a carreira militar. Posteriormente viria a tornar-se uma das primeiras referências nacionais em ensino à distância.

Tratando-se de ensino superior, merece ser enfatizada a participação efetiva do Exército na viabilização do Projeto Rondon. Concebido a partir de uma síntese das idéias expostas e defendidas por um grupo de professores da Universidade do Estado da Guanabara (UEG), atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e por instrutores da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), por ocasião do Primeiro Seminário sobre Educação e Segurança Nacional, em outubro de 1966, a proposta associava-se à idéia do 5º BEC de contar com alguns universitários da área médica como reforço nas Ações Cívico-Sociais a cargo do Batalhão.

Para Macedo (2003, p. 174), o General Albuquerque Lima, Ministro do Interior, já raciocinava com algo parecido como um "Serviço Militar Alternativo" e foi um dos grandes incentivadores da idéia, viabilizando, com o apoio da FAB e do Ministério da Educação, o embrião do Projeto Rondon.

Em 20 de julho de 1967, o primeiro grupo de 30 Universitários da UEG, conhecido como Rondon Zero, sob coordenação do Professor Omir Fontoura, foi recebido nas instalações do o 5º BEC, a quem coube todo o apoio logístico em

solo amazônico, para um período de atividades de 30 dias em comunidades do estado de Rondônia. (PEREIRA, 2009, p. 26).

O Decreto Nr 62.927, de 28 de junho de 1968, marcou a implantação definitiva do Projeto Rondon. Esse fluxo contínuo de centenas de jovens universitários às localidades do interior do País desprovidas de infraestrutura sócio-econômica, com o apoio do Exército Brasileiro, fez dessa iniciativa o primeiro grande programa de extensão universitária de abrangência nacional instituído pelo governo brasileiro.

## 4.3 CONCLUSÃO PARCIAL

As políticas implementadas a partir do advento do regime militar em 1964 marcaram a ampliação da participação do Estado no desenvolvimento econômico brasileiro, com um incremento relativo da presença castrense em áreas estratégicas do território nacional, particularmente na Amazônia.

O desinteresse de investir na Amazônia por parte de empresas nacionais e estrangeiras, assim como as preocupações com o inimigo interno e com a cobiça internacional, unificou os setores militares em relação à necessidade de se desenvolver políticas que viabilizassem a ocupação e integração da região ao restante do País e promovessem a defesa das áreas fronteiriças (MONTEIRO e COELHO, 2004, p.103).

Nesse sentido, o Exército Brasileiro foi especialmente destacado para o cumprimento de tarefas estratégicas no interior do Brasil, a fim de manter o controle sobre a imensa base física nacional (BECKER, 2009, p. 215).

Para Oliveira (1994, p. 86), a convergência de geopolítica com segurança e desenvolvimento durante o Regime Militar tomou formas específicas no caso da Amazônia e permitiu uma expressiva participação do Exército no esforço de integração da região ao restante do País.

Segundo Benchimol (1977, p. 564) a transferência do Comando Militar da Amazônia de Belém para Manaus por imposições de segurança e

desenvolvimento, representou uma das mais importantes medidas da estratégia geopolítica de ocupação da Amazônia. Para o autor, se a criação da Zona Franca de Manaus representou o traço civil dessa estratégia, a realocação do CMA constituiu-se no braço armado dessa política.

De acordo com Assis (1995, p. 9), essa mudança acrescentou um novo esforço de cooperação para o desenvolvimento da região, uma vez que a vinda de novas organizações militares redundou no incremento das atividades de colonização, educação e saúde, contribuindo decisivamente para a fixação do homem na faixa de fronteira. Camargo (1978, p. 129) complementa essa idéia, ao enfatizar o desenvolvimento social advindo da ação colonizadora do soldado do brasileiro na Amazônia:

O Exército da Amazônia, composto de brancos, pretos, mulatos e índios, como no resto do Brasil, está levantando o "status" social de comunidades vegetativas, levando saúde, a cartilha e o complexo da infra-estrutura (sic) essencial à arrancada para o desenvolvimento.

Já Martins (1971, p. 93) ressalta que a implantação pioneira dos batalhões de engenharia de construção e de outras unidades militares na Amazônia influenciou diretamente o processo de integração da região ao restante do País, com destaque para aspectos ligados à segurança e desenvolvimento:

A idéia de se implantar Batalhões de Engenharia de Construção nessa área não era nova. Além de sua viabilidade técnico-econômica, os benefícios sócio-integracionais que uma Unidade do Exército traz consigo, mormente numa região como a Amazônia, são incalculáveis. Se somarmos a esses aspectos a necessidade de preservar o nosso solo, o que se reflete na própria Segurança Nacional, essa idéia é altamente justificável.

De acordo com Becker (1982, p. 67), o impacto sobre a região dos eixos de penetração implantados pelo Exército foi violento. Não somente porque abria a região a novas idéias, pessoas, mercadorias, informações, mas pela rapidez com que se fazia a penetração da inovação, destoando fortemente do ritmo lento que prevalecia na região. As relações calcadas em via fluvial eram percebidas em termos de meses e dias; posteriormente, quando as rodovias passaram a permitir o deslocamento de São Paulo a Rio Branco em alguns poucos dias, as relações passaram a ser percebidas em termos de horas.

Verificou-se assim, a ocorrência de grandes transformações nos meios de circulação, com a decadência das navegações fluvial e aérea como elementos vitais para a circulação na área. A viabilização do modal rodoviário capturou, decididamente, a Amazônia Ocidental da órbita de Belém, favorecendo a diversificação das exportações regionais rumo aos grandes mercados consumidores do Centro-Sul brasileiro e mesmo do exterior.

Partindo-se igualmente de pólos de desenvolvimento e colonização estruturados às margens de rodovias na Amazônia, Mattos discorre sobre o estabelecimento de Programas governamentais como o Plano de Integração Nacional (PIN), concebidos como estratégias de ocupação do espaço amazônico. Apesar da maioria desses Programas não ter sido integralmente implantada, a Amazônia oferecia, no início da década de 1980, um quadro de ocupação populacional melhor distribuído e mais racional. Inúmeras localidades novas, dispondo de um mínimo de recursos de infraestrutura sócio-econômica, espalharam-se ao longo dos traçados das grandes rodovias implantadas pelo Exército na região:

Considerando-se que a população da Amazônia Legal aumentou, no período compreendido entre 1965 e 1980, de cerca de 3.500.000 habitantes e que a população urbana das duas grandes cidades, Belém e Manaus, cresceu de cerca de 1.000.000 habitantes, pode-se avaliar que os 2.500.000 restantes fixaram-se, predominantemente em cidades, povoados e núcleos menores surgidos a cavaleiro das grandes rodovias, nos pontos selecionados e estimulados pelos planos de colonização anteriormente referidos. (MATTOS, 1980, p. 101).

Reis (1983, p. 106) reforça essa idéia, ao afirmar que os esforços para promover uma política de colonização ao longo das novas rodovias que eram abertas, foram renovados em cumprimento ao estabelecido nos planos de integração nacional.

Para Araújo (2008, p. 79-80), a consciência em relação à reduzida presença estatal no território amazônico e a constatação de um cenário em que se observava o interesse extra-regional sobre a sorte da Amazônia motivaram, ainda, a cooperação dos países amazônicos no sentido de formular um acordo que contivesse esse forte componente do ponto de vista político. A assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) foi um esforço pioneiro para se criar

um instrumento sul-americano de cooperação para o desenvolvimento da Amazônia, que, a princípio, constituiu-se numa resposta às pressões internacionais de flexibilização da soberania e de preservação ambiental cada vez mais frequentes a partir dos anos 70.

De acordo com Becker (2009, p. 220-223), em que pese a ocupação da Amazônia Ocidental, no período da Guerra Fria, ter sido percebida pelo Regime Militar como um instrumento dissuasório ao desenvolvimento de focos revolucionários, como os já existentes no Peru e na Colômbia, o projeto geopolítico do Estado brasileiro na região apoiou-se, sobretudo, em estratégias territoriais que implementaram o controle e a ocupação regional entre 1966 e 1985, por meio do estabelecimento de redes de integração espacial.

Primeiro, a rede rodoviária, ampliada com a implantação de grandes eixos transversais como a Transamazônica e a Perimetral Norte, e intrarregionais como a Manaus-Porto Velho e a Manaus-Boa Vista, que alteraram profundamente o padrão da circulação e do povoamento regional. Segundo, a rede de telecomunicações comandada por satélite, que difunde informações pela TV e estreita os contatos por rede telefônica. Cerca de 12 mil km de estradas e 5.110 km de um sistema de comunicações em microondas foram construídos em menos de cinco anos. Terceiro, a rede urbana, sede das redes de instituições estatais e organizações privadas. Finalmente, a rede hidroelétrica, que se implantou para fornecer energia, o insumo básico da nova fase industrial.

Enfim, pode-se perceber que, ao serem estabelecidas ao longo de toda a década de 70, essas redes de integração estavam inteiramente coerentes com a essência da proposta brasileira de integração física, originalmente apresentada para viabilizar a efetivação do Pacto Amazônico, no início dos anos 80. A implantação de Estações Repetidoras e Terminais dos Troncos de Microondas em tropodifusão, bem como a construção de quartéis, residências, aeroportos, campos de pouso e de uma série de outras estruturas governamentais, além da contribuição ao desenvolvimento da saúde e educação na região, demonstram a ampla contribuição do Exército no estabelecimento dessas redes em território amazônico, como comprovam os Apêndices "A" e "B" desta Tese.

No caso do sistema viário, os efeitos da ação integradora do Exército foram mais significativos. Os trechos sob responsabilidade da engenharia militar permitiram, na medida em que foram efetivamente implantados, não somente interligar os principais núcleos populacionais da Amazônia Ocidental, como também estender essas ligações às demais regiões brasileiras e aos países amazônicos.

Ao comentar, especificamente, as consequências da implantação da BR- 364 em Rondônia, Hugo (1998, p. 372) afirma que:

Coube assim à BR 364, o acesso para aquelas áreas preferenciais, facilitando uma ocupação que na década de 70 projetou aquela região como sendo a fronteira agrícola mais dinâmica do país.

Segundo Souza (1977, p. 275), a BR-174 (Manaus-Boa Vista) e a BR-401 (que liga Boa Vista aos municípios roraimenses de Bonfim e Normandia, na fronteira com a Guiana) criaram condições de acessibilidade até o caribe, via Venezuela e Guiana respectivamente. Para o autor, tratava-se de uma incorporação das mais "[...] queridas do Pacto Amazônico [...]" uma vez que buscava recuperar o tempo perdido nos interesses comerciais do Brasil com aqueles dois países.

No caso da Transamazônica (BR-230), Rebelo (1973, p. 79-80) afirma que sua importância continental decorria da sua junção em Boqueirão da Esperança, no Acre, com o sistema rodoviário peruano, prosseguindo até o oceano Pacífico, em Lima, vencendo transversalmente a Cordilheira dos Andes e cruzando com as Rodovias Pan-Americana e Marginal da Selva<sup>18</sup>, de onde se podia acessar todas as capitais sul-americanas. Pelas suas diversas conexões, a Transamazônica propiciaria acesso, igualmente, às Repúblicas da América Central e América do Norte. Desta forma, adquiria uma conotação de rodovia intercontinental, com potencial para aproximar países e integrar povos distantes.

\_

<sup>&</sup>lt;sup>18</sup> Conforme Antunes (2007, p. 43), as Rodovias Pan-Americana e Marginal da Selva são dois grandes corredores de vias norte-sul: a Rodovia Pan-americana constitui-se numa rede de estradas que se estende no continente americano, totalizando cerca de 48.000 km e conectando vários dos territórios de nações americanas; já a Rodovia Marginal da Selva costeia a Cordilheira Andina, os Planos na Venezuela e a selva amazônica na Colômbia, Equador, Peru, e Bolívia contando, por sua vez, com diversos corredores transversais (rodovias e rios).

Rebelo (1973, p. 125) comenta ainda que o trecho da Perimetral Norte (BR-210) sob responsabilidade do Exército, também haveria de articular-se com as redes rodoviárias do Peru, Colômbia e Venezuela, desempenhando papel relevante na formação do sistema viário multinacional para a integração das Américas.

Finalmente, em termos da ação do Exército na Amazônia durante o período do Regime Militar cabe salientar, conforme Ribeiro (1999, p. 140-141), que o enorme peso dos encargos assumidos pela engenharia militar na Amazônia gerou alguns problemas:

Tornou-se problemática a harmonização entre as tarefas de interesse militar e aquelas de interesse mais sócio-econômico, mesmo considerando a importância dada às questões de segurança nacional no crescimento da rede rodoviária amazônica. Surgiram críticas dentro do próprio Exército de que o seguimento dos planos de trabalho acordados com o DNER, dentro da política rodoviária do Ministério dos Transportes, estabeleciam metas que não eram coerentes com as aspirações e potencialidades da engenharia militar.

A vastidão da base física, aliada às precárias condições infraestruturais existentes e às grandes distâncias entre núcleos urbanos e centros produtores, resultava em sérios problemas logísticos para as organizações militares do Exército na região.

Apesar de todos os óbices, para Venturieri (2003, p. 20-21), a ocupação do espaço amazônico, baseada nas políticas de colonização capitaneadas pela abertura de estradas e implementação de uma infraestrutura mínima para os imigrantes, foi um sucesso e a região passou a experimentar um ritmo de mudança no uso da terra até então inimaginável para o próprio amazônida. Ele acrescentou, porém, que os efeitos ecológicos e sociais também deixaram marcas negativas.

Becker (2009, 222-223) corrobora as considerações de Venturieri, ao afirmar que a violência da ocupação acelerada e concentrada ao longo das rodovias, resultou num ciclo de desmatamento, exploração predatória de madeira e pecuária extensiva sem controle. Associado a tudo isso, a autora também menciona a ocorrência de problemas advindos dos intensos conflitos sociais e ambientais na região, bem como o surgimento de concentrações humanas

isoladas, resultantes dos projetos de colonização. Entretanto, apesar da instabilidade percebida nesses grupos, fruto de seu alto grau de evasão e fraco desempenho econômico, a autora enfatiza a relevância geopolítica deste modelo para a ocupação do território e para a formação de novas sociedades locais.

A polêmica da internacionalização da Amazônia ressurgiria com maior vigor na década de 1980, sendo reintroduzida a "teoria da conspiração" no discurso de defesa da região pelas Forças Armadas.

[...] com a introdução dos direitos humanos e do meio ambiente na agenda internacional, pareceu aos militares que o futuro da Amazônia estava novamente ameaçado, agora agravado pela intenção (mais aparente que real) das grandes potências de legitimar o "direito de ingerência", ou seja: legitimar um pretenso 'direito' auto-outorgado por elas, para ser exercido conforme seus próprios interesses e ditames do realismo político [...] (CAVAGNARI FILHO, 2002).

A redemocratização política dos países latino-americanos ocorrida de modo generalizado, a partir da década de 80, favoreceu o advento de reformas estruturais com vistas à abertura de seus mercados e a novas experiências de integração econômica. Para Beçac (2000, p. 15), a integração natural, vinda da aproximação entre vizinhos contíguos, foi sendo aceita como um componente facilitador do processo integracionista na América Latina, representando uma possibilidade de acesso aos cobiçados mercados dos países mais industrializados e também uma perspectiva de desenvolvimento.

A partir de então, as fronteiras da Amazônia Ocidental brasileira vivenciariam um sólido período de vivificação e a cooperação com os países amazônicos tornar-se-ia crescente. A participação do Exército nesse processo seria fundamental e consubstanciaria sua contribuição no processo de integração da Amazônia, conforme será analisado no próximo capítulo desta Tese.

## 5. O EXÉRCITO E O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DA AMAZÔNIA: PROGRAMA CALHA NORTE E OS EIXOS NACIONAIS DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

## 5.1 O PROGRAMA CALHA NORTE: A AMAZÔNIA COMO PRIORIDADE DO EXÉRCITO

O fim do Regime Militar, em 1985, e a consequente assunção de José Sarney à Presidência da República acarretaram modificações profundas no plano do discurso e nas políticas governamentais empreendidas na Amazônia, embora prevalecesse o caráter geopolítico sobre as questões da região, quando analisadas sob uma lógica de defesa territorial. (TEIXEIRA DA SILVA, 2006).

Segundo Myiamoto (2004, p. 192-194), o aumento da importância estratégica da Amazônia pode ser atribuído, primeiramente, às críticas e pressões da comunidade internacional que recaíam sobre o governo brasileiro, acerca de questões ambientais (já comentado no capítulo anterior), terras indígenas e movimentos guerrilheiros próximo às fronteiras nacionais.

O autor acrescenta que a superação de desconfianças mútuas e a consequente melhoria das relações entre Brasil e Argentina, com a assinatura de vários acordos na área nuclear, permitiram que a região Sul do País passasse de prioridade a um plano secundário na área de defesa.

Para Lourenção (2007, p. 94), se durante o Regime Militar a estratégia para a região pregava a ocupação humana baseada em grandes projetos de infraestrutura, esta nova fase seria marcada pela valorização da presença do Estado no território amazônico.

Dessa forma, a concepção e implantação de um projeto de natureza político-militar como o "Calha Norte", que buscaria exatamente atender às demandas do binômio segurança e desenvolvimento, transformaria inteiramente a forma de atuação do Exército Brasileiro na Amazônia.

A partir de uma avaliação político-estratégica da região foi determinada a realização de um estudo aprofundado que permitisse estabelecer medidas destinadas a enfrentar as carências mais sérias da área, em particular as de caráter sócio-econômico, além de assegurar a garantia da soberania e da integridade territorial, de modo a superar os entraves ao desenvolvimento e a integração da região ao contexto nacional.

O resultado, consubstanciado no Estudo Nr 010 (BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1985a), de 31 de maio de 1985, sob responsabilidade da 3ª Seção da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional (SG/CSN)<sup>19</sup>, apontou, entre outros assuntos, a questão da indefinição de fronteiras entre Venezuela/Guiana e Guiana/Suriname. Caracterizando particularmente a situação política na Guiana e Suriname como de presença de lideranças "personalistas", o Estudo Nr 010 argumentava que a instabilidade interna não permitia descartar a vulnerabilidade à interferência cubana com possíveis "intervenções consentidas" naqueles países, tornando premente a rearticulação e a reorganização do dispositivo militar brasileiro naquela faixa de fronteira.

Embasado e motivado por tais conclusões, a SG/CSN apresentou à Presidência da República, em 19 de junho de 1985, a Exposição de Motivos Nr 018/85 — EM 018 — (BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1985b), onde destacava, entre outros aspectos, a falta de integração da região amazônica ao território nacional, com reduzida presença de brasileiros especialmente ao longo da linha de fronteira e a possibilidade de conflitos fronteiriços entre alguns países vizinhos, criando condições para a "[...] projeção do antagonismo Leste-Oeste na parte norte da América do Sul."

Além disso, as soluções sugeridas pelo documento apontavam que a integração dessa região geoeconômica ao restante do País contribuiria para a manutenção de um nível adequado de relacionamento com os vizinhos, por meio de canais de cooperação técnica, econômica, comercial e cultural. Esperava-se, como decorrência desse incremento quantitativo e qualitativo nas relações, que o

. 1980).

<sup>&</sup>lt;sup>19</sup> Criada pelo Regime Militar a Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional (SG/CSN) é o órgão de estudo, planejamento e coordenação dos assuntos da competência do Conselho de Segurança Nacional (CSN), em suas funções de assessoria direta ao Presidente da República, para formulação e execução da Política de Segurança Nacional. (BRASIL, DECRETO NR 85.128,

Brasil despontasse como parceiro confiável e cooperativo para o desenvolvimento recíproco (BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1985b).

Como consequência, o Governo Federal acolheu proposta formulada na EM 018 e determinou a criação de um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), que tinha por incumbência elaborar um plano para o desenvolvimento da região que integrasse a ação dos ministérios envolvidos. Para um rendimento mais efetivo e sob a direção da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República (SEPLAN), o GTI, chefiado pelo General Rubens Bayma Denis, Chefe da Casa Militar da Presidência da República, foi composto apenas de representantes do Ministério das Relações Exteriores (MRE), da SG/CSN e do Ministério do Interior (MINTER). Esta composição inicial contou com ampla liberdade de contato com elementos de diversos órgãos da alta administração federal, como os Ministérios Militares, o Ministério da Fazenda e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), tendo recebido, ainda, importantes subsídios de co-participantes das Unidades Federativas abrangidas (LOURENÇÃO, 2003, p. 42).

O estudo realizado pelo GTI resultou em um extenso relatório final apresentado em dezembro de 1985 e intitulado "Desenvolvimento e Segurança da Região ao Norte dos Rios Solimões e Amazonas", contendo como subtítulo a expressão "Projeto Calha Norte", por meio do qual passaria a ser referido nas esferas administrativas e, posteriormente, na própria imprensa brasileira (BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1985c).

Demonstrando os riscos da ineficiente presença do Estado no coração da Amazônia, o relatório identificou e enfatizou aspectos de caráter eminentemente interno como a utilização predatória de recursos naturais (com degradação em alguns pontos da região), os problemas atinentes à demarcação/extração ilegal de minérios das terras indígenas e os reflexos advindos da guerrilha do Araguaia. Também salientou aspectos inerentes à política externa como a existência de redes internacionais de narcotráfico atuando na fronteira Norte, a ocorrência de contrabando/descaminho de recursos minerais diversos, a proximidade com os grupos guerrilheiros colombianos e o apoio do governo cubano a outros países da região.

Segundo Nery da Silva e Vandelli (1999, p. 216), diante da amplidão da área e considerando-se a complexidade das tarefas a serem empreendidas, bem como a impossibilidade de obtenção, a curto e médio prazos, de recursos financeiros necessários à empreitada, o estudo optou por eleger como área prioritária para fins de planejamento e ação imediata do governo a porção ao norte da calha dos rios Solimões e Amazonas, abrangendo parte dos estados do Amazonas e Pará e a totalidade dos estados de Roraima e Amapá. Foi sugerido, igualmente, a existência de três espaços distintos naquela região: a Faixa de Fronteira propriamente dita, com 150 km de largura, a orla ribeirinha e a "hinterland" (núcleo da região) inserida entre as duas primeiras áreas.

A partir daí, de acordo com Lourenção (2007, p. 98), o governo definiu duas concepções estratégicas de ação: implementação no quinquênio 1986/1991, de "Projetos Especiais" (PE) denominados em seu conjunto de "Programa Calha Norte", com participação coordenada de órgãos federais e estaduais, conforme suas respectivas localizações e aptidões, no atendimento de necessidades fundamentais e imediatas da região; e projetos subseqüentes, compatíveis com as diretrizes gerais do "Plano de Desenvolvimento da Amazônia" e com as recomendações contidas no capitulo "Desenvolvimento Regional" do "I Plano Nacional de desenvolvimento", relativo ao período compreendido entre 1986 e 1989.

A implementação dos Projetos Especiais no bojo do Programa Calha Norte considerou a necessidade de promover-se uma estratégia a ser desenvolvida para a Faixa de Fronteira, priorizando-se as seguintes áreas na Amazônia Ocidental (BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1985c):

- 1) Estado de Roraima, com pólo em Boa Vista e ações desenvolvidas particularmente nas localidades de Bonfim, Normandia, Pacaraima (BV-8), Surucucu, Auarís e Ericó;
- 2) Região do Alto Rio Negro ("Cabeça do Cachorro"), fronteira com a Colômbia e Venezuela, com pólo em São Gabriel da Cachoeira e ações desenvolvidas particularmente nas localidades de lauaretê, Querari, São Joaquim, Cucuí, Matucará e Içana;

- 3) Região do Alto Solimões, fronteira política com a Colômbia, com pólo em Tabatinga e ações desenvolvidas particularmente nas localidades de Ipiranga e Benjamin Constant;
- 4) Região do Alto-Traíra tendo como pólo a localidade de Vila Bittencourt.

Definidas as áreas com necessidades imediatas a serem atendidas o relatório propôs os seguintes Projetos Especiais, buscando-se privilegiar a ação dos diversos Ministérios no tocante às medidas administrativas necessárias à consecução dos objetivos:

- PE1. Incremento das relações bilaterais;
- PE2. Aumento da presença militar na área;
- PE3. Proteção e assistência às populações indígenas da região;
- PE4. Intensificação das campanhas de recuperação dos marcos limítrofes;
- PE5. Ampliação da infraestrutura viária;
- PE6. Aceleração da produção de energia local;
- PE7. Ampliação da oferta de recursos sociais básicos;
- PE8. Estímulo à interiorização de pólos de desenvolvimento econômico com base na vocação sócio-econômica da região.

No entanto, conforme Lourenção (2007, p. 88-89), apesar de sua concepção original prever a ação dos vários ministérios não-militares, a fim de prover aquela região com infraestrutura variada (ensino, saúde, moradia, transporte, energia, etc), o Calha Norte ficou estigmatizado como um projeto eminentemente militar e de militarização da Amazônia, uma vez que o orçamento do Programa convergiu acentuadamente para finalidades militares. Costa Silva (2008, p. 134-136) acrescenta que o caráter de confidencialidade e a limitada visibilidade do Programa também contribuíram para a escassez gradativa de recursos e para o atraso no seu cronograma de implementação.

A publicação da Política de Defesa Nacional (PDN), em 07 de novembro de 1996, pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso foi um marco significativo na história do PCN, pois conferiu à Amazônia uma importância estratégica tal, que doravante seria refletida nos níveis teórico e político, com implicações diretas no tocante à participação das Forças Armadas na região:

5.1. Para a consecução dos objetivos da Política de Defesa Nacional, as seguintes diretrizes deverão ser observadas: [...] f) contribuir ativamente para o fortalecimento, a expansão e a solidificação da integração regional; g) atuar para a manutenção de um clima de paz e cooperação ao longo das fronteiras nacionais, e para a solidariedade na América Latina e na região do Atlântico Sul: h) intensificar o intercâmbio com as Forcas Armadas das nações amigas; i) manter a participação das Forças Armadas em ações subsidiárias que visem à integração nacional, defesa civil e ao desenvolvimento sócio-econômico do País, em harmonia com sua destinação constitucional; j) proteger a Amazônia brasileira, com o apoio de toda a sociedade e com a valorização da presença militar; I) priorizar ações para desenvolver e vivificar a faixa de fronteira, em especial nas regiões norte e centro-oeste; (Grifo nosso) m) aprimorar a organização, o aparelhamento, o adestramento e a articulação das Forças Armadas, assegurando-lhes as condições, os meios orgânicos e os recursos humanos capacitados para o cumprimento da sua destinação constitucional; n) aperfeiçoar a capacidade de comando, controle e inteligência de todos os órgãos envolvidos na defesa nacional, proporcionando-lhes condições que facilitem o processo decisório, na paz e em situações de conflito; o) aprimorar o sistema de vigilância, controle e defesa das fronteiras, (Grifo nosso) das águas jurisdicionais, da plataforma continental e do espaço aéreo brasileiros, bem como dos tráfegos marítimo e aéreo; p) garantir recursos suficientes e contínuos que proporcionem condições eficazes de preparo das Forcas Armadas e demais órgãos envolvidos na defesa nacional; q) fortalecer os sistemas nacionais transporte, energia e comunicações; [...] (BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1996a).

Em 1997, o Relatório Final apresentado por uma Comissão Especial Mista do Congresso Nacional (instalada dois anos antes), a fim de avaliar a real situação do PCN, apontou a necessidade de eliminação do estereótipo de projeto militar que o Programa tinha incorporado e buscou enfatizar a participação do em ações de assistência e proteção às comunidades indígenas e contra o tráfico de drogas. Por outro lado, o mesmo documento é pródigo em citações referentes ao viés militar do Programa, chegando a ratificar todas as ações em curso e as já planejadas que envolviam a participação direta do Exército Brasileiro (BRASIL, CONGRESSO NACIONAL, 1997).

Posteriormente, o Ministério da Defesa, criado em 10 de junho de 1999, veio a constituir-se no órgão condutor das ações atinentes à Defesa Nacional, assumindo a coordenação do PCN e ratificando a decisão político-estratégica de continuar a sinalizar a região amazônica como prioritária para a defesa do Brasil.

A partir do ano 2000, o PCN teve o seu enfoque e objetivos levemente alterados, em virtude da conjuntura político-nacional e do cenário internacional vigente. Se havia, no momento de sua criação, uma preocupação excessiva com a existência de grupos armados de esquerda em países vizinhos, o PCN do século XXI passaria a privilegiar a contribuição para a promoção do desenvolvimento regional e a manutenção da soberania da integridade territorial, derivadas da expectativa em relação ao aumento da presença do poder público na região (COSTA SILVA, 2008, p. 135).

Além disso, esse processo de revitalização culminou com a inclusão do Calha Norte no Plano Plurianual (PPA) para 2000-2003, já no segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso. De acordo com (MONTEIRO, 2011, p. 125), esta medida garantiu o recebimento crescente de verbas advindas de emendas parlamentares que engrossaram o orçamento do Programa, permitindo sua continuidade e expansão da área de atuação.

Além disso, a Amazônia Ocidental foi a grande beneficiada com a expansão do Programa, que se estendeu pelos estados do Acre e Rondônia, aumentando o número de municípios abrangidos de 48, no ano de 1985 (apenas nos estados do Amazonas e Roraima), para 109, em 2003 e finalmente para 151, a partir de 2006 (BRASIL, MINISTÉRIO DA DEFESA, 2011).

Nesta nova fase o PCN procurou basear sua estratégia, principalmente, no apoio aos pólos irradiadores do desenvolvimento social sustentável e ambientalmente correto, assim como na implantação e ampliação de unidades militares na região. Especificamente no que diz respeito às unidades militares corroborava-se a concretização no cenário amazônico do conceito de Estratégia da Presença, que:

[...] preconiza a presença militar em todo o território nacional, com a finalidade de garantir os poderes constituídos, a lei e a ordem, assegurar a soberania e **a integração nacionais** (Grifo nosso) e contribuir de modo eficaz para o desenvolvimento nacional. (BRASIL, EXÉRCITO BRASILEIRO, 2001a, p. 3-11).

BRIGAGÃO e PROENÇA ratificam a importância da estratégia da presença na Amazônia, ao afirmarem que:

A "estratégia da presença" afirma que o Exército tem, simultaneamente, um papel civilizatório do interior do País, um papel de salvaguarda das fronteiras e a obrigação histórica e até, cívica, de se fazer presente e instalado em todo o território nacional. Justifica contingentes militares dispersos, cuja lógica de atuação é um misto de promoção de povoamento e da civilização, capacidade de reagir imediatamente a um evento local, o desejo de se ter no Exército uma instituição "territorialmente nacional" e até a tradição histórica de postos, guarnições e instalações de toda a ordem. (BRIGAGÃO e PROENÇA, 2002, p. 75).

Assim, contando com amplo suporte do Exército, o PCN passou a desenvolver nesta nova fase 03 Projetos (P) e 08 Atividades (A), perfazendo um total de 11 ações, que traduzem e canalizam o esforço do Programa na região, conforme descrito a seguir:

- P1. Construção de Embarcações para Controle e Segurança da Navegação Fluvial;
- P2. Implantação da Infraestrutura Básica nos Municípios da Região;
- P3. Implantação de Unidades Militares na Região;
- A1. Gestão e Administração do Programa Calha Norte;
- A2. Apoio aéreo na Região;
- A3. Manutenção de Aeródromos na Região;
- A4. Conservação de Rodovias na Região;
- A5. Manutenção de Pequenas Centrais Elétricas na Região;
- A6. Apoio às Comunidades da Região do Calha Norte;
- A7. Manutenção de embarcações na Região do Calha Norte;
- A8. Manutenção da Infraestrutura Instalada nos Pelotões Especiais de Fronteira da Região do Calha Norte.

Mesmo alguns Projetos Especiais concebidos na formulação original do PCN, que ficaram sob responsabilidade do Ministério das Relações Exteriores e que não foram privilegiados nessa nova fase do Programa, contaram com a participação efetiva do Exército para sua consecução. Costa Silva (2008, p. 135), por exemplo, menciona a participação do Exército na instalação e recuperação de marcos limítrofes de fronteira.

Acerca do incremento de relações bilaterais, a Comissão Especial Mista do Congresso Nacional destinada a reavaliar o PCN fez o seguinte comentário com relação à ação dos militares naquela faixa de fronteira:

Todos os países dedicam atenção especial à zona fronteiriça e o fazem mesmo quando não há atritos com os países limítrofes, nem a mais leve ameaça às relações de boa-vizinhança. Fazem-no porque a área de fronteira é particularmente sensível, os problemas nela gerados repercutem muitas vezes ampliados em todos os quadrantes do pais e suas comunidades, talvez pela distância que as separa do centro geográfico da nação, precisam saber-se vinculadas ao núcleo do poder e objeto permanente de seus cuidados.

Cabe aqui destacar a elevada credibilidade de que desfrutam as nossas Forças Armadas junto às comunidades fronteiriças. O Exército tem, no campo interno, se constituído em elemento aglutinador, agindo no sentido de reduzir tensões e mediar conflitos, contribuindo eficazmente para preservar o equilíbrio nas áreas onde se faz presente.

A disseminação de Organizações Militares na fronteira, permitindo uma estreita e contínua convivência com os militares dos países vizinhos que têm a mesma missão a cumprir, favoreceu o desenvolvimento de sentimentos salutares de confiança mútua e de necessidade de colaboração, proporcionando a exata compreensão do sentido puramente defensivo dos efetivos militares presentes na fronteira e afastando o risco de agravamento de eventuais incidentes fronteiriços. (BRASIL, CONGRESSO NACIONAL, 1997)

A própria participação da engenharia militar do Exército em obras de infraestrutura viária oferece, igualmente, uma contribuição para a cooperação internacional, como já destacava o Relatório Final que consubstanciou a criação do PCN (BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1985c).

A seguir, a comparação dos Projetos e Atividades dessa nova fase com os antigos Projetos Especiais concebidos no Governo Sarney procurará demonstrar, por meio de 04 Grupos de Ações, a dimensão do processo de revitalização do Exército na Amazônia, considerando-se o significativo aumento de efetivos e a otimização de sua estrutura física.

Essa atuação ampla do Exército Brasileiro perpassou praticamente todas as proposições formuladas pelo PCN, contribuindo decisivamente para a fixação e melhoria das condições de vida dos habitantes da faixa de fronteira amazônica e para a integração da região ao restante do País:

Tabela 1 – 1º Grupo de Ações

1ª Grupo de Ações				
ANO	PROJETOS/ATIVIDADES			
1985	PE2. Aumento da presença militar na área			
Α	P3. Implantação de Unidades Militares na Região do Calha Norte.			
partir	A2. Apoio aéreo na Região do Calha Norte			
de 2000	A8. Manutenção da Infraestrutura Instalada nos Pelotões Especiais de Fronteira da Região do Calha Norte			

Fonte: O autor

Conforme visto no capítulo anterior, durante o Regime Militar, o Exército sistematicamente buscou aumentar as suas ações na Amazônia Ocidental, de modo a ocupar um dispositivo que, embora limitado considerando-se a vastidão do espaço, garantisse alguma presença do Estado brasileiro naquela região. O advento do PCN contribuiu sobremaneira para fortalecer a Expressão Militar do Poder Nacional naquela área, resguardando ao Exército a ocupação física dos pontos sensíveis, para daí executar ações permanentes de vigilância de toda a Faixa de Fronteira e proteção das vias naturais de acesso ao território nacional (BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1985c).

Segundo Nascimento (2006, p. 105), para tornar-se operacional organizacionalmente, o próprio PCN deveria partir de uma armadura composta por unidades físicas, inicialmente constituídas por organizações militares, para posteriormente transformá-las em vilas e cidades constituídas por uma infraestrutura básica. Desta forma, proporcionaria o aumento do poder do Estado Brasileiro na Região, atuando de forma direta na manutenção da soberania nacional, inibindo a proliferação de ações ilícitas e servindo de núcleo de colonização e de apoio às comunidades carentes da área. A unidade militar padrão concebida para atuar decisivamente no processo de vivificação da faixa de fronteira foi o Pelotão Especial de Fronteira (PEF).

De acordo com Nascimento e Sá (2006, p. 43), os PEF abrigam uma estrutura básica mais ou menos homogênea. Além de possuir uma pista de pouso e decolagem, que é a garantia de suprimento das populações que lá vivem,

inclusive para evacuação médica, as instalações próprias do pelotão incluem as residências dos militares, numa área equivalente a cerca de 10 hectares. Possui também os chamados pavilhões de terceiros, onde está prevista a ação governamental, por intermédio de vários ministérios (Educação, Saúde, Justiça, Relações Exteriores etc), além de outros órgãos governamentais (FUNAI, INCRA, ABIN, FUNASA, Policia Federal, Polícia Militar, etc), marcando a presença do Estado. Já o pavilhão comunitário tem sua destinação voltada para a prestação de serviços (escolas, creches, cartórios, bancos, posto de saúde etc) à comunidade local, notadamente, à indígena, com o intuito de atraí-las para sua órbita de influência.

Cabe registrar que, de acordo com o Relatório Final da Comissão Especial Mista Destinada a Reavaliar o Projeto Calha Norte (BRASIL, CONGRESSO NACIONAL, 1997), a ocupação de tais estruturas por outros órgãos das diversas esferas de governo, ocorre de forma eventual e esporádica, normalmente nas comunidades mais isoladas e no contexto do cumprimento de missões específicas, sem um caráter de permanência continuada, seja por motivo de carência de pessoal, seja mesmo por terem estratégias de ação com base em instalações próprias, como é o caso da Polícia Federal.

Nascimento e Sá (2006, p. 43-46) acrescentam que o PEF é composto por um efetivo de cerca de 40 homens, divididos segundo um organograma prédeterminado pelo Estado-Maior do Exército, e tem a missão principal de servir de sentinela avançada diante de quaisquer ameaças ao território brasileiro. Os cabos e soldados são, em sua maioria, oriundos da própria região, não raramente de etnias indígenas diferentes. Com isso, a Força acaba por integrar um contingente considerado de caboclos, facilitando a interação social, o que por si já representa um fato positivo, na perspectiva da "unidade nacional". Os oficiais e sargentos de carreira são, via de regra, oriundos de outras regiões do País e, prioritariamente, casados. Exatamente por isso não é incomum que as esposas de oficiais e sargentos nessas condições, exerçam uma série de atividades no âmbito da comunidade, com destaque para o exercício do magistério, preparação de eventos sociais (São João, Natal, Ano Novo, formaturas), além de trabalhos manuais diversos (corte e costura, pintura de telas, artesanato em geral, etc). É

importante frisar a ampla participação indígena no cotidiano dos pelotões, seja nas atividades sociais já relatadas, seja na execução de serviços domésticos e de manutenção nas residências dos militares, mediante acerto entre as partes.

Para cumprir sua missão, os pelotões, cujo lema é "Vida, Combate e Trabalho", necessitam contar com a presença de pelo menos um médico, um dentista, um farmacêutico e um veterinário. O comandante do pelotão, geralmente um tenente com pouco mais de 25 anos, representa a própria personificação do poder estatal. Ao exercer de forma acumulativa os papéis de comandante militar, prefeito, juiz de paz, delegado, gestor de assistência médico-odontológica, administrador do programa de inclusão digital e o que mais for necessário junto às comunidades carentes das imediações, esse jovem oficial acaba forçosamente suprindo, de alguma forma, a ausência de autoridades municipais, estaduais e federais (BRASIL, EXÉRCITO BRASILEIRO, 2006, p. 12).

A consolidação da implantação de tais Pelotões só seria possível, todavia, com a reorganização do próprio Comando Militar da Amazônia que privilegiou a estruturação de 04 Brigadas de Infantaria de Selva na Amazônia Ocidental, cada uma delas com um número variável de Batalhões de Infantaria de Selva (BIS), responsáveis por coordenar os trabalhos realizados pelos PEF. Outro aspecto relevante para o entendimento da nova formatação do CMA, embora não seja objeto de estudo desta Tese, ocorreu com a criação do Comando Militar do Norte, por intermédio da Portaria Nr 142 do Comandante do Exército, de 13 de março de 2013. Englobando os estados do Amapá, Pará e Maranhão (os dois primeiros e parte do último outrora enquadrados pelo CMA), o mais novo Comando Militar de Área do EB representou mais um passo na otimização do desdobramento do Exército na Amazônia Legal, com vistas ao cumprimento de missões, muitas delas ligadas ao PCN, numa área com as características próprias e desafios peculiares da sua porção Oriental.

A descrição, de acordo com o Apêndice "B", das unidades militares criadas ou reestruturadas na Amazônia Ocidental a partir do Programa Calha Norte, demonstra bem o compromisso do Exército com o aumento do seu efetivo nos mais longínquos rincões da região. Destaca também os PEF existentes na linha fronteiriça e a articulação das organizações militares especializadas que

disponibilizam meios logísticos, fluviais e aéreos para viabilizar a sobrevivência das pequenas comunidades que residem naquela faixa de fronteira<sup>20</sup>:

Além das 04 Brigadas descritas no Apêndice "B", o CMA conta com várias organizações militares operacionais e de apoio, incluindo uma unidade especializada de aviação (o 4º Batalhão de Aviação do Exército – 4º BAvEx, que opera helicópteros), uma unidade de forças especiais (a 3ª Companhia de Forças Especiais – 3ª Cia F Esp), um Grande Comando de Engenharia (o 2º Grupamento de Engenharia, já enfatizado no capítulo anterior) e um Grande Comando Logístico e Administrativo, a 12ª Região Militar (12ª RM).

A 12ª RM tem, como principais encargos, o planejamento e execução da mobilização, das atividades ligadas ao equipamento do território e do apoio logístico às Organizações Militares situadas na Amazônia Ocidental. Além disso, desenvolve importantes atividades afetas ao Serviço Militar, aos transportes administrativos, à assistência social ao pessoal militar e de seus dependentes, ao controle do Patrimônio e à fiscalização dos produtos controlados.

No que toca ao Serviço Militar ressalta-se de importância no contexto do PCN, a criação de Tiros de Guerra (TG). Pequena organização militar encarregada de formar reservistas (denominados Atiradores) para o Exército, o TG é viabilizado por meio de um acordo firmado entre uma prefeitura (que disponibiliza as instalações) e o Comando da Região Militar (que fornece os instrutores, fardamento e equipamentos), de modo que os convocados possam conciliar a instrução militar com o trabalho ou estudo, contribuindo para que o jovem preste seu serviço militar sem ter de afastar-se de seu município de origem.

Os TG no âmbito da 12ª RM (BRASIL, EXÉRCITO BRASILEIRO, 2001b, p. 26-28), demonstram uma vez mais a presença do Exército nos mais diversos recantos da Amazônia Ocidental:

- No estado do Acre: TG de Xapuri e de Tarauacá;
- No estado do Amazonas: TG de Urucuritituba, Eirunepé, Carauari, Manicoré,
   Boca do Acre, Lábrea, Novo Aripuanã, Presidente Figueiredo e Maués (que em
   1999 formou a turma pioneira de "Atiradoras" do EB);

\_

Conforme: BRASIL. Exército Brasileiro. Comando Militar da Amazônia – CMA. **Exército Brasileiro na Amazônia: Dispositivo do CMA**. Manaus. 2010.

- No estado de Rondônia: TG de Pimenta Bueno, Colorado do Oeste e Vilhena;
- No estado de Roraima: TG de São João da Baliza e Mucajaí.

O 4º Batalhão de Aviação do Exército, por sua vez, nasceu da crescente importância geopolítica da Amazônia em relação ao território brasileiro, sendo ativado em 15 de dezembro de 1993, logo após o deslocamento de uma força de helicópteros da então Brigada de Aviação do Exército de Taubaté-SP para participar de uma operação militar contra a incursão de guerrilheiros das FARC na região do rio Traíra (fronteira com a Colômbia). Ocupando modernas instalações no setor sul da Base Aérea de Ponta Pelada, em Manaus, o 4º BAvEx proporciona a devida aeromobilidade ao CMA, para a execução de operações de Combate, de Apoio ao Combate e Logísticas, tornando-se imprescindível para a consecução das missões do Exército em território da Amazônia Ocidental, mormente aquelas desempenhadas em locais mais inacessíveis. Sua lista de apoios a órgãos públicos inclui o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais (IBAMA), Universidades, Polícia Federal, Tribunais Regionais Eleitorais (TRE) dos estados da região, FUNAI, INCRA, Polícias Militares, etc.

Da mesma forma, com a necessidade de flexibilizar o emprego de elementos operacionais de forças especiais na Amazônia, houve-se por bem implantar uma fração desta natureza para atender a demanda por operações especiais na vasta área de responsabilidade do CMA. Tendo evoluído para constituir a 3ª Companhia de Forcas Especiais, em 06 de novembro de 2000, esta organização militar planeja, conduz e/ou executa operações de guerra irregular, operações de reconhecimento estratégico, operações de ação direta, operações de contraguerrilha, operações de contraterrorismo e operações de busca, localização e ataque a alvos estratégicos em toda a Amazônia Ocidental, seja atuando de forma independente, seja em conjunto com outras unidades militares.

Vale ressaltar ainda que, concernente a este 1º Grupo de Ações, o PCN tem favorecido a alocação de recursos para obras de reformas, melhorias e modernização das instalações de todas as Organizações Militares localizadas na Amazônia Ocidental (particularmente os PEF), bem como para a aquisição de equipamentos e acessórios necessários ao funcionamento da vida administrativa

dessas Unidades, incluindo materiais de expediente, de construção, de informática, de copa/cozinha, mobiliário, geradores e eletro-eletrônicos.

Por fim, cumpre destacar que se o efetivo do Exército em toda a região amazônica em 1950 era de apenas mil homens (MATTOS, 2012, p. 22), o PCN firmou-se como um dos principais instrumentos do Estado para garantir a efetivação da Estratégia da Presença e o aumento substancial desse contingente para 17 mil militares<sup>21</sup> somente na Amazônia Ocidental, corroborando o esforço para responder em melhores condições à defesa dos interesses nacionais.

Tabela 2 - 2º Grupo de Ações

2ª Grupo de Ações				
ANO	PROJETOS/ATIVIDADES			
1985	PE5. Ampliação da infraestrutura viária.			
Α	P1. Construção de Embarcações para Controle e Segurança da			
partir	Navegação Fluvial;			
de	A3. Manutenção de Aeródromos na Região do Calha Norte;			
2000	A4. Conservação de Rodovias na Região do Calha Norte;			
	A7. Manutenção de embarcações na Região do Calha Norte;			

Fonte: O autor

O advento do PCN tem igualmente garantido a aplicação de novos recursos para a ampliação, manutenção e conservação da infraestrutura viária na região, com participação especial das unidades de Engenharia. A malha rodoviária da Amazônia Ocidental é muito pequena para a extensão da área e normalmente não é pavimentada ou beneficiada com recursos de outros órgãos. Em geral, sofre grande desgaste pela ação inclemente do clima amazônico, incluindo problemas de toda ordem nas pontes de madeira que são abundantes devido à quantidade de rios/igarapés que as atravessam.

Por outro lado, o Exército também tem atuado no sentido de manter em condições de operação os aeródromos da região, com prioridade para aqueles situados em áreas de difícil acesso, que necessitam de serviços diversos para

<sup>21</sup> Conforme BRASIL. Exército Brasileiro. Comando Militar da Amazônia – CMA. **Palestra do** 

Comandante do CMA ao Curso de Política Estratégia e Alta Administração do Exército -CPEAEx. Manaus, 2014.1 CD-ROM.

deixá-los em condições de serem operados com segurança, particularmente aqueles que atendem aos Pelotões Especiais de Fronteira.

Assim, diante de uma demanda tão extensa, foram priorizadas e financiadas pelo PCN uma série de ações sob responsabilidade do Exército, que permitiram otimizar o fluxo dos transportes na região, conforme retratado no Apêndice "C".

No que diz respeito à ampla utilização dos rios da região para deslocamentos, logística e operações de apoio à população ribeirinha, cabe ressaltar que o Exército Brasileiro possui na Amazônia Ocidental uma organização única, ainda pouco conhecida, mas que é referência nesta área do conhecimento e muito bem representa esta peculiaridade existente nas unidades militares do CMA. Criado em 1996, o Centro de Embarcações do Comando Militar da Amazônia (CECMA) é uma OM operacional de logística com a missão de realizar o transporte fluvial de pessoal, gêneros alimentícios (secos e frigorificados), fardamentos, armamento, munição, material de saúde, combustíveis, materiais de construção, viaturas militares e maquinário para as OM da região. Os suprimentos são transportados trimestralmente de Manaus com destino a Porto Velho, São Gabriel da Cachoeira, Tefé, Tabatinga e Cruzeiro do Sul, de onde são conduzidos posteriormente para as organizações militares de cada guarnição, especialmente para os PEF (BRINGEL, 2012, p. 71).

O quadro abaixo de distâncias percorridas pelas embarcações do CECMA a partir de Manaus demonstra a magnitude dos problemas enfrentados pelo transporte fluvial na região:

Tabela 3 - Quadro de distâncias

Localidade	Distância	Tempo
São Gabriel da Cachoeira - AM	1067 km	16 dias
Porto Velho - RO	1239 km	08 dias
Tefé - AM	631 km	10 dias
Tabatinga - AM	1756 km	14 dias
Cruzeiro do Sul - AC	3324 km	35 dias
Barcelos - AM	485 km	08 dias

Fonte: Bringel (2012, p. 86)

Também atuando como vetor de ensino da condução e manutenção de embarcações, o CECMA contribui diretamente para o desenvolvimento da doutrina de utilização de vias fluviais para operações militares, incluindo a formação de mão de obra necessária para compor as tripulações e especialistas militares em navegação.

No afã de contribuir ativamente para manter a operacionalidade do CECMA e suprir as necessidades de muitas outras organizações militares da região, particularmente aquelas voltadas a operações que visem inibir ações ilícitas ao longo dos rios amazônicos, o PCN tem proporcionado recursos significativos para a aquisição de novos motores de popa e embarcações dos mais variados tipos, tamanhos e capacidades, além da contratação de serviços para a recuperação e manutenção dos meios fluviais já existentes.

Tabela 4 - 3º Grupo de Ações

3ª Grupo de Ações		
ANO	PROJETOS/ATIVIDADES	
1985	PE6. Aceleração da produção de energia local	
Α		
partir	A5. Manutenção de Pequenas Centrais Elétricas na Região do Calha	
de	Norte	
2000		

Fonte: O autor

No que se refere à produção de energia elétrica, o PCN criou condições para que o Exército, viabilizando um projeto do Instituto Militar de Engenharia<sup>22</sup>, instalasse Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) nos PEF de Querari, São Joaquim, Maturacá, Pari-Cachoeira, Tunuí, Auaris e Surucucu, todos na Amazônia Ocidental, de modo a suprir as necessidades próprias do seu pessoal e de toda a comunidade adjacente, compreendendo os funcionários das demais

\_

<sup>&</sup>lt;sup>22</sup> Conforme: PRATES, Marcelo de Carvalho. **PCH na Amazônia**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por: <ronypc21@gmail.com> em 30 maio 2013. Naquela ocasião o então Coronel Marcelo, ex-professor do Instituto Militar de Engenharia informa o teor de uma mensagem recebida do Professor Doutor José Carlos César Amorim, docente do IME, confirmando a participação do Exército na concepção de projetos de PCH na Amazônia.

agências governamentais ou não-governamentais que atuam na área dos pelotões e a população que habita no entorno das instalações militares.

Posteriormente, visando atender à dificuldade de assistência técnica nessas regiões isoladas e carentes, o PCN continuou valendo-se do Exército para executar a devida manutenção das PCH, evitando-se a interrupção do fornecimento de energia elétrica e proporcionando qualidade de vida aos habitantes daquelas localidades da faixa de fronteira.

Tabela 5 – 4º Grupo de Ações

4ª Grupo de Ações		
ANO	PROJETOS/ATIVIDADES	
1985	PE3. Proteção e assistência às populações indígenas da região	
Α	P2. Implantação da Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do	
partir	Calha Norte	
de	A6. Apoio às Comunidades da Região do Calha Norte (04 aspectos)	
2000		

Fonte: O autor

Com a finalidade de melhorar as condições de saúde, educação, saneamento básico, transporte, energia e comunicações das comunidades mais carentes, contribuindo para o desenvolvimento sócio-econômico local e favorecendo a fixação do homem na região, registra-se a participação do Exército em diversas áreas sob a rubrica deste 4º Grupo de Ações do PCN.

A análise dos Relatórios de Situação Final do PCN, no período de 2003 a 2012, demonstra que praticamente todas as OM do Exército na Amazônia Ocidental realizaram ACISOS junto às populações daquela faixa de fronteira com o apoio do Programa, participando de ações comunitárias junto a crianças e adolescentes em situação de risco social, campanhas de vacinação e de prevenção de enfermidades, recuperação e conservação de escolas públicas, dentre outras atividades, sempre no intuito de buscar suprir as carências do Estado naquela região.

No que tange ao apoio de saúde prestado pelo Exército, é importante destacar primeiramente que a assistência médico-farmacêutica-odontológica-veterinária sob responsabilidade das equipes dos PEF é prestada indistintamente seja aos militares e seus familiares, seja, em grande parte, às comunidades locais, incluindo indígenas.

Quanto aos Hospitais de Guarnição localizados naquela região, todos contemplados com recursos pelo PCN nos últimos 10 anos, alguns deles chegam a ser a única referência médica de qualidade de que dispõe a população de algumas das principais cidades amazônicas da faixa de fronteira. O Hospital da Guarnição de São Gabriel da Cachoeira (H Gu SGC), por exemplo, atende à população da cidade e das povoações do interior, além de um número considerável de venezuelanos e colombianos que descem o rio Guaynia em busca de cuidados médicos (STEIMAN, 2002, p. 36-38).

No Hospital da Guarnição de Tabatinga (H Gu Tab), para se ter uma idéia, apenas no ano de 2013, foram realizados, nas mais diversas especialidades, 12.486 atendimentos ligados à família militar (inclui militares das três Forças, seus dependentes e os servidores civis que trabalham nas OM de Tabatinga). Entretanto, foram igualmente prestados outros 62.047 atendimentos a civis, 5.755 a índios e 2.087 a estrangeiros das mais diversas nacionalidades (com destaque para colombianos e peruanos), perfazendo um total de 69.889 atendimentos, mais que o quíntuplo do que foi dispensado aos militares e seus dependentes<sup>23</sup>.

Merecem destaque os atendimentos, via de regra não contabilizados, às comunidades isoladas do Alto Solimões, visitadas mensalmente por uma equipe médica multidisciplinar do H Gu Tab, que se desloca a bordo da lancha-ambulância "O Guardião" (BRASIL, EXÉRCITO BRASILEIRO, 2007, p. 33).

Na área educacional, o PCN tem se beneficiado do Exército para distribuir equipamentos e materiais didáticos para as pequenas escolas localizadas em comunidades isoladas e com grande dificuldade de acesso, com vistas a

\_

Conforme dados coletados em: BRASIL. Exército Brasileiro. Hospital da Guarnição de Tabatinga
 H Gu Tab. Palestra do Diretor do H Gu Tab ao Curso de Política Estratégia e Alta
 Administração do Exército - CPEAEx. Tabatinga, 2014.1 CD-ROM.

possibilitar a melhoria da qualidade do ensino oferecido àquela população. Nas comunidades onde existem PEF, muitas escolas utilizam instalações da própria organização militar como salas de aula, recebendo todo tipo de apoio para viabilizarem suas atividades, como é o caso de Tabatinga, Vila Bittencourt, Ipiranga, Palmeira do Javari, Estirão do Equador, Cucuí, Querari, São Joaquim e Yauaretê:

Cabe aos Comandantes de PEF, nas localidades onde funcionam escolas conveniadas, as seguintes providências:

- fornecer alojamento e alimentação aos professores que não possuem moradia nessas localidades;
- facilitar o trânsito desses professores em aeronaves da Força Aérea Brasileira, dentro da cota destinada ao Exército;
- cooperar com seu efetivo na manutenção das instalações das escolas;
- não interferir nas atividades didáticas escolares. (BRASIL, COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA CMA, 1994)

O Relatório Final da Comissão Especial Mista destinada a reavaliar o "Projeto Calha Norte" chegou mesmo a afirmar com relação à Tabatinga, que o Exército enviara uma balsa com 80 toneladas de material didático e suprimento alimentar para as escolas do município e desenvolvia um intenso trabalho na área de educação, sendo responsável por aproximadamente 8.000 crianças distribuídas em 10 unidades educacionais, algumas delas já informatizadas e ministrando treinamento de informática aos alunos (BRASIL, CONGRESSO NACIONAL, 1997).

As comunidades indígenas foram, da mesma forma, objeto da atenção do Exército, conforme consta nos Relatórios de Situação Final do PCN entre os anos de 2003 e 2008, com destaque para:

- Atendimento à Comunidade Indígena de Yekuana (Escola Indígena Apolinário Gimenes), em Auaris/RR;
- Aquisição de materiais para ampliação e reforma de escolas nas comunidades indígenas de Umariaçú I e Umariaçú II, em Tabatinga/AM;
- Apoio às comunidades indígenas em Atalaia do Norte, Barcelos, Santa Izabel do Rio Negro e Benjamin Constant, todas no estado do AM;
- Aquisição de equipamentos para as comunidades indígenas de Jordão, Mâncio Lima e Porto Walter, todas no Acre.

Outra participação bastante relevante do Exército em apoio comunidades do Calha Norte, diz respeito à promoção de atividades de qualificação profissional por meio de convênios de cooperação técnica firmados com várias instituições civis como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), a Fundação de Medicina Tropical/Instituto de Medicina Tropical do Amazonas (FMT/IMT); o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Amazonas (IDAM) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Dentre os cursos realizados figuram os de refrigeração doméstica, bovinocultura de corte, suinocultura, marcenaria, eletricista predial, vigilância epidemiológica, operador de microcomputador, parasitologia intestinal, cultivo de cereais, avicultura de corte, mecânico auto, beneficiamento e conservação de pescado (Exército, 2001, p. 28). Essa cooperação na formação de mão de obra especializada tem reflexos diretos nas comunidades, uma vez que o exercício dessas atividades por parte dos militares que dão baixa após o cumprimento do serviço militar, movimenta a economia local e também contribui para melhorar as condições de vida na faixa de fronteira.

Vale ressaltar, que o início da operação do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) refletiu diretamente em algumas ações do PCN na região. Tendo entrado em funcionamento em 25 de julho de 2002, o SIPAM atua como um sistema multidisciplinar com o objetivo de coordenar as ações de vigilância na Amazônia, integrando as diversas instituições públicas e privadas. Utilizando os modernos equipamentos tecnológicos (satélites, sensores, aeronaves, radares, serviços de telecomunicações, estações meteorológicas, dentre outros) à disposição do seu braço operacional, o Sistema de Vigilância da Amazônia – SIVAM – busca gerenciar, em tempo real, informações obtidas com os projetos para fins de segurança, redução dos custos infraestruturais necessários ao desenvolvimento sustentável da região e para alavancar a integração nacional (RIBEIRO, 2005, p. 426).

Os PEF do Exército participam do esforço do SIPAM/SIVAM enviando de forma sistemática informações que alimentam os bancos de dados do sistema, bem como abrigando os terminais de comunicação VSAT (*Very Small Aperture* 

*Terminal*), compostos de telefone e computador com conexão à internet via satélite, disponíveis para livre utilização por parte da comunidade local.

Da mesma forma, como enfatiza Silva (2011, p. 99), as unidades do Exército costumam atuar conjuntamente na região ao lado da Polícia Federal, IBAMA e outras organizações em operações contra ilícitos, que usualmente têm sua origem nas informações coletadas pelo Sistema. Exatamente por isso, ao responder a questionamento feito pelo então senador Romeu Tuma, membro da Comissão Especial Mista destinada a reavaliar o Calha Norte, durante a visita ao Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva em Boa Vista/RR, em 05 de novembro de 1995, o Major Brigadeiro Arquimedes de Castro Faria respondeu, 07 anos antes do sistema começar a operar, que:

Quanto ao Projeto SIVAM, não há como desvinculá-lo do Calha Norte. Em primeiro lugar porque o SIVAM é um grande banco de dados para se conhecer a Amazônia. Então, a partir do momento em que conhecermos a Amazônia por meio da análise de dados, colhidos através de modernos aparelhos de sensoriamento remoto, e sensoriamento de satélites, saberemos exatamente o que se deve fazer, tornando-se mais fácil delinear como fazer. Em seguida vem a sinergia da ação de governo. Podemos perceber mais de mil pontos de governo na Amazônia, só que o cidadão não tem voz, por falta de telefone, entre outros aspectos. O SIVAM dará essa sinergia através da excelente rede de comunicação que será instalada. Além disso, o apoio às aeronaves no controle do tráfego aéreo; a utilização de satélites para localizar pontos de ação do narcotráfico, para auxílio às ações da Polícia Federal; a análise das condições geológicas que permitirão levantamento de solos, mapeamento, controle de acidentes geológicos etc. para auxilio ao IBAMA entre outros, são objetivos do SIVAM que se confundem com as Ações do Calha Norte, portanto eles estão perfeitamente interligados. (BRASIL, CONGRESSO NACIONAL, 1997)

Ainda durante o seu primeiro governo, o Presidente Luís Inácio Lula da Silva, por meio do Decreto Presidencial Nr 5.484, de 30 de junho de 2005, apresentou uma nova redação da Política de Defesa Nacional. O documento corrobora a sua primeira versão na inteira identificação com os Projetos Especiais do PCN, ao mencionar aspectos comuns a ambos como a necessidade de proteção e integração da região amazônica ao restante do País, desenvolvimento sócio-econômico, vivificação da faixa de fronteira, cooperação regional, aumento da presença militar na área, aprimoramento do sistema de vigilância e controle das fronteiras, dentre outros:

- 4.4 A Amazônia brasileira, com seu grande potencial de riquezas minerais e de biodiversidade, é foco da atenção internacional. A garantia da presença do Estado e a vivificação da faixa de fronteira são dificultadas pela baixa densidade demográfica e pelas longas distâncias, associadas à precariedade do sistema de transportes terrestre, o que condiciona o uso das hidrovias e do transporte aéreo como principais alternativas de acesso. Estas características facilitam a prática de ilícitos transnacionais e crimes conexos, além de possibilitar a presença de grupos com objetivos contrários aos interesses nacionais. A vivificação, política indigenista adequada, a exploração sustentável dos recursos naturais e a proteção ao meio-ambiente são aspectos essenciais para o desenvolvimento e a integração da região. O adensamento da presença do Estado, e em particular das Forças Armadas, ao longo das nossas fronteiras, é condição necessária para conquista dos objetivos de estabilização e desenvolvimento integrado da Amazônia. (Grifo nosso).
- [...] 6.12 Em virtude da importância estratégica e da riqueza que abrigam, a Amazônia brasileira e o Atlântico Sul são áreas prioritárias para a Defesa Nacional.
- 6.13 Para contrapor-se às ameaças à Amazônia, é imprescindível executar uma série de ações estratégicas voltadas para o fortalecimento da presença militar, efetiva ação do Estado no desenvolvimento sócio-econômico e ampliação da cooperação com os países vizinhos, visando à defesa das riquezas naturais e do meio ambiente.
- [...] 7.1 As políticas e ações definidas pelos diversos setores do Estado brasileiro deverão contribuir para a consecução dos objetivos da Defesa Nacional. Para alcançá-los, devem-se observar as seguintes diretrizes estratégicas:
- [...] V aprimorar a vigilância, o controle e a defesa das fronteiras, das águas jurisdicionais e do espaço aéreo do Brasil;
- VI aumentar a presença militar nas áreas estratégicas do Atlântico Sul e da Amazônia brasileira;
- [...] XV implementar ações para desenvolver e integrar a região amazônica, com apoio da sociedade, visando, em especial, ao desenvolvimento e à vivificação da faixa de fronteira; (Grifo nosso).
- [...] XIX atuar para a manutenção de clima de paz e cooperação nas áreas de fronteira; [...] (BRASIL, DECRETO NR 5.484, 2005).

Para Nascimento (2013, p. 68), a PDN, conforme observado nos textos destacados acima, sugere evidências do desejo do Estado brasileiro de investir efetivamente no desenvolvimento da Amazônia. Desenvolvimento este que passou a configurar-se como uma característica fundamental para se alcançar a estabilidade política regional e tornar prioridades as demandas de infraestrutura capazes de otimizar a presença e as ações das Forças Armadas na região.

Por fim, não se pode deixar de inferir que o Exército Brasileiro, por intermédio do PCN, assumiu um papel significativo de instrumento da ação política do Estado naquela faixa de fronteira. Mesmo mantendo os seus objetivos

precípuos de defender e garantir a integridade do território no setentrião brasileiro, o Exército tem contribuído, de fato, com a missão de promover o desenvolvimento da Amazônia Ocidental, de modo a integrá-la ao restante do País.

5.2 O EXÉRCITO E OS EIXOS NACIONAIS DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA

O advento dos anos 90 marcou o início de uma reforma do Estado brasileiro a partir da crise do antigo modelo nacional-desenvolvimentista, seguido de expressivas modificações nos paradigmas que norteavam as ações para o desenvolvimento econômico da nação. A racionalização do uso dos recursos públicos passou a exigir que os resultados fossem alcançados por meio de planejamentos ajustados, orçamentos enxutos e foco na gestão.

Conforme previsto na Constituição Federal de 1988, o Poder Executivo passou a elaborar planos plurianuais (PPA) para as ações do governo, assinalando seus objetivos, metas e recursos, além de submetê-lo à aprovação do Congresso. Com isso, o Governo impôs ao PPA um papel central na organização da ação do Estado, uma vez que, de forma integrada, os demais documentos de planejamento e orçamento, incluindo a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) não deveriam conter dispositivos que lhe fossem incompatíveis. Além disso, o PPA deveria, via de regra, estender-se do segundo ano de um mandato presidencial até o primeiro ano do mandato seguinte, a fim de garantir continuidade.

Curado (2010, p. 72-73) destaca que a formatação dos Planos Plurianuais tornou viável a execução de grandes projetos de infraestrutura econômica, na medida em que enfatizava a necessidade de interligar as cadeias produtivas do País aos principais portos do continente, "[...] o que necessariamente resultaria no fortalecimento das relações com os vizinhos a partir da consolidação de canais de comunicação física". E esta era, exatamente, uma das grandes demandas da Amazônia Ocidental brasileira.

Cabe salientar neste ponto que os investimentos em infraestrutura dentro da concepção aqui proposta são elementos fundamentais de uma política voltada à resolução dos problemas estruturais da região amazônica, de modo a melhorar as condições de vida de sua população. Assim, no sentido de promover uma melhor distribuição espacial do desenvolvimento, uma melhor ocupação e coesão territorial e a autonomia em setores estratégicos, os investimentos e a oferta de infraestrutura assumem um caráter geopolítico e estratégico regional. Por isso, não se pode discutir um modelo de infraestrutura separado de uma concepção geopolítica e de desenvolvimento regional e nacional.

No caso da Amazônia, a região era vista como um imenso reservatório de recursos, cujas potencialidades nos mercados nacional e internacional eram desperdiçadas em função da ausência de infraestrutura adequada. Os PPA consistiriam, portanto, num instrumento estatal para superar o obstáculo natural amazônico, de modo a viabilizar a exploração das potencialidades da região. A posterior implementação de políticas territoriais para a integração física com os Estados vizinhos amazônicos foi uma decorrência natural dessa visão do Estado, uma vez que a Amazônia apresentava-se como peça estratégica devido à sua posição central na América do Sul, por onde cruzavam as fronteiras políticas que separavam diversos países. Sob essas perspectivas, o Exército Brasileiro, uma vez mais, seria chamado a contribuir com o processo de integração física da região.

Com relação aos Planos Plurianuais, Almeida (2004) afirma que o primeiro PPA elaborado para o período de 1991-1995 teve como objetivo tão somente cumprir a determinação constitucional, sem qualquer efeito no estabelecimento de metas econômicas de governo e sem resultados práticos durante sua vigência.

O segundo PPA (1996 a 1999) foi instituído pela Lei Nr 9.276, de 09 de maio de 1996, e complementado pelo Programa "Brasil em Ação" lançado apenas 03 meses depois. Se o PPA propriamente dito focava objetivos muito amplos, o "Brasil em Ação" agregava ao Plano um novo sistema de gerenciamento que agrupava um conjunto de 42 empreendimentos (chegaria a 58 até 1999), estrategicamente escolhidos pela capacidade de induzir novos investimentos

produtivos, reduzir desigualdades regionais e sociais e voltados para a promoção do desenvolvimento sustentável do País (ALMEIDA, 2004).

Todavia, uma das maiores inovações desta fase foi a apresentação do conceito inovador de "Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento" (ENID). Vistos como instrumento de integração nacional e continental e de redução de desequilíbrios regionais, os eixos são grupamentos de projetos de infraestrutura voltados para a maior integração das regiões brasileiras e à abertura de novas fronteiras de investimentos (BRASIL, LEI NR 9.276, 1996).

Durante o lançamento do Brasil em Ação, o Presidente Fernando Henrique Cardoso (BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1996b) destacou a importância dos eixos de desenvolvimento para o processo de integração nacional e como instrumento para uma melhor inserção econômica do País no exterior:

A concepção geral desses programas é a idéia de que nós precisamos integrar o Brasil, de uma maneira equilibrada. E precisamos preparar o Brasil para que ele possa participar da economia, em nível internacional. Não existe, aqui, a preocupação com um Estado particular da Federação. Os programas são desenhados, preferencialmente, buscando eixos de desenvolvimento, que é a concepção moderna do desenvolvimento. Não se trata de um pólo de desenvolvimento que se concentre numa região, mas de um eixo que distribua seus efeitos numa área mais ampla, pois é necessário que o Governo preste atenção ao conjunto do Brasil.

Becker (1999, p. 36) corrobora esse sentimento ao justificar que os ENID se fundamentavam na necessidade da retomada dos investimentos produtivos e da redefinição do papel do Estado, quer interna, quer externamente. De forma concreta, se no plano doméstico buscava a redução das disparidades econômicas entre os estados da federação, no cenário internacional o esforço estaria concentrado no estreitamento das relações com os países amazônicos, com vistas à expansão e à consolidação do Mercosul em toda a América do Sul.

No PPA 1996-99 foram definidos cinco eixos de integração nacional e dois de integração continental, além de algumas áreas especiais. Em relação aos nacionais, eles estavam divididos entre o Eixo de integração norte-sul, o Eixo de integração Nordeste, o Eixo de integração do Sudoeste, o Eixo de integração Sul e o Eixo de integração Oeste, que tem importância para esta Tese, na medida em

que objetivava consolidar o desenvolvimento das áreas de expansão da recente fronteira agrícola do Centro-Oeste do Brasil, via Amazônia Ocidental.

Já os dois eixos continentais diziam respeito diretamente à integração da Amazônia Sul-Americana e estavam previstos da seguinte forma:

- 1) Saída para o Caribe: procurava consolidar as ligações entre o Brasil e os mercados do Caribe e do Atlântico Norte.
- 2) Saída para o Pacífico: consistia em consolidar a ligação com as fronteiras do Peru e da Bolívia, favorecendo a integração com esses países e o futuro acesso terrestre do Brasil aos portos localizados no Pacífico.

Mello (2006, p. 291) afirma que a concepção de tais eixos amazônicos representava, na verdade, uma estratégia mais ampla que tinha por objetivo consolidar a política de integração regional de toda a América do Sul. Ao mesmo tempo, buscava satisfazer a necessidade de equipar-se o território por meio da construção ou reconstrução de redes físicas, em um sistema que envolvesse portos, hidrovias, gasodutos, ferrovias, rodovias, aeroportos e terminais para armazenamento de carga.

Nesse contexto, o Exército participou ativamente do esforço do PPA Brasil em Ação, por meio de suas Organizações Militares de Engenharia de Construção<sup>24</sup> localizados na Amazônia Ocidental, ao ser empregado diretamente na execução de algumas das mais importantes obras realizadas para viabilizar a consolidação dos eixos continentais e do Eixo de Integração Oeste, tais como<sup>25</sup>:

- a conclusão da pavimentação da BR-174 (Manaus-BoaVista-Pacaraima).

- a conclusão da pavimentação da BR-174 (Manaus-BoaVista-Pacaraima), permitindo o escoamento da safra agrícola de Roraima e dos produtos produzidos na Zona Franca de Manaus em direção à Venezuela e ao mercado do Caribe;
- a construção e conservação de trechos da BR-317 (Estrada do Pacífico), ligando
   Rio Branco a Assis Brasil, na tríplice fronteira com Peru e Bolívia;
   a restauração de trechos da BR-364, ligando os estados do Acre e de Rondônia
   com a região Centro-Oeste, com ramificações para as fronteiras com Peru e
   Bolívia;

<sup>25</sup> Conforme: BRASIL. Exército Brasileiro. Departamento de Engenharia de Construção – DEC. **Acervo de Obras a cargo da Engenharia Militar no Brasil**. Brasília, 2012.

<sup>&</sup>lt;sup>24</sup> Participaram de obras nos PPAs a partir de então, o 5º BEC (Porto Velho/RO), o 6º BEC (Boa Vista/RR), o 7º BEC (Rio Branco/AC) e a 21ª Cia E Cnst (São Gabriel da Cachoeira/AM).

- a construção e conservação de trechos da BR-425 ligando Abunã a Guajará Mirim na fronteira com a Bolívia.

Além disso, vale acrescentar a participação do Exército na construção de pontes e estradas de acesso à base petrolífera de Urucú, que faria do estado do Amazonas um importante produtor nacional de gás.

Em 31 de agosto de 1999 o Presidente Fernando Henrique Cardoso lançou o Plano Plurianual 2000-2003, conhecido como "Avança Brasil", dando continuidade aos projetos do "Brasil em Ação" e garantindo investimentos maciços direcionados prioritariamente para a implantação da agenda de infraestrutura econômica e da área social dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento. A concepção dos Eixos para o PPA "Avança Brasil" foi objeto de um estudo apresentado pelo Consórcio Brasiliana (formado pelas consultoras Booz Allen & Hamilton do Brasil Consultores Ltda e Bechtel International, além do Banco ABN-AMRO SA), contratado pelo então Ministério de Orçamento e Gestão para identificar oportunidades de investimentos nas áreas de influência dos Eixos. O resultado final propôs a constituição de nove Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento assim definidos: Araguaia-Tocantins, Oeste, Transnordestino, São Francisco, Rede Sudeste, Sudoeste, Sul e os chamados "Eixos do Norte", que impactaram diretamente a Amazônia Ocidental: o Arco Norte e o Madeira-Amazonas (EGLER, 1999).

O Arco Norte correspondia à combinação de duas regiões não contínuas, envolvendo basicamente os estados de Roraima e Amapá. Essa configuração corroborava objetivos do PPA "Brasil em Ação" ao buscar estabelecer uma ligação entre a Zona Franca de Manaus, o estado de Roraima e importantes zonas de consumo das Repúblicas da Venezuela e da Guiana, permitindo o acesso brasileiro a portos caribenhos. Posteriormente, o conceito original seria expandido para incluir outra saída para o Caribe, correspondendo à área de influência da BR-156 em implantação no Amapá. A lógica dessa nova configuração decorreria da perspectiva de uma futura interligação rodoviária no extremo norte do continente, aproveitando-se as duas rodovias brasileiras citadas e a interligação rodoviária já existente entre as capitais das três Guianas.

O Madeira-Amazonas compreendia a hidrovia do rio Madeira e os gasodutos de Urucú-Porto Velho e Urucú-Coari-Manaus. Além dessas obras, destacava-se a pavimentação de diversas rodovias e a ampliação de aeroportos e terminais fluviais.

Também no Programa Plurianual "Avança Brasil" foi significativa, na área da Amazônia Ocidental, a participação da engenharia militar do Exército Brasileiro em várias obras concluídas ou em fase de implantação, destacandose<sup>26</sup>:

- a continuação dos trabalhos de construção na base petrolífera de Urucú;
- a pavimentação da rodovia BR-401 ligando o Brasil à República da Guiana;
- a manutenção da rodovia BR-174 ligando Manaus Boa Vista Pacaraima;
- a pavimentação de trechos da rodovia BR-364 no estado de Rondônia;
- a pavimentação de trechos da BR-317 (Estrada do Pacífico) no Acre;
- a ampliação de pátio e construção de angares no aeroporto internacional de Porto Velho.

Além do PPA "Avança Brasil", o governo Fernando Henrique investiu num projeto de cunho pan-americano, que buscava a articulação política dos países da América do Sul em torno da proposta de viabilizar o prolongamento dos ENID através dos países vizinhos, num grande esforço de integração física e produtiva. Nascia assim, em 31 de agosto de 2000, por sugestão brasileira e congregando 12 países da América do Sul, a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA).

Naquela ocasião, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a pedido do governo brasileiro, apresentou a proposta "Plano de Ação para a Integração da Infraestrutura da América do Sul", com foco nos seguintes princípios básicos (BID, 2000):

- 1. Visão integral da infraestrutura (física, social, ambiental e informacional);
- 2. Enquadramento dos projetos dentro de planejamento estratégico, organizado a partir da identificação dos eixos de integração e desenvolvimento regionais no continente sul-americano;

-

<sup>&</sup>lt;sup>26</sup> ibid

- Reforma e atualização dos sistemas normativos e instituições que regulamentam o uso de infraestruturas nacionais;
- 4. Fortalecimento da capacidade dos Estados na formulação de políticas, planos e quadros normativos;
- 5. Harmonização das políticas, planos e quadros normativos e institucionais entre os Estados:
- 6. Valorização da dimensão ambiental e social dos projetos;
- 7. Melhoria da qualidade de vida e das oportunidades das populações locais a partir dos projetos de integração regional;
- 8. Incorporação de mecanismos de participação e de consulta das comunidades envolvidas;
- 9. Desenvolvimento de novos mecanismos regionais para a programação, execução e gestão de projetos de integração física;
- 10. Otimização do uso das fontes de financiamento desenvolvendo estratégias comuns.

De acordo com Silva (2004, p. 24), tais princípios básicos demonstram o quanto é abrangente a estratégia da infraestrutura da América do Sul, não se resumindo à execução de projetos físicos, mas envolvendo questões atinentes à necessidade de mudança nas legislações nacionais e desburocratização de algumas áreas, tudo concorrendo para a melhoria da qualidade de vida da população local.

O Plano previa a formação de corredores de exportação através da construção de infraestruturas interligadas nas áreas de transporte, energia e comunicações, com o objetivo de superar os gargalos históricos de conectividade entre os países, viabilizando o aumento dos fluxos comerciais no mercado sulamericano e deste com o mercado mundial. Embora o comércio se configurasse como o elemento aglutinador para composição da unidade regional, é inegável os reflexos que adviriam sobre os campos político, social e militar. O próprio BID não minimiza os riscos para a implementação dos projetos, mas reconhece os benefícios que seriam gerados para as partes envolvidas:

<sup>[...]</sup> Os projetos de infraestrutura regional têm custos e benefícios que ultrapassam as fronteiras dos países. O trecho da estrada que se constrói de um lado da fronteira traz benefícios para o país vizinho. No contexto de um processo descentralizado de tomada

de decisões, essas externalidades resultarão naturalmente numa provisão deficiente de infraestrutura regional. A questão fundamental é como fazer para que esses projetos se concretizem, estabelecer formas de tomadas de decisões coordenadas, que internalizem as externalidades e, ao mesmo tempo, superem outros riscos políticos e normativos que possam surgir devido o caráter multinacional dos projetos. Os governos enfrentarão esse desafio [...] (BID, 2003, p. 10).

A criação da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) em 23 de maio de 2008 por ocasião da Terceira Cúpula de Chefes de Estado, realizada em Brasília, revelou-se num importante passo para a construção de um espaço de integração da infraestrutura dos 12 países da América do Sul. Este fato teve reflexos claros na Amazônia sul-americana, na medida em que a UNASUL tem como um de seus objetivos específicos o desenvolvimento de uma infraestrutura para a interconexão da região com critérios de desenvolvimento social e econômico sustentáveis (BRASIL, MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2009).

Em agosto de 2009, no contexto da estruturação da UNASUL, foi criado o Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN), que se aproveitou do arcabouço técnico e metodológico da IIRSA, concentrando sua atenção nos projetos com maior potencial de gerar impacto positivo no desenvolvimento sócio-econômico dos países sul-americanos. O portfólio dos projetos de integração de infraestrutura da IIRSA/COSIPLAN foi estruturado a partir da definição de dez Eixos de Integração e Desenvolvimento (EID), que são: o Eixo Andino, o Eixo de Capricórnio, o Eixo MERCOSUL-Chile, o Eixo Andino do Sul, o Eixo Interoceânico Central, o Eixo da Hidrovia Paraguai-Paraná, o Eixo do Sul, o Eixo Peru-Brasil-Bolívia, o Eixo Escudo das Guianas e o Eixo do Amazonas. Os três últimos cruzam diretamente a Amazônia Ocidental (BRASIL, MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, LUCIANO, 2014).

O Eixo multimodal do Amazonas articula projetos no Brasil, Colômbia, Equador e Peru e possibilitará a integração Leste-Oeste sul-americana. Baseia-se fundamentalmente na via fluvial do rio Amazonas, que bifurca quando se encontra com o rio Putumayo e oferece a partir dali duas saídas para o Pacífico: uma pelo norte do Peru e outra pelo norte do Equador. Nesse caso as obras de infraestrutura compreendiam a pavimentação de rodovias desde a região

montanhosa dos Andes até o início da selva amazônica nos dois países hispanoamericanos, de modo a interligar o litoral destes Estados aos rios amazônicos. A
tríplice fronteira Tabatinga (Brasil)—Letícia (Colômbia)—Santa Rosa (Peru) foi o
canal de comunicação física escolhido por onde o eixo propõe investimentos para
o incremento da integração do Brasil com Peru e Colômbia. A saída pelo mar do
Peru foi priorizada em função de problemas de ordem interna que envolve
guerrilhas e paramilitares na Colômbia. O principal objetivo econômico do eixo
Amazonas consiste em permitir escoar a produção das regiões centrais do
continente (CURADO, 2010, p. 94-95).

O Eixo Peru-Brasil-Bolívia viabiliza a integração desde Porto Velho (Rondônia) até os portos peruanos de Maratani e Lho, passando por Rio Branco (Acre). Essa estratégia apresenta uma via terrestre de ligação com os Portos do Pacífico através do sul do Peru (a Rodovia Interoceânica), ampliando as alternativas de comércio com a Ásia e Oceania. Por outro lado, possibilita a integração ao eixo multimodal do Amazonas a partir da hidrovia do Madeira-Amazonas, de modo a permitir a circulação de produtos em direção ao Norte, através da BR-174. O acesso à capital boliviana também é facilitado através deste eixo e as principais obras de infraestrutura dizem respeito à zona de tríplice-fronteira entre Brasil, Peru e Bolívia (CURADO, 2010, p. 96-97).

Quanto ao Eixo Escudo das Guianas, a rodovia pavimentada que liga Manaus até Caracas já é uma realidade desde a virada do século XX para o XXI, formada do lado brasileiro a partir da execução de projetos prioritários contidos nos ENIDs dos PPAs "Brasil em Ação" e "Avança Brasil". Seu objetivo é permitir uma vasta gama de opções comerciais a partir da conformação de uma rota de escoamento para os mercados consumidores do Caribe e hemisfério norte do Oceano Atlântico. Outra saída que se encontra em vias de implementação é a ponte que interliga Bonfim (Roraima) a Lethem (Guiana). Com isso pretende-se permitir o fluxo de cargas de Boa Vista ao porto marítimo de Georgetown (Guiana), integrando os transportes rodoviário e marítimo, e ainda expandir ao longo da via uma linha de transmissão de energia elétrica e cabos de fibra ótica. O eixo Venezuela-Brasil-Guiana-Suriname pode ser visto como exemplar na concepção de integração de projetos de transporte, energia e telecomunicações,

já que prevê o aumento da produção de energia da hidrelétrica de Turtubra, localizada na Guiana, a fim de abastecer boa parte desta sub-região (CURADO, 2010, p. 98-99).

De acordo com Silva (2004, p. 49), apesar da lógica da implantação dos eixos como pedra angular do desenvolvimento nacional ter atravessado os dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso, a vinculação entre os ENID e a IIRSA/COSIPLAN parece ter adquirido ainda maior importância na estratégia do governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, materializada nos Planos Plurianuais 2004-2007 e 2008-2011.

A integração regional sul-americana foi imediatamente declarada prioridade de sua política externa, assim como o retorno do papel do Estado como indutor do desenvolvimento no âmbito interno, sendo o PPA apresentado como o principal instrumento para viabilizar as metas definidas em sua campanha eleitoral, associadas a um modelo de desenvolvimento de longo prazo:

Cada vez mais o destino das regiões depende de uma dimensão nacional e crescentemente relacionada à América do Sul e ao conjunto da dinâmica internacional. Isto muda o enfoque do planejamento e do desenvolvimento exclusivamente nacional e implica uma estratégia de fortalecimento e de integração das logísticas de infraestrutura na América do Sul, na construção progressiva de um destino comum para o continente. É uma alteração deliberada de perspectivas do desenvolvimento que se orienta para o oeste, novamente contrabalançando o excessivo adensamento econômico do litoral. (BRASIL, MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 2003, p. 29).

Toda essa projeção para investimentos em infraestrutura deveria se pautar por três objetivos fundamentais: a) atender às necessidades da demanda interna e do crescimento do comércio exterior, viabilizando alto nível de competitividade através da superação dos pontos de estrangulamentos existentes; b) consolidar o processo de integração nacional, assegurando redes viárias de articulação entre diversos pontos do território brasileiro, incrementadas com energia elétrica e telefonia pública; c) consolidar canais de comunicação física com os países vizinhos, de maneira a fortalecer o processo de integração sul-americana.

Para a Amazônia, os investimentos prioritários em infraestrutura dos PPAs 2004-2007, 2008-2011 e 2012-2015 (este já no Governo da Presidente

Dilma Rousseff) concentraram-se nas áreas de energia e transporte. Assim, com vistas a viabilizar os Eixos do Amazonas, Peru-Brasil-Bolívia e Escudo das Guianas, que otimizariam a integração da Amazônia Ocidental com o restante do País e com os demais países amazônicos, a engenharia militar do Exército Brasileiro atuou na consecução de importantes obras<sup>27</sup>, muitas das quais tiveram início ou já estavam previstas nos PPAs anteriores, e por diferentes motivos ainda não haviam sido executadas ou concluídas. São elas:

- a recuperação e pavimentação de trechos da BR-230 (Transamazônica);
- a recuperação e pavimentação de trechos da BR-364 (Cuiabá-Porto Velho e Rio Branco-Cruzeiro do Sul);
- a manutenção de trechos da BR-174 (Manaus-Boa Vista-Pacaraima);
- a recuperação e pavimentação de trechos da BR-319 (Porto Velho-Manaus), que proporcionará a abertura de mais um corredor de escoamento dos produtos agrícolas do Centro-Oeste brasileiro em direção ao Caribe, via BR-174;
- a conclusão da pavimentação da BR-401, ligando o Brasil à República da Guiana:
- a construção da ponte sobre o rio Tacutu que liga Bonfim/RR (pela BR-401) à cidade de Lethen na Guiana;
- a abertura das clareiras no trecho de Coari a Manaus para possibilitar o depósito e a consequente implantação dos dutos do Gasoduto Urucú-Coari-Manaus.

Por oportuno, verifica-se na direção definida para os eixos de integração que levam ao Caribe e ao Pacífico, o sentido interior-litoral, demonstrando a estratégia geopolítica do Estado brasileiro de favorecer o processo de integração da Amazônia quer interna, quer externamente.

## 5.3 CONCLUSÃO PARCIAL

Ao longo deste capítulo buscou-se demonstrar, com base nas novas estratégias de ocupação e desenvolvimento do território amazônico levadas a

<sup>&</sup>lt;sup>27</sup> ibid

efeito no pós-Regime Militar, a contribuição efetiva do Exército na consolidação do processo de integração da Amazônia Ocidental.

Se durante o Regime Militar a estratégia geopolítica para a Amazônia privilegiava a participação do Exército na ocupação daquele espaço através da colonização viabilizada por grandes obras de infraestrutura, os governos civis operacionalizaram a paulatina substituição daquele modelo pela valorização da presença do Estado (por meio do Programa Calha Norte) e por políticas de integração com as demais regiões brasileiras e países amazônicos, presentes, respectivamente, nos Planos Plurianuais (PPA) e na Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA/COSIPLAN). Em ambas as situações o Exército foi empregado, seja como instrumento para marcar a presença estatal na faixa de fronteira da Amazônia Ocidental, seja para contribuir com sua expertise na consecução de grandes obras voltadas à integração da região.

Quanto ao PCN, Costa Silva (2004, p. 51) apresenta-o como o principal Programa de ocupação da fronteira amazônica. Se a presença institucional representada por unidades militares que cumprem função de defesa constitui-se numa característica fundamental da faixa de fronteira internacional no sistema de Estados nacionais, no caso do Brasil pode vir a representar uma das principais fontes de sobrevivência de várias povoações e comunidades mais isoladas.

Becker (2007, p. 67) corrobora essa idéia ao apontar a importância do PCN, enquanto medida que garanta a presença do Estado nos locais mais distantes dos grandes e médios centros urbanos da Amazônia, com vistas a subsidiar uma estratégia de desenvolvimento para a região.

Os dados compilados dos Relatórios de Situação Final do Programa Calha Norte dos anos de 2003 a 2012, conforme descrito nas tabelas 7 e 8 do Apêndice "D", demonstram bem que os recursos destinados ao Exército nos últimos 10 anos para a viabilização dos diversos Projetos (total de R\$121.887.217,57) e Atividades (total de R\$78.060.123,92) planejados pelo Programa somaram um valor global de R\$199.947.341,49, com um incremento considerável a partir de 2007, início do segundo mandato do Presidente Lula. A análise dos dados permite algumas conclusões interessantes:

1ª) Considerando-se o fato de que a proteção da Amazônia constitui-se numa das prioridades da política de defesa, desde a promulgação da PDN em 1996, vale observar que a Amazônia Ocidental apresenta-se, por sua vez, como a grande prioridade do Exército, que na última década aplicou naquela região recursos financeiros advindos do PCN, equivalentes a mais de 12 vezes o montante do que foi destinado à Amazônia Oriental (apenas R\$16.472.786,57), para serem destinados a Projetos e Atividades similares<sup>28</sup>;

2ª) Somente o Projeto de Implantação de Unidades Militares e a Atividade de Manutenção da Infraestrutura dos PEF foram contemplados com mais de 83% dos recursos destinados pelo PCN ao Exército, demonstrando a preocupação por parte do Governo Federal de aumentar o efetivo da Força Terrestre na Amazônia Ocidental, bem como oferecer as melhores condições possíveis para o cumprimento das missões inerentes aos PEF. A viabilização desses Pelotões representou, de fato, a materialização das antigas Colônias Militares que haviam sido concebidas no governo Café Filho, em 1955, e só muito limitadamente implantadas no governo Juscelino Kubitschek<sup>29</sup>. Por outro lado, observa-se que as organizações militares do Exército (incluindo os PEF) que foram criadas com o advento do PCN, consubstanciaram a Estratégia da Presença na Amazônia ao buscarem atender as áreas prioritárias<sup>30</sup> estabelecidas no Relatório Final que deu origem ao Programa, em dezembro de 1985;

3ª) O aumento de recursos destinados para o Projeto de Construção de Embarcações para Controle e Segurança da Navegação Fluvial contribuiu sobremaneira para consolidar a capacidade do CECMA e das Brigadas de Selva de ficarem em condições de deslocar-se rapidamente pelo modal hidroviário com meios próprios e modernos, diante de quaisquer necessidades operacionais ou logísticas;

4°) No caso de Atividades como Manutenção de Aeródromos e Conservação de Rodovias, percebeu-se uma redução ou mesmo a paralisação dos recursos destinados ao Exército por um motivo eminentemente operacional: ao serem empregados em obras diversas nos grandes eixos rodoviários que adentram à

\_\_\_

<sup>&</sup>lt;sup>28</sup> Dados totais dos recursos destinados ao Exército Brasileiro pelo PCN e compilados dos Relatórios de Situação Final do Programa Calha Norte dos anos de 2003 a 2012.

<sup>&</sup>lt;sup>29</sup> Conforme páginas 82-84 desta Tese.

<sup>30</sup> Conforme páginas 132-133 desta Tese.

região amazônica (principalmente as BR-163 e BR-319), os Batalhões de Engenharia de Construção subordinados ao 2º Gpt E ficaram limitados para atuarem em outras frentes. A conclusão desses trabalhos em andamento até o final de 2014 certamente favorecerá a alocação de novos recursos do PCN para serem empregados pelo Exército em obras diversas de ambas as Atividades; 5º) Já os recursos destinados ao atendimento do Projeto de Implantação da Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte e à Atividade de Apoio às Comunidades locais deixaram de ser alocados ao Exército a partir de 2009, tendo em vista que passaram a ser direcionados diretamente à vertente civil do PCN.

Entretanto, segundo informou o Brigadeiro Roberto Dantas (BRASIL, MINISTÉRIO DA DEFESA, 2014), atual Gerente do PCN, os recursos destinados ao Exército para essas ações de apoio a Municípios e Comunidades locais, incluindo a manutenção de aeródromos, conservação de rodovias e manutenção de PCH que servem às suas populações, tenderão a aumentar nos próximos anos.

O Brigadeiro (BRASIL, MINISTÉRIO DA DEFESA, 2014) explicou que parte dos recursos alocados à vertente civil, por meio de emendas individuais de parlamentares ou emendas de bancada, poderão ser utilizados para estabelecer parcerias entre prefeituras e organizações militares, ou mesmo redirecionados a projetos de interesse do Exército na região. Para se ter uma idéia do potencial que isso representa, só no ano de 2013, enquanto os recursos financeiros destinados às ações do Exército (em toda a Amazônia) somaram R\$37.172.702,14 (efetivamente liberados), a vertente civil foi contemplada com um orçamento da ordem de R\$312.080.644,00 (efetivamente liberados), quase dez vezes mais.

De acordo com o Gerente do PCN, essa possibilidade de concretizar parcerias é decorrente, por um lado, da grande demanda que prefeituras de municípios carentes da Amazônia têm de recursos humanos para realizar projetos e prover a execução dos mais variados tipos de obras e serviços. Por outro, a existência de uma estrutura disciplinada, organizada e contando com quadros altamente especializados nas áreas de engenharia, gestão, logística, educação e

ciência /tecnologia acaba por tornar o Exército, na medida das possibilidades operacionais, um privilegiado instrumento governamental para contribuir com o desenvolvimento da região (BRASIL, MINISTÉRIO DA DEFESA, 2014).

Da mesma forma, buscou-se demonstrar neste capítulo que a retomada do planejamento territorial estatal através de grandes projetos de infraestrutura para a Amazônia ocorreu gradativamente a partir dos chamados Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento contidos no PPA 1996-1999, vindo a se consolidar definitivamente nos PPAs seguintes, onde a IIRSA/COSIPLAN contribuiu para viabilizar a continuidade desses eixos nacionais para fora do território brasileiro. Esta instância transnacional representou o início do planejamento territorial intergovernamental presente atualmente nas relações internacionais da América do Sul, onde o Brasil exerce um claro papel de protagonista.

A sintonia entre os projetos da IIRSA/COSIPLAN anunciados como prioritários em países como Bolívia, Peru, Equador e Guiana, por exemplo, e os ENID implementados pelo Brasil, estende-se a todos os eixos de integração da Amazônia sul-americana. A agenda brasileira da política interna de integração, que tem projetos de infraestrutura previstos nos PPAs, quando complementada com a agenda externa da IIRSA/COSIPLAN, demonstra a funcionalidade das redes físicas interconectadas internamente e externamente para a construção de um projeto brasileiro de expansão geopolítica e geoeconômica, que se inicia pelas escalas regionais nacionais e se projeta para o Pacífico e para o Caribe.

Nesse contexto, a participação do Exército foi igualmente expressiva em muitas das obras de infraestrutura que foram planejadas nos PPAs e posteriormente estendidas para atender aos objetivos da IIRSA/COSIPLAN, viabilizando, em ambas as situações, o planejamento estatal de integrar a Amazônia (particularmente a Amazônia Ocidental) ao restante do País e aos demais países amazônicos, criando com isso ramificações inimagináveis.

Fica claro, portanto que a participação do Exército no PCN, nos ENID e na IIRSA/COSIPLAN impactou duplamente a instituição: Primeiramente, conduziu o Exército a reorganizar-se inteiramente na Amazônia Ocidental, adotando um novo dispositivo que privilegiou o aumento e a dispersão de seu efetivo para o

melhor cumprimento de suas missões, ao mesmo tempo em que valorizou a presença geopolítica do Estado Brasileiro na região. Em segundo lugar e isto é inegável, as ações do Exército na vivificação da Faixa de Fronteira propostas pelo Calha Norte e na retomada das grandes obras estratégicas dos ENID e da IIRSA/COSIPLAN, consolidaram definitivamente a sua participação no processo de integração da Amazônia.

## 6. CONCLUSÃO

No curso de suas obras sobre a Amazônia, Euclides da Cunha destacou, de forma emblemática, algumas impressões que podem ser muito úteis para caracterizar a visão que parcela considerável dos brasileiros, de uma maneira geral, nutre a respeito da região:

[...] Os cenários, invariáveis no espaço, transmudam-se no tempo. Diante do homem errante, a natureza é estável; e aos olhos do homem sedentário que planeie submetê-la à estabilidade das culturas, aparece espantosamente revolta e volúvel, surpreendendo-o, assaltando-o por vezes, quase sempre afugentando-o e espavorindo-o. A adaptação exercita-se pelo nomadismo. Daí, em grande parte, a paralisia completa das gentes que ali vagam há três séculos, numa agitação tumultuária e estéril (CUNHA, 2000, p. 127).

Tem tudo e falta-lhe tudo, porque lhe falta esse encadeamento de fenômenos desdobrados num ritmo vigoroso, de onde ressaltam, nítidas, as verdades da arte e da ciência — e que é como que a grande lógica inconsciente das coisas. Daí esta singularidade: é de toda a América a paragem mais perlustrada dos sábios e é a menos conhecida. De Humboldt a Em. Goeldi — do alvorar do século passado aos nossos dias, perquirem-na, ansiosos, todos os eleitos. Pois bem, lede-os. Vereis que nenhum deixou a calha principal do grande vale; e que ali mesmo cada um se acolheu, deslumbrado, no recanto de uma especialidade. Wallace, Mawe, W. Edwards, d'Orbigny, Martius, Bates, Agassiz, para citar os que me acodem na primeira linha, reduziram-se a geniais escrevedores de monografías. (CUNHA, 1922, p. 2)

Os textos acima traduzem a predominância dessa visão euclidiana do espaço amazônico sob três aspectos: determinismo geográfico, ausência do poder estatal, desconhecimento científico. Tais argumentos seriam demasiadamente utilizados para a criação da retórica do "abandono histórico" que as administrações republicanas anteriores ao primeiro governo Vargas teriam imputado à Amazônia. A terra nova e fértil seria, na verdade, atrasada em relação ao País; um lugar, como disse Euclides no título de uma de suas obras: à margem da história (1922).

Por um longo período de tempo representou um verdadeiro desafio a tentativa de se fomentar no seio da sociedade brasileira residente nas regiões mais desenvolvidas o verdadeiro senso de pertencimento da Amazônia em relação ao território nacional. No entanto, de forma progressiva, a Amazônia vem

despertando progressivamente na consciência nacional, uma certeza que já era nítida da parte do militar brasileiro que lá vivia e labutava: a região tornara-se, já há muito tempo, área estratégica de grande interesse econômico e geopolítico mundial, cobiçada por atores estatais e não-estatais, carente de infraestrutura e de outros meios indispensáveis ao desenvolvimento humano; urgia a necessidade de integrá-la ao restante do País e articulá-la com os demais vizinhos amazônicos, também depositários desse patrimônio.

O Exército Brasileiro, embora vocacionado precipuamente para as ações de defesa do Estado, acabou por revelar-se como um importante instrumento do Estado para a consecução desse objetivo integrador na região. A análise de como ocorreu essa participação do Exército no processo de integração da Amazônia, constituiu-se no objetivo geral desta Tese, que abordou na sua Introdução uma contextualização do espaço amazônico, seguida da apresentação do viés metodológico e da problematização que embasaram a pesquisa.

O segundo capítulo procurou analisar como a geopolítica e a Guerra Fria contribuíram para alçar a segurança nacional como prioridade na agenda das nações, a ponto de condicionar e perpassar as políticas nacionais de desenvolvimento.

A pesquisa demonstrou ao longo deste capítulo que essa associação entre segurança e desenvolvimento favoreceu o advento de uma Doutrina de Segurança fortemente influenciada por questões geopolíticas. Tal Doutrina de Segurança estendeu-se por toda a América Latina, consagrando o alinhamento dos países da região aos interesses norte-americanos, com o amplo suporte de forças militares comprometidas no combate contra o comunismo.

O capítulo também abordou como o lançamento pelo Presidente Kennedy do programa "Aliança para o Progresso", com seus conceitos de "nation-building" e "civic action", procurou viabilizar alternativas às ações militares de combate à ameaça comunista, ao buscar envolver a participação de exércitos de países subdesenvolvidos no processo de construção de Estados Nacionais. Como um dos principais destinos dos recursos disponibilizados pela Aliança, o Brasil também experimentou os benefícios dessa abordagem concernente ao emprego

de forças militares, especialmente por ocasião da participação do Exército no processo de integração da Amazônia ao restante do País.

Contudo, fez-se necessário apontar primeiramente o gradativo processo de valorização da Amazônia a partir da assunção do Presidente Vargas ao poder. De acordo com o terceiro capítulo, a concepção governamental da "Marcha para o Oeste" proposta por Vargas despertou o interesse pela região de uma forma nunca vista anteriormente no País, estimulando a formulação de novas políticas de desenvolvimento e povoamento, algumas das quais com a participação direta do Exército, como no caso da criação de colônias militares.

O capítulo também atestou que, no âmbito do governo Juscelino Kubitschek, a construção da nova capital federal, paralelamente à proposição de uma agenda panamericana que associasse segurança e desenvolvimento, tiveram significado especial para a Amazônia brasileira. Tais fatos permitiram, respectivamente, o deslocamento do centro do poder para o interior do Brasil, contribuindo com a ampliação do *heartland* brasileiro em direção à Amazônia e a disponibilização de novas linhas de crédito junto ao governo dos Estados Unidos, favorecendo a implantação dos primeiros eixos de penetração rumo à região Norte.

Foi destacado ainda neste capítulo, como o pensamento geopolítico nacional e a criação da Escola Superior de Guerra influenciaram a formulação de políticas, que garantiram a ocupação dos grandes anecúmenos brasileiros, particularmente na Amazônia. Neste ponto da pesquisa demonstrou-se que a ESG ao conceber e sistematizar a Doutrina de Segurança Nacional sob a influência do ambiente de ameaças da Guerra Fria, associou indelevelmente as idéias de segurança e desenvolvimento, de modo a estruturar como Objetivo Nacional Permanente o conceito de Integração Nacional, ainda hoje referência para as ações dos militares brasileiros.

O quarto capítulo analisou como o Regime Militar, tomando como base os axiomas da DSN, criou as condições favoráveis à utilização do Exército como um instrumento estatal para a construção do seu projeto de integração da Amazônia ao restante do País. Comprovou-se que a transferência da sede do Comando Militar da Amazônia de Belém para Manaus, seguida da implantação de unidades

militares concorreram de forma definitiva para consolidar a Amazônia Ocidental como o novo centro de decisão da Força Terrestre na região.

A pesquisa concluiu que esses acontecimentos acabaram privilegiando a formulação de projetos e a alocação de recursos para a consecução da ação integradora do Exército naquela porção do território amazônico. Nesse contexto destacou-se o início dos trabalhos da Engenharia Militar na Amazônia, que contou com o patrocínio do governo americano por meio da Aliança para o Progresso, corroborando a proposta original do Presidente Kennedy de envolver a participação de militares no processo de desenvolvimento da nação.

O capítulo concluiu que a extensa relação de obras e ações a cargo do Exército na Amazônia Ocidental durante aquele período histórico, abrangendo aspectos tão diversos nas áreas de transportes, comunicações, energia, educação, saúde e habitação, testificou a expressiva contribuição da instituição em proveito do objetivo maior de retirar a região do isolamento em que se encontrava, integrando-a ao corpo do Estado brasileiro.

O quinto capítulo enfatizou a influência do Programa Calha Norte no prosseguimento da ação integradora do Exército na Amazônia Ocidental, após o fim do Regime Militar. O capítulo atestou que os marcos legais estabelecidos pelo governo brasileiro para ascender a Amazônia à condição de área prioritária para fins de defesa nacional, coincidiram com as ações do PCN na região, particularmente no que se refere à concessão de créditos para a viabilização dos Projetos e Atividades sob responsabilidade do Exército.

O estudo comprovou que os recursos sob a tutela do PCN impactaram a estrutura do Exército na região, incluindo a transferência de brigadas do eixo Sul-Sudeste, a criação de organizações militares especializadas e um substancial aumento dos efetivos na Amazônia Ocidental, que não seria exagero afirmar que o Exército nunca mais seria o mesmo na Amazônia após o Calha Norte.

O capítulo asseverou ainda, a partir da análise dos Relatórios de Situação Final do PCN dos últimos 10 anos, que as ações do Programa beneficiaram diretamente todas as Organizações Militares da Amazônia Ocidental, contribuindo indelevelmente para alicerçar a presença do Exército e,

por conseguinte, a materialidade do Estado brasileiro, nos mais longínquos rincões daquele território.

O capítulo demonstrou, por fim, que as ações efetivas nos Projetos e Atividades associados à vivificação das fronteiras e à viabilização em território amazônico dos ENID, previstos nos PPAs, e dos EID, concebidos na IIRSA/COSIPLAN, consolidaram a participação do Exército no processo de integração da região ao restante do País e demais países amazônicos.

Em tempos atuais não seria incorreto afirmar que as deliberações sobre os grandes desafios da Amazônia nunca estiveram tão em pauta. Não somente aquelas atinentes às questões sociais, de infraestrutura ou de desenvolvimento sustentável, mas também aquelas concernentes às relações com os demais países da fronteira amazônica, questões geopolíticas e de defesa da região diante de novas ameaças.

Neste sentido, a promulgação em 18 de dezembro de 2008 do Decreto Presidencial Nr 6703 aprovando a Estratégia Nacional de Defesa (END) corroborou esse sentimento, assinalando como uma de suas diretrizes estratégicas a necessidade de se priorizar a Amazônia. Tal medida descrita na Diretriz Nr 10 sinaliza a determinação do Estado em preservar a posse daquela área e afirmar sua soberania:

10. O Brasil será vigilante na reafirmação incondicional de sua soberania sobre a Amazônia brasileira. Repudiará, pela prática de atos de desenvolvimento e defesa, qualquer tentativa de tutela sobre as suas decisões a respeito de preservação, de desenvolvimento e de defesa da Amazônia. Não permitirá que organizações ou indivíduos sirvam de instrumentos para interesses estrangeiros – políticos ou econômicos – que queiram enfraquecer a soberania brasileira. Quem cuida da Amazônia brasileira, a serviço da humanidade e de si mesmo, é o Brasil. (BRASIL, MINISTÉRIO DA DEFESA, ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA, 2012).

O mesmo documento também abordou aspectos sobre algumas outras necessidades consideradas fundamentais para a região, tais como: o adensamento efetivo da presença de unidades militares e o investimento no desenvolvimento das capacidades de monitoramento e controle do território (BRASIL, MINISTÉRIO DA DEFESA, ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA, 2012).

Não por acaso, tais demandas parecem as mesmas que foram abordadas ao longo desta Tese, sinalizando que o processo de integração da Amazônia ainda está por ser concluído.

A grande diferença repousa na existência de uma base física composta por quartéis, hospitais, rodovias, aeródromos, portos, sistemas de comunicações e outras estruturas já implantadas na região, capaz de prover as condições para tornar operacionais, as diretrizes da END relativas à Amazônia. Uma base física que, diga-se de passagem, o Exército Brasileiro ajudou a implantar, conforme retratado ao longo desta Tese. Para se ter uma idéia do que isso representa na atualidade, somente no que tange ao segmento de transportes, o Exército implantou mais de 90% das rodovias federais ora existentes em território amazônico<sup>31</sup>.

Posteriormente, o Decreto Legislativo Nr 373, de 25 de setembro de 2013, aprovando simultaneamente a atualização da Estratégia Nacional de Defesa e a nova Política Nacional de Defesa (em substituição à PDN de 2005) viria demonstrar que o esforço continuado em prol da Amazônia encontraria doravante, em ambos os documentos, as grandes referências sobre as quais o Exército assentaria sua ação integradora na região, que continuaria a ser "[...] a área estratégica prioritária para a Força [...]", como previsto na Diretriz Geral do Comandante do Exército para o período de 2011-2014.

A própria interconexão entre vivificação de fronteiras, desenvolvimento, integração nacional e estratégia da presença demonstram que tais conceitos não podem ser mais dissociados, como explicitado na Política Nacional de Defesa:

5.4 [...] A vivificação das fronteiras, a proteção do meio ambiente e o uso sustentável dos recursos naturais são aspectos essenciais para o desenvolvimento e a integração da região. O adensamento da presença do Estado, e em particular das Forças Armadas, ao longo das nossas fronteiras é condição relevante para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. (BRASIL, MINISTÈRIO DA DEFESA, POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA, 2013)

\_

<sup>&</sup>lt;sup>31</sup> Conforme: BRASIL. Exército Brasileiro. Departamento de Engenharia de Construção – DEC. **Palestra do Chefe do DEC ao CPEAEx**. Brasília, 2014. 1 CD-ROM.

E a principal resposta da instituição traduziu-se na concepção do Plano Amazônia Protegida, um abrangente conjunto de ações estratégicas para serem desenvolvidas ao longo de vinte anos, orientadas para a preservação da soberania brasileira sobre a região e tendo como eixos estruturantes a segurança, o desenvolvimento e a preservação ambiental.

O Plano contempla a modernização das instalações militares existentes e a construção de outras estruturas militares (incluindo novos PEF nos quatro estados da Amazônia Ocidental), bem como a aquisição de equipamentos de avançada tecnologia para a interligação e aumento da mobilidade dessa tropa desdobrada no terreno amazônico. A nova articulação planejada pelo Exército para as suas forças na região deverá buscar fortalecer a presença militar, por meio de um estratégico posicionamento de unidades na fronteira e em profundidade, de modo a permitir um aumento gradual dos efetivos, até alcançar um total de aproximadamente 48.000 homens em 2030.

A crescente participação da sociedade brasileira nas ações que dizem respeito à preservação da soberania do Brasil sobre a Amazônia e do bem estar de sua população, acabaram por determinar a necessária concepção de um eficiente e eficaz sistema de monitoramento, que integrasse as atuações do Exército e das entidades representativas das comunidades, sobretudo os órgãos públicos e agências com responsabilidades e atividades naquela área.

O Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) é a atual proposta do Exército Brasileiro para a vigilância das fronteiras que norteará exatamente a atuação conjunta e multisetorial de defesa da Amazônia. O SISFRON ampliará a capacidade de controle das fronteiras terrestres, atualizando e integrando todos os subsistemas de monitoramento existentes: sensoriamento; comunicações; segurança das informações e comunicações; apoio à decisão; capacitação; simulação; logístico e gestão.

Ao mesmo tempo agregará outros meios de busca de informações (satelitais, meteorológicos, óticos e térmicos; radares de rastreamento aéreo, hidroviários e terrestres; centros de operações; centros de simulação; veículos aéreos não-tripulados) que estarão em contato direto com os atuadores (tropa, instituições, comunidades e órgãos do poder público) mais próximos às

necessidades que surgirem e que, após a tomada de decisão, responderão com o emprego de pessoal e recursos adequados à situação.

Os meios de monitoramento estão previstos para serem instalados nas diversas organizações militares do Exército existentes na Amazônia e naquelas previstas para serem implantadas no Plano Amazônia Protegida.

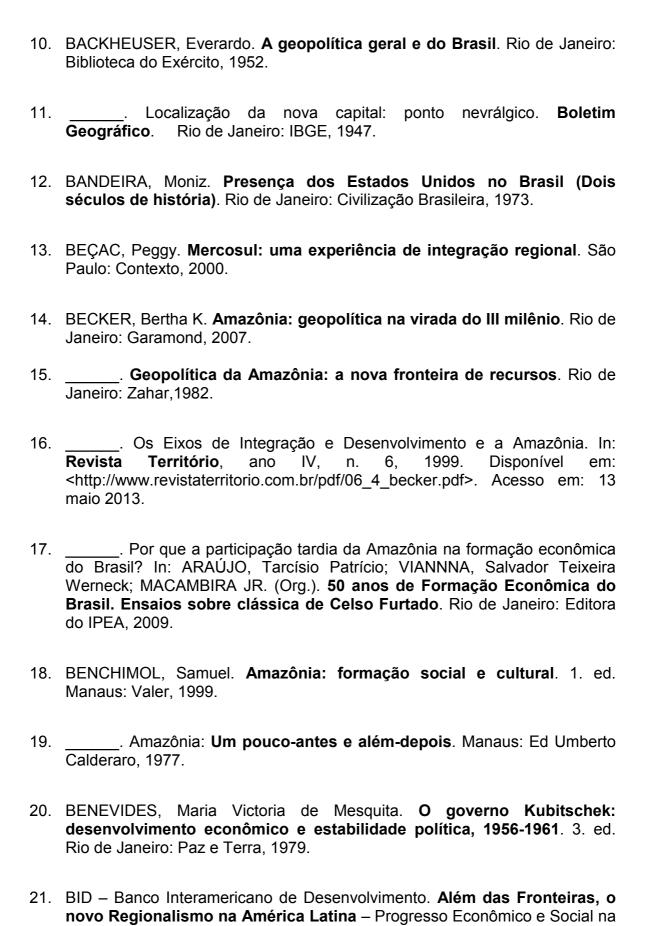
Como comentário final para atestar a comprovação da nossa hipótese, vale assinalar que a interessante observação apresentada na década de 60 por Silva (1981, p. 43-44), acerca de sua visualização da Amazônia como uma grande "Ilha", isolada das Penínsulas do Nordeste, Centro-Oeste e Sul, comandadas pelo Núcleo Central (Rio de janeiro – São Paulo – Belo Horizonte) já pode ser considerada ultrapassada. Atualmente, a "Ilha" permanece com população rarefeita e continua existindo grande diferença no seu desenvolvimento em relação às outras regiões do Brasil. Entretanto, não há como negar que, conforme demonstrado ao longo de toda esta Tese, com ações efetivas e regulares desde o advento do Regime Militar, em 1964, o Exército tem sido um instrumento fundamental do Estado brasileiro na consecução do processo de integração da Amazônia ao restante do País e aos demais países amazônicos.

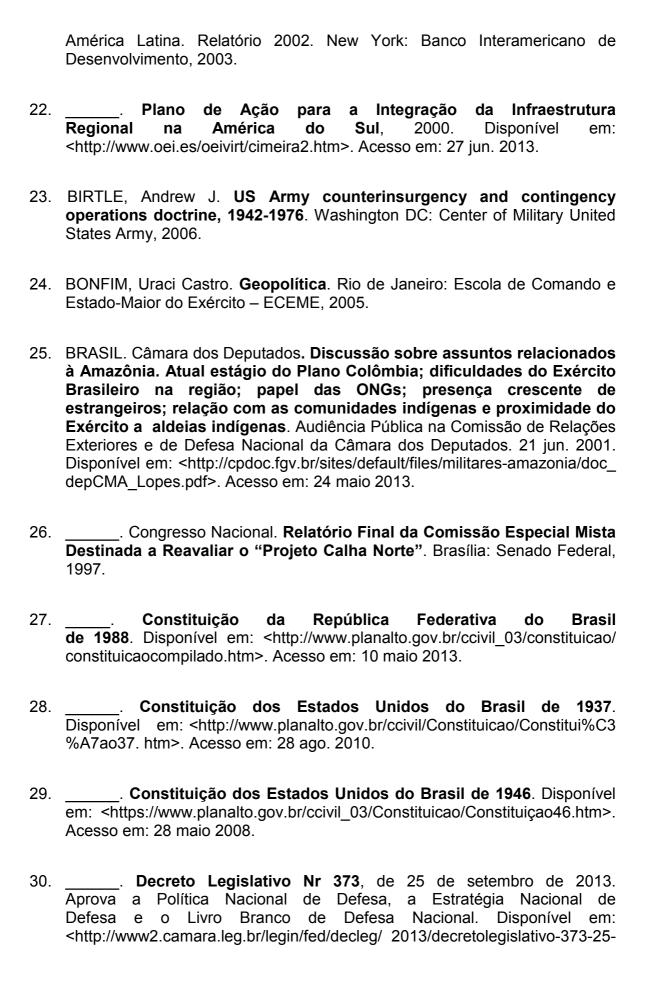
Tamanho é este protagonismo do Exército Brasileiro na região, que fica clara a necessidade de se incluir a dimensão da segurança e de suas demais expertises na concepção e análise de quaisquer agendas de pesquisas, que contemplem a integração e o desenvolvimento da Amazônia.

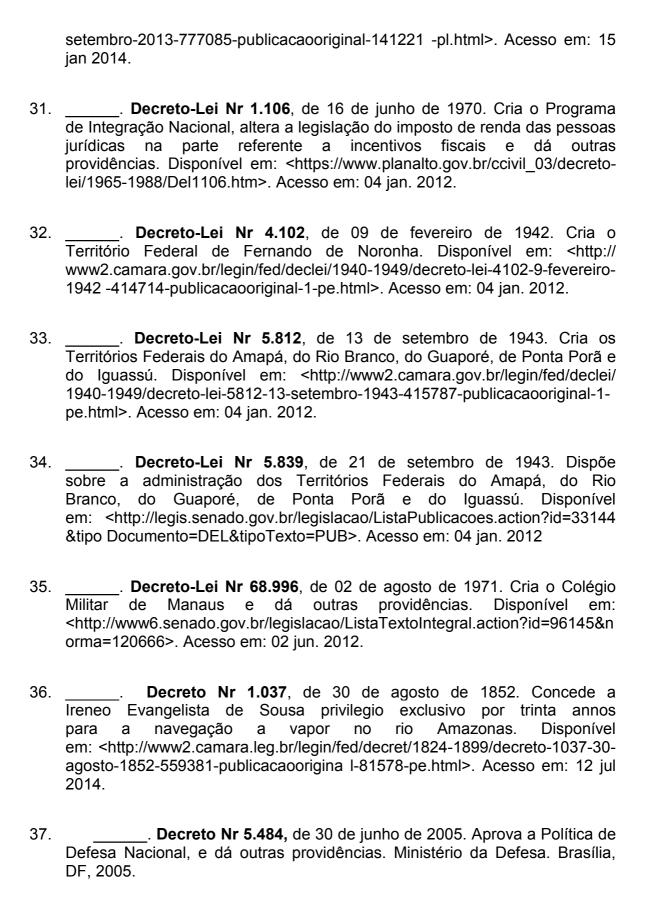
Se a Estratégia Nacional de Defesa e a Política Nacional de Defesa sugerem a região amazônica como prioritária para as ações de defesa, ao mesmo tempo em que reafirmam o compromisso de todos os cidadãos, civis e militares, com o valor maior da preservação da coesão e da unidade nacionais (Integração Nacional), não há porque duvidar de que o processo de integração da Amazônia continuará sendo uma prioridade do Estado Brasileiro. E sem dúvida alguma, do Exército Brasileiro também.

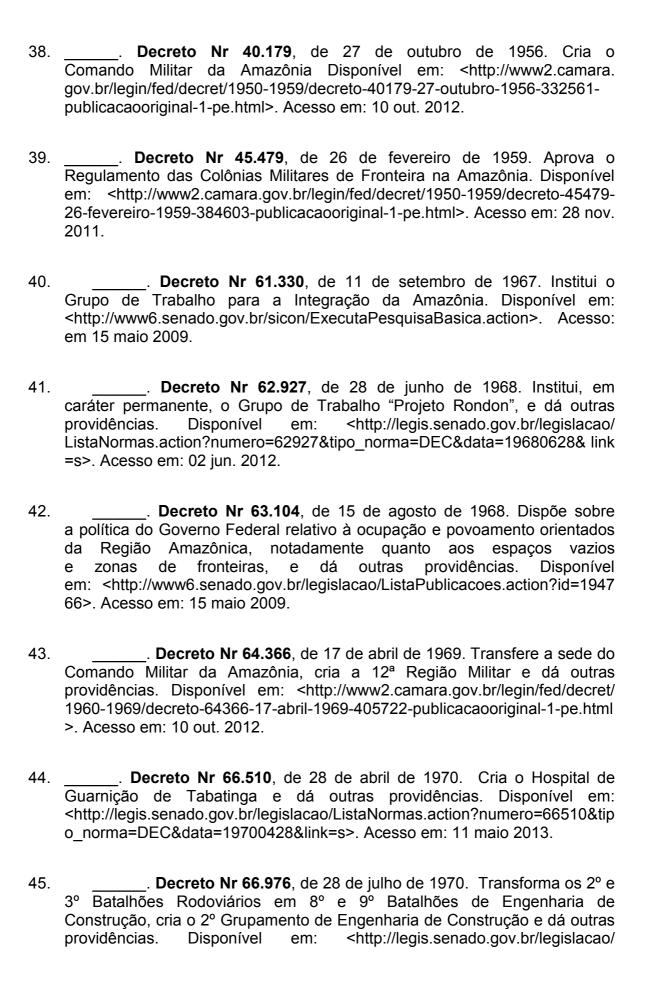
## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1. ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. Alfred Mahan e a geopolítica. In. **Revista Marítima Brasileira**. v. 130, n. 04/06. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2010.
- 2. ALMEIDA, Paulo Roberto. A experiência brasileira em planejamento econômico: uma síntese histórica. 2004. Disponível em: <a href="http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/1277HistorPlanejBrasil.pdf">http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/1277HistorPlanejBrasil.pdf</a>>. Acesso em: 10 maio 2013.
- ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964-1984).
   ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- 4. ANDRADE, Rômulo de Paula. Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta": Getúlio Vargas e a revista "Cultura Política" redescobrem a Amazônia (1940-1941). 2010. Disponível em: <a href="http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-81222010000200015&script=sciarttext">http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-81222010000200015&script=sciarttext</a>. Acesso em: 23 nov. 2011.
- 5. ANTIQUERA, Daniel Campos. A Amazônia e a política externa brasileira: análise do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) e sua transformação em organização internacional (1978-2002). Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual de Campinas UNICAMP. Campinas, 2006.
- 6. ANTUNES, Antônio José Cerqueira. Infra-estrutura na América do Sul: situação atual, necessidades e complementaridades possíveis com o Brasil. 2007. Disponível em: <a href="http://www.eclac.org/cgi-in/getProd.asp?xml=/publicaciones/sinsigla/xml/2/32302/P32302.xml">http://www.eclac.org/cgi-in/getProd.asp?xml=/publicaciones/sinsigla/xml/2/32302/P32302.xml</a> &xsl=/publicaciones/ficha.xsl&base=/publicaciones/top\_publicaciones.xsl#>. Acesso em: 10 out. 2012
- 7. ARAÚJO, Fabiano Espínola. A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica: suas implicações para a segurança e defesa da Amazônia brasileira. Dissertação (Mestrado) Escola de Comando e Estado-Maior do Exército ECEME. Rio de Janeiro, 2008.
- 8. ARON, Raymond. Paz e guerra entre as nações. Brasília: IPRI, 2002.
- 9. ASSIS, Paulo Roberto Corrêa. O Comando Militar da Amazônia. **Military Review**, Fort Leavenworth, v. 75, n. 4, 4, quadrim. 1995.

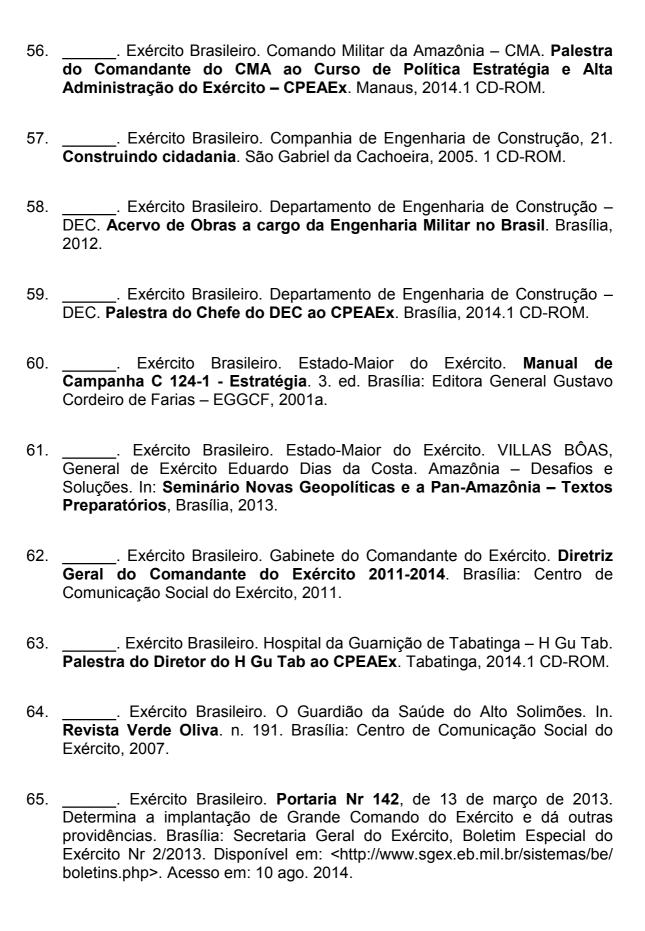


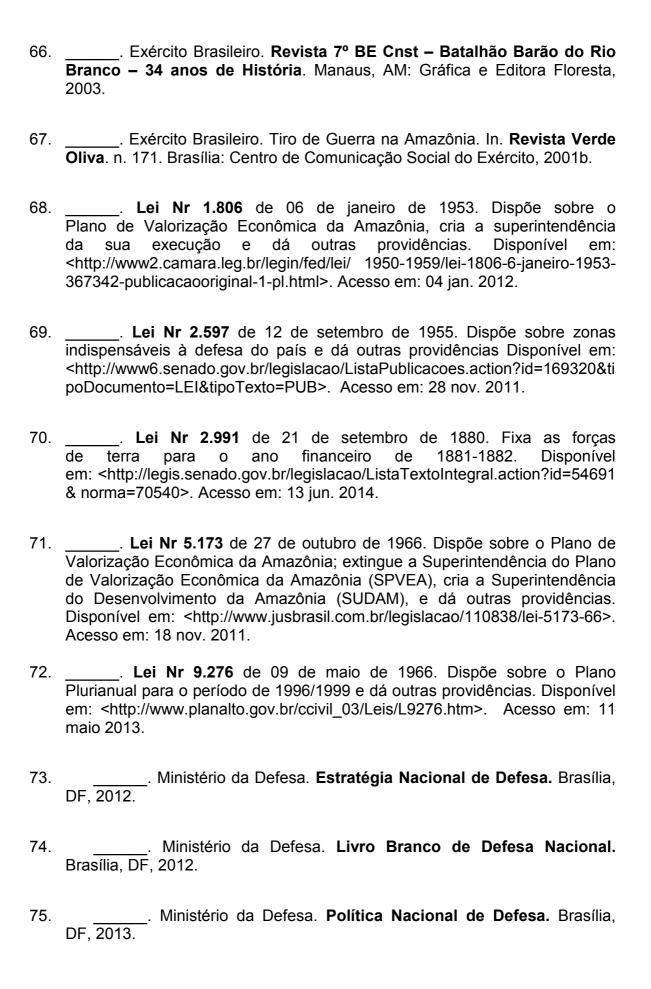


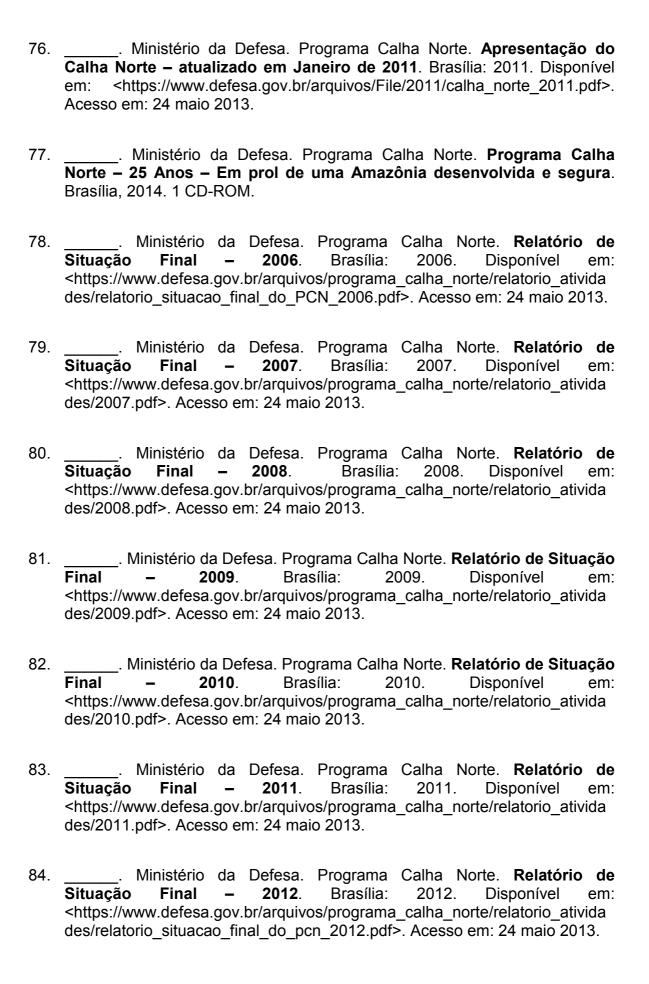


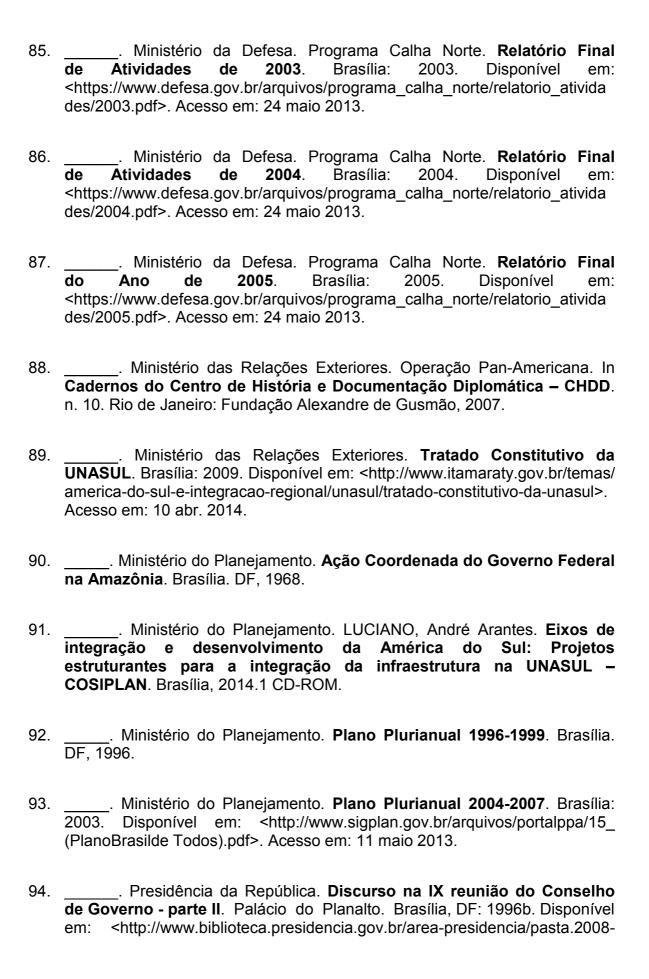


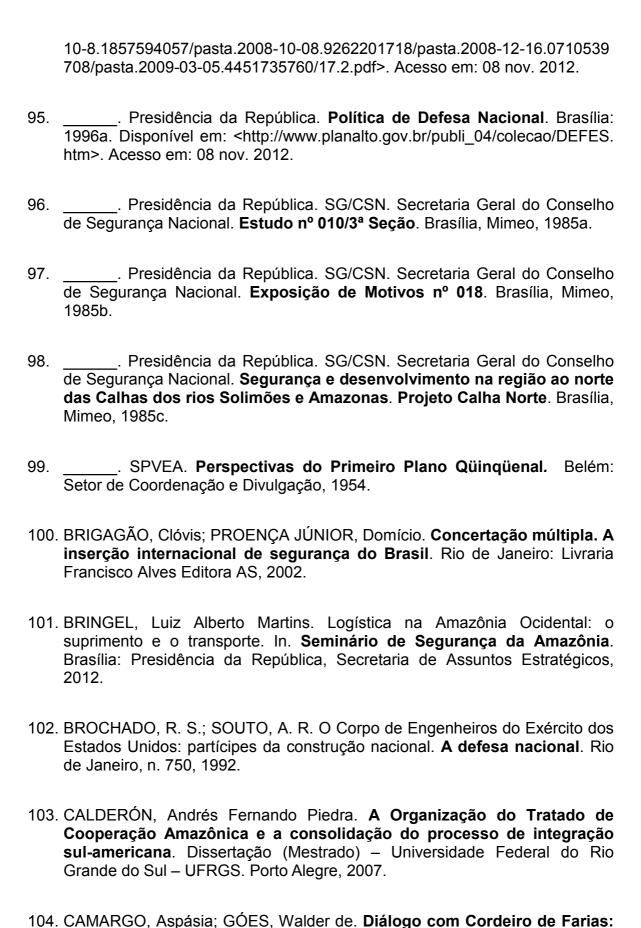
	ListaNormas.action?numero=66976&tipo_norma=DEC&data=19700728& li =s>. Acesso em: 10 out. 2012.	nk
46.	<b>Decreto Nr 85.128</b> , de 10 de setembro de 1980. Aprova Regulamento da Secretaria-Geral do Conselho de Seguran Nacional. Disponível em: <a href="http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1981987/decreto-85128-10-setembro-1980-434496-publicacaooriginal-1-pe.htm">http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1981987/decreto-85128-10-setembro-1980-434496-publicacaooriginal-1-pe.htm</a> Acesso em: 20 maio 2013.	ıça 30-
47.	<b>Diário Oficial da União</b> , de 19 de setembro de 1956. Seção 1, 18. Discurso do Presidente Juscelino Kubitschek. Disponível e <a href="http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2907663/dou-secao-1-19-09-1956-pg-18">http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2907663/dou-secao-1-19-09-1956-pg-18</a> >. Acesso em: 27 nov. 2011.	•
48.	Escola Superior de Guerra. <b>Manual Básico da Escola Superior Guerra</b> . v. 1. Elementos Fundamentais. Rio de Janeiro, Escola Superior Guerra – ESG, 2009.	
49.	Estado-Maior das Forças Armadas — Escola Superior de Guer Manual Básico da Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro, Esco Superior de Guerra — ESG, 1975.	
50.	Exército Brasileiro. A última fronteira. In. <b>Revista Verde Oliva</b> . 188. Brasília: Centro de Comunicação Social do Exército, 2006.	n.
51.	Exército Brasileiro. Batalhão de Engenharia de Construção, <b>Boletim Interno Nr 13</b> , de 17 de janeiro de 1968. Porto Velho, 1968.	5.
52.	Exército Brasileiro. Batalhão de Engenharia de Construção, <b>Boletim Interno Nr 16</b> , de 20 de janeiro de 1970. Porto Velho, 1970.	5.
53.	Exército Brasileiro. Batalhão de Engenharia de Construção, <b>Boletim Interno Nr 102</b> , de 30 de maio de 1967. Porto Velho, 1967.	5.
54.	Exército Brasileiro. Comando Militar da Amazônia – CMA. <b>Exército Brasileiro na Amazônia: Dispositivo do CMA</b> . Manaus, 2010.	0
55.	Exército Brasileiro. Comando Militar da Amazônia – CMA. Guia Comandante de Fronteira. <b>Boletim Interno Nr 001</b> , de 05 de janeiro	











meio século de combate. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

- 105. CAMARGO, Enjolras José de Castro. **Estudo de problemas brasileiros**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1978.
- 106. CAMPOS, Maria Aparecida Ferreira. A política econômica do governo Kubitscheck (1956-1961): o discurso em ação. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Porto Alegre. 2007.
- 107. CARDOSO, Ana Maria Ribas. A diplomacia nos tempos de JK (1956-1961). Disponível em: <a href="http://www.univercidade.br/uc/cursos/graduacao/ri/pdf/opa.pdf">http://www.univercidade.br/uc/cursos/graduacao/ri/pdf/opa.pdf</a>>. Acesso em: 15 dez. 2011.
- 108. CARDOSO, Miriam L. **Ideologia do desenvolvimento, Brasil: JK JQ**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- 109. CARRASCO, Lorenzo (Coord.). **A máfia verde**. 6. ed. Rio de Janeiro: Capax Dei, 2003.
- 110. CARVALHO, Aildon Dornellas de. Amazônia: reflexões sobre a conquista e o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Imprensa Técnica do Parque de Material de Eletrônica da Aeronáutica, 2000.
- 111. CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. **O Nordeste e o regime autoritário**. São Paulo: Ed. Hucitec-Sudene, 1987.
- 112. CARVALHO, José Murilo. **Forças Armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2005.
- 113. CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. O Brasil e sua soberania sobre a Amazônia. Dissertação (Mestrado) Universidade de Brasília UnB. Brasília, 1992.
- 114. CASTRO, Thales. **Teoria das relações internacionais**. Brasília: FUNAG, 2012.
- 115. CASTRO, Therezinha de. **Geopolítica, princípios, meios e fins**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1999.
- 116. \_\_\_\_\_. **Nossa América: Geopolítica comparada**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994.

- 117. CAVAGNARI FILHO, Geraldo. Lesbat. Introdução à defesa da Amazônia. 2002 Disponível em: <a href="http://www.unicamp.br/nee/art4.htm">http://www.unicamp.br/nee/art4.htm</a>. Acesso em: 06 out. 2012.
- 118. CERVO, Amado Luiz. Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Editora Saraiva, 2007.
- 119. CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. São Paulo: Editora Ática SA, 1992.
- 120. COELHO, Edmundo Campos. Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Ed Record, 2000.
- 121. COLBY, Gerard; DENNETT, Charlotte. Seja feita a vossa vontade: a conquista da Amazônia: Nelson Rockefeller e o evangelismo na idade do petróleo. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- 122. COLLYER, Fernando. **A farsa da preservação da Amazônia**. Manaus: Calderaro, 1992.
- 123. \_\_\_\_\_. As fraudes ecológicas na Amazônia. Manaus: Lorena, 2004.
- 124. COMBLIN, P. Joseph. A ideologia da Segurança Nacional o poder militar na América Latina. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- 125. CORBISIER, Roland. **JK e a luta pela presidência**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1976.
- 126. COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política e Geopolítica: Discursos sobre o Território e o Poder**. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- 127. \_\_\_\_\_. **O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2000.
- 128. COSTA SILVA, Marcelle Ivie da. **Amazônia e Política de Defesa no Brasil (1985-2002)**. Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual de Campinas UNICAMP. Campinas, 2004.

- 129. . Amazônia e Política de Defesa no Brasil após o Regime Militar: o papel do Programa Calha Norte e do SIVAM-SIPAM. In: VAZ, Alcides Costa; SANTOS, Haroldo Eurico Amora dos; MOREIRA, Felipe Kern (Orgs.). Amazônia: discursos e realidades. Boa Vista: Editora da UFRR, 2008. 130. CPDOC/FGV. Arquivo Ernani do Amaral Peixoto. Exposição do Presidente da República às Forças Armadas sobre a Operação Pan-Americana. Rio de Janeiro, 1958. 131. . Arquivo Luiz Simões Lopes. **Aliança para o progresso : discurso** pronunciado pelo Presidente John F. Kennedy na Casa Branca, a 13 de março de 1961, durante a recepção aos representantes da América Latina. Rio de Janeiro, 1961. 132. CRUZ, Manoel Montenegro. Política externa e Cooperação Amazônica. 60 Anos Política Externa, IV Seminário Nacional, Brasília, 1993. 133. CUNHA. Euclides da. À margem da história. 1922. Disponível em: <www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000019.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2011. 134. . Um paraíso perdido: reunião de ensaios amazônicos. Brasília: Editora do Senado Federal, 2000. (Coleção Brasil 500 anos). 135. CURADO, Pedro Rocha Fleury. O Estado brasileiro e a integração física e produtiva da Amazônia continental (1996-2006). Dissertação (Mestrado) -
- 136. D'ARAÚJO, Maria Celina. Amazônia e desenvolvimento à luz das

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro, 2010.

- políticas governamentais: a experiência dos anos 50. Disponível em:<a href="http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\_00\_19/rbcs19\_05.htm">http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\_00\_19/rbcs19\_05.htm</a> >. Acesso em: 20 maio 2008.
- 137. DEAN, Warren. A luta pela borracha no Brasil. São Paulo: Nobel, 1989.
- 138. DINIZ, Bernardo Palhares Campolina. **O grande cerrado do Brasil central: geopolítica e economia**. Tese (Doutorado) Universidade de São Paulo USP. São Paulo, 2006.
- 139. DINIZ, Eugênio. O projeto Calha Norte: antecedentes políticos. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 1994.

- 140. DOCKHORN, Gilvan Veiga. **Quando a ordem é segurança e o progresso é desenvolvimento (1964-1974)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- 141. DREIFUSS, René Armand; DULCI, Otávio Soares. As Forças Armadas e a política. In. SORJ, Bernardo; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. **Sociedade e política no Brasil Pós-64**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- 142. EGLER, Cláudio Antônio Gonçalves. **Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento: prováveis impactos ambientais**. 1999. Disponível em: <a href="http://www.laget.igeo.ufrj.br/egler/pdf/eixos.pdf">http://www.laget.igeo.ufrj.br/egler/pdf/eixos.pdf</a>>. Acesso em: 10 maio 2013.
- 143. EISENHOWER, Milton S. A Aliança para o Progresso: raízes históricas. In. DREIER, John C. (Org.) **A Aliança para o Progresso: problemas e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura SA, 1962.
- 144. FACHIN, Odília. Fundamentos de Metodologia. São Paulo: Saraiva, 2001.
- 145. FARIAS, Osvaldo Cordeiro de. Discurso de encerramento do Curso Superior de Guerra. Rio de Janeiro, 1950. Escola Superior de Guerra – ESG.
- 146. FERNANDES, José Pedro Teixeira. A geopolítica clássica revisitada. In. **Revista Nação e Defesa**. n. 105. Lisboa: Instituto de Defesa nacional, 2003.
- 147. FERREIRA, Maria Liege Freitas. Estado Novo e ocupação da Amazônia: uma abordagem geopolítica. **Raízes Revista de Ciências Sociais e Econômicas**. v. 20. n. único. 2001.
- 148. FICO, Carlos. O golpe de 1964 e o papel do governo dos EUA. In. FICO, Carlos; ARAÚJO, Maria Paula; FERREIRA, Marieta de Moraes; QUADRAT, Samantha Viz. (Org.). Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: Ed FGV, 2008.
- 149. FINER, Samuel E. **The man on horseback: the role of the military in politics**. 9. ed. New Jersey: Transaction Publishers, 2009.
- 150. FONSECA, Leopoldo Nery. **Geopolítica**. Rio de Janeiro: Bedeschi, 1940.
- 151. FRAGOSO, Augusto. **A ESG: origem, evolução e posição atual**. Rio de Janeiro: FGV, 1971.

- 152. FREGAPANI, Gélio. **Amazônia: A grande cobiça internacional**. Brasília, DF: Thesaurus, 2000.
- 153. FREITAS, Jorge Manoel da Costa. **A escola geopolítica brasileira**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2004.
- 154. GARFIELD, Seth. A Amazônia no imaginário norte-americano em tempo de guerra. In: **Revista Brasileira de História**. v. 29, n. 57. São Paulo: 2009.
- 155. GLASSNER, Martin Ira; BLIJ, Harm J. de. The geopolitical view. In. HURSCH, James A. (Org.). Theories of International Relations. Washington: Institute of Higher Defense Studies National Defense University, 1990.
- 156. GORDON, Abraham Lincoln. **O progresso pela Aliança**. Rio de Janeiro: Record Editora, 1962.
- 157. GUERREIRO, Ramiro Saraiva. Palestra na Escola Superior de Guerra. In. Resenha de Política Exterior do Brasil abr/mai/jun 1984, n. 42. Brasília: MRE, 1984.
- 158. HAYES, Robert A. **Nação Armada: a mística militar brasileira**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1991.
- 159. HUGO, Vítor. **Desbravadores: minha presença em Rondônia**. v. 3. Porto Velho: ABG, 1998.
- 160. HUNTINGTON, Samuel P. O soldado e o estado: teoria e política das relações entre civis e militares. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.
- 161. IANNI, Otávio. O ciclo da revolução burguesa. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.
- 162. JANOWITZ, Morris. **O soldado profissional: um estudo social e político**. Rio de Janeiro: GRD, 1967.
- 163. \_\_\_\_\_. The military in the political development of new nations: an essay in comparative analysis. Chicago: Chicago University Press, 1965.

- 164. KOSHIBA, Luiz; PEREIRA, Denise Manzi Frayze. **História do Brasil**. 7 ed. São Paulo: Atual, 1996.
- 165. LIMA, General Afonso Augusto de Albuquerque. A participação do Ministério do Interior no desenvolvimento e na ocupação da Amazônia. In. **Problemática da Amazônia**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. 1971.
- 166. LOSANO, Mario Giusepe. A geopolítica, da Alemanha nacional-socialista à América Latina: os casos da Argentina e do Brasil. In **Revista Verba Júris**, a. 4, n. 4. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba UFPB, 2005. Disponível em: <a href="http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/vj/article/view/14811/8372">http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/vj/article/view/14811/8372</a>>. Acesso em: 10 mar. 2014.
- 167. LOURENÇÃO, Humberto José. A defesa nacional e a Amazônia: o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM). Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual de Campinas UNICAMP. Campinas, 2003.
- 168. \_\_\_\_\_. Forças Armadas e Amazônia (1985 a 2006). Tese (Doutorado) Universidade Estadual de Campinas UNICAMP. Campinas, 2007.
- 169. MACEDO, Tibério Kimmel de. **Eles não viveram em vão: a saga dos pioneiros do Batalhão dos Ermos e dos "Sem Fim"**. Porto Alegre: Edições EST, 2003.
- 170. MAHAN, Alfred Thayer. **The influence of sea power upon history: 1660-1805.** Hong Kong: Prentice-Hall Inc, 1984.
- 171. MAFRA, Roberto Machado de Oliveira. **Geopolítica: introdução ao estudo**. São Paulo: Sicurezza, 2006.
- 172. MAHAR, Dennis J. **Desenvolvimento econômico da Amazônia: uma análise das políticas governamentais**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1978.
- 173. MALAN, Alfredo Souto. Os Batalhões de Engenharia de Construção na Amazônia. Brasília, DF: Diretoria Geral de Engenharia e Comunicações, 1967.
- 174. MARCHI, Carlos. Alterações tornaram o texto brando. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 5, 1º caderno, 04 julho 1978.

- 175. MARQUES, Adriana Aparecida. **Concepções de defesa nacional no Brasil: 1950-1996.** Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual de Campinas UNICAMP. Campinas, 2001.
- 176. MARTINS, Marseno Alvim. **A Amazônia e nós**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1971.
- 177. MATTOS, Carlos de Meira. **A geopolítica e as projeções de poder**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército,1977.
- 178. \_\_\_\_\_. **Brasil, geopolítica e destino**. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio,1975.
- 179. \_\_\_\_\_. **Geopolítica e modernidade: a geopolítica brasileira**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.
- 180. \_\_\_\_\_. **Geopolítica e trópicos**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército,1984.
- 181. \_\_\_\_\_. Uma geopolítica pan-amazônica. Rio de Janeiro: INL, 1980.
- 182. MATTOS, Luís Carlos Gomes. O Exército Brasileiro na defesa da soberania na Amazônia. In. Seminário de Segurança da Amazônia. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Assuntos Estratégicos, 2012.
- 183. MCCAN, Frank D. Soldiers of the pátria: a history of the Brazilian Army, 1889-1937. Stanford: Stanford University Press, 2004.
- 184. MCNAMARA, Robert S. **A essência da segurança**. São Paulo: IBRASA, 1968.
- 185. MELLO, Leonel Itaussu Alemida. **Quem tem medo de geopolítica?** São Paulo: Ed HUCITEC/Edusp, 1999.
- 186. MELLO, Neli Aparecida de. **Políticas territoriais na Amazônia**. São Paulo: Annablume, 2006.
- 187. MENDES, Ricardo Antônio Souza. Direitas, desenvolvimentismo e o movimento de 1964. In. MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. (Org.). **Democracia e ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2006.

- 188. MONTEIRO, Lício Caetano do Rego. O Programa Calha Norte: redefinição das políticas de segurança e defesa nas fronteiras internacionais Revista Amazônia Brasileira **Estudos** da brasileira. ln. de Regionais, 2. 2011. Disponível е ٧. 13, n. <a href="http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/view/398/374">http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/view/398/374</a>. Acesso em: 17 abr. 2013.
- 189. MONTEIRO, Maurílio de Abreu; COELHO Maria Célia Nunes. As políticas federais e reconfigurações espaciais na Amazônia. In. Novos cadernos NAEA, v. 7, n. 1. Belém: Editora NAEA, 2004.
- 190. MONTEIRO, Pedro Aurélio de Góes. **A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército**. Rio de Janeiro: Adersen-Editores, 1932.
- 191. MORAES, Antônio Carlos Robert (1995). Ratzel. São Paulo: Editora Ática.
- 192. MORGENTHAU, Hans J. A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz. Brasília: IPRI, 2003.
- 193. MOURA, Gerson. Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- 194. MUNDIM, Luiz Felipe Cézar. Juarez Távora e Golbery do Couto e Silva: Escola Superior de Guerra e a organização do Estado brasileiro (1930-1960). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás – UFG. Goiânia, 2007.
- 195. MYIAMOTO, Shiguenoli. A política brasileira de defesa e segurança: algumas considerações. In: PINTO, J. R. de Almeida; ROCHA, A. J. Ramalho da; SILVA, R. Doring Pinho da. (Orgs). **O Brasil no cenário internacional de defesa e segurança**. v. 2. Brasília: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e de Cooperação, 2004.
- 196. \_\_\_\_\_. Geopolítica e poder no Brasil. Campinas: Papirus, 1995.
- 197. NASCIMENTO, Durbens Martins. Projeto Calha Norte: a Amazônia segundo a política de defesa nacional. In. CASTRO, Celso. (Org). **Amazônia e defesa nacional**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.
- 198. \_\_\_\_\_. Projeto Calha Norte: política de defesa nacional e segurança hemisférica na governança contemporânea. Tese (Doutorado) Universidade Federal do Pará UFPA. Belém, 2005.

- 199. NASCIMENTO, Mariana Rodrigues do. O papel geopolítico da Amazônia brasileira e sua inserção nas políticas voltadas à segurança nacional: uma uma análise dos documentos oficiais de defesa e das políticas de controle territorial. Dissertação (Mestrado) Universidade de São Paulo USP. São Paulo, 2013
- 200. NASCIMENTO, Messias Luiz do; SÁ, Alcindo José de. 5º Pelotão Especial de Fronteira Territorialidades e temporalidades na "Cabeça do Cachorro" AM. In. Revista Científica do Departamento de Ciências Geográficas da Universidade Federal de Pernambuco UFPE, v. 23, n. 2, 2006. Disponível em: <a href="http://www.revista.ufpe.br/revistageografia/index.php/revista/article/view/70/30">http://www.revista.ufpe.br/revistageografia/index.php/revista/article/view/70/30</a>>. Acesso em: 30 abr. 2013.
- 201. NERY DA SILVA, Geraldo Luiz; VANDELLI, Nelsimar Moura. Calha Norte A Fronteira do Futuro. In. MONTEIRO, Edson (Org.). Amazônia I Coletânea VI do NEEMA Núcleo de Estudos Estratégicos Mathias de Albuquerque Movimento Nativista . Rio de Janeiro: Editora Tauari Ltda, 1999.
- 202. NETO, Miranda. **O Dilema da Amazônia**. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1979.
- 203. NOLLI, Joana D'Arc Moreira; CESÁRIO, Ana Cleide C. Os sentidos do discurso político de JK. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 9, n. 2. Londrina: Universidade Estadual de Londrina UEL, 2004.
- 204. OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)**. Petrópolis: Vozes, 1976.
- 205. OLIVEIRA, Francisco de. A reconquista da Amazônia. In: D'INCAO, Maria Ângela; SILVEIRA, Isolda Maciel (Org). **A Amazônia e a crise de modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.
- 206. OLIVEIRA, Juscelino Kubitscheck de. **Discursos proferidos no terceiro ano do mandato presidencial (1958).** Rio de Janeiro: Departamento da Imprensa Nacional, 1959.
- 207. \_\_\_\_\_. No Clube Ideal, sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia. In. PINTO, Luíza Helena Nunes. (Org). Discursos selecionados do Presidente Juscelino Kubitscheck. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

- 208. PEDRETI, Julio César Marrocos. A geopolítica de afirmação nacional e integração regional e a política externa brasileira. Monografia Escola de Guerra Naval EGN. Rio de Janeiro, 2007.
- 209. PEREIRA, Antônio Carlos. Aspectos totalizantes da Doutrina de Segurança Nacional. In. SELCHER, Wayne A. (Org.). **Política e estratégia**. São Paulo: Ed Convívio, v. VI, n. 2, abr./jun. 1988.
- 210. PEREIRA, Daline Vinhal. **Um olhar sobre o Projeto Rondon e a dimensão ambiental**. Dissertação (Mestrado) Universidade de Brasília UNB. Brasília-DF, 2009.
- 211. PILETTI, Felipe José. **Segurança e defesa da Amazônia: o Exército Brasileiro e as ameaças não-tradicionais**. Dissertação (Mestrado) —
  Universidade Federal do Rio Grande do Sul UFRGS. Porto Alegre, 2008.
- 212. PINTO, General Lauro Alves. A participação das Forças Armadas na ocupação da Amazônia. In. **Problemática da Amazônia**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1971.
- 213. \_\_\_\_\_. **GEF, Fator de integração da Amazônia**. Manaus: Editora Sérgio Cardoso, 1966.
- 214. PRATES, Marcelo de Carvalho. **PCH na Amazônia**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por: <ronypc21@gmail.com> em 30 maio 2013.
- 215. RAMOS, Pedro Paulo Leoni. Amazônia: uma área crítica da estratégia nacional. A Amazônia brasileira – Simpósio CEBRES – ECEME. Rio de Janeiro: Parque de Material Eletrônico da Aeronáutica, 1991.
- 216. REBELO, Darino Castro. **Transamazônica, integração em marcha**. Rio de Janeiro: Ministério dos Transportes, 1973.
- 217. REIS, Arthur Cezar Ferreira. **A Amazônia e a cobiça internacional**. Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora, 1968.
- 218. \_\_\_\_\_. **A Amazônia e a integridade do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2001.
- 219. \_\_\_\_\_. A Amazônia e os problemas da projeção internacional do Brasil. In. **Problemática da Amazônia**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1971.

220. . Temas amazônicos. Manaus: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 1983. 221. RESENDE, Eliseu. O Papel de Rodovia no Desenvolvimento da Amazônia. In. TAMER, Alberto. Transamazônica, solução para 2001. Rio de Janeiro: APEC Editora, 1970. 222. RIBEIRO, José Mateus Teixeira. Acervo de obras realizadas pelo 5º e 6º Batalhões de Engenharia de Construção. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por: <ronypc21@gmail.com> em 18 maio 2010. 223. RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. A questão geopolítica da Amazônia: da soberania difusa à soberania restrita. Brasília: Senado Federal, 2005. 224. RIBEIRO, Ricardo Allagio. A Aliança para o Progresso e as relações Brasil-Estados Unidos. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Campinas, 2006. 225. A Engenharia Militar no Brasil. Dissertação (Mestrado) -Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Campinas, 1999. 226. RICARDO, Cassiano. A marcha para o oeste (A influência da "bandeira" na formação social e política do Brasil). v. 2. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1942. 227. RICUPERO, Rubens. Cooperação Regional na Amazônia. In. Câmara dos Deputados. Valores e rumos do mundo ocidental - Il painel de Assuntos internacionais realizado pela comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, no período de 12 a 27 de outubro de 1977. Brasília, DF: Centro de documentação e informação, 1978. 228. RODRIGUES, Lysias Augusto. Geopolítica do Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1947.

229. Os grandes problemas nacionais. A defesa nacional. Rio de

230. ROUQUIÉ, Alain. O estado militar na América Latina. São Paulo: Editora

Janeiro, n. 447, 1951.

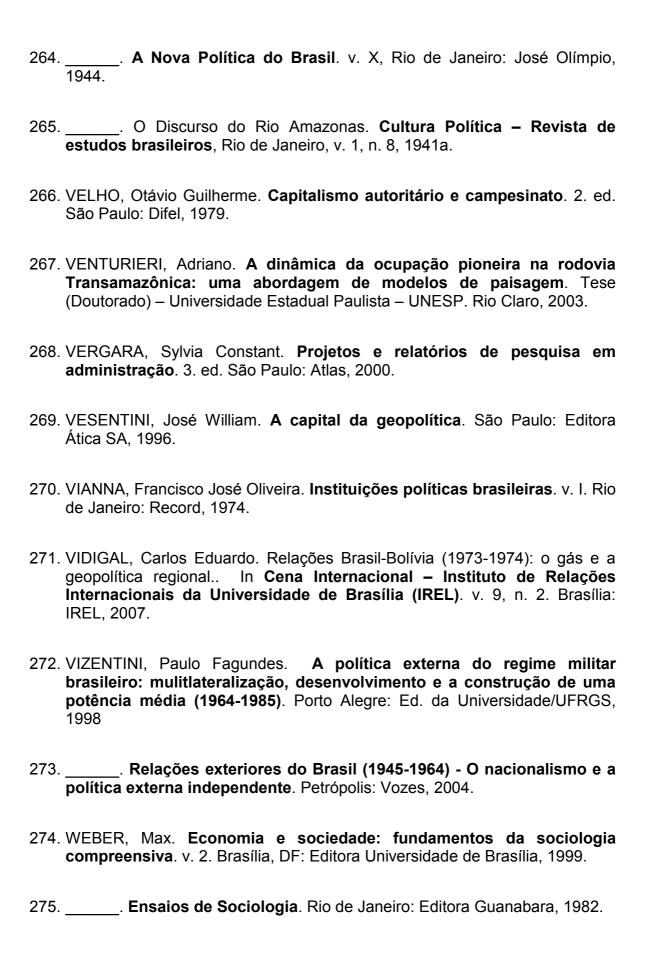
Alfa-Omega, 1984.

- 231. SILVA, Antenor Alves. **O reordenamento territorial da Amazônia brasileira sob a perspectiva da doutrina de segurança nacional**. Dissertação (Mestrado) Fundação Universidade Federal de Rondônia UNIR. Porto Velho, 2011.
- 232. SILVA, Golbery do Couto e. **Geopolítica e poder**. Rio de Janeiro: UniverCidade, 2003.
- 233. \_\_\_\_\_. Conjuntura política nacional: o Poder Executivo e geopolítica do Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.
- 234. SILVA, Hélio. **1945: Por que depuseram Vargas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- 235. SILVA, José Guilherme Carvalho da. **A integração Sul-Americana e o Brasil: o protagonismo brasileiro na implementação da IIRSA**. Monografia (Especialização). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Universidade Federal do Pará –UFPA. Belém, 2004.
- 236. SILVA, Suely Braga da. O Brasil de JK 50 anos em 5: o Plano de Metas. 2002. Disponível em: <a href="http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/Plano">http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/Plano</a> de Metas>. Acesso em: 18 maio 2010.
- 237. SILVA, Vicente Gil da. A Aliança para o Progresso: de propaganda anticomunista a instrumento de intervenção política (1961-1964).

  Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Rio Grande do Sul UFRGS. Porto Alegre, 2008.
- 238. SILVEIRA, Antônio Azeredo da. Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores no Palácio Itamaraty, em 28 de novembro de 1977, por ocasião da sessão de abertura da Primeira Reunião Preparatória sobre Cooperação Multilateral na Região Amazônica. In **Resenha de Política Exterior do Brasil, n. 15**. Brasília: MRE, 1977a.
- 239. \_\_\_\_\_. Entrevista do Ministro de Estado das Relações Exteriores ao Programa Painel, da Rede Globo de Televisão, em 1° de dezembro de 1977. In. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, **n. 15**. Brasília: MRE, 1977b.
- 240. SOARES, Teixeira Álvaro. Amazônia: imperativo da política de densificação econômica. In **Revista Brasileira de Política Internacional, n. 12, out/nov/dez, 1960**. Brasília: IBRI, 1960.

- 241. SOUZA, João Mendonça. **A Manaus-Boa Vista (Roteiro Histórico)**. Manaus: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 1977.
- 242. STEIMAN, Rebeca. A geografia das cidades de fronteira: um estudo de caso de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia). Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Rio de Janeiro UFRJ. Rio de Janeiro. 2002.
- 243. STEPAN, Alfred. Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.
- 244. SVARTMAN, Eduardo Munhoz: Guardiões da Nação: formação profissional, experiências compartilhadas e engajamento político dos generais de 1964. Tese (Doutorado) Universidade Federal do Rio Grande do Sul UFRGS. Porto Alegre, 2006.
- 245. TAVARES, Aurélio de Lyra. **O Exército Brasileiro visto por seu Ministro**. Entrevista. Recife: Imprensa Universitária UFPE, 1968.
- 246. \_\_\_\_\_. Plano de Ação do Exército. In **Revista Cultura Militar** nº 211. Estado-Maior do Exército. Brasília, DF: 1967.
- 247. TÁVORA, Juarez. A segurança nacional, a política e a estratégia: conceituações e inter-relações. Conferência. Rio de Janeiro, 1953. Escola Superior de Guerra ESG.
- 248. \_\_\_\_\_. **A segurança nacional e a ESG**. Conferência. Rio de Janeiro, 1954. Escola Superior de Guerra ESG.
- 249. \_\_\_\_\_. Uma vida e muitas lutas. Memórias. 2. v. A caminhada do altiplano. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1976.
- 250. TEIXEIRA DA SILVA, Alberto. **A OTCA e a governança da Amazônia continental**. 2006. Disponível em: <a href="http://cienciapolitica.servicos.ws/abcp/cadastro/atividade/arquivos/21\_7\_2006\_17\_26\_14.pdf">http://cienciapolitica.servicos.ws/abcp/cadastro/atividade/arquivos/21\_7\_2006\_17\_26\_14.pdf</a>. Acesso em: 06 out. 2012.
- 251. TILIO NETO, Petrônio de. Soberania e ingerência na Amazônia brasileira. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 2003.

252. TORRES, Alberto. A organização nacional. Brasília: Editora da UnB, 1982a. 253. O problema nacional brasileiro: introdução a um programa de organização nacional. Brasília: Editora da UnB, 1982b. 254. TOSTA, Octávio. Teorias geopolíticas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984. 255. TRAVASSOS, Mário. Projeção continental do Brasil. 4. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947. 256. TREVISAN, Leonardo. O que todo cidadão precisa saber sobre o pensamento militar brasileiro. 2. ed. São Paulo: Global, Cadernos de Educação Política, 1987. 257. UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Apresentação de trabalhos monográficos de conclusão de cursos. 9. ed. rev. ampl. ABREU, Estela dos Santos; TEIXEIRA, José Carlos Abreu. Niterói: EdUFF, 2007. 258. URÁN, Ana Maria Bidegain de. Nacionalismo, militarismo e dominação na América Latina. Petrópolis: Vozes, 1987. 259. USA - Headquarters, Department of the Army. FM 41-10: Civil Affairs **Operations**. Washington DC: Department of the Army Field Manual, 1962. 260. . - State Department. US military aid policy toward non-NATO countries. In Foreign relations of the United States, 1961-1963. v. IX. Doc. 84, 1961. 261. VALENTE, Maury Gurgel. A Amazônia brasileira e as outras amazônias. In. Problemática da Amazônia. Rio de Janeiro: Bibliex, 1971. 262. VARGAS, Getúlio D. A Nova Política do Brasil. v. VII. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1940. 263. \_\_\_\_\_. A Nova Política do Brasil. v. VIII, Rio de Janeiro: José Olímpio,



## Apêndice A – Acervo de obras dos Batalhões de Engenharia de Construção na Amazônia Ocidental durante o Regime Militar (1964-1985)

#### 5º Batalhão de Engenharia de Construção<sup>32</sup>

- a implantação da BR-364 no trecho de Porto Velho/RO a Manoel Urbano/AC (MACEDO, 2003, p. 760);
- a implantação da BR-319 em Rondônia no trecho Abunã-Guajará Mirim (MACEDO, 2003, p. 760);
- a instalação do primeiro britador da Amazônia Ocidental, uma vez que a brita e a pedra de mão, insumos essenciais para as obras de concretagem, eram praticamente inexistentes em Porto Velho (MACEDO, 2003, p. 391);
- a construção do sistema de captação, tratamento e distribuição de água de Porto Velho-RO, conforme transcrito no Boletim Interno (BI) Nr 102, de 30 de maio de 1967, do 5º BEC, referente ao convênio assinado entre o Ministério do Exército e o Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS);
- a construção de 80 residências em Porto Velho e 25 em Rio Branco/AC para atender as necessidades dos funcionários do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE), conforme transcrito no BI Nr 13, de 17 de janeiro de 1968, referente ao convênio assinado entre o 5º BEC e aquele órgão (MACEDO, 2003, p. 760);
- a construção de edificações civis, fundações para antenas parabólicas e vias de acesso integrantes das Estações Repetidoras e Terminais dos Troncos de Microondas em tropodifusão Campo Grande-Rio Branco-Porto Velho, conforme transcrito no Boletim Interno Nr 16, de 20 de janeiro de 1970, referente ao convênio assinado entre a Diretoria de Obras de Cooperação (DOC), representando o Ministério do Exército e a Empresa Brasileira de Telecomunicações (EMBRATEL). Segundo Macedo (2003, p. 672-673) tratava-se do primeiro grande passo para a retirada da Amazônia da "pré-história" em matéria de comunicações;

\_

O asterisco entre parênteses diz respeito às obras informadas pelo então Tenente-Coronel Mateus, Comandante do 6º BEC, em Boa Vista/Roraima mas que servira no 5º BEC em Porto Velho/RO nos anos de 1997 e 1998. Conforme: RIBEIRO, José Mateus Teixeira. **Acervo de obras realizadas pelo 5º e 6º Batalhões de Engenharia de Construção**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por: <ronypc21@gmail.com> em 18 maio 2010.

- a construção da Agência da Capitania dos Portos de Porto Velho, em convênio com o então Ministério da Marinha (MACEDO, 2003, p. 680);
- a construção do Centro Médico da Amazônia (Laboratório de Produtos Farmacêuticos e Centro de Pesquisas de Doenças Tropicais) nas próprias instalações do 5º BEC (MACEDO, 2003, p. 672);
- a implantação do Campus Avançado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, embrião da futura Universidade de Rondônia, nos pavilhões do Centro Médico da Amazônia, na área do 5º BEC (MACEDO, 2003, p. 672);
- a construção do próprio aquartelamento do 5º BEC em Porto Velho (MACEDO, 2003, p. 760);
- a construção da variante que dá acesso à Hidrelétrica de Samuel(\*);
- a implantação da BR-230 nos trechos Humaitá-Lábrea e Humaitá-Sena Madureira-Feijó(\*);
- a construção de estradas vicinais nas Colônias Paulo de Assis Ribeiro (133 km)
   e Sidnei Girão (88 km) e nas cidades de Urupá (232 km) e Machadinho do Oeste (203,6 km)(\*);
- a ampliação do pátio de estacionamento de aeronaves, regularização dos acostamentos e drenagem superficial da pista de pouso do Aeroporto de Porto Velho(\*);
- a construção do Campus avançado das escolas reunidas do Complexo Universitário de Bauru em Humaitá/AM(\*);
- a construção do 54° Batalhão de Infantaria de Selva em Humaitá, às margens da BR-319 no estado do Amazonas(\*);
- a construção de residências, escola e um posto de saúde em Urupá/RO(\*).

### 6º Batalhão de Engenharia de Construção33

- a implantação da BR-174, ligando Manaus Pacaraima (fronteira com a Venezuela), passando por Boa Vista e perfazendo um total de 971 km;
- a implantação da BR-401, Boa Vista Normandia Bonfim (fronteira com a Guiana) e perfazendo um total de 202 km;

<sup>&</sup>lt;sup>33</sup> Conforme: RIBEIRO, José Mateus Teixeira. **Acervo de obras realizadas pelo 5º e 6º Batalhões de Engenharia de Construção**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por: <ronypc21@gmail.com> em 18 maio 2010. Naquela ocasião o então Tenente-Coronel Mateus era o Comandante do 6º BEC, em Boa Vista/Roraima.

- a construção da Rodovia dos Macuxis RR-6 (Fazenda Milagres-Surumu) com a extensão de 26,48 km;
- a construção das próprias instalações do 6º BEC;
- a construção das instalações do aquartelamento do 2º Batalhão Especial de Fronteira;
- a construção dos Pelotões Especiais de Fronteira de Bonfim, Normandia e Pacaraima:
- obras para a instalação da EMBRATEL: casa de funcionários, casa de geradores e pavilhão da administração;
- a construção de 15 casas na vila do IPASE;
- a terraplenagem para a implantação da Base Aérea de Boa Vista;
- a construção de 07 campos de pouso ao longo do eixo da BR-174;
- a construção do pavilhão e alojamento da Escola de Formação de Polícia Militar de Roraima;
- a construção das instalações da Superintendência Nacional de Abastecimento em Boa Vista:

#### 7º Batalhão de Engenharia de Construção<sup>34</sup>

- a construção da infraestrutura do Aeroporto Internacional de Cruzeiro do Sul;
- a implantação da BR-364 no trecho de Cruzeiro do Sul Igarapé Macapá em Manuel Urbano (trecho coincidente com a BR-230, Transamazônica), com 395 km de extensão;
- a implantação da BR-307, Perimetral Norte, no trecho de Cruzeiro do Sul Benjamim Constant, subtrecho Cruzeiro do Sul–Rio Ipixuna com 135 km de extensão;
- a construção do posto de vigilância de Vila Amônia, às margens do rio Juruá, na fronteira com o Peru:
- a implantação da estrada que liga a 1ª Companhia Especial de Fronteira em Estirão do Equador à pista de pouso da localidade, com a extensão de 6,9 km;
- a construção da infraestrutura do Terminal da Petrobrás em Cruzeiro do Sul;

<sup>&</sup>lt;sup>34</sup> Acervo descrito em BRASIL, Exército Brasileiro. Revista 7º BE Cnst – Batalhão Barão do Rio Branco – 34 anos de História. Manaus, AM: Gráfica e Editora Floresta, 2003.

- a construção da sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em Cruzeiro do Sul;
- a implantação de Projetos de Assentamentos em convênio com o INCRA/AC nas localidades de Cruzeiro do Sul, Rio Branco, Sena Madureira e Brasiléia.

#### 1º Batalhão de Engenharia de Construção<sup>35</sup>

- a implantação da BR-307 ligando Cucuí/AM a São Gabriel da Cachoeira/AM;
- a construção do próprio aquartelamento do 1º BEC em São Gabriel da Cachoeira/AM;
- a construção de instalações da Comissão de Aeroportos da Amazônia (COMARA) da Força Aérea Brasileira (FAB).

<sup>&</sup>lt;sup>35</sup> Acervo descrito em BRASIL, Exército Brasileiro. Companhia de Engenharia de Construção, 21. **Construindo cidadania**. São Gabriel da Cachoeira, 2005. 1 CD-ROM.

## Apêndice B – Articulação das Organizações Militares do Exército Brasileiro na Amazônia Ocidental, após o advento do Programa Calha Norte

- a. Implantação da 1ª Brigada de Infantaria de Selva criada em 13 de novembro de 1991, por transferência para Boa Vista/RR da 1ª Brigada de Infantaria Motorizada (Petrópolis/RJ), possui as seguintes Organizações Militares Subordinadas<sup>36</sup>:
- Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva (\*) Boa Vista;
- Companhia de Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva (\*) Boa Vista;
- 1º Batalhão de Infantaria de Selva (Aeromóvel) Manaus;
- Comando de Fronteira Roraima e 7º Batalhão de Infantaria de Selva Boa Vista;
- 10° Grupo de Artilharia de Campanha de Selva (\*) Boa Vista;
- 12º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado Boa Vista;
- 1º Pelotão de Comunicações de Selva (\*) Boa Vista;
- 32º Pelotão de Polícia do Exército (\*) Boa Vista;
- -1<sup>a</sup> Base Logística (\*) Boa Vista.

Diretamente subordinados ao Comando de Fronteira Roraima e 7º Batalhão de Infantaria de Selva, encontram-se desdobrados no terreno os PEF abaixo relacionados<sup>37</sup>, todos localizados no estado de Roraima:

1º PEF – situado na região de Bonfim (fronteira com a Guiana);

2º PEF – situado na região de Normandia (fronteira com a Guiana);

3º PEF – situado na região de Pacaraima, (fronteira com a Venezuela);

4º PEF – situado na região de Surucucu (fronteira com a Venezuela);

5º PEF – situado na região de Auaris (fronteira com a Venezuela);

6º PEF – situado na região de Uiramutã (fronteira com Guiana e Venezuela).

b. Implantação da 2ª Brigada de Infantaria de Selva – criada em 05 de outubro de 1998, por transferência para São Gabriel da Cachoeira/AM da 2ª Brigada de

Os três primeiros eram destacamentos (até 20 homens) antes de 1985 e evoluíram para PEF, junto aos demais que foram criados na esteira do PCN.

\_

O asterisco entre parênteses mostra todas as OM que foram criadas na esteira do PCN. As demais foram inteiramente revitalizadas.

Infantaria Motorizada (Niterói/RJ), possui as seguintes Organizações Militares Subordinadas<sup>38</sup>:

- Comando da 2ª Brigada de Infantaria de Selva (\*) São Gabriel da Cachoeira;
- Companhia de Comando da 2ª Brigada de Infantaria de Selva (\*) São Gabriel da Cachoeira:
- 3º Batalhão de Infantaria de Selva (\*) Barcelos (AM);
- Comando de Fronteira Rio Negro e 5º Batalhão de Infantaria de Selva São Gabriel da Cachoeira;
- 2º Pelotão de Comunicações de Selva (\*) São Gabriel da Cachoeira;
- 22º Pelotão de Polícia do Exército (\*) São Gabriel da Cachoeira.

Diretamente subordinados ao Comando de Fronteira Rio Negro e 5º Batalhão de Infantaria de Selva, encontram-se desdobrados no terreno os PEF abaixo relacionados<sup>39</sup>, todos localizados no estado do Amazonas:

- 1º PEF situado na região de Yauaretê (fronteira com a Colômbia);
- 2º PEF situado na região de Querari (fronteira com a Colômbia);
- 3º PEF situado na região de São Joaquim (fronteira com a Colômbia);
- 4º PEF situado na região de Cucuí (fronteira com a Venezuela);
- 5º PEF situado na região de Maturacá (fronteira com a Venezuela);
- 6º PEF situado na região de Pari-Cachoeira (fronteira com a Colômbia);
- 7º PEF situado na região de Tunuí (fronteira com a Colômbia).
- c. Implantação da 16ª Brigada de Infantaria de Selva criada em 08 de julho de 1992, por transferência para Tefé/AM da 16ª Brigada de Infantaria Motorizada (Santo Ângelo/RS), possui as seguintes Organizações Militares Subordinadas<sup>40</sup>:
- Comando 16<sup>a</sup> Brigada de Infantaria de Selva (\*) Tefé;
- Companhia de Comando da 16ª Brigada de Infantaria de Selva (\*) Tefé;
- Comando de Fronteira Solimões e 8º Batalhão de Infantaria de Selva -Tabatinga (AM);
- 17º Batalhão de Infantaria de Selva (\*) Tefé;

<sup>&</sup>lt;sup>38</sup> O asterisco entre parênteses mostra todas as OM que foram criadas na esteira do PCN. As demais foram inteiramente revitalizadas.

Os quatro primeiros eram destacamentos (até 20 homens) antes de 1985 e evoluíram para PEF, junto aos demais que foram criados na esteira do PCN.

O asterisco entre parênteses mostra todas as OM que foram criadas na esteira do PCN. As demais foram inteiramente revitalizadas.

- 61º Batalhão de Infantaria de Selva (\*) Cruzeiro do Sul (AC);
- 16º Pelotão de Comunicações de Selva (\*) Tefé;
- 34º Pelotão de Polícia do Exército (\*) Tefé;
- 16ª Base Logística (\*) Tefé

Diretamente subordinados ao Comando de Fronteira Solimões e 8º Batalhão de Infantaria de Selva, encontram-se desdobrados no terreno 04 PEF<sup>41</sup>, todos localizados no estado do Amazonas. Em condições semelhantes, o 61º BIS enquadra 02 Destacamentos (Dst)<sup>42</sup> localizados no estado do Acre. Embora possuam menor efetivo e uma estrutura mais limitada, procuram cumprir as mesmas missões destinadas a um PEF:

- 1º PEF situado na região de Palmeiras do Javari (fronteira com o Peru);
- 2º PEF situado na região de Ipiranga (fronteira com a Colômbia);
- 3º PEF situado na região de Vila Bittencourt (fronteira com a Colômbia);
- 4º PEF situado na região de Estirão do Equador (fronteira com o Peru);

Dst de Marechal Thaumaturgo às margens do Rio Juruá no sudoeste do Acre; Dst de São Salvador às margens do Rio Moa no noroeste do Acre.

- d. Reestruturação da 17ª Brigada de Infantaria de Selva única das 04 Brigadas da Amazônia Ocidental já existente antes da criação do PCN, a 17ª Bda Inf SI possui as seguintes Organizações Militares Subordinadas<sup>43</sup>:
- Comando da 17ª Brigada de Infantaria de Selva Porto Velho;
- Companhia de Comando da 17ª Brigada de Infantaria de Selva Porto Velho;
- Comando de Fronteira Acre e 4º Batalhão de Infantaria de Selva Rio Branco;
- Comando de Fronteira Rondônia e 6º Batalhão de Infantaria de Selva Guajará-Mirim (RO);
- 54° Batalhão de Infantaria de Selva Humaitá (AM);
- 17º Pelotão de Comunicações de Selva (\*) Porto Velho;
- 17º Pelotão de Polícia do Exército Porto Velho:
- 17ª Base Logística (\*) Porto Velho.

\_

<sup>&</sup>lt;sup>41</sup> Os quatro PEF já existiam antes do advento do Regime Militar, mas foram reestruturados pelo PCN.

<sup>&</sup>lt;sup>42</sup> Os Dst foram criados na esteira do PCN.

<sup>&</sup>lt;sup>43</sup> O asterisco entre parênteses mostra as OM que foram criadas na esteira do PCN. As demais foram inteiramente revitalizadas.

O Comando de Fronteira Rondônia e 6º Batalhão de Infantaria de Selva enquadra o 1º Pelotão de Fuzileiros de Selva destacado no Real Forte Príncipe da Beira, situado na região de Costa Marques (RO), com composição e estrutura semelhantes a um PEF. Por outro lado, diretamente subordinados ao Comando de Fronteira Acre e 4º Batalhão de Infantaria de Selva, encontram-se desdobrados no terreno 04 PEF<sup>44</sup>, todos situados no estado do Acre conforme descritos abaixo:

1º PEF – situado na região de Epitaciolândia (fronteira com a Bolívia);

2º PEF – situado na região de Assis Brasil (fronteira com o Peru);

3º PEF – situado na região de Plácido de Castro (fronteira com a Bolívia);

4º PEF – situado na região de Santa Rosa do Purus (fronteira com o Peru);

-

<sup>&</sup>lt;sup>44</sup> Apenas o 4º PEF foi criado na esteira do PCN. Os outros PEF já existiam antes do advento do Regime Militar mas foram reestruturados pelo PCN.

# Apêndice C – Obras de infraestrutura viária financiadas pelo Programa Calha Norte sob responsabilidade do Exército<sup>45</sup>

- Ligação Ipanoré-Urubuquara, permitindo a integração do transporte fluvial no rio Uaupés, no município de São Gabriel da Cachoeira (AM);
- Construção de trechos da BR-307, entre São Gabriel da Cachoeira e Cucuí (AM);
- Conservação do trecho da BR-174, entre Caracaraí e Boa Vista em RR;
- Conservação do trecho da BR-401, de Bonfim a Normandia em RR;
- Conservação da Rodovia Surumu-Uiramutã/RR;
- Construção do porto de Camanaus em São Gabriel da Cachoeira/AM;
- Manutenção da estrada de acesso que liga a comunidade de Maturúca à sede do Município de Uiramutã/RR;
- Implantação da ligação de São Gabriel da Cachoeira a Maturacá, através da BR-307, possibilitando o transporte rodoviário da produção agrícola de comunidades indígenas;
- Recuperação das vias de acesso à Comunidade do Balaio em São Gabriel da Cachoeira;
- Recuperação e conservação da estrada de acesso ao PEF de Uiramutã/RR;
- Obras de melhorias e manutenção dos Aeródromos de todos os PEF na Amazônia Ocidental.

<sup>&</sup>lt;sup>45</sup> As obras aqui citadas a cargo do Engenharia Militar do Exército Brasileiro foram compiladas pelo autor dos Relatórios de Situação Final do Programa Calha Norte dos anos de 2003 a 2012.

#### Apêndice D – Recursos alocados pelo Programa Calha Norte para Projetos e Atividades sob responsabilidade do Exército na Amazônia Ocidental (2003 – 2012)<sup>46</sup>

Tabela 6 – Recursos do PCN – Projetos sob responsabilidade do Exército (2003–2012)

Projeto Ano	Construção de Embarcações para Controle e Segurança da Navegação Fluvial	Implantação da Infraestrutura Básica nos Municípios da Região	Implantação de Unidades Militares	Total (por Ano)	
2003	-	-	1.789.811,06	1.789.811,06	
2004	-	252.000,00	6.000.000,00	6.252.000,00	
2005	-	193.200,00	5.280.000,00	5.473.200,00	
2006	-	5.399.564,00	4.481.900,00	9.881.464,00	
2007	-	27.095,00	10.586.592,26	10.613.687,26	
2008	2.027.836,00	28.866,00	17.421.208,00	19.477.910,00	
2009	703.393,00	-	16.096.127,99	16.799.520,99	
2010	824.502,21	-	18.644.006,98	19.468.509,19	
2011	1.644.102,00	<u>-</u>	13.707.123,56	15.351.225,56	
2012	1.376.000,00	-	15.403.889,51	16.779.889,51	
TOTAL	6.575.833,21	5.900.725,00	109.410.659,36		

Tabela 7 – Recursos do PCN – Atividades sob responsabilidade do Exército (2003–2012)

Atividade Ano	Gestão do PCN	Apoio Aéreo	Manutenção de Aeródromos	Conservação de Rodovias	Manutenção de PCH	Apoio às Comunidades	Manutenção de Embarcações	Manutenção da Infraestrutura dos PEF	Total (por Ano)
2003	1	481.324,0	549.032,00	549.032,00	74.921,00	549.291,51	235.433,00	682.682,00	3.121.715,51
2004	-	403.324,0	599.032,00	549.032,00	124.921,0	405.000,00	236.618,15	3.359.256,00	5.677.183,15
2005	-	363.750,0	483.148,00	483.148,00	65.930,00	44.200,00	352.000,00	3.667.544,58	5.459.720,58
2006	250.278,4	387.000,0	577.700,00	477.700,00	64.600,00	197.800,00	272.650,00	2.765.307,72	4.993.036,16
2007	298.168,93	773.035,4	500.000,00	1.000.000,00	500.000,0	84.210,00	396.100,00	5.026.540,00	8.578.054,40
2008	549.141,43	958.147,0	-	1.382.360,50	690.700,0	45.000,00	386.333,00	7.512.761,03	11.524.442,96
2009	100.043,23	384.000,0	-	1.200.000,00	600.000,0	-	120.000,00	6.829.740,6	9.233.783,83
2010	392.120,12	455.342,5	-	1.096.641,58	510.004,7	-	97.113,99	6.808.005,78	9.359.228,81
2011	900.177,64	237.049,0	-	1.160.000,00	821.945,4	-	72.984,00	6.637.111,47	9.829.267,55
2012	917.849,68	-	-	-	-	-	-	9.365.841,29	10.283.690,97
TOTAL	3.407.779,47	4.442.972,05	2.708.912,00	7.897.914,08	3.453.022,20	1.325.501,51	2.169.232,14	52.654.790,47	

<sup>&</sup>lt;sup>46</sup> Os dados foram compilados pelo autor dos Relatórios de Situação Final do Programa Calha Norte dos anos de 2003 a 2012.